

Carlos Quiroga

RAÍZES
DE PESSOA
NA GALIZA

© Carlos Quiroga/Associação Galega da Língua

Coordenação Sabela Fernández e Daniel Amarelo

Capa e Diagramação Lene Meyer Yong-Jae

Impressão e acabamento Sacauntos Cooperativa Gráfica

1ª edição fevereiro de 2018

ISBN 978-84-16545-16-2

Depósito Legal C 137-2018

Através Editora

Santiago de Compostela (Galiza)

editorial@agal-gz.org

www.atraves-editora.com

A capa foi composta a partir da portada com desenho de M. Vidal e filigrana de contracapa da revista galega Vida Gallega, nº 42, 1913.

Índice geral

Parte 1

A GENEALOGIA GALEGA DE FERNANDO PESSOA

1. A inclinação pela genealogia pessoana.....	17
2. O <i>nosso</i> Fernando Pessoa de Rodrigues Lapa.....	27
3. A lição dos documentos.....	39
4. Mudança e volatilidade nos apelidos.....	47
5. A hipótese Coimbra.....	59
6. Berço e apelidos dos ancestrs galegos de Pessoa.....	65
7. Caetano de Outes, o trisavô de Pessoa.	
7.1. Infância e juventude.....	75
7.2. Um jovem cadete de Artilharia em Faro.....	79
7.3. O aspirante a oficial.....	83
7.4. Da nau <i>Príncipe Real</i> à guarnição na Terceira, Açores.....	84
7.5. Capitão e Professor na Academia Militar da Ilha Terceira.....	88
8. A família galega de Pessoa no século XVIII.....	93
9. Parentes atuais de Fernando Pessoa na Galiza.....	101
10. Síntese da primeira parte.....	110

Parte 2

PESSOA RETORNADO: DE *ORPHEU* A *CAEIRO*

1. Propósitos restritos.....	119
2. A conexão Guisado –amigo de Pessoa, promotor de <i>Orpheu</i>	121

3. Sobre o distanciamento posterior de Guisado.....	134
4. Enlace Ponte Areias e divulgação <i>órfica</i>	141
5. As notícias de <i>Orpheu</i> na imprensa galega	
5. 1. <i>Vida Gallega</i>	147
5. 2. <i>El Eco de Santiago</i>	150
5. 3. <i>El Tea</i>	154
5. 4. <i>La Concordia</i>	156
5. 5. O mistério de uma resenha de provável autoria de Pessoa	158
6. O nexu Rianjo: cruzamento dos Diestes Gonçalves.....	175
7. Caeiro na intermediação de Guisado.....	187
8. Caeiro para além da mi(s)tificação da cómoda alta.....	193
9. Uma conjectura para Caeiro ou o Caeiro de Cúntis.....	201
10. Recapitulação da segunda parte.....	217

ANEXO I

Documentos Genealógicos: Originais e transcrições...	221
--	-----

ANEXO II

Hemeroteca e outros documentos.....	257
-------------------------------------	-----

Referências Biblio-documentais

1. Referências documentais.....	281
2. Outros documentos citados.....	284
3. Bibliografia citada.....	285
4. Revistas, Mapas e Publicações periódicas.....	297
5. Páginas web.....	299

ÍNDICES

Índice de ilustrações e legendas.....	303
Índice de reproduções em anexos I e II.....	306

a Manuel Rodrigues Lapa,

in memoriam

Agradecimentos

A Onésimo Teotónio Almeida por intercessões relativas aos Açores. A Rui Marques e Filomena Maria da Silva Barcelos (Direção do Centro de Conhecimento dos Açores) pela mediação para autorizar reprodução documental. A João Ribeirete pelas gestões com a DDPD (Divisão de Disponibilização e Produção de Conteúdos Digitais, Direção-Geral do Livro, Arquivos e Bibliotecas de Lisboa) e ainda com a Casa Fernando Pessoa, para além de burocracias bancárias. Ao pessoal do Arquivo Histórico Diocesano de Santiago de Compostela, particularmente Víctor Camino, pelos auxílios de leitura. A Samuel Rego e Margarida Silva pela intermediação na Biblioteca Nacional de Lisboa. A José António Souto pelas ajudas na transcrição paleográfica e a revisão de textos. Ao seguinte pessoal de diversas Bibliotecas que gentil e diligentemente deram algum apoio: Rosa González e Pilar Vilaboi (Penzol, Vigo); Maria Jesus Cuesta (EMAO, Escola Municipal de Artes e Ofícios, Vigo); Fabiola, Susana Maio e Charo (fundos não digitalizados na *Galiciana*, Cidade da Cultura, Compostela); Mati (Arquivo Histórico Provincial, Ponte-Vedra); Pilar Fernández Ruiz e Concepción Carbajo Romero (Biblioteca Antonio Odriozola, Ponte-Vedra); Gonzalo (Biblioteca Municipal de Ponte-Areias); Francisco Redondo (Biblioteca de Filologia). A Marina Garcia Vidal pelos dados sobre Xosé Manuel Lens Neo. A Burghard Baltrusch pelo empréstimo bibliográfico. A Clara Riso, diretora da Casa Fernando Pessoa, por intercessão na procura documental. A António Cardiello por esclarecimentos sobre o recorte jornalístico no painel sobre Guisado na exposição *Nós, os de Orpheu*, e pela versão de qualidade que facilitou. A Lilian Jacoto por teimar na organização do Congresso *100orpheu* no Brasil e nos estimular nas pesquisas órficas. A Yara Frateschi Vieira, professora e amiga, pelo apoio que deu em São Paulo no parto da mesma. A Jerónimo Pizarro que *arrastado para a causa galega* tentou dar outra saída editorial a este livro. Finalmente, obrigado a Antom Serém e à equipa da Através Editora.

PARTE 1

GENEALOGIA GALEGA DE FERNANDO PESSOA

*Quem era, onde nasceu e como foi a vida
do antepassado galego de Pessoa?*

*Existem parentes atuais de Fernando Pessoa
na Galiza...?*

...o *nosso* Fernando Pessoa também era de origem galega, pelo lado materno! Camões e Pessoa pertencentes à boa e antiga grei galego-portuguesa –é o melhor que nos poderia acontecer.

[...] Precisamos da cópia do assento de baptismo desse homem. Veja se através dos seus amigos é possível conseguir tal coisa, que representa uma verdadeira "bomba" literária.

M. RODRIGUES LAPA

Assim, parece extrair-se o indicativo de que provém do ramo Pinheiro (ou Lens) a vocação poética da «família».

PEDRO DE MERELIM

1. A inclinação pela genealogia pessoana

Há mais de um quarto de século que pudemos sublinhar, na página 247 de um velho exemplar da Europa-América, com os *Escritos Íntimos, Cartas e Páginas Autobiográficas* de Fernando Pessoa, uma frase referida à sua avó materna, Madalena Xavier Pinheiro: “Esta era descendente de uma família emigrante da Galiza” (Pessoa, 1986: 247). Aparece nas *Notas* sobre este autor “Recolhidas pelo poeta Armando Cortes-Rodrigues e baseadas em dados fornecidos pelo próprio poeta”.

A notícia da ascendência galega aparece, portanto, em 1914 e foi lançada pelo menos ao grande público trinta anos depois por Joel Serrão, com a primeira edição que ele organizou das *Cartas a Armando Côrtes-Rodrigues*, de Fernando Pessoa¹. Porém, escasso interesse tem provocado na exegética pessoana de todos os pontos do globo, incluindo a produzida na Galiza e sem descontar-se o autor deste livro. Para além da curiosidade pontual da altura ao tomarmos conhecimento do dado, de que deixamos marcas no velho livro com uma rudimentar árvore culminada por interrogante, pouco nos temos lembrado durante anos deste assunto. Passando por dedicar vários trabalhos a Fernando Pessoa, nunca nos pareceu especialmente relevante esta ou outra genealogia, onde se digladiam chauvinismos locais de diversa índole. Com o tempo, cair na conta de que “de nós já ninguém se lembra” – subvertendo o título de certo romance de um amigo–, e isso apesar da existência de argumentos fundados e bem patentes para lembrar, acaba por curar todos os pu-

¹ Foi publicada pela Editorial Inquérito de Lisboa, sendo a 1ª edição de 1944.

dores e fornece até motivos importantes para promover o interesse por uma demonstração documentada das raízes galaicas do cano-nizado autor. O ninho da língua portuguesa é-o também da progê-nie de vários dos melhores escritores lusitanos, e tal recordação pode porventura continuar a justificar os vínculos que um presente des-memoriado insiste em apagar-nos desta ligação em todos os planos.

A inclinação instintiva para este assunto produziu-se há poucos anos atrás, com a proximidade minuciosa ao volume de um profes-sor galego radicado em Madrid, Carlos Taibo, *Parecia não pisar o chão – Treze ensaios sobre as vidas de Fernando Pessoa*. Trata-se de um livro apelativo em vários sentidos, mas para o caso deve indicar-se em concreto a sua desafiante advertência do último capítulo, quando recorda que à “existência de antepassados galegos do poeta, pres-tou-se até agora escassa atenção”. E Taibo fazia a seguinte síntese do conhecimento sobre esta questão:

Um tataravô por linha materna, chamado Caetano José Pinheiro –respeito a ortografia que emprega Zenith no seu ensaio de 2008 sobre Pessoa–, ou Caetano Dionísio de Lens, capitão comandante e sargento maior gra-duado, nascera em Cando, Outes, Santiago, em 8 de janeiro de 1756, para morrer em Angra do Heroísmo em 8 de setembro de 1819. Os seus pais eram Manuel de Lens, ou Manuel José Pinheiro, nascido também em Cando, e Antónia do Maio (sic), ou Antónia Maria da Conceição, igual-mente natural de Outes. Parece que Pessoa, de sempre preocupado pela sua árvore genealógica, tinha conhecimento da existência destes antepas-sados galegos. Ao menos isso é o que aconselham concluir as notas que, sobre o poeta, elaborou em 1914 Armando Cortes-Rodríguez da mão de informações proporcionadas pelo próprio Pessoa. E é que Cortes-Rodri-gues afirma que Madalena Xavier Pinheiro, a avó materna, “era descen-dente de uma família emigrada da Galiza”. (Taibo, 2010: 299)

O local de nascimento foi exatamente o “Lugar da Ponte”, como logo se verá, ainda que batizado em Santo Tirso de Cando. E não se tratava de um tataravô, que estritamente é o pai do trisavô, mas do

mesmo trisavô, sendo assim o parentesco com Pessoa um grau ainda mais próximo: Caetano foi o pai de Inácio, o bisavô materno de Fernando Pessoa. Também está errada a data concreta, pois foi batizado no mesmo dia do nascimento. Certo o resto, incluída a intrigante duplicidade de nomes, que abordamos no seu momento. Tendo em conta a existência destes conhecimentos e das fontes citadas, que esboçam uma orientação geral adequada, algo mais que o princípio substancial para dar “maior atenção” ao assunto estava por completo e de sempre à vista. Pensamos que pouco de novo se poderia dizer, talvez esclarecer detalhes, reafirmar a síntese com provas e entrar nas hipóteses sobre as estranhas duplicidades. Desconhecíamos ainda a existência de qualquer equívoco sobre os dados citados, e perfilar o sabido parecia o único contributo possível.

Muito mais convencidos ficamos, acerca do escasso rendimento de qualquer pesquisa deste tipo, ao consultarmos na Biblioteca Nacional de Lisboa uma monografia definitiva e fora da circulação de Pedro de Merelim². É provável que também as raízes geográficas do autor circunstanciassem e favorecessem em primeira instância a sua inclinação, pois trata-se de um açoriano que pode investigar sobre o terreno preferente da pesquisa, uma vocação à qual por outra parte nunca ninguém do continente se tinha entregado de modo tão completo: nesse opúsculo de Merelim acham-se os dados suficientes e inestimáveis para reconstruir de maneira acabada o itinerário vital dos trisavós e bisavô maternos de Fernando Pessoa.

Atingidas as fontes essenciais que acabamos de indicar, só ficava talvez esclarecer os equívocos de pormenor, incluídas as leituras incompletas e os mínimos enganos derivados do registo de batismo

² Pseudónimo de Joaquim Gomes da Cunha. Nascido em São Pedro de Merelim em 1913 e falecido em Angra do Heroísmo em 2002, foi um militar, historiador e etnógrafo dos Açores, cuja condição e formação lhe permitiu elaborar e publicar em 1974 a obra *Fernando Pessoa e a Terceira: figuras do ramo materno do poeta*, Edição 7 da “Colecção Insula”.

galego de Caetano Dionísio, que menciona Merelim. Mas podia-se explicar ainda como a continuidade da linha genealógica de Fernando Pessoa leva à Galiza, amplificando este campo de trabalho, e interrogar as circunstâncias da itinerância vital dos ancestratos galegos. Por isso, achámos por bem dar centralidade desde o início à **base documental** em que este conjunto se assenta, como espinha dorsal do trabalho e mesmo o seu melhor contributo, ainda que acautando a formalidade académica de localizá-la fisicamente em Anexo final (será o Anexo I). Análise do sistema onomástico, abordagem de explicações sobre as mudanças de sobrenomes, identificação da naturalidade e constituição da família galega de Pessoa (do século XVIII para os laços de parentesco atuais), junto com um esboço biográfico do antepassado galego do poeta, alargam a presente vertente deste trabalho, que se completa com uma segunda parte à qual teremos ocasião de nos referir na sua devida altura.

Antes de encerrar os esclarecimentos sobre o contexto da pesquisa principal, faremos notar que o estudo da genealogia pessoana se tem centrado até à data particularmente no lado paterno. Na vertente materna, o interesse não tem passado, em geral, para além dos “notáveis da Terceira” de que procedia a mãe:

A mãe de Fernando Pessoa, D. Maria Madalena Pinheiro Nogueira, era açoreana [*sic*] e filha de uma família de notáveis da Terceira. O seu pai, o conselheiro Luís António Nogueira, que foi jurisperito de nomeada e chegou a ser director-geral do Ministério do Reino, era amigo de grandes individualidades da época, como Manuel de Arriaga ou o poeta Tomás Ribeiro. Era casado com D. Madalena Xavier Pinheiro, também açoriana. (Quadros, 2000: 22)

Na conferência de José Caldeira, Maria Manuela Pereira, e Rui Pereira, da Associação Portuguesa de Genealogia³, afirma-se o seguinte:

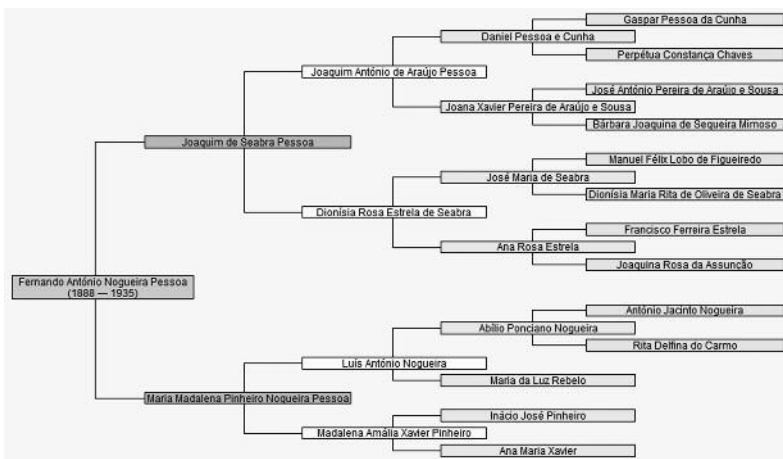
³ Foi proferida no 20 de Novembro 2013, às 18h30, na Casa Fernando Pessoa (*Vid.* notícia no seu blogue, <http://mundopessoa.blogs.sapo.pt/673359.html>).

O tema da genealogia de Fernando Pessoa tem uma longa história, remontando à abordagem do próprio Poeta, que a ela se referiu como ‘misto de fidalgos e judeus’ e pintou aos 13 anos o brasão de armas de um seu trisavô. No entanto, como se tornará evidente na presente comunicação, existem muitos aspectos interessantes que são pouco conhecidos do grande público. O presente trabalho, integralmente baseado em fontes documentais, surge na sequência da publicação pelos autores de vários artigos sobre a família paterna de Fernando Pessoa. Serão apresentadas algumas linhas da ascendência do Poeta e as suas surpreendentes ligações familiares a diversas personalidades das Artes e Letras. (*Vid.* Referências web)

Pelo que se pode apurar no próprio resumo, as “fontes documentais” esclarecem aspetos que já teriam sido adiantados em vários artigos, e que se referem sempre à *família paterna* do poeta. Da ascendência de seu pai, Joaquim de Seabra Pessoa, viria o lado judeu, que conduz ao Algarve e até ao Porto⁴. Mas seria a ascendência da mãe de Fernando Pessoa, Maria Madalena Pinheiro, que insere o ingrediente fidalgo a partir do pai desta, o conselheiro António Luís Nogueira (parentesco que tem servido também para apontar laços familiares no Porto, Cantanhede e Vila Nova de Tazem). Seja como for, da mulher deste, a avó materna de Pessoa, apenas se apontaram os nomes dos pais: é sempre a ascendência paterna a mais discutida tanto nos estudos sérios como nos foros web de amadores que se interessam por estas questões. Nas sínteses de detalhe mais divulgadas da árvore genealógica pessoana, é a vertente materna que apresenta vazios nos ramos altos (sirva de exemplo o quadro divulgado pelo blogue Tabacaria⁵, F1).

⁴ Era filho de Joaquim António de Araújo Pessoa e de Dionísia Rosa Estrela de Seabra, sendo o pai natural de Santa Maria de Tavira e a mãe de Santa Engrácia de Lisboa; a ligação à atual cidade de Portimão aparece tanto pelas linhas paterna como materna de Joaquim de Seabra Pessoa

⁵ *Vid.* <http://tabacariadefernadopessoa.blogspot.com.es/2011/03/arvore-genealogica-de-fernando-pessoa.html>. As ilustrações ou figuras serão indicadas com um “F” seguido do número correlativo correspondente.



F1. Árvore genealógica de Fernando Pessoa no blogue Tabacaria (Vid. nota 5).

O estudo da família paterna de Fernando Pessoa é, sem dúvida, de grande interesse, e poderão ser achadas “surpreendentes ligações familiares a diversas personalidades das Artes e Letras”, como já demonstraram os especialistas em genealogia. Neste ponto talvez não seria despropositado lembrar um tópico bem formulado por outro mais antigo clássico lusitano, no sentido da *afeiçom* que deu a muitos “*que tenerõ carregõ dordenar estorias, moormente dos senhores em cuja merçee e terra viviam, e hu foram nados seus antiigos avoos*” (Lopes, 1983: 1-2). Mesmo sem pensar em especial parcialidade, ou em ser “*muito favoravees no rrecomtamento de seus feitos*”, quiçá se possa admitir pacificamente que nas motivações automáticas, na lógica primeira que instiga este tipo de pesquisas, existe também uma natural vocação por alargar o *nacional*, até agora português e açoriano. Como será afinal a mesma lógica que conduz o presente trabalho para o alargamento galego, um espaço bastante apagado do interesse do sul do Minho. Não obstante, para a coerência e aperfeiçoamento geral do quadro genealógico e também para o contentamento de todas as

inclinações locais fundadas, acreditamos em que um mapa mais apurado dos “*antiigos avoos*” de Fernando Pessoa pode completar a ascendência materna e esclarecer as confusões que na linha de parentesco existem por este lado. Não será transcendental achega, nem no restrito sentido dos estudos pessoanos nem no significado amplo deste tipo de abordagens, pois como confessava –numa pausa das consultas no Arquivo Histórico Diocesano de Santiago de Compostela– um mergulhador das “*velhas scprituras e desvoairados autores*” (que como o Fernão Lopes devia levar anos com “*longas vigílias e grandes trabalhos*”, já que tinha localizado mais de mil e quinhentos familiares), o que se pode concluir é que..., todos somos parentes.

No meio de tanta devoção por Pessoa em todos os seus aspetos, incluído o genealógico, nem em Portugal estaria descabida uma anterior e maior curiosidade pela sua ascendência materna, à vista do papel marcante da mãe na sua peripécia existencial e inclusive literária – de que faremos agora um conciso apontamento. Talvez condensada no período agudo em que remata a infância, deveu ser breve a fase em que Fernando Pessoa terá sido “o menino da sua mãe”. Referimo-nos à altura dos cinco anos, em que perde primeiro o pai (julho de 1893) e algo depois o irmão Jorge de poucos meses (janeiro de 1894). Uma fase a que corresponde o poema “À minha querida mamã”, que escreve nesse período (julho de 1895), em versos que mostram a ingénua devoção filial do menino de sete anos:

Ó terras de Portugal
Ó terras onde eu nasci
Por muito que goste delas
Inda gosto mais de ti.

(Simões, 1951: 55)

Mas, em dezembro, a querida mamã – que “teve uma educação mais apurada do que era então usual, falando francês, inglês e ale-

mão, lendo muito e até escrevendo versos” (Quadros, 2000: 22) –, a mãe que deveu consolar-se e refugiar-se de toda a sua dor pelas perdas no único filho que por enquanto lhe restava, a viúva que se viu “obrigada a fazer leilão da mobília e a mudar-se para uma casa mais modesta” (Quadros, 2000: 25), vai unir-se em novo casamento por procuração com o comandante João Miguel Rosa que tinha conhecido um ano antes. E na semana seguinte vai reunir-se com este segundo marido, partindo com o pequeno Fernando Pessoa para África do Sul.

O isolamento sentimental e de caráter, que se projeta na obra literária, tem sido relacionado com a nova fase que se inicia na relação de Pessoa com a sua mãe, durante a juventude em Durban. D. Maria Madalena Pinheiro Nogueira tem agora novo marido e filhos, Fernando Pessoa passa pelas freiras irlandesas da West Street durante dois anos, outros três no High School, e o distanciamento é obrigado pelas novas e diferentes circunstâncias. Para além das visitas em férias, Pessoa regressa a Portugal sozinho em 1905 e vive com a avó Dionísia, primeira sogra da sua mãe, que morre em 1907 deixando-lhe uma pequena herança. Mas a mãe escreve-lhe cada semana e leva as contas de cada carta que troca com ele, queixando-se por alguma não ter sido enviada ou por, se enviada, se perder pelo caminho (Silva, 2004: 45). Ao morrer o padrasto (1920) e regressar a mãe e os novos irmãos a Portugal, Fernando Pessoa passa a viver com ela e a irmã Henriqueta Madalena, na Rua da Rocha, Campo de Ourique. Até à morte da sua mãe em 1925, Pessoa convive de novo com ela numa proximidade que recorda a da infância. Como indicam as cartas de que ficaram mostras, Fernando Pessoa “privilegia a mãe como receptora das suas angústias”, “na mesma medida em que privilegia Mário de Sá-Carneiro ou Armando Côrtes-Rodrigues”, “destinatários que acumulam a função de confidentes afectivos, com a função de confidentes intelectuais” (Silva, 2004: 46).

Confidente menos conhecido de Fernando Pessoa foi também o seu primo Jaime Neves, cuja inclinação literária motiva a frase de Merelim, utilizada como epígrafe inicial nesta parte do trabalho⁶, e a quem se devem declarações de admiração por Madalena Xavier Pinheiro. Jaime Neves, que defendeu tese na faculdade de medicina de Paris e exerceu medicina em Lisboa durante meio século, chegaria a ser um dos clínicos mais conceituados e de maior renome da capital lusitana. Mas também terá sido autor de poesias dispersas por jornais e revistas, projetando um livro de versos prefaciado por João de Deus, antes de ir ultimar os seus estudos na capital francesa. Também terá sido o primeiro poeta com quem Fernando Pessoa pessoalmente privou, e quem o dissuadiu para este prosseguir no uso da língua francesa na prática poética. Para além da amizade, estima mútua e partilha poética, foi o médico de Pessoa em Lisboa. Sobre a mãe de Fernando Pessoa e prima consanguínea, Madalena Xavier Pinheiro, dizia o dr. Jaime Neves que “era a mulher mais completa que tinha conhecido: bela, inteligente, culta, com todas as virtudes que se espera de uma mulher” (Merelim, 1974: 68). Eis uma visão apologética de conjunto, para valorizar ainda mais a figura materna na relação com o seu afamado descendente.

Quando Fernando Pessoa escreve, no último ano de vida, a já citada nota biográfica em que sintetiza a sua *ascendência geral* com a expressão “misto de fidalgos e de judeus”, uma fórmula que encerra a sua *filiação* e na qual acaba de indicar apenas os nomes concretos dos parentes mais imediatos, pais e avós, está porventura concertando a linha de ascendência paterna (por onde viriam os judeus) com a materna (por onde viriam os fidalgos notáveis da Terceira)⁷.

⁶ No sentido de poder extrair-se o indicativo de que provém do ramo Pinheiro (ou Lens) a vocação poética da «família».

⁷ “*Filiação*: Filho legítimo de Joaquim de Seabra Pessoa e de D. Maria Madalena Pinheiro Nogueira. Neto paterno do general Joaquim António de Araújo Pessoa, combatente das campanhas liberais, e de D. Dionísia Seabra; neto materno do conselheiro Luís António Nogueira, jurisconsulto e que foi director-geral do Ministério do Reino,

Ora, por este último lado não podia ir muito além da memória que deixou a Armando Cortes-Rodrigues, acerca de a sua avó materna ser “descendente de uma família emigrante da Galiza” – e assim alterar também a sua síntese de ascendência geral, pois os fidalgos teriam desaparecido. Se em Portugal, e com os dados suficientes que, pelo menos desde 1974, deixaram ao descoberto Joaquim Gomes da Cunha/ Pedro de Merelim, o interesse pela ascendência materna não tem sido maior, ao ponto de fazer mais completo o quadro genealógico que de Fernando Pessoa circula, é também porque só do lado galego se poderia dar a ênfase necessária. Algo que tentou fazer um grande intermediário galego-português, o Prof. Rodrigues Lapa, a pedido de Pedro da Silveira e com destino ao próprio Pedro de Merelim, anunciando também a ambos um estudo sobre Fernando Pessoa no qual se ocuparia da origem galega do poeta. Voltaremos de imediato sobre este detalhe, no contexto do seu conhecimento dentro da presente pesquisa, detendo-nos antes sobre algumas eventualidades que o precederam.

e de D. Madalena Xavier Pinheiro. Ascendência geral — misto de fidalgos e de judeus.” (Quadros, 1986: 252).

2. O *nosso* Fernando Pessoa de Rodrigues Lapa

O acesso a uma cópia completa da monografia de Merelim teria evitado prospeções vagabundas, das que queremos deixar aqui algum sinal. O início da investigação seguiu um primeiro impulso instintivo e anterior, cujo movimento mais ingênuo terá sido começar por visitas ao concelho da Serra de Outes à procura de cemitérios, munidos dos dados até agora mencionados. Localizámos sobre o terreno a igreja de Santo Tirso de Cando (F2), onde foi batizado Caetano Dionísio, trisavô de Fernando Pessoa, mas a prova documental ainda demorou. Tal e como consta sobre a porta (F3), a ermida terá sido culminada 12 anos antes do referido batismo. Em volta dela acha-se um campo-santo onde consta profusamente o apelido da mãe de Caetano nas lápidas, com datas posteriores a meados do século XVIII, a época em que o antepassado de Pessoa



F2. Igreja de Santo Tirso de Cando, imagem aérea a partir de Google (maio 2014).



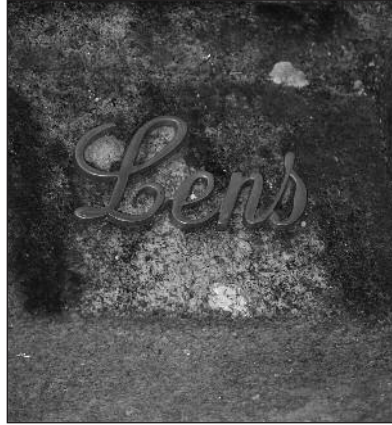
F3. Igreja de Santo Tirso de Cando.

veio ao mundo. O sobrenome Mayo/Maio não só está aqui altamente representado (F4) como tem todas as qualidades de execução, com diversas representações tumulares. Do apelido do pai *-Lens*, depois abordamos a transformação/substituição em *Pinheiro*– só encontramos um único exemplo (F5) num sepulcro das traseiras, esquina norte, com todo o aspeto de ser dos mais antigos.

Como o “Registro Civil” em Espanha foi aprovado no ano de 1870 e aplicado por lei a partir de janeiro do seguinte, exigindo de todos os municípios a inscrição dos dados sobre o estado dos seus habitantes (nascimentos, casamentos, óbitos etc.), compreende-se que nada adiantem pesquisas no julgado de paz do concelho de Outes, a quem corresponde gerir hoje tal Registo. Devia-se encaminhar a procura para os Registos Paroquiais, primeiras fontes genealógicas que para os habituais deste tipo de buscas são mesmo mais fiáveis, pois têm a vantagem de serem contemporâneas dos acontecimentos e, portanto, mais fidedignas –pelos vistos é mais difícil mentir no próprio nome a um pároco do que 100 anos depois num processo normalmente fraudulento. O princípio deve ser básico para os profissionais deste género de indagações e até o próprio Fernando



F4. Túmulo com o apelido *Mayo*.



F5. Túmulo com o apelido *Lens*.

Pessoa nos poderia ter advertido, pois entre nada menos que 88 ideias sobre a atividade da “agência” *Cosmópolis* que o autor imagina em 1920 estava no número 7 a de “Buscas literárias nas bibliotecas; pesquisas heráldicas e genealógicas” (Ferreira, 2005: 217).

Na Diocese de Santiago de Compostela encaminharam-nos para o seu Arquivo Histórico e já durante a primeira visita foi estimulante achar, com os dados disponíveis, o documento que no Anexo I figura como número D8, registo de batismo de Caetano Dionísio – que na altura ainda julgámos tataravô de Fernando Pessoa. Nos dois dias a seguir localizamos o registo de casamento dos pais (documento D15), e uma irmã de Caetano, de nome Francisca Dominga (nascida em 07/02/1758), que já não achamos oportuno recolher. A partir daí, para abreviar, iniciámos a procura da outra ponta, quer dizer, a partir do registo de batismo de Fernando Pessoa (documento D1). Mas a progressão para o encontro das duas extremidades genealógicas deparou-se com um buraco entre Inácio José Pinheiro (bisavô de Fernando Pessoa) e Caetano. A pouca experiência nesta área não impedia de ver que se o primeiro nasceu em agosto de 1799, e o segundo em janeiro de 1756, a média de idade em que se costumava

mava ter descendência era –nomeadamente no passado– na casa dos vinte anos, portanto devia haver geração interposta que até explicasse a mudança de *Lens* para *Pinheiro*. Acrescia o dado tido por verídico de Caetano ser o tetravô de Fernando Pessoa, em lugar de trisavô.

O enigma estava já resolvido no livro de Gomes da Cunha (em adiante só Merelim) e ler em detalhe as informações que nele se recolhiam trouxe tanto o clarão explicativo como certa tristeza, pois de princípio a descoberta era sua e parecia que nada de novo se podia já acrescentar. Mas sempre existem melhoras possíveis, como de imediato se verá. Estas as palavras do açoriano a abrir o capítulo intitulado “Caetano Dionísio de Lens ou Caetano José Pinheiro”:

Caetano José Pinheiro, originariamente Caetano Dionísio de Lens, um dos trisavôs de Fernando Pessoa, é natural da Galiza, embora até agora sempre haja figurado como natural de Coimbra⁸. Vale a pena, como elemento de autenticidade, antes de mais, reproduzir o seu assento de baptismo: – “En doce de enero de mil setecientos cincuenta y seis, como vicario economo de esta parroquia de Cando, bauticé solemnemente y puse los santos oleos a Caetano Dionisio, el que nació ocho día. Higo legitimo de Manuel de Lens e de Antonia del Maio su muger, ambos de la Tojeira y todos de la feligresia de Cando. Advertiles el parentesco que contraíam com este niño e sus padres y la obligación de enseñarle la doutrina cristina, y para que conste lo firmo. –El parroco Fernando Antonio Creo. (Merelim, 1974: 34-35)

Mas se comparamos a sua leitura com a nossa transcrição⁹ de D8, observamos, para além de interpretações ortográficas erradamente

⁸ Merelim adverte aqui em nota que assim se confirmava a indicação do Poeta, de que sua avó, Madalena Xavier Pinheiro, “era descendente de uma família emigrada da Galiza”, remetendo para as *Cartas a Armando Côrtes-Rodrigues*, e que “O primeiro elemento de origem galega de Caetano Pinheiro consta do assento do seu consórcio segundo”, como nós comprovaremos no documento D8.

⁹ Evitaremos a referência completa no corpo do trabalho, designando os documentos genealógicos por números correlativos precedidos por “D”, neste caso D8, que remetem tanto para a ficha bibliográfica completa como à reprodução dos próprios originais e às suas transcrições, no Anexo I.

à portuguesa, que foram elididos os padrinhos e atribuída a localização toponímica destes (“Tojeira”) aos pais de Caetano¹⁰:

[Na margem esquerda:] Lugar da Ponte, Cayetano Dionisio.

En doce de enero del año de mil setecientos y cincuenta y seis, como vicario Ecnómico de esta feligresía de Cando, bauticé solemnemente y puse los santos oleos a Cayetano Dionisio, que nació dicho día, hijo legítimo de Manuel de Lens y de Antonia del Maio su mujer, vecinos del lugar da Ponte. Fueron sus Padrinos Cayetano Pedrosa y Dionisia da Gándara su mujer, vecinos del (lugar) de la Tojeira, y todos de dicha feligresía de Cando. Advertí les el Parentesco que contraían con este niño, y sus padres, y la obligación de enseñarle la Doctrina cristiana. Y para que conste lo firmo./= Fernando Antonio Creo (rubricado).

O lugar concreto de nascimento das crianças regista-se no lateral da anotação, junto com o nome, como acontece nas páginas vizinhas a este registo, no livro de batismos em questão. Assim, onde nasceu realmente Caetano foi no Lugar da Ponte. O pároco anotou literalmente “da P.^{te}” na margem. A Ponte está ao lado da Tojeira, no esteiro do rio Tambre, ao início da antiga e medieval Ponte Nafonso ou Ponte das Pias (há quem a remonte ao século XII, denominada Nafonso por ser construída durante o reinado de Alfonso IX) que o atravessa e une os concelhos de Outes e Noia. No Arquivo Histórico Diocesano de Santiago conserva-se um livro (P006072) sobre o Santuário de “N^{tra} S. del Puente (Virgen del Carmen)”, correspondente a 1773-1901, que “Contiene limosnas, Recibos, Hojas en blanco numeradas”, sem nada de interesse para esta pesquisa. Refere-se à Capela da “Nosa Señora da Ponte” que ainda hoje existe no lugar, pouco antes da entrada para a velha Ponte Nafonso, e que foi construída com posteridade à próxima de Santo Tirso de Cando, para onde foi levado o batismo de Caetano. Merelim indica em nota no

¹⁰ O espanhol é a única língua utilizada, tanto nos registos sacramentais como em todos os documentos administrativos formais, religiosos ou laicos, na Galiza desta época, advertência que fazemos extensiva aos instrumentos análogos e de procedência galega mencionados ou recolhidos no presente trabalho.

final da citação anterior “Lugar de PUENTE. Liv. 1, fls. 206”, sem reparar que se refere ao lugar concreto do nascimento de Caetano, e passa a explicar as circunstâncias do assento de batismo que reproduz:

Cópia obtida pelo Prof. Rodrigues Lapa, através do *Instituto Luso-Galaico*, de Vigo, a pedido de Pedro da Silveira, a quem devemos gentilezas sem preço, atendendo as nossas solicitações de buscas em Arquivos de Lisboa. Nunca é demais repeti-lo. – O termo de batismo apresentado constitui “um documento histórico da maior importância, no dizer daquele douto ensaísta e filólogo que, associando-se ao que temos feito, vai ele próprio, publicar na revista galega (e em galego!) *Orial*, de Vigo, um estudo sobre F. P., no qual se ocupará da origem galega do poeta”.

No triângulo Lapa-Silveira-Merelim, ou bem na origem, com Francisco Fernández del Riego, alguma coisa se perdeu no que se refere à localização do nascimento. Mas há outro equívoco só atribuível a Silveira ou Merelim: *Orial* só pode referir-se a *Grial*, uma revista com antecedente nos cadernos da “Colección Grial” nascidos em Vigo com a editorial *Galaxia* em 1951, sendo publicados apenas quatro, mas aparecendo como revista em 1963. Rodrigues Lapa, talvez o maior valedor português da Galiza que esta nunca teve em Portugal, deu vários trabalhos para esta histórica publicação galega. Lapa visitou a Galiza pela primeira vez em agosto de 1932 para participar numa homenagem a Castela e entre esta primeira viagem e a última de junho de 1981, para participar em Santiago de Compostela no lançamento de um livro de Carvalho Calero, nunca deixou de ocupar-se do relacionamento galego-português, que se tornou para ele ‘um vício e uma necessidade’. Em 1964 lecionou um curso na Universidade de Santiago de Compostela e *Grial* deu-lhe atenção num dos seus primeiros números (“Rodrigues Lapa e a cultura galego-portuguesa”, *Grial*, 4, 1964, 137-158, da autoria de Salvador Lorenzana; vai precedido de um significativo “Rodrigues Lapa, galego

Honoris Causa”, e acompanha-se inclusive de fotos). É o princípio de uma longa relação, cuja intensidade se prova na dilatada lista de publicações relativas ou relacionadas com a Galiza¹¹. Nesse inventário constam 17 trabalhos em *Grial*¹², desde o ano seguinte à já aludida passagem por Compostela (1964), e é na sua sequência completa que se entende melhor a ausência do prometido estudo sobre a origem galega de Pessoa:

Grial, 7, 1965, pp. 92-95, “As ‘jarchas’ e as orixes da lírica galego-portuguesa”;

Grial, 8, 1965, pp. 205-208, “Un episodio das guerras de restauración. Invasión da Galiza en 1665”;

Grial, 10, 1965, pp. 475-476, “A poesía galega no Brasil”;

Grial, 10, 1965, pp. 486-488, “*Lourenço. Poesie e Tenzoni*, por Giuseppe Tavani”;

Grial, 11, 1966, pp. 108-110, “*In margine all edizione antichi testi portoghesi*, por Luciana Stegagno Picchio”;

Grial, 12, 1966, pp. 129-148, a abrir o número, “O trovador D. Lopo Lías. Introdução ao estudo do seu Cancioneiro”;

Grial, 16, 1967, pp. 185-190, “Subsidios para o esclarecimento duma baralhada histórica: O caso de Castela e de Orcellón”;

Grial, 22, 1968, pp. 482-485, “Uma edição do trovador Airas Nunes”;

Grial, 22, 1968, pp. 498-500, “*Sementeira do vento*, por Valentín Paz-Andrade”;

¹¹ Publicou artigos, entrevistas e livros sobre a Galiza, em meios como *Jornal de Letras*, *Seara Nova*, *O Diabo*, *A República*, *Biblos*, *Colóquio Letras*, *Vértice*, *Árvore*, *Diário Popular*, *A Nosa Terra*, *Expresso*, *Cuadernos de Estudios Gallegos*, *Agália*... Em livro merecem destaque as *Cantigas d'escarinho e de mal dizer dos Cancioneiros medievais galego-portugueses* e as *Cartas a Francisco Fernández del Riego sobre a cultura galega*, editados na mesma Editorial Galáxia, e os *Estudos galego-portugueses: por uma Galiza renovada*, na Sá da Costa de Lisboa em 1979.

¹² Existem algumas discrepâncias de mínimo detalhe, tanto nas grafias de algum item dos títulos como ainda na sua indicação de páginas, entre a publicação efetiva no volume correspondente e os índices compilatórios da mesma *Grial*. Parece que numa primeira época as colaborações de Lapa eram adaptadas à ortografia espanhola que para o galego se vinha empregando na revista, e que a preferência do autor, em coerência com a sua proposta depois motivo de tanta polémica, seria manter a versão lusitana dos textos.

Grial, 27, 1970, pp. 14-28, “A questão do *Amadís de Gaula* no contexto peninsular”;

Grial, 37, 1972, pp. 353-355, “O poeta Camões”;

Grial, 41, 1973, pp. 278-287, “A recuperação literária do galego” (publicado também em *Colóquio-Letras*, 13, 1973, 5-14, e recolhido depois nos *Estudos*, 1979);

Grial, 42, 1973, pp. 466-467, “*Grial*, verdadeira empresa de cavalaria andante”;

Grial, 55, 1977, pp. 32-45, “Otero Pedrayo e o problema da língua”, recolhido igualmente nos *Estudos*, 1979;

Grial, 60, 1978, pp. 165-169, “sobre a lira lusitana de Curros Enríquez”;

Grial, 69, 1980, pp. 346-348, “W. Fernández Flórez e o idioma português”,

Grial, 74, 1981, pp. 497-500, “Algo de novo sobre o problema do galego”.

Tanto detalhe justifica-se por ser a partir do historial concreto de publicações em *Grial* onde se pode explicar e talvez entender o abandono daquele propósito de Lapa, quanto à publicação do artigo sobre a genealogia galega de Fernando Pessoa. O pedido de que fala Merelim regista-se na correspondência de Lapa para Francisco Fernández del Riego, que deveu ser o intermediário final, pois em carta enviada de Anadia em 28 de maio de 1972, na sequência de uma visita a Vigo e Santiago, manifesta-se do seguinte modo¹³:

Meu bom Del Riego

Regressado a penates, bem, mas um pouco cansado de tanta viagem, encontro uma carta dum amigo, Dr. Pedro da Silveira, correligionário da *Seara Nova*, que me encheu de júbilo. Calcule você que **ele descobriu que o nosso Fernando Pessoa também era de origem galega**, pelo lado materno! Camões e Pessoa pertencentes à boa e antiga grei galego-portuguesa, -é o melhor que nos poderia acontecer.

Tome nota: um trisavô do poeta, Caetano José Pinheiro, na qualidade de oficial de artilharia, passou à Ilha Terceira (Açores), no fim do séc. XVIII. Esse indivíduo, que também chegou a assinar Caetano de Lens, nasceu e

¹³ Em adiante, negrito nosso sempre que não se indique o contrário.

foi batizado na paróquia de San Tirso de Cando, município de Outes, província da Corunha, por volta de 1755. O pai chamava-se Manuel de Lens (num documento militar Manuel José Pinheiro) e a mãe Antónia de Maio (Mayo). **Precisamos da cópia do assento de batismo desse homem. Veja se através dos seus amigos é possível conseguir tal coisa**, que representa uma verdadeira “bomba” literária. Esta velha Galiza está na raiz de tudo e tudo explica, afinal. Honremos a “mater dolorosa”.

Por hoje, nada mais, pois estou apressado por causa da minha partida, amanhã para a Costa da Caparica. Saudades nossas para os dois. Um grande abraço cordial do velho amigo. (Lapa, 2001: 324-325)

Num outro bilhete rápido, sem data, mas que à vista das outras cartas se coloca entre maio e outubro do mesmo ano 1972, escreve apenas um recordatório sobre o mesmo assunto:

Com um abraço cordial do velho amigo, **que desejaria que alguém daí encontrasse o assento de batismo de Caetano José Pinheiro (1753-56)**, antepassado galego de Fernando Pessoa. Saudades nossas para os dois. (Lapa, 2001: 325)

E em 28 de outubro já só menciona brevemente a matéria, passando a abordar uma preocupação que vai ser central nos próximos anos, como é o problema da recuperação literária do galego:

Meu bom Del Riego

A sua carta deu-me uma grande alegria, como deve calcular. **Havemos de publicar esse assento de batismo, com a genealogia do homem, até chegar a Fernando Pessoa.**

Ando a trabalhar num artigo para a revista Colóquio/Letras, dirigida pelo Prado Coelho e colaborada também por galegos, entre os quais Basilio Losada e o nosso Ramón Piñeiro. Trato do problema da recuperação literária do galego, que me está preocupando muitíssimo, dado o êxodo maciço para o norte da Europa. O caso tem sido ventilado em artigos do Grial, em que precisamente me apoio.

Quando estiver pronto, mandar-lhe-ei cópias a você e ao Piñeiro, para que dêem a vossa opinião, muito sincera. E gostaria que se abrisse uma

larga e desapaixonada discussão sobre o assunto, mas com sugestões concretas que ajudassem a resolver este difícil problema.

Peço-lhe que me diga se, lá para Janeiro, poderei ter mais 5.000 escudos dos meus direitos de autor, que provavelmente gastarei numa viagem à Galiza.

Com saudades para dona Evelina, abraça-o o velho e dedicado amigo.
(Lapa, 2001: 325-326)

A discussão sobre o assunto dilata-se e é apaixonada. A polémica causada em 1973 pelo trabalho de Lapa, publicado no número 41 de *Grial*, provocou comentários e artigos imediatos. Álvaro Cunheiro escreve sobre o assunto no *Faro de Vigo* nesse mesmo ano (09/09/1973). Ramón Piñeiro responde no número seguinte de *Grial*, assim como Leandro Carré Alvarellos em *Colóquio-Letras* (nº 17, 1974, 76-77). Reação que deveu desviar, por força, a atenção de Lapa do projeto, expresso a Pedro da Silveira, que por outro lado já não podia seguir a ser o de publicar “em galego!”, pois o posicionamento de Lapa neste sentido tinha mudado, tanto nas suas próprias publicações na revista como na postura intelectual que defendia uma prática *reintegracionista* na ortografia portuguesa para os galegos. Em todo o caso, é nessa altura quando se produz uma pausa nas suas colaborações, pois a do número 42 forma parte de uma coleta de pareceres sobre a revista¹⁴, que até estaria pronta ou entregue antes das controvérsias causadas com o artigo do nº 41.

Por outro lado, o livro de Merelim publica-se em 1974, tendo, portanto, recebido de Rodrigues Lapa o auxílio – e a promessa para completá-lo nesse ponto – pelo menos em 1972 ou antes (é esse ano que consta no final das páginas do volume, “Março e Julho de 1972”, p. 107). Lapa, dada a natureza galega do tema, anunciava dar à re-

¹⁴ Depoimentos celebrativos de aniversário e solicitados a personalidades da cultura, como Joseph M. Piel, Agostinho da Silva, Giuseppe Tavani, Alonso Zamora Vicente ou o próprio Lapa.

vista central do galeguismo – que o tinha acolhido com carinho desde o seu número 4 de 1964, e era um meio em que com entusiasmo e regularidade participava – o estudo sobre Fernando Pessoa, no qual se iria ocupar “da origem galega do poeta”. Passada a polémica, Lapa só volta à *Grial* em 1977, treze números mais adiante (o maior distanciamento de toda a sua vida colaborativa), tocando ainda o *problema do galego* e da sua norma, que se tornou o tema central e ligado ao seu nome desde a controvérsia do número 41. Em 12/10/1976, Ramón Piñeiro escribe neste tom para Lapa:

Benquerido e admirado don Manuel:

Recebín a súa carta coa copia do seu traballo sobre “Otero Pedrayo e o problema da lingua”. Claro que o publicaremos en GRIAL, pois ben sabe que sempre nos sentimos honrados coa súa colaboración.

No tocante aos posibles erros de detalle, non vexo nada interesante que sinalar. **En cambio, no contido vexo que acentúa o irrealismo fundamental dos seus puntos de vista anteriores.** Ora, sexan as que fosen as nosas concordancias ou discordancias, todos nós sentimos o máximo respecto polos seus puntos de vista.

Lamentaría de veras que as miñas claras discrepancias cheguen a dar a impresión de que teño prexuícios verbo da fraternidade das nosas linguas, porque a verdade é xustamente o contrario deso: eu son un dos galegos que mais teñen meditado sobre ese problema e un dos que mais conscientemente defenden a aproximación galego-portuguesa. O que ocorre é que esa aproximación, para ser válida, ten que se axustar necesariamente á realidade dos feitos

Si homes como Otero Pedrayo ou como eu mesmo, que nos pasamos a vida afirmando en Galicia os noso vencellos entrañables, as nosas raíces comúns con Portugal, fronte aos seus puntos de vista nos sentimos sinceramente obrigados a discordar, non lle resulta extraño? non lle fai reflexionar sobre a posibilidade de algún fallo no modo de plantexar os seus puntos de vista? (Lapa, 1997: 353)

Piñeiro invoca ainda o “profundo sentir do pobo galego” e a “imensa maioría dos nossos intelectuais”, citando Corominas e os vínculos particulares como lucense com a metrópole de Braga, para marcar, no entanto, que “pretender que somos portuguese e que o português é a nosa lingua é un desatino histórico”, e lançar esta admoção a Lapa: “Que vostede se sinta galego non quer decir que eu deba de me sentir portugués” (Lapa, 1997: 354).

Neste ambiente, não consta que D. Manuel Rodrigues Lapa tenha achado a oportunidade – ou que se tenha sentido com vontade – para recuperar aquela antiga intenção, e abordar a genealogia galega de Pessoa, um desígnio lançado ao calor do melhor entendimento com *Grial* e com os galegos, seguramente algo anuviado a partir desse ponto pela incompreensão de uma parte dos distinguidos representantes destes, que controlavam também a publicação.

Pedro da Silveira, em carta enviada de Lisboa em 24/1/1975, para além de comentar o depoimento público de Lapa em missiva ao *Portugal Socialista* e lamentar-se do primarismo em que se colocou a revista *Seara Nova* e os cadernos da editora ao serviço dos “slogans” do PC, despede-se com este parágrafo:

Um dia destes receberá, de Angra, do Pedro de Merelim, o estudozinho genealógico sobre o F. Pessoa para que contribuiu. Por mim, vou mandar-lhe também em breve alguns apontamentos bibliográficos de lit^a galega colhidos nos jornais de cá. (Lapa, 1997: 351)

Este nosso trabalho também pretende completar agora o propósito incumprido de Manuel Rodrigues Lapa e honrar o nome, a memória e todas as grandes/boas intenções daquele admirável ‘cavaleiro da causa galega’.

3. A lição dos documentos

Os 15 documentos acomodados no Anexo I fundamentam uma das linhas genealógicas maternas e ascendentes que levam de Fernando Pessoa até ao seu trisavô galego, Caetano, e aos seus tataravós e até pentavós da Galiza. Procedem de quatro lugares centrais: Arquivo Nacional Torre do Tombo (Lisboa); Arquivo Distrital (Faro); Biblioteca Pública e Arquivo Regional (Angra do Heroísmo, Região Autónoma dos Açores); Arquivo Histórico Diocesano (Santiago de Compostela). Trata-se em todos os casos de Registos Paroquiais¹⁵. As fichas bibliográficas completas aparecem no primeiro bloco das “Referências bíbio-documentais”, no final, junto com a indicação web pertinente nos casos em que esta existe. Os documentos fornecem os dados da relação de parentesco que se mostra no quadro que para o efeito elaboramos (F6), indicando com parênteses retos a correspondência numérica que empregamos no Anexo I.

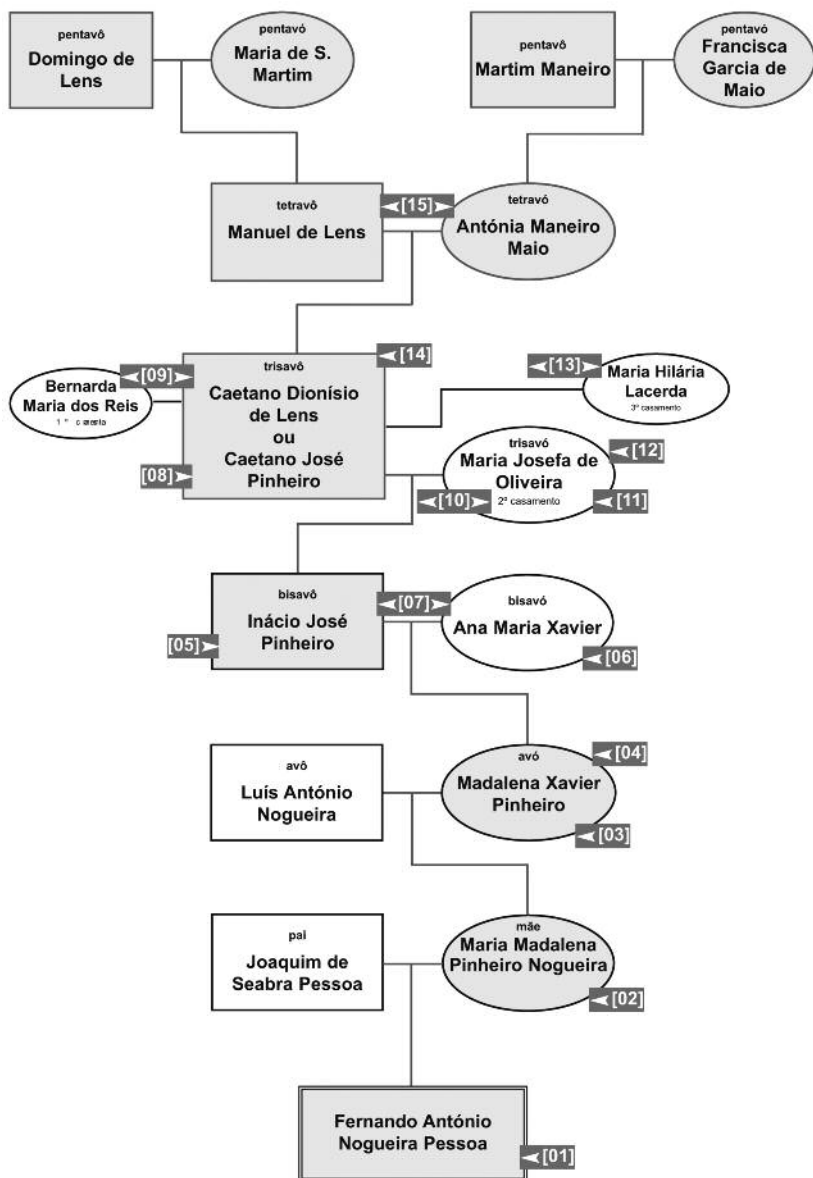
Ainda que sobre Fernando Pessoa e a sua mãe, Maria Madalena Pinheiro, existem dados suficientes, até nas biografias mais gerais, achámos conveniente desenhar toda a linha genealógica destes com

¹⁵ Os Arquivos de Portugal continental e Região Autónoma dos Açores podem ser acedidos também desde os Registos Paroquiais centralizados em <http://tombo.pt/>, página que pretende simplificar e promover a pesquisa genealógica neste país, iniciativa particular de João Ventura, sem vínculo e sem apoios ou informação privilegiada de nenhum dos Arquivos Portugueses. No que se refere a esta documentação, como se vê, existe a possibilidade de pesquisa e exame virtual nas páginas web correspondentes, ainda que a sua reprodução requer autorização expressa (que logicamente solicitamos e nos foi concedida em dezembro de 2014). No que se refere à documentação galega, só é possível a consulta em sala; na página web do Arquivo Histórico Diocesano de Santiago de Compostela (<http://www.ahds.es/>) é possível verificar apenas se existem conservados determinados fundos por data, sendo o exame e a digitalização de um documento concreto facilitada prévia solicitude por escrito e em sala, com pagamento e justificação da finalidade no caso da digitalização ou cópia (consentimento também obtido para este trabalho).

os registos de batismo. Sobre a avó e os bisavós (Inácio e Ana Maria) facilitam-se, ademais dos registos de batismo, os de casamento e óbito de Inácio, e o de óbito da avó, por causa destas fontes facilitarem informação sobre Caetano, o pai de Inácio. Sobre Caetano Dionísio, ou Caetano José de Lens, fornecem-se vários documentos: o registo de batismo, os do primeiro e segundo casamento (este com Maria Josefa de Oliveira, mãe de Inácio), os de batismo dos dois primeiros filhos e o registo de óbito. Também se mostra o assento de casamento dos pais de Caetano, alcançando assim mais um grau do parentesco galego com os nomes dos tataravós (e até pentavós) de Fernando Pessoa por esta linha. Já que o elo central da cadeia é o trisavô Caetano, voltaremos sobre o seu percurso biográfico depois do exame documental e dos comentários sobre as transcrições necessárias para o estabelecimento da ligação.

O documento D1, assento de batismo de Pessoa (Fernando António Nogueira Pessoa, Lisboa, 13/06/1888 - Lisboa, 30/11/1935), mesmo sendo dispensável, representa neste trabalho o ponto de partida da cadeia que traçamos. Dele arrancam os laços de ascendência materna. Segundo a transcrição do documento completo, o poeta é filho “de **Dona Maria Madalena Nogueira** Pessoa, de ocupação doméstica, natural de Angra do Heroísmo, recebidos na freguesia de Santos-o-Velho, em Lisboa, e moradores nesta de Nossa Senhora dos Mártires no Largo de São Carlos, número quatro, quarto andar”. Também se indica que é neto “materno do Conselheiro Luís António Nogueira e de **Dona Madalena Xavier Pinheiro** Nogueira”.

O documento D2 é o Registo de batismo da mãe de Fernando Pessoa, D. Maria Madalena Pinheiro Nogueira (Angra do Heroísmo 30/12/1861- Amadora, Lisboa, 17/3/1925), e recolhe-se nele tanto o nome da avó materna de Fernando Pessoa, Madalena (Xavier) Pinheiro, como já o de seu bisavô, Inácio José Pinheiro:



F6. Linha genealógica materna de Fernando Pessoa até ao seu trisavô galego, com indicação em parênteses retos dos documentos provatórios que se juntam no Anexo I.

...batizei solenemente e pus os Santos Óleos a um individuo de sexo feminino, a quem dei o nome de Maria, o qual nasceu nesta Freguesia, Concelho e Diocese às três horas da manhã do dia trinta do mês de Dezembro do ano de mil oito centos sessenta e um, filho legítimo do Bacharel em Direito Luís António Nogueira, Secretário Geral do Governo Civil deste Distrito, natural da Freguesia de Nossa Senhora da Conceição, Concelho e Diocese de Angra, e de sua mulher Dona **Madalena Xavier Pinheiro** Nogueira, natural da Freguesia Matriz da Vila das Velas da Ilha de São Jorge desta Diocese, recebidos na Paroquial de São Pedro desta Cidade, Concelho e Diocese, e paroquianos desta dita Freguesia da Sé, moradores na rua de São João desta mesma Freguesia, neto paterno de Ablílio Ponciano Nogueira já falecido, e de sua mulher Maria Luz Rebelo, e materno do Capitão Reformado **Inácio José Pinheiro**, e de sua mulher Dona Ana Maria Xavier Pinheiro já falecidos.

O documento D3 corresponde ao registo de batismo da avó materna de Fernando Pessoa, Madalena Xavier Pinheiro (Velas, São Jorge, 14/06/1836 - Angra do Heroísmo, Terceira, 05-10-1898), que foi nascer na Ilha para onde tinha sido deportado o pai, por não aderir à revolução liberal de 1828, sendo comandante da guarda ao palácio do general do Castelo de S. João Baptista, no quartel do Monte Brasil, Ilha Terceira (Merelim, 1974: 24-25). A escritura refere tanto o nome deste como o do seu avô Caetano –e, portanto, trisavô galego de Fernando Pessoa. Caetano e a sua (segunda) mulher Josefa de Oliveira são indicados como *naturaes das Provincias de Portugal*, como se pode comprovar no assento: “D. Madalena, filha do Tenente **Inácio José Pinheiro**, filho de **Caetano José Pinheiro** e de D. Maria Josefa de Oliveira, naturais das Províncias de Portugal, e de sua mulher D. Ana Maria Xavier, filha de Caetano de Paula Xavier, e de Madalena Luísa Xavier, naturais de Lisboa, e residentes em Portugal, fregueses os ditos pais da batizada desta Matriz da Vila das Velas da Ilha de S. Jorge”.

No registo de óbito da mesma avó materna de Fernando Pessoa, D4, indica-se a ignorância da naturalidade dos pais, Inácio José Pinheiro e Ana Xavier. O fato parece remeter de novo para as circunstâncias dos levantamentos liberais que conduziram vários irmãos Pinheiro ao exílio. Inácio José Pinheiro foi deportado para a ilha de S. Jorge, sendo-lhe sequestrados os bens. Ao todo, foram quatro dos filhos de Caetano com Maria Josefa de Oliveira (dos sete que tiveram, uma das filhas falecida logo ao nascer) que sofreram desterro e sequestro temporário de bens por não se integrarem no movimento político de 22 de junho de 1828 (Drumond, 1981: 108-110; e Pinheiro, 1890-1896: 161).

Já no documento D5, registo de batismo de Inácio José Pinheiro (Vila da Praia, 15/08/1799 - Angra do Heroísmo, 11/11/1870), bisavô de Fernando Pessoa, o seu pai Caetano é indicado como “natural da Matriz de Sam João de Coimbra logar de Lisboa”.

Com o documento D6, registo de batismo da esposa de Inácio e bisavô de Fernando Pessoa, Ana Maria Xavier, batizada em 24/08/1803, na Freguesia de Nossa Senhora da Purificação da Vila de Oeiras, pretende-se apenas corroborar dados da linha genealógica que reconstruímos. Finalidade similar persegue a apresentação do documento D7, registo de casamento deste casal, bisavós de Fernando Pessoa, que confirma os nomes dos pais de Inácio (Caetano **José Pinheiro** e Josefa de Oliveira), já falecidos na altura.

Chegamos assim ao elo mais enigmático desta cadeia, Caetano José Pinheiro ou Caetano Dionísio de Lens, trisavô galego de Fernando Pessoa, cujo registo de batismo se recolhe no documento D8. A transcrição da escritura já foi adiantada atrás, advertindo de anteriores interpretações ortográficas erradamente à portuguesa e de como foram elididos os padrinhos e atribuída a localização toponímica destes (“Tojeira”) aos pais de Caetano. O assento indica nasci-

mento (e batismo) em 12-01-1756 no Lugar da Ponte, Outes, Galiza. Mas são a mesma pessoa este Caetano Dionísio de Lens e o Caetano José Pinheiro que aparece nos documentos que acabamos de ver mais recentemente? E, aceitando que isso se vai provar, como e em que altura começa o galego a fazer-se passar por português, “**natural da Matriz de Sam João de Coimbra**” ...?

Escreve em nota Merelim que “Debalde diligenciámos situar o respectivo termo paroquial, motivado, em parte, pela referência imprecisa e vaga de que dispomos. Tanto aparece procedente da matriz de S. *João de Almedina* como da de S. José «subúrbios da cidade de Coimbra»” (Merelim, 1974: 36, nota 90). Como veremos no esboço do seu percurso biográfico, é aos 20 anos que aparece registado como soldado cadete no Regimento de Artilharia do Algarve, usando apenas o nome de Caetano José Pinheiro e apresentando-se como natural de Coimbra, “ajuramentado em 14 de Março de 1776” (Merelim, 1974: 35-36). Os documentos que seguem na compilação oferecida no nosso Anexo I provam definitivamente a correspondência destes dois nomes a uma mesma identidade, como agora veremos. Quanto à mudança de nome ou disfarce da origem galega em certos momentos da sua vida, poderemos aventurar algumas hipóteses elucidativas que, no entanto, terão que aguardar.

A provação da equivalência Caetano José Pinheiro = Caetano Dionísio de Lens começa com o documento D9, que corresponde ao Registo do seu primeiro casamento. Este acontece em Faro, quando Caetano tem apenas 24 anos de idade. A escritura indica unicamente o nome de Caetano José e o sobrenome de Pinheiro. E dá por nomes dos pais Manuel José Pinheiro e Antónia Maria da Conceição. Poderia parecer que se trata de outra pessoa, mas por altura do segundo casamento (1 de maio de 1786, Santa Engrácia, Lisboa), cujo assento se recolhe no documento D10, adverte-se que este acontece sendo “viúvo de Bernarda Maria dos Reis, falecida na Cidade de

Faro”, e até se recuperam os dados originais do seu batismo: **“foi batizado na freguesia de Stº Tirso de Cando, Arcebispado de S. Thiago, filho de Manuel de Lens, e de Sua mulher Antonia de Mayo”**.

Não só nessa escritura se prova a equivalência: coincidindo com a sua estada em Lisboa, frequentando a Academia Militar, a origem galega de Caetano parece reassumida durante alguns anos e mostra-se expressa em vários documentos paroquiais, de que damos a seguir prova, recuperando inclusive o apelido “Lens”. O documento D11 corresponde ao registo de batismo do seu primeiro filho, e neste (de 1789) figura a naturalidade concreta do pai: “...batizei solenemente a João, que nasceu a dezassete de Março próximo, **filho de Caetano de Lens batizado na Freguesia de Santo Tirso Arcebispado de Santiago, Reino de Galiza**, e de Maria Josefa de Oliveira”.

E o mesmo acontece no documento D12, Registo de batismo do segundo filho (em 1790), José Joaquim Pinheiro, quanto à recuperação do sobrenome “Lens”: “...batizei a José que nasceu aos vinte e oito de Setembro deste ano, **filho de Caetano de Lens** e de Maria Josefa de Oliveira”.

Dez anos mais tarde do registo do primeiro filho, quando nasce Inácio, e como já se observou no assento deste, a origem galega de Caetano teria voltado ao sumiço documental. No registo do terceiro casamento dele, documento D13, acontece o mesmo, retomando-se a vaga naturalidade coimbrã: “...o Sargento Mor Graduado **Caetano José Pinheiro natural da Cidade de Coimbra, e Viúvo de D. Maria Josefa...**”.

No assento de óbito de Caetano, documento D14, além de atribuir-lhe só como segundo o casamento último, quando era realmente o terceiro, nenhum dado se acrescenta sobre a sua origem.

Para finalizar, o documento D15, que corresponde ao registo de casamento dos pais de Caetano, tataravós galegos de Fernando Pessoa, esclarece ainda – apesar da dificultade da letra – como o progenitor, Manuel de Lens, procede do concelho vizinho de Negreira, em concreto da freguesia maior deste municipio, S. Vincenço (ou S. Vicente) de Aro. Teria, portanto, casado no de Outes, onde nasceu Caetano. Também facilita mais um grau de parentesco com os nomes dos avós de Caetano (pentavós de Fernando Pessoa), e informa da realidade emigradora, num horizonte em que aparece o “Reino de Castilla” e por certo o “Reino de Portugal”. Eis a transcripción completa aproximada que neste caso excepcionalmente tam- bém avanzamos (Vid. Anexo I, Documento D15):

En la feligresía de San Tirso de Cando al día primero del mes de Marzo de este presente año de mil setecientos y cincuenta y cinco, yo, Don Francisco Bernardo Vázquez de orden y con licencia de Don Domingo Antonio Blanco de Puga, Cura y rector de dicha feligresía, asistí al matrimonio que contrajeron **Manuel de Lens**, hijo legitimo de Domingo de Lens y su mujer Maria de San Martin, vecinos de la feligresía de San Vicente de Aro y ahora difuntos, y **Antonia de Mayo**, hija legítima de Martín Maneiro, ausente en el Reino de Castilla, y su mujer Francisca de Mayo, vecinos desta dicha feligresía de Cando: habiendo precedido las tres admoniciones que dispone el Santo Concilio de Trento y no haber resultado impedimento ninguno que impida el contraer dicho matrimonio, y en virtud de Certificacion del Cura de San Vicente de Aro y despacho del Señor Provisor que en Virtud de información de libertad que recibió dicho Cura de Aro por haber asistido algún tiempo en el Reino de Portugal se sirvió dar: fueron testigos Gaspar Lois y Juan de Agrafoxo vecinos desta dicha feligresía y para que conste lo firmo con dicho Rector dicho día mes y año. /= Domingo Antonio Blanco de Puga, Francisco Bernardo Vázquez [rubricado]

4. Mudança e volatilidade nos apelidos

Na cadeia genealógica que acabamos de traçar, chama a atenção a duplicidade onomástica provada do trisavô galego de Fernando Pessoa, Caetano Dionísio de Lens / Caetano José Pinheiro. Não pode existir certeza absoluta acerca dos motivos que a justificam. Mas cabem várias conjeturas, que talvez se poderiam sintetizar assim:

- a) trata-se de uma confusão de sobrenomes;
- b) é uma variação fundada em sobrenomes galegos;
- c) é casualidade circunstancial na inscrição de um rapaz de vinte anos que se alista no exército português;
- d) é disfarce da origem galega, no contexto político ainda conflituoso entre Portugal e Espanha;
- e) é uma naturalização portuguesa sem mais;
- f) não há duplicidade alguma, o uso de ambos sobrenomes está justificado.

Sobre a suposição do disfarce existe alguma argumentação razoável, ainda que não se deveria descartar alguma das outras nem mesmo uma combinação de várias, por muito peregrinas que algumas pareçam. Recordemos que Caetano recupera documentalmente a sua identidade galega durante alguns anos, por altura do segundo casamento e no assento dos primeiros filhos, e até deixa constância aí do sobrenome *Lens* do pai. Mas em boa parte da sua vida utiliza ou é designado por Caetano José Pinheiro. Veremos em breve que a visão que hoje temos sobre a ordem e/ou imutabilidade de nomes

e sobrenomes herdados não é coerente com a realidade de centúrias inclusive recentes, em que as mudanças não eram estranhas, e que na origem humilde do pai também cabem variações que não fossem recolhidas na documentação que até agora apareceu. Também é muito provável que as contradições sejam mais aparentes: ainda que faltem provas justificativas firmes sobre o uso de ambos apelidos, também é verdade que não vamos achar qualquer duplicidade. Mas prévia à constatação desse ponto de vista, no decorrer do exame dos dados, e antes mesmo de chegar à abordagem das vicissitudes da vida de Caetano em capítulo posterior, aproximemo-nos de alguma das outras sugestões. E já agora da possível dissimulação de origem, em cujo abono poderão apontar-se dados indiretos que a fundamentem. Começamos por transcrever completa a nota 89 do livro de Merelim, quem também sobre este ponto indica o essencial:

Nos fins do séc. XVIII, além de numerosos emigrados realistas franceses, integravam-se no Exército Português militares alemães, italianos, irlandeses, alguns ingleses, escoceses, polacos, etc. Sobretudo, após a vinda do conde de Lippe, os estrangeiros enxameavam nas nossas fileiras de terra e mar. Uma espécie de mercenários aqui e, mais ou menos, por toda a parte, [sic] De aventar a hipótese, pois, embora as divergentes nacionalidades fossem aceites, **Caetano José Pinheiro não lograria qualquer vantagem em apresentar-se como oriundo de Espanha.** Verdade que em Portugal se seguia a tradição, justa, de não considerar o irmão galego como propriamente espanhol. De uma forma ou de outra, contudo, o filho da Galiza jamais se eximiria à condição de súbdito do rei de Madrid. Além da Restauração, lembra-se que, em tempos de D. José, ainda se travou uma breve guerra luso-hispânica. Os outros estrangeiros eram de países menos próximos e, relativamente, não tão importantes ou mais amigos. Admitimos, portanto, tenha sido esta a razão por que se nacionalizara. Aliás, com outros galegos igual teria sucedido. (Merelim, 1974: 35)

Na abordagem da peripécia vital de Caetano alargaremos a visão sobre o seu tempo histórico e talvez fiquem ainda mais claras as razões que sustentam esta hipótese. Entrando agora com algum deta-

lhe nas outras possibilidades, reservamos só para o seguinte capítulo observações de campo que incidem sobre uma possível modificação fundada em sobrenomes galegos. De resto, a nacionalização portuguesa de Caetano, à que se refere Merelim no final da nota, não consta documentalmente em nenhum lado, sendo mais *de facto* ou como consequência de uso prévio, algo que acontecia entre os galegos que passavam a Portugal e entre os portugueses que se instalavam na Galiza: uns e outros podiam passar por naturais do país de chegada. A forte presença galega em Portugal, que teve precisamente no século XVIII em que se movimenta Caetano vagas migradoras agudas, para participar na construção da infraestrutura do vinho do Porto, aqueduto de Lisboa e reconstrução da cidade depois do terramoto, para além da série de trabalhos socialmente pouco estimados que costumam os emigrantes, está relativamente bem estudada. Sobre a presença de portugueses na Galiza começamos a ter cada vez mais informação¹⁶. Com estes dados podemos hoje assegurar que, durante séculos, e tanto sobre os galegos em Portugal como sobre os portugueses na Galiza, foram-se processando estereótipos ou visões sobre o outro muito concretas: uma visão negativa, como sempre acontece sobre pobres e emigrantes; uma visão de afinidade, vistos como muito próximos, mas ainda identificados; e uma não-visão, por galegos confundirem-se perfeitamente com portugueses em Portugal e portugueses com galegos na Galiza.

Por isso as primeiras hipóteses, que de entrada poderiam aparentar-se as mais débeis, adquirem algum interesse especialmente se observadas com maior atenção. Lidar com tanto documento paroquial e comprovar a diversidade imprecisa dos usos manuscritos da época incrementa a desconfiança sobre o rigor do registo de

¹⁶ Os trabalhos de Dionísio Pereira, por exemplo, em especial o mais recente livro *Emigrantes, exilados e perseguidos. A comunidade portuguesa na Galiza (1890-1940)*, publicado em Santiago de Compostela em 2013, mergulham com detalhe no levantamento da realidade deste lado do Minho.

nomes. Assim confusões, circunstâncias e casualidades coincidentes, que até podem auxiliar uma vontade de disfarce, devem-se ter em conta. Um rapaz, com vinte anos e dois meses, de ofício carpinteiro, alista-se como cadete no Regimento de Artilharia do Algarve e é anotado como Caetano José Pinheiro. Por quê *José...*? Por quê *Pinheiro* no apelido...? Pode haver confusão, intenção e até fundamento certo.

Tanto o nome que acrescenta Caetano, como o “novo” sobrenome, já deviam ter na época a altíssima frequência que hoje ainda manifestam. Pelo menos o apelido, pois *Pinheiro* figura, como na Galiza, entre os mais frequentes em Portugal. Numa tabela com os 100 apelidos mais frequentes da população portuguesa (F7), elaborado em 2004 pela S.P.I.E.¹⁷, *Pinheiro* aparece pela metade. A sua origem como sobrenome é toponímica e a sua antiguidade remonta pelo menos ao século XIII, com muitos indicadores de ser proveniente das comunidades judaicas da Espanha e Portugal. A chegada à Península Ibérica dos judeus relaciona-se com a conquista romana que dispersou a nação judaica. É sabido como cerca de 750 mil desta comunidade que vivia na Espanha no ano de 1492 foram desterrados do país pelo decreto dos chamados Reis Católicos, Isabel e Fernando, e como os judeus de Portugal foram também expulsos vários anos depois. A suspensão deste decreto de expulsão foi prometida aos judeus que se convertessem ao catolicismo. Os Pinheiros são mencionados como cristãos-novos convertidos, que como outros judeus que viviam na península Ibérica adotaram sobrenomes de árvores ou montes para assim poderem se identificar como judeus sem serem perseguidos. Entre estes primeiros *Pinheiro* menciona-se Tristão Gomes Pinheiro, cavaleiro precisamente *galego*, que fez os muros

¹⁷ Sociedade Portuguesa de Informação Económica, SA, é uma empresa que oferece serviços de alta qualidade na área da criação, manutenção e enriquecimento de bases de dados para marketing e vendas. *Vid.* www.spie.pt

Os 100 Apelidos mais frequentes da População Portuguesa		
Apellido	% frequência vs População (2004)	frequência milhares(000)
NEVES	0,98%	103
NOGUEIRA	0,46%	49
NUNES	1,32%	139
OLIVEIRA	3,71%	391
PACHECO	0,26%	27
PAIVA	0,25%	26
PEREIRA	4,88%	514
PINHEIRO	0,49%	51
PINHO	0,33%	35
PINTO	2,09%	220
PIRES	0,92%	97
RAMOS	0,86%	91
REIS	0,85%	90
RIBEIRO	2,27%	239
ROCHA	1,04%	110
RODRIGUES	3,57%	376
SA	0,40%	42
SANTOS	5,96%	628
SILVA	9,44%	995
SIMÕES	0,85%	90
SOARES	1,28%	135
SOUSA	2,95%	311
TAVARES	0,67%	71
TEIXEIRA	1,69%	178
TORRES	0,24%	25
VALENTE	0,32%	34
VAZ	0,34%	36
VICENTE	0,33%	35
VIEIRA	1,20%	127

Fonte: SPIE-Sociedade Portuguesa de Informação Económica, SA

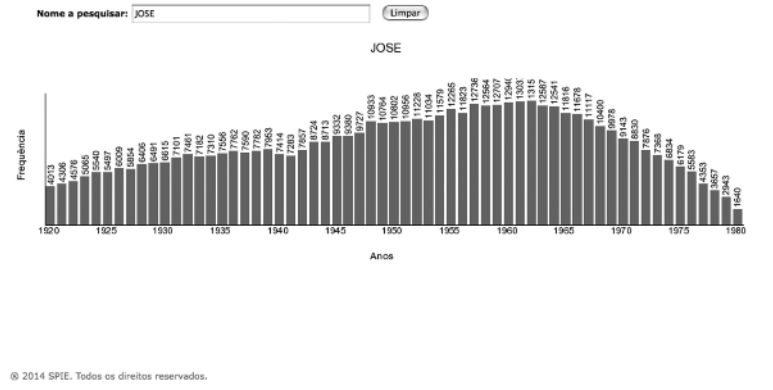
F7. Os 100 apelidos mais frequentes em Portugal, incluindo *Pinheiro*.

de Barcelos por mandado do Duque D. Afonso e tem escudo de armas (Machado, 1980: 71). Em meados do século XVIII é, portanto, um sobrenome corrente em Portugal.

Quanto ao nome *José*, uma consulta direta na Base de Dados da S.P.I.E.¹⁸, permite observar como o seu uso, em nascimentos entre 1920 e a década de 90, mostra uma curva descendente. Com efeito, *José* foi retrocedendo no uso (F8), mas não são necessárias estatísticas para patentear a sua presença popular durante séculos, inclusive complementando outros nomes. No caso que nos ocupa, o uso de José pode ter alguma justificação por parte de Caetano. O trisavô de

¹⁸ A página é capaz de gerar gráficos construídos a partir dos nomes de 8.200.000 de pessoas adultas, residentes em Portugal.

Os gráficos apresentados em baixo são construídos com base em nomes de 8.200.000 pessoas adultas, residentes em Portugal, constantes da base de dados SPIE apenas para efeitos estatísticos. Por razões legais, a SPIE não mantém em bases de dados nomes de menores. Introduza um nome próprio existente em Portugal não utilizando caracteres acentuados, til ou cedilha. O gráfico gerado representa a frequência com que a palavra aparece, como primeiro nome próprio, em nascimentos entre 1920 e os anos 90.



F8. Gráfico da S.P.I.E. sobre o uso do nome *José* em Portugal.

Fernando Pessoa foi batizado na Galiza seguindo a tradição que se refere ao costume de homenagear os padrinhos dando à criança o nome deles. Caetano Dionísio, por Caetano Pedrosa e Dionísia da Gándara. O pai da criança era Manuel de Lens (D8), mas quando a tal criança casa em Faro por primeira vez indica-se como Manuel *José* Pinheiro (D9). Tomando conta apenas e agora do *José*, estaria já este nome também presente no registo do pai de Caetano...?

Foi irrequerável o assento de batismo de Manuel de Lens¹⁹. À falta desta verificação, fica apenas em hipótese que o nome completo do pai de Caetano fosse Manuel José, ou mais bem José Manuel, dupla onomástica de correntíssimo uso até ao final do século XX na Galiza. Cabem ainda mudanças possíveis nos sobrenomes, como

¹⁹ Os “Libros Sacramentales” da Freguesia de S. Vicente de Aro (Arquivo Histórico Diocesano de Santiago) não se podem consultar por se acharem deteriorados e por faltar, muito mais concretamente, o que poderia recolher o batismo de Manuel: existem o livro catalogado como P001727 (referido a Batizados/ Casados/ defuntos de 1666-1709) e passa ao P001728 (Batizados 1749-1764), e seguintes. Falta o período 1709-1749, que poderia recolher com maior probabilidade o assento de Manuel de Lens.

tentaremos explicar no capítulo seguinte. Quando Caetano tinha 4 anos, morre o seu pai²⁰, e não seria impossível que Caetano tivesse incorporado na prática o mesmo acréscimo que o seu desaparecido pai, dada a instabilidade nas regras de uso a que depois nos referimos, e até que o mistério do *Pinheiro* tenha também a ver com ele, se bem outras hipóteses parecem mais plausíveis.

Existe ainda a possibilidade de que *Pinheiro* tenha a ver com a mãe e cumpre antes de mais ter em conta fatores gerais de colocação dos sobrenomes. A ordem dos apelidos no nome de uma criança hoje pode ser livremente escolhida pelos progenitores: com um limite máximo de quatro vocábulos, há de resto plena liberdade na sua ordenação, sejam eles de ambas as linhas, materna e paterna, ou só de uma delas. Mas um nome tipicamente pertencente à onomástica portuguesa é composto por um ou dois nomes de batismo e dois apelidos de família, sendo o último destes o paterno. Uma ordem que é a inversa nos países de língua espanhola, pois estes colocam no final os sobrenomes maternos. E quando se trata de utilizá-los em cumprimentos formais ou na indexação de artigos científicos, uns e outros comportam-se de modo diferente: utiliza-se geralmente e apenas o último sobrenome no âmbito lusófono; emprega-se geralmente e apenas o primeiro sobrenome no âmbito hispânico. Mas as coisas não foram sempre assim e há mais proximidades do que é aparente.

Vale a pena atentar, contudo, nos sobrenomes que incorpora Caetano na Galiza: *Lens* (por agora deixamos assim) pelo pai, e *Maneiro* pela mãe, pois Antónia do Maio tinha aquele primeiro apelido, como

²⁰ Em 20/09/1760, sem fazer testamento por ser “sumamente pobre”, segundo consta no registo de óbito, onde também se indica que estava casado com Antonia de Maio, “de la que ha tenido algunos hijos”, e que só assistiram ao seu enterro quatro sacerdotes e o próprio registador –o número de padres que se podiam pagar determinava, como se sabe, a importância social do finado, e no mesmo livro há exemplos imediatos com números superiores de curas (documento D16, não reproduzido em Anexo, Vid. Bibliografia).

consta ao completo na margem esquerda do seu assento de casamento (D15). Caetano (José?) Lens Maneiro, numa decorrência do hábito hispano e moderno, que na transferência a um contexto luso poderia ficar *indexado* apenas pelo último sobrenome? De Caetano (José?) Maneiro a Caetano (José?) Pinheiro...?²¹

Ainda que tudo isto poderia ter algum fundamento, não deixa de corresponder a uma visão –como já se advertia– muito contemporânea sobre a questão onomástica. Examinada em perspectiva diacrónica, deparamo-nos com que há uma ampla fase de infixação dos apelidos de família, que só entre os séculos XV e XVI começa em Portugal a seguir algumas regras, e que a relativa instabilidade que ainda perdura nesta etapa só acaba com a proclamação da república e o estabelecimento do registo civil, tornando-se obrigatória a consignação de apelidos. A onomástica não tinha antes do período central desse percurso regras muito firmes e eram usados frequentemente patronímicos ou indicativos de lugares e profissões (recordemos isto), entre outros, sem qualquer norma ou ordem (recordemos também isto). No batismo apenas constava o primeiro nome e as pessoas quando eram adultas adotavam o apelido da mãe ou de um avô, conforme a importância da família. Inclusive era mais frequente que a mulher se tornasse conhecida pelo apelido materno e não pelo paterno. A ordem de colocação era igual em Portugal como em Espanha, o apelido da varonia precedia o materno.

As razões pelas quais, a partir do século XIX, os apelidos paternos passaram a ser colocados em Portugal depois do materno, diferentemente do que continuou a ocorrer em Espanha, não estão

²¹ As letras manuscritas dos párocos que durante muitas horas interpretei deixam admitir tranquilamente a indiferença *Maneiro/Pinheiro*, especialmente se transferida de uma comunicação oral por parte de um rapaz acanhado, que se vai alistar com a consciência longínqua de poder ser descoberto como prófugo do serviço militar espanhol –e os escrevinhadores do exército português não seriam muito mais argutos em letras que os curas da altura.

muito claras. O primeiro código civil Português (1867) nada estipulava sobre esta ou outras questões relacionadas. Só na legislação posterior, com a chegada do registo civil, se proibem nos assentos de nascimento as referências honoríficas ou nobiliárquicas, e posteriormente se determina o número de apelidos²² e se indica para o último lugar os do pai. Em Espanha a primeira indicação legislativa sobre o assunto é também uma lei do registo civil de 17 de junho de 1870, que de forma não impositiva e admitindo a troca dessa ordem, propõe que o primeiro apelido seja o do pai e o segundo o da mãe. Tanto a ordenação lusitana dos sobrenomes quanto a adoção pelas mulheres dos apelidos dos maridos, tem sido atribuída a “causas estrangeiras” (Faria, 1951: 17-18), e a lei que passou a regerar a matéria (de 1932) teria sido recebida com protestos nos jornais, pois “o uso do apelido ou apelidos paternos em último lugar [seria] contrário ao costume português, principiado a pôr de parte no século passado”. Mas, se o costume de colocar o apelido paterno em último lugar começava a ser descartado nas últimas décadas do século XIX, não quer dizer que antes, nomeadamente no XVIII, se teria tornado hábito...?

Leite de Vasconcellos, já no século XX, ainda assegura que “actualmente há muita liberdade na escolha do apelido: cada pessoa toma, por assim dizer, o apelido que lhe parece, de que gosta, ou que lhe convém”, e que “não era assim antigamente” (Vasconcellos, 1928: 327)²³. Haveria que ter em conta também as diferentes preocupações e, portanto, comportamentos em relação ao nível social. Das classes populares fica menos informação em geral, salvo os

²² Não superior a quatro e escolhidos de entre os nomes de família dos pais.

²³ O antigamente a que se refere está ilustrado com exemplos das Ordenações do reino, onde não deixa de haver usurpações de apelidos que não provinham da família. Mas o certo é que “na junção de apelidos não existe ordem rigorosa, contrariamente ao que acontece em hespanha (...) nós agregamos apelidos paterno e maternos, mas ao acaso”, adverte mais adiante (Vasconcellos, 1928: 331).

apontamentos paroquiais, mas é evidente que estavam longe dos desvelos das famílias importantes da nobreza e da fidalguia em geral. As classes nobres vinham adotando um sistema de tipo linhagístico, associado à fixação de um nome de família, que podia ter raiz toponímica, mas também origem em patronímicos e até alcunhas do fundador da linhagem. O que interessava era deixar à vista a descendência de um antepassado comum, geralmente por linhas varonis, algo que às camadas populares não devia preocupar. Entre a fidalguia e a nobreza, tanto a transmissão dos apelidos como a do património chegava a contornar a falta de descendência masculina, e podiam-se tomar as armas do pai ou da mãe e admitia-se também poder chefiar mais do que uma linhagem, com tal de comunicar a nobreza aos filhos, que podiam usar dos apelidos e armas de uma e outra parte livremente²⁴.

As classes baixas, alheias a obsessões linhagísticas, até poderiam comportar-se com maior licença, pois ainda estavam desobrigados de normas legais sobre a matéria. A legislação pombalina de 1769 banuiu as restrições à acumulação de morgados, e em finais do século XVIII era normal que um primogénito e senhor de casa acumulasse uma apreciável quantidade de apelidos, ao contrário daquilo que era anteriormente prática corrente. As orientações serão prosseguidas pelas famílias fidalgas antigas ao longo do século XIX, apesar do triunfo liberal de 1834 que tentou abolir a lei Mental, os bens da coroa e em geral os esquemas sobre os quais repousavam os antigos modelos de reprodução social dos grupos aristocráticos. Nas práticas onomásticas do povo comum, sempre menos documentadas, o

²⁴ O mesmo princípio era adotado nas provas de nobreza ou de fidalguia exigidas nas habilitações para aceder ao grau de cavaleiro das ordens militares, que incidiam sobre os quatro costados. A mobilidade de nomes e sobrenomes estaria ao serviço desse princípio de manter a marca de nobreza, entre a classe alta, e os sobrenomes foram aumentando com maior intensidade ao longo do século XVIII, sendo o apelido primacial o primeiro ou a combinação de primeiros que se usavam depois do nome próprio.

ponto de partida dos hábitos medievais, em que os nomes das pessoas eram geralmente constituídos pelo nome próprio e pelo patronímico, eventualmente por um terceiro elemento (alcunha, profissão, topónimo, que servia para ultrapassar as frequentes homonímias), parece marcar a tendência.

Os livros paroquiais seriam as fontes que permitem fazer o seguimento do *costume* onomástico das camadas populares. Nos assentos de batismo o hábito mais geral dos párocos é registar apenas os nomes próprios das crianças, enquanto que nos de casamento e óbito recolhem na maior parte dos casos o nome próprio e um apelido. Como ainda não existiam leis ou obrigações rígidas sobre o uso e ordenamento, os seus registos talvez sejam o melhor espelho de uma prática onomástica que mantém as marcas dos laços familiares, mas que se mostra flexível. Assim procedem a anotar com naturalidade a realidade de um sobrenome que podia ter origem numa alcunha ou num topónimo (Manuel é “de Lens”, e já se verá que próximo tinha o fundamento toponímico), estar constituído por um segundo nome próprio, ter base patronímica e até retomar apelidos de progenitores, padrinhos ou até –no caso de criados e escravos– do senhor²⁵. O caso é que uma pessoa podia guardar o apelido do pai, da mãe ou até um apelido não coincidente com nenhum daqueles dos progenitores.

Tudo isto para dizer que a duplicidade onomástica de “Caetano Dionísio de Lens” / “Caetano José Pinheiro”, para designar a mesma pessoa, à luz do que se sabe sobre as modalidades de cons-

²⁵ Seguramente nos próximos anos poderemos ter trabalhos definitivos sobre esta matéria, mas o acervo de Memórias Paroquiais do Arquivo Nacional/Torre do Tombo (IAN/TT) hoje já à vista, e concretamente aquilo que se refere aos registos paroquiais de freguesia rurais, parecem sugerir por toda a parte a liberalidade ou falta de regras rígidas no que se refere à adoção de sobrenomes. No caso galego, a falta de digitalização dos documentos vai retardar as possibilidades de estudos mais completos, mas por enquanto o comportamento parece seguir os mesmos princípios.

tituição dos sobrenomes nos meios populares, não existindo um quadro normativo que impusesse regras legais, e tendo em conta o contexto histórico-político da segunda metade do século XVIII, é muito mais normal do que à primeira vista parecia. Aquelas mesmas fontes dos registos paroquiais de freguesias rurais evidenciam ainda a adoção de patronímicos, uma alternativa que pode complementar as hipóteses antes avançadas para o caso. Hipóteses talvez agora mais compreensíveis e fundadas. As práticas onomásticas predominantes no tempo de Caetano caracterizavam-se pela diversidade e, à espera de futuras investigações que possam acrescentar novos elementos, o importante é que as variações nos seus nomes e sobrenomes se justificam, lhe correspondem documentalmente e, portanto, o relacionam genealógicamente como trisavô com Fernando Pessoa. Mas, mesmo assim, acrescentamos ainda alguns elementos sobre este assunto com base em observações de campo.

5. A hipótese Coimbra

Quando Caetano aparece em Faro em 14 de março de 1776, alistado com vinte anos no Regimento de Artilharia do Algarve, está identificado como natural de Coimbra. A primeira impressão é que a naturalidade galega (a efeitos legais, espanhola) foi dissimulada. Admitindo, como afirmava Merelim, que “Caetano José Pinheiro não lograria qualquer vantagem em apresentar-se como oriundo de Espanha”, mas voltando a ter em conta a bondade dos Registos Paroquiais, por serem fontes contemporâneas dos acontecimentos, e porque é difícil mentir a um Pároco, não temos necessariamente que achar contradição entre os dados reunidos. Merelim escreve que “Debalde diligenciámos situar o respectivo termo paroquial, motivado, em parte, pela referência imprecisa e vaga de que dispomos”, e menciona a variabilidade entre a “matriz de S. João de Almedina” e a de “S. José”, nos subúrbios da cidade de Coimbra (Merelim, 1974: 36, nota 90).

A cidade Coimbra nunca teve nenhuma “freguesia de S. José”, como se indica ao pároco e este recolhe aquando o primeiro casamento, em [09], donde seria “natural” Caetano José Pinheiro. Não existe tal freguesia, mas existe o “Bairro de São José”, freguesia da Sé Nova²⁶. A Sé Nova de Coimbra (ou Colégio dos Jesuítas, que ocupou, ou também chamada Igreja das Onze Mil Virgens) podia ter sido a referência eclesiástica que Caetano guardava da sua passagem

²⁶ Tem atribuído o código postal 3030-207 da cidade de Coimbra. Hoje pertence à zona urbana da cidade e integra-se na chamada “União das Freguesias de Coimbra” (Sé Nova, Santa Cruz, Almedina e São Bartolomeu), tendo sido extintas só em 2013 por reforma administrativa

por esta cidade. Por outro lado, “ser natural” de Coimbra, na procedência atribuída ao jovem cadete, é compatível com “ter nascido” ou ser originário da Galiza, dado que em Faro poderia ter dissimulado, para reaparecer no segundo casamento e assento de alguns filhos.

Mergulhamos igualmente debalde em livros paróquias destas freguesias. Visto que a mãe de Caetano não aparece registada nos óbitos de Sto. Tirso de Cando, faz todo o sentido deduzir que morreu noutra parte, bem na terra vizinha do marido – mas os livros das paróquias de Aro ou Linhaio não existem, para o período possível da morte, ou acham-se em mal estado –, bem na emigração. Emigração com bastante fundamento em Portugal. As procuras nos livros de mortos da Sé Nova de Coimbra permitiram achar alguma Antónia que bem poderia corresponder com emigrantes galegas. Por baixo dessas letras quase opacas e nos dados escassos em que pouco mais que o nome aparece, talvez se ache a mesma mãe de Caetano. Também noutro tipo de assentos, os livros de batismos da mesma freguesia²⁷, aparecem registos de moradores na mesma *lugar de Thobim*, com progenitores que levam sobrenomes de *Pinheiro* e talvez até *Maneiro*, pois a letra pode conduzir a equívocos. Tovim até poderia corresponder a um verdadeiro subúrbio da cidade na altura, pois ainda hoje está por fora da Circular Externa de Coimbra. A freguesia que tem mais próxima será Santo António dos Olivais, hoje a maior freguesia urbana da cidade de Coimbra e uma das mais populosas de Portugal. Mas só foi criada em 20 de novembro de 1854 e os seus livros paróquias começam a registar batismos, casamentos e óbitos a partir de 1855. A Sé Nova, pelo sul e algo mais distante, devia atender os fregueses de Tovim na segunda metade do século XVIII e primeira do XIX. Nesta ou noutra área, na altura su-

²⁷ Paróquia da Sé Nova, Coimbra 1546/1911, 002 Batismos 1676/1911, livro 0004 Batismos 1742/1762.

burbana de Coimbra, poderia ter estado Caetano na pré-adolescência, e ser assim verdadeira a 'naturalidade' que regista poucos anos depois o pároco de Faro, quando levanta registo do primeiro casamento. Mas todos estes indícios resultam insuficientes.

A "hipótese Coimbra", por outro lado, não é incompatível com outras deslocações. Tendo em conta a mobilidade dos emigrantes, e a demanda que a reconstrução de Lisboa supôs nos anos posteriores ao sismo, a passagem pela capital não se deveria descartar. A emigração galega tinha apontado em épocas precedentes para outros destinos, em primeiro lugar o castelhano²⁸. Mas essa tendência, sem desaparecer, modifica-se:

[...] hasta mediados del XVIII, Castilla/León es el destino mayoritario pero cede en importancia ante Portugal desde los años 20, al igual que Andalucía. Es evidente que la posibilidad de ir a Portugal, cerrada desde 1640 hasta 1714, y su proximidad, explica la riada en esa dirección [...]. (Rey-Castelao, 1994: 100-101)

Do eco das penúrias da emigração galega com destino castelhano fica constância ainda em Rosália de Castro, quando o caudal já tinha modificado em volume e estacionalidade o seu rumo. Quanto ao destino andaluz, não por menos conhecido ou menos literaturizado deixa de reportar evidências da miséria e mau trato que a acompanhou:

[...] los gallegos fueron los más maltratados. Durante mucho tiempo fueron los más numerosos, y también los más desamparados. Con los segadores gallegos se cometieron tropelías, no sólo por la dureza del trabajo y la poca asistencia recibida, sino porque en época de levas no fue raro que el municipio echara mano de ellos para llenar el cupo que la Admi-

²⁸ A Galiza foi "la gran protagonista de la emigración norteña hacia Castilla en el siglo XVII y primera mitad del siglo XVIII" de modo que "Gallegos y gallegas se encuentran por doquier, incluso en pueblos pequeños y localidades de mediano tamaño" (Marcos Martín, 1994: 233).

nistración le había fijado. Aranda Doncel recoge la denuncia que jornaleros gallegos formularon en 1730 contra el ayuntamiento de Córdoba, que los obligaba a limpiar las plazas, sacar de la ciudad los animales muertos, cortar juncia para las fiestas y otras tareas que antes realizaban los esclavos berberiscos y que se les obligaba a hacer sin compensación alguna. (Domínguez Ortiz, 1994: 374)

Por uma parte, temos a evidência estatística de ser na infância e juventude de Caetano em que "Ciertamente, en el siglo XVIII, y principalmente en su segunda mitad, se desencadena la larga fase secular de recrudescimiento de la emigración gallega, en relación directa con la degradación y pauperización de la coyuntura rural" (Eiras Roel, 1994: 49), por outra, a de que essa enxurrada enorme aponta agora com preferência para Portugal²⁹. A demanda de mão de obra em Portugal era importante, em primeira instância nas proximidades nortenhas:

Se os cálculos nos merecessem crédito, a "fábrica do Alto Douro" mobilizava uns 20.000 homens diários, depois de 1757. Em 1762, "ano em que a gente da galiza [sic] não passou a Portugal" (no conjunto do país, no final do século, os galegos seriam uns 60.000, no cálculo de Eiras Roel) teriam descido das montanhas para as vindimas do Douro 40.000 pessoas. (Oliveira, 1994: 11)

Mas também a sul do Douro. Todo o último quartel de setecentos contempla a continuidade das reformas iniciadas pelo Marquês de

²⁹ "[...] en toda la España de la Edad Moderna la más importante de las migraciones medium-distance al exterior fue la de los gallegos a Portugal, con límite más al sur de Lisboa. En el siglo XVI, y más aún en el XVII, Andalucía había constituido una primera alternativa a la emigración de los gallegos a Castilla. Por el contrario, a pesar de la paz firmada en 1668, la emigración a Portugal se presenta en las fuentes más tardíamente; y parece que en ningún caso hasta después de 1715. Sólo desde las primeras décadas del XVIII, y mucho más en la segunda mitad de este siglo, coincidiendo con los indicadores de la degradación coyuntural del mundo rural gallego, Portugal ofrece un segundo frente para el abandono de la vieja emigración a Castilla en toda la zona costera atlántica de Galicia; y todavía más en el interior pontevedrés y en el occidente orensano." (Eiras Roel, 1994: 59)

Pombal. E já que a ruína tinha sido tão completa com o terramoto em Lisboa, a reedificação da cidade, em vez de reconstruí-la utilizando as velhas ruas como referência, seguiu um modelo iluminista e foram traçadas novas avenidas e praças. Criou-se realmente uma “nova” cidade, com uma das mais audaciosas propostas urbanísticas da Europa da época, uma ambiciosa operação de amplo plano urbanístico a partir de traçado geométrico ortogonal, hierarquização de vias em função das duas praças mais emblemáticas da cidade, o Rossio e a Praça do Comércio ou antigo Terreiro do Paço.

Nessas obras participou o primeiro grande contingente massivo de emigração galega que formaria em Lisboa uma comunidade já bem estudada³⁰. Se “A finales del siglo XVIII se estima que Portugal acogería en torno a 50.000-60.000 gallegos” (Fernández, 2007a: 94), os dados que se desprendem de passaportes internos concedidos a transeuntes e residentes, os registos de galegos admitidos nos hospitais das Casas de Misericórdia, ou os livros paroquiais que anotam a condição de emigrante, não podem dar ainda conta de uma realidade que contorna distúrbios, instabilidades políticas e em geral circunstâncias desfavoráveis para identificar-se como tal. Por umas e outras razões e com ampla variedade de pontos de partida, a emigração galega para Portugal intensifica-se, para o Douro, para a cidade de Lisboa e até para áreas rurais³¹.

Caetano podia ter-se afixado em Coimbra, e existem naturalmente fundamentos contextuais, para além dos inerentes à sua his-

³⁰ Entre outras muitas referências, vejam-se Rafael BORDALO PINHEIRO, GONZÁLEZ LOPO, KRISTENSEN e EVANS PIM ou PAZOS JUSTO.

³¹ “El otro destino, menos cuantioso en efectivos humanos, aunque todavía numerosos, desplazaba a los gallegos a las zonas rurales de las provincias del Miño y Trás-os-Montes y Alto Douro, donde se empleaban como jornaleros en los trabajos agrícolas, sobre todo de la viña; como asistentes y “criados de laboura” o donde, finalmente, ejercían diferentes oficios artesanales (canteros, cesteros, cordeleros, sogueros, etc.). Emigración ante todo laboral, para “ganarse la vida”, los trabajadores gallegos acudían al reino vecino buscando mejores oportunidades de empleo y salarios más ventajosos.” (Fernández, 2007b: 95).

tória pessoal e à sua declaração de naturalidade posterior, que confirmam presença numerosa de galegos com o seu perfil:

Os migrantes nubentes são, na maioria, indivíduos que vêm aprender um ofício ou dedicar-se a serviços domésticos. Muitos dos noivos, por exemplo, aparecem com a profissão de criados. Chegaram a Coimbra, certamente, em idade jovem. Desconhecemos, no entanto, a sua idade média de casamento. (Oliveira, 1994: 22)

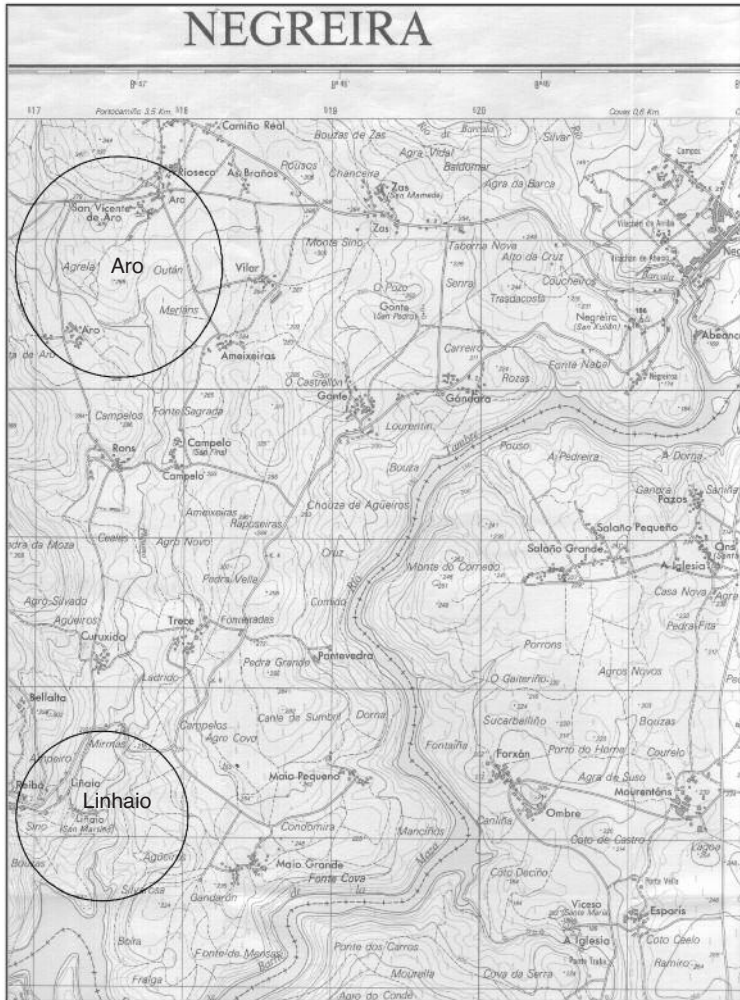
Na tentativa de esboço biográfico sobre Caetano voltaremos a este ponto, ainda que advertimos já da dificuldade para afirmar a presença dele em Coimbra ou nas áreas próximas, que, no entanto, é verosímil. O que se pode corroborar é a evidência de a avó materna de Fernando Pessoa não ter sido, exatamente e como ele próprio tinha afirmado, “descendente de uma família emigrada da Galiza”. Ao que parece, é neta apenas de um galego, o avô daquela a que o escritor se referia, chamado Caetano Dionísio de Lens, nascido no Lugar da Ponte, Concelho da Serra de Outes, Galiza, de quem temos constância da sua passagem a Portugal. Acompanhando ou não a sua mãe viúva, reunindo-se ou não em primeira instância com outros parentes que já teriam sentado praça de emigrantes em Portugal, alistou-se como soldado no exército português, passando a usar o nome de Caetano José Pinheiro, casando por duas vezes no continente e mais uma nos Açores, onde finalmente se afixa. Dos seus três casamentos, será do segundo que proceda toda a sua descendência e, portanto, também o bisavô de Fernando Pessoa por linha materna, Inácio José Pinheiro. A peripécia vital de Caetano está determinada pelas circunstâncias geopolíticas, do relacionamento entre a Galiza e Portugal no contexto hispânico, e pelas extraordinárias vicissitudes históricas em que a sua carreira de soldado ao serviço do exército português se desenvolve. Num próximo capítulo examinamos com algum detalhe este percurso.

6. Berço e apelidos dos ancestrs galegos de Pessoa

Os pais de Caetano pertenciam a concelhos vizinhos (F9 e F10). Manuel José Pinheiro (Manuel de Lens) era natural do município de Negreira, indicando-se no documento D15 que os seus progenitores eram da freguesia de S. Vicenço – ou S. Vicente – de Aro. Mas no assento de uma provável irmã de Caetano indica-se que era natural de “S. Martin de Liñaio” – depois voltaremos sobre a parentela e daremos transcrição e referência. Antónia Maneiro Maio era provadamente do município de Outes, lugar da Ponte, freguesia de S. Tirso de Cando. Ela aparece identificada pelo nome e apelido materno (Maio), tanto no assento de batismo de Caetano como no do próprio casamento. Mas neste regista-se também o apelido paterno (Maneiro), colocado em primeiro lugar, só na margem esquerda do do-



F9. Municípios galegos e freguesias de origem da ascendência de Fernando Pessoa.



F10. Recorte do Mapa Topográfico Nacional de España. Negreira. Ministerio de Obras Públicas y Urbanismo, Dirección General del Instituto Geográfico Nacional.

cumento. Os progenitores de Manuel estavam mortos quando ele casa. Também o pai dela estava ausente nessa altura, “en el Reino de Castilla”, seguramente na procura de melhores oportunidades

como emigrante. Mais um motivo para ser o apelido da mãe que melhor a identifica, até porque os Maio enraízam prolongadamente na freguesia e *Maneiro* procede doutro município vizinho no sul.

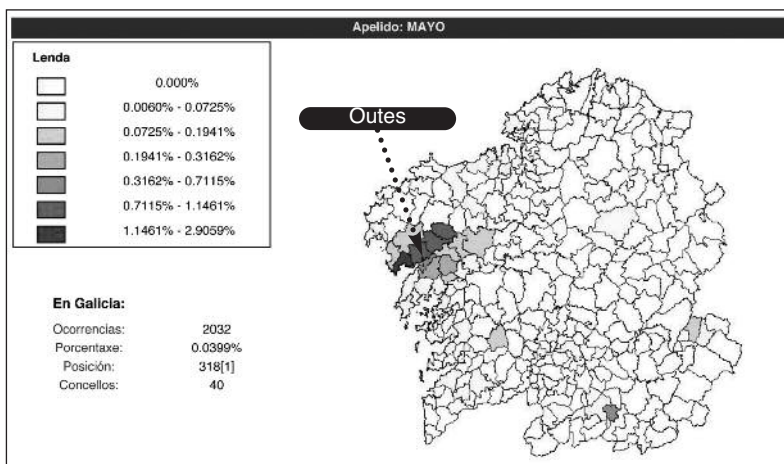
A distribuição geográfica dos apelidos na Galiza ainda hoje mostra uma repartição onomástica que surpreendentemente reproduz, nas suas altas frequências, a mesma implantação na área em que se localizam os apelidos dos tataravós de Fernando Pessoa em princípios do século XVIII, *Maio* por parte da mãe (ainda que também *Maneiro*) e *Lens* por parte do pai. Pode comprovar-se até visualmente a partir da aplicação web para a “Cartografía dos apelidos de Galicia”, CAG³². Nos mapas que este serviço facilita pode-se ver representada tal disposição (F11 e F12). Achamos ainda de proveito utilizar a unidade espacial da paróquia/freguesia para, a partir das referências atuais, voltar-nos para o passado dessas áreas, pois tanto na Galiza como em Portugal são instituições que subsistem para além do seu enraizamento sociológico, continuam vigentes como circunscrição e conservam a sua capacidade estruturante como unidade territorial (Dalda, 2009: 226)³³.

Maio

Indica José Pedro Machado que *Maio*, como apelido, “inicialmente aplicar-se-ia a pessoas nascidas no primeiro dia deste mês”, e cita exemplos do século XIV, “Domingoz Mayo”, e de 1455, “Alvaro Gonçalves Mayo” (Machado, 1993: 924). Também Leite de Vas-

³² Instrumento de pesquisa que combina um sistema de informação geográfica com dados estatísticos e de análise espacial (Vid. <http://ilg.usc.es/cag/>).

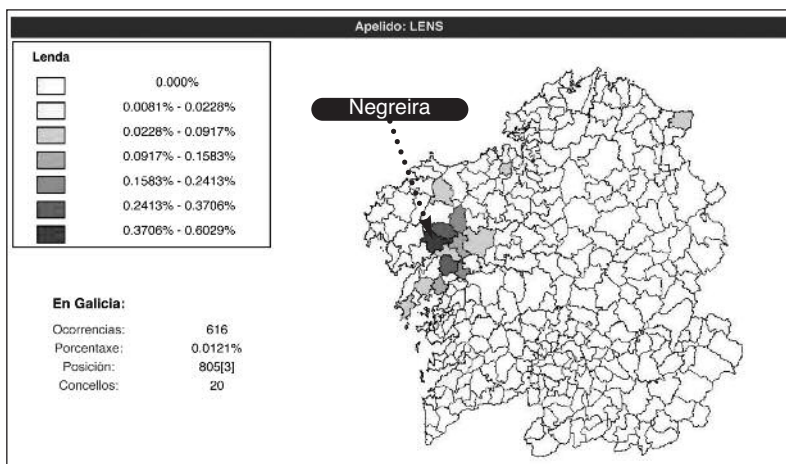
³³ Não sendo absolutamente equivalentes os conceitos de *freguesia* com o de *paróquia*, a sua afinidade é máxima, tanto na Galiza como em Portugal, e não existem grandes discrepâncias entre os limites territoriais de ambas, coincidindo na quase totalidade dos casos. É relativamente ao espaço urbano, devido ao aumento da mobilidade, e onde as paróquias acabaram por ser mais pessoais do que territoriais, que seria imprescindível fazer distinções entre ambos conceitos (Calheiros, 2009: 347-370), mas tal necessidade não se coloca neste trabalho.



F11. Cartografía do sobrenome *Maio* na Galiza.

concellos indica que “É possível que algúns apelidos, que ha, iguais a nomes de meses, indiquen épocas de nacemento, ou outras notaveis na vida dos respectivos individuos”, e dá os mesmos exemplos que Machado (Vasconcellos, 1928). Torres del Río (Torres del Río, 2006: 223-224) afirma ser oriundo da Itália, citando González Doria. Adverte Machado que existe como topónimo en varios lugares de Portugal e até dá nome a uma ilha do arquipélago de Cabo Verde, que “inicialmente era *das Maias* por ter sido descuberta a 1-V-1460”, mas “já aparece com esse nome a 3-XII deste ano”. Existe igualmente na Galiza em frecuente uso geónimo e até em duas aldeias, *Maio Grande* e *Maio Pequeno*, coladas a S. Martinho de Linhaio, no municipio de Negreira, área da naturalidade mais provável de Manuel de Lens (F10). O sobrenome *Maio* (na ortografía española *Mayo*³⁴), presenta 2032 ocorrencias (novembro de 2014) em 40 municipios, sendo a percentagem mais elevada a de Muros, limítrofe ao de Outes pelo oeste, seguindo muito de inmediato este mesmo (F11).

³⁴ E também é muito frecuente e igualmente repartido por Espanha, segundo o *Diccionario de apellidos españoles*.



F12. Cartografía do sobrenome *Lens* na Galiza.

No municipio de Muros há 586 ocorrências brutas do apelido *Maio*, e já 157 no de Outes. Compostela e Noia registam pouco mais (174 e 165 respetivamente), mas a percentagem de Outes relativamente à sua população é superior. Também no município a seguir, Banha, há 115 ocorrências, e inclusive uma percentagem ligeiramente superior à de Outes. O que interessa sublinhar é que, três séculos depois, a área geográfica de que procede na Galiza a mãe do trisavô de Fernando Pessoa continua a ser onde se concentra hoje a maior densidade de um dos seus apelidos. Algo parecido vai acontecer com o outro sobrenome (*Maneiro*) e com os do marido, pai de Caetano.

Lens

O apelido *Lens* não aparece no *Dicionário Onomástico* de Machado nem no *Diccionario de apellidos españoles*, e é menos frequente na Galiza. Como apelido³⁵, apresenta também na atualidade, e a partir da mesma fonte do caso anterior, só 616 ocorrências em 20 municípios.

³⁵ Veremos depois alguns acréscimos de interesse sobre este nome descrito como topónimo em 1845, na referência toponímica do *Diccionario Madoz*.

A sua frequência bruta e percentual ainda atinge o máximo grau no município de Negreira, de que era natural Manuel de Lens, pai de Caetano em 1756 (F12). Parece tratar-se de um apelido de certa raridade e com base toponímica. Merelim tinha já advertido que como apelido não abunda em Portugal, e localizou apenas um biografado que o levasse na Enciclopédia de Espanha, o poeta e escritor boliviano Benjamín Lens, de origem galega (Merelim, 1974: 35)³⁶.

Como topónimo, a *Nueva Enciclopedia del Mundo* cita só a cidade do norte da França com esse nome, mas é também o de um município da Bélgica e de uma comuna da Suíça no Cantão de Valais³⁷. Pelo que se refere ao *Lens* da Galiza, a sua presença toponímica é ampla, pois para além de nomear uma freguesia em Ames acha-se em bastantes mais municípios: Negreira, Santiago de Compostela, Corunha, Padrom, Rois, Rianjo, Banha, Boiro, Ribeira, Val do Duvra, Cambre, Ferrol, Oleiros, Briom e Coristanco, para a província da Corunha; Ribadeu na província de Lugo; e Vigo, Marim e Vila Garcia de Arousa, na província de Pontevedra. No estado espanhol há presenças devidas à emigração galega em Madrid, Granada, Bizkaia, Barcelona, Araba e Gipuzkoa.

Na mesma *web* referida aos Apelidos da Galiza, que nos permitem retirar estes dados³⁸, mencionam-se também os 15 documentos

³⁶ A *Gran Enciclopedia Galega* cita outros dois galegos, um compositor e um filólogo (*Gran Enciclopedia*, 2003: 39-40). Podem-se ainda enumerar alguns profissionais com algum destaque que levem este apelido – num capítulo posterior sobre “Os parentes galegos de Pessoa” vamos examinar alguma linha de continuidade genealógica que permita seguir o caso concreto deste sobrenome.

³⁷ *Nueva Enciclopedia*, 1991, Vol. XII: 5830. A fundação da cidade francesa, tendo em conta restos numismáticos que remontam à existência de um Lenna Cas(trum) no período merovíngio, situa-a em meados do século XIII, tendo passado entre os séculos XVI e XVII a integrar-se nas possessões espanholas dos Países Baixos. Quanto ao pequeno município francófono da Bélgica, não temos conseguido encontrar referências muito concretas para um localização da raiz histórica; os indícios gerais, inclusive nas páginas municipais onde há notícias sobre um “Musée de la Vie lensoise”, levam a pensar numa origem posterior ao Lens da França (dados a partir da página www.lens.be). Sobre a pequena comunidade suíça, o *Dictionnaire historique de la Suisse* (DHS) indica que se tornou comunidade autónoma a partir do século XIV.

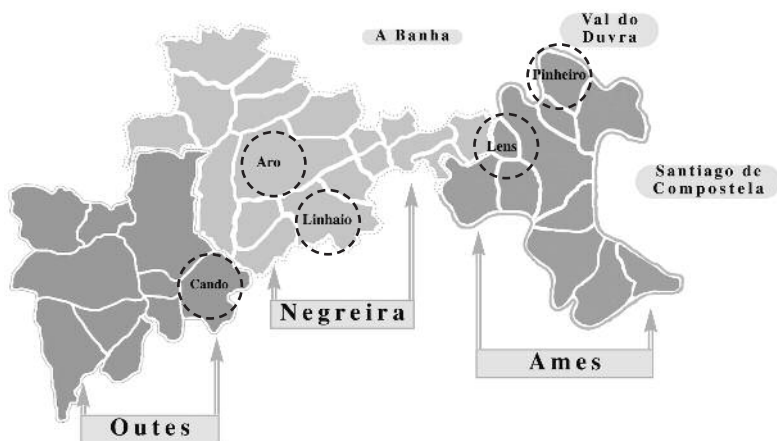
³⁸ *Vid.* <http://apelidosgalicia.org/Lens-969>.

mais antigos, de 33 que se encontram no “Arquivo Reino Galicia”, onde se cita Lens, seja como topónimo, seja denominando pessoa, e ainda nas duas funções no mesmo documento. Vejam-se os três primeiros títulos:

- 1 - JUAN DA BARCA, EL MOZO, VECINO DE SAN MAMED DEL MONTE, CON **DOMINGO DE LENS** Y OTROS. SOBRE MISIÓN EN POSESIÓN Y PARTIJA DE BIENES DE JUAN DA BARCA Y MARÍA DE AMEIJERAS. 1646.
- 2 - LOS VECINOS DE **SAN PAYO DE LENS**, MARTÍN FAJARDO Y OTROS CON **ISIDRO DÍAZ DE LENS**, CURA DE AQUELLA PARROQUIA, SOBRE PAGO DE DIEZMOS DE GALLINAS POR DIEZMO PERSONAL. 1665.
- 3 - JUAN DA BARCA Y **ANDRÉS DE LENS**, VECINOS DE **SAN PELAYO DE LENS**, CON DOMINGO SUÁREZ Y OTROS. SOBRE RENTA REDIMIBLE Y EXENCIÓN POR PAGA DE ELLA. 1693.

Observa-se nas datas que a aparição de *Lens* na documentação galega está patente pelo menos em meados do século XVII (a freguesia será anterior) e que temos aí exemplos em que o apelido, acompanhado por “de”, refere a naturalidade da pessoa: no terceiro documento, “Andrés de Lens” leva tal sobrenome e não outro porque é vizinho de S. Paio de Lens. Recordemos que o pai de Caetano também é registado pelo pároco de S. Tirso de Cando desse modo, “Manuel de Lens”. Com a sua mulher, que é registada apenas “Antonia do Maio” em D8, podemos a partir de D15 verificar que tinha um outro e primeiro sobrenome, *Maneiro*. No caso de Manuel, por enquanto não apareceram mais indícios, para além dos referidos a ser um sobrenome com base puramente toponímica, acerca de existir um ou mais apelidos diferentes ou até inclusive achar-se entre eles um *Pinheiro*.

Pinheiro, Pinheira, Pinheiroá, Pinheiros, Pinho, Pinha, Pinhoi, Pinhom, registados na ortografia espanhola com <ñ>, aparecem abundantemente na Galiza tanto na toponímia maior e menor como na antroponímia. Entre as 15 paróquias a que dá nome *Pinheiro*, uma



F13. Concelhos e freguesias de origem dos progenitores galegos de Fernando Pessoa.

delas acha-se no município de Ames, colindante com o de Negreira (F13). Também no mesmo se localiza a de *Lens* (F14).

No *Diccionario Madoz*, uma obra histórica editada em meados do século XIX, acha-se a descrição desta freguesia, *Lens*, com detalhes que não deveriam ter variado muito com respeito aos tempos do triavô de Fernando Pessoa:

LENS (SAN PELAYO DE): felig. en la prov. de la Coruña (12 leg.), dióc. de Santiago (3), part. jud. de Negreira (3/4) y ayunt. de Ames (1): sit. á la izquierda del r. Tambre é inmediato al puente de Maceira; CLIMA templado y sano; se compone de las ald. Lens y Miso, que reúnen 33 casas y cuentan con una abundante fuente cuyas buenas aguas forman un arroyo que corre al Tambre. La igl. parr. (San Pelayo) es única, el curato de entrada y el patronato ecl. con varios partícipes legos. El TÉRM. confina por N. con el mencionado r. y feligresia de San Mamed de Piñeiro; al E. San Cristóbal de Tapia y Sto. Tomás de Ames; por el S. Sta. Maria de Transmonte y camino que cruza el puente de Maceira, y al O. Santa Maria de Portor interpuesto el citado r. El TERRENO es fértil y bastante arbolado; los CAMINOS locales y malos, y el correo se recibe por la cap. del part. prod.: maiz, centeno, patatas, algun trigo, legumbres, lino, castañas y muchas frutas; cria ganado prefiriendo el vacuno; hay caza y pesca. ind. la agrícola, telares



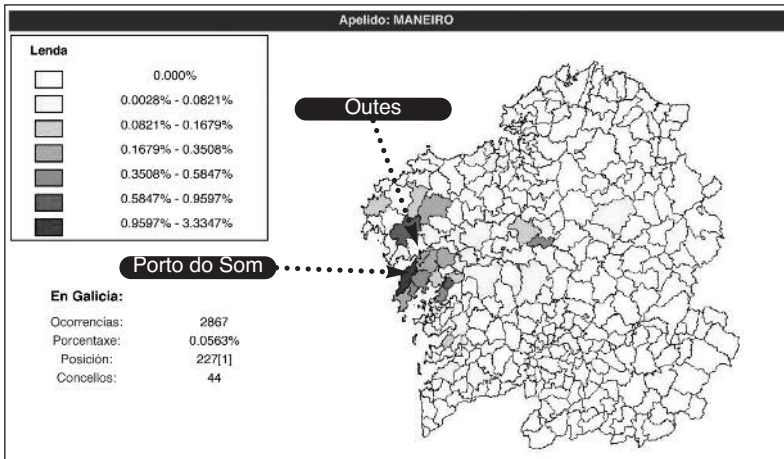
F14. Indicadores das freguesias galegas de Lens e Pinheiro, no município de Ames.

caseros y molinos harineros, COMERCIO: el que le proporcionan los mercados inmediatos. pobl.: 39 vec., 196 almas. CONTR. con su ayuntamiento (V) (Madoz, 1986, Vol. IV, Lamas-Oroso: 706)

Maneiro

Na Galiza, o apelido sería proveniente da terra de Segre, nas proximidades de Ourense, entroncando depressa e “fundindo as súas armas” com a linhagem galega de *Sevane* (Torres del Río, 2006: 217). Seguindo o mesmo procedemento dos casos anteriores, examinamos que acontece com o reparto actual do apelido *Maneiro*³⁹, paterno de Antónia, à vista do seu assento de casamento (documento D15). A

³⁹ *Maneiro* procede do lat. *manuarius, manuaría, manuarium*, ou de *manuarius, manuaríi*, ‘feito com a mão’, e por sua vez relaciona-se com o substantivo latino *manus*, ‘mão’, no sentido de “apoderado ou representante”. O *Diccionario de apellidos españoles* adverte ser “poco frecuente y registrado sobre todo en Castilla y León, Aragón, Cataluña y Navarra”, e indica que resulta da voz castelhana *manero*, ‘deudor que se obrigaba a pagar o cumprir la obligación de otro’, e também ‘ave de cetrería enseñada a venir a la mano’. O que parece claro é que o uso desta forma como sobrenome tería origem na segunda aceção, “como apodo aplicado al cetrero” (*Diccionario*, 2009: s. v. ‘Manero’). Também Díez Melcón o cita entre os apelidos formados a partir de alcunhas ou nomes que “Afectan a defectos o alguna característica del cuerpo”, e dá vários exemplos antigos do seu uso antroponímico já nos séculos X e XIII: Bermudo Mannario, Johan Mannero, Domingo Manero (DÍEZ, 1957: 270).



F15. Cartografía do sobrenome *Maneiro* na Galiza.

sua presenza, hoje, com uma altíssima concentração no município limítrofe de Porto do Som, e tendo em conta que todos os casos indicam uma firme perpetuação dos laços geográficos no assentamento onomástico da população galega nestes dois últimos séculos (isso apesar da sua continuada necessidade de emigração), indica que a naturalidade originária do pai de Antónia estava fora da paróquia de Santo Tirso de Cando, muito provavelmente no município costeiro (F15). Mais um motivo para ela continuar a ser conhecida pelo apelido da mãe e ser registada como Antónia do Maio, natural do lugar da Ponte, no assento de batismo do seu filho Caetano.

Para além do maior conhecimento das raízes galegas dos tataravós de Fernando Pessoa, e da curiosidade provatória da pouca mobilidade geográfica dos troncos de parentela na Galiza, estes dados também podem servir para reconstruir a árvore e as ligações familiares neste espaço. Tentaremos mais adiante oferecer alguns contributos em tal sentido.

7. Caetano de Outes, o trisavô de Pessoa

7.1. Infância e juventude

Dois meses depois do terrível terramoto de Lisboa, nasce Caetano José Pinheiro (Caetano Dionísio de Lens) no Lugar da Ponte, município de Outes, em 12 de janeiro de 1756. Foi batizado na igreja próxima de S. Tirso de Cando do mesmo município. Na altura, já não viviam os avós paternos e a avó materna Francisca, também viúva de Martim Maneiro, morre quando Caetano completa um ano⁴⁰. Tendo atingido os dois, nasce a sua irmã Francisca Dominga, filha legítima também de Manuel de Lens e de Antónia de Maio⁴¹. Caetano terá continuado a morar na Ponte pelo menos até à idade dos quatro anos e oito meses. É nessa altura que perde o pai, por cujo registo de óbito, sabemos da pobreza extrema da família. Confirmamos também que poderia ter outros irmãos, para além de Francisca⁴². Restava às crianças, portanto, apenas o amparo da mãe e de alguns tios.

A devastação de Lisboa no dramático acontecimento do primeiro dia de novembro de 1755 terá repercussão em toda a Europa e relaciona-se ainda com a vaga emigratória galega. O sismo, o fogo e o *tsunami* posterior que varreu o porto, matou talvez 90 mil pessoas das 275 mil que tinha a capital portuguesa. O facto de ter acontecido em dia santo e destruir várias igrejas importantes levantou muitas

⁴⁰ Em 11/01/1757.

⁴¹ O nascimento da irmã consta de 27/02/1758 (Documento D17, só referido).

⁴² Pois Manuel de Lens estava “casado con Antonia de Maio, de la que ha tenido algunos hijos” (P006064, *Difuntos* 27/09/1703 - 23/06/1766, Fol. 108v.) A morte do pai acontece em 20/09/1760.

questões religiosas por todo o continente, e tem sido apontado como uma influência determinante em muitos pensadores europeus do Iluminismo. Para além disso, aos trabalhos de reconstrução das ruínas teriam concorrido muitos galegos, seguramente também de terras permanentemente fornecedoras de emigrantes como eram os municípios de Outes e Negreira. A relação com Portugal era muito mais antiga na história, e até fisicamente mais acessível⁴³.

Será na denominada cartografia de gabinete de Tomás López, que para a Galiza elaborou o “Mapa Geographico del Reyno de Galicia: Contene las Provincias de Santiago, Coruña, Betanzos, Lugo, Mondoñedo, Orense y Tuy”, impresso em Madrid no ano 1784, e conhecido como “mapa das sete províncias galegas”, onde se acha o retrato geográfico das terras de origem dos ancestrs galegos de Fernando Pessoa mais imediato ao seu tempo⁴⁴.

Não existem dados probatórios da presumida emigração de Caetano (com a sua mãe?) para um ponto concreto de Portugal, sendo indícios vagos nos livros de assentos paroquiais que apontam para os “subúrbios de Coimbra”. É altura em que a emigração galega a Portugal inicia um período de expansão sem precedentes, como já

⁴³ Na proximidade de S. Vicente de Aro iria passar o Caminho Real, projetado e construído precisamente na segunda metade do século XVIII. O “camino Real de Galicia, entre Madrid y La Coruña”, era um dos seis caminhos radiais recolhidos no Real Decreto de 1761, com um traçado de delineação retilínea, fraturas em ângulo e pequenos rádios de giro adaptados à topografia, que seguia os tratados teóricos da época (Nardiz, 2009: 237). Mas os territórios de Outes e Negreira continuariam ainda remotos e distantes desta relação, voltados mais para o rio Tambre que os contorna e olhando para a costa onde o curso fluvial vai desaguar.

⁴⁴ Este mapa foi inserido no “Atlas particular de los Reynos de España, Portugal e islas adjacentes”, impresso em Madrid em 1790. Representa a totalidade da Galiza e estabelece os limites das suas sete províncias da altura. Foi impresso em quatro folhas a uma escala próxima a 1:332000, e a diferença dos anteriores, onde a densidade toponímica estava limitada nuns casos pelo pequeno formato empregado e pela escala reduzida, e noutros pela falta de fontes donde obter os dados, o “Mapa Geographico del Reyno de Galicia” supõe um “considerable incremento do número de vilas e lugares representados e nomeados” (Méndez Martínez, 2009: 383), em que apesar de tudo não aparecem notabilizadas as freguesias rurais de Outes e Negreira.

avancamos no capítulo referido à *hipótese Coimbra*, e se Caetano tinha parentes já estabelecidos no Reino vizinho as probabilidades de se deslocar muito cedo para Portugal são enormes. “Los emigrantes gallegos componían una mano de obra en general joven, iniciando a edades adolescentes los desplazamientos en compañía de familiares o de vecinos”, como evidencia que, por exemplo, “el 22,2% de los gallegos ingresados en el hospital de Caminha tenían menos de 15 años y, a su vez, el 21% de los solicitantes del título de residencia anual en Porto menos de 20 años” (Fernández, 2007b: 100).

Estes dados já correspondem à primeira metade do século XIX, em que se tinha reduzido a forte afluência da etapa anterior, que com posterioridade à Guerra de Sucessão espanhola (1704-1713/14) marcou em meados do século XVIII os índices mais altos. É certo que “la emigración portuguesa enrolaba mayoritariamente a hombres, de estado tanto soltero como casado, cuya edad en general era joven”, e que predominavam “los desplazados con edades entre los 15-39 años, por lo tanto en la etapa de plenitud laboral” (Fernández, 2007b: 101), mas a orfandade do jovem Caetano colocava-o em circunstâncias especiais que podiam levar a ser apenas o acompanhante de uma mãe que procura uma oportunidade laboral noutro país com facilidade de trânsito, como criada de servir ou mesmo pela via da mendicidade, dedicação que não era estranha entre o fluxo de mulheres para trabalhar que se registam entre as doentes galegas dos hospitais da Santa Casa da Misericórdia⁴⁵. Por outro lado, camponeses e jornaleiros são os que menos aparecem registados nas fontes documentais, quando sabemos que foi uma atividade preferente para a emigração galega, aliciada pela expansão agrícola

⁴⁵ Nas informações de hospitais como o de Caminha ou Viana do Castelo, de situação próxima ou fronteira, prova-se ademais, e a diferença com os de outras localidades como Ponte de Lima, que a proporção de mulheres galegas atendidas continua muito alta, e que o protótipo do emigrante galego, primeiro solteiro e depois casado, mas sem a companhia da mulher, não responde no tempo a um único perfil.

que aconteceu entre 1750/1760, com incremento da produção de cereais e depois pela produção de vinho, assim como também pelo aumento da superfície produtora, primeiro na província do Minho e depois e mais notavelmente na zona do Alto Douro. A prosperidade agrícola e vitícola, que gerou novas oportunidades laborais em Portugal, pode muito bem ter sido o atrativo emigratório dos parentes anteriormente mobilizados de Caetano. A partir daí, os núcleos urbanos importantes, para além do Porto e antes de descer a Lisboa, podem ter sido os lugares de fixação. Coimbra, por enquanto, é a única referência, real ou fingida, que nos consta nesta história.

Outra circunstância pode ter contribuído para uma emigração muito prematura de Caetano: a afluência a Portugal começa a ser tão grande que os tratados bilaterais entre os dois países tentam evitar o êxodo de solteiros que pretendem evitar o recrutamento militar. Tanto é assim que na altura dessa primeira clausura de fronteira por motivos de deserção, Caetano, com oito anos – e mesmo algo depois, com dez ou doze –, ainda poderia ter certamente livre circulação acompanhando a mãe ou outro parente. Mas em breve teria dificuldades para passar salvo se fosse clandestinamente. Como em breve veremos, Caetano ingressa com vinte anos, em 1776, dois anos antes do primeiro acordo bilateral em que se dá atenção a esta fuga de jovens (o segundo acordo será em 1863, pois a realidade da evasão do serviço militar persiste), precisamente como soldado cadete na vida militar, mas na do exército português, ao alistar-se no novo Regimento de Artilharia do Algarve. É evidente que deveria ter todo o cuidado, apesar do elevado número de estrangeiros na milícia lusa, visto que – ao amparo dos acordos entre Portugal e Espanha, no relativo ao intercâmbio de prófugos – ele poderia ser devolvido ao outro lado da fronteira. Fator decisivo para afirmar-se ou fazer-se passar por português.

O espaço temporal imediatamente anterior ao alistamento decorreu em Coimbra? Ao igual que Merelim, procuramos infrutuosamente um termo paroquial onde aparecessem dados documentais (Merelim, 1974: 36, nota 90), e diante da variabilidade entre a “matriz de S. João de Almedina” e a de “S. José” que davam os indícios, e tendo em conta que na cidade Coimbra nunca existiu nenhuma “freguesia de S. José”, avançamos a hipótese de que a referência poderia ter aludido não a uma freguesia mas ao Bairro de São José⁴⁶. A declaração de origem galega, como já se mencionou e provou, aparece no segundo casamento e no assento de alguns filhos⁴⁷.

7.2. Um jovem cadete de Artilharia em Faro

A primeira prova documental da presença de Caetano em Portugal, por enquanto, é só de 14/03/1776, quando com vinte anos é ajuramentado soldado cadete no Regimento de Artilharia do Algarve, “identificado como Caetano José Pinheiro, natural de Coimbra” (Merelim, 1974: 35-36). A organização da artilharia portuguesa como “arma” deu os seus primeiros passos teóricos a partir da Restauração em 1640 e posteriormente com a criação dos “troços” em

⁴⁶ A instigação desta procura procede da informação que se recolhe no assento do primeiro casamento, documento [09], como lugar da naturalidade de Caetano. São José refere o bairro integrado na freguesia da Sé Nova, hoje dentro da “União das Freguesias de Coimbra” (Sé Nova, Santa Cruz, Almedina e São Bartolomeu), agrupadas em 2013. A Sé Nova foi na sua origem a Igreja do Colégio dos Jesuítas, também conhecido como Colégio das Onze Mil Virgens, um templo que começou a ser construído em 1598 e só foi inaugurado em 1698. Quando os Jesuítas foram expulsos de Portugal pelo Marquês de Pombal (1772), a residência episcopal é transferida da velha Sé românica para esta igreja.

⁴⁷ Declaração que não tem que ser necessariamente contraditória com a naturalidade que se refere a Coimbra no primeiro casamento. Por altura da transferência para o antigo Colégio dos Jesuítas, Caetano podia muito bem já não estar morando em Coimbra, mas conservar na sua memória a associação de um bairro, onde tinha morado na infância, com uma nova freguesia que, entretanto, passou a acolher a nova sé episcopal.

1765⁴⁸. Por Alvará de 15 de julho de 1763, foram organizados os novos regimentos de artilharia de Portugal, segundo o plano a ele junto, no âmbito das reformas do Conde de Lippe, e em setembro de 1763 cria-se o “*Regimento de Artilharia do Porto*”, conhecido na altura como Regimento de Artilharia de Valença. Consolida-se assim a artilharia como uma arma distinta do Exército Português. Em paralelo à evolução orgânica, seguiu-se o desenvolvimento técnico da Artilharia e o aparecimento de numerosas obras didáticas, algumas de autores portugueses, contendo a indicação de todos os processos e teorias científicas da época.

Considerando a proveniência social de Caetano, o ingresso na carreira militar não era má opção e até lhe ia abrir, como se verá, uma inesperada possibilidade de adquirir formação. Talvez motivado pelas ações de recrutamento efetuadas na época e até porque o meio militar estava preenchido de estrangeiros, inclusive entre os oficiais, alistou-se no Regimento de Artilharia do Algarve (F16), evitando também assim que os tratados bilaterais o devolvessem à Galiza, por estar em idade de serviço, um desempenho que se veria obrigado a realizar no exército espanhol depois de ser tratado como prófugo. Assim, o rapaz “De estatura baixa, quatro pés e onze polegadas (1,60 m), cabelos castanhos, olhos pardos, ofício de carpinteiro, ingressa na Companhia de Mineiros da referida Unidade” (Merelim, 1974: 36). A história deste corpo do Exército também pode ajudar a compreender como o jovem galego chegou ao sul.

A *Artilharia* era entendida, na altura, como o serviço militar encarregado de todos os preparativos de guerra, em que se compreendem

⁴⁸ Na prática, só teve início nos princípios do século XVIII, com o decreto de 20 de Fevereiro de 1708, que transformou o “Troço de Artilheiros da Província do Alentejo” no “Regimento de Artilharia da Província do Alentejo” ou, como ainda era designado, “Regimento de Artilharia de Estremoz”. Seguiu-se a criação de novas Unidades: em 22 de Dezembro de 1718, o “Regimento de Artilharia e Marinha do Reino do Algarve”, também conhecido pelo nome de “Regimento de Artilharia de Lagos”. Alguns anos mais tarde, em Abril de 1762, o “Regimento de Artilharia da Corte e Província da Estremadura” ou “Regimento de S. Julião”.

as munições de que os Exércitos se servem nas batalhas, bem como nos ataques e defesas de Praças. Tratava também da arte de manejar canhões, bombas, obuses e outros instrumentos para disparar por meio de pólvora. O Regimento de Artilharia do Algarve (que no decreto de maio de 1806, na mesma filosofia que se tinha aplicado à Infantaria, perde o nome da terra onde tinha a sede, passando a ser numerado com o N° 2) está relacionado com o de Valença do Minho/Porto (que depois será o N° 4), bem mais perto da terra natal de Caetano. Este



F16. Soldados do “Regimento de Artilharia do Reino do Algarve, 1783” (Rodrigues, 1998: 49).

Regimento de Valença estava comandado por James Ferrier, um escocês que tinha sido mercenário em Inglaterra⁴⁹.

James Ferrier é incumbido em setembro de 1774 da organização do Regimento de Artilharia do Reino do Algarve, deixando o de

⁴⁹ Ferrier foi para Portugal em 1761, no âmbito das reformas do Exército protagonizadas pelo Conde de Lippe, com o objetivo de estudar as fortificações e praças portuguesas, na qualidade de capitão de infantaria, com exercício de engenheiro. Serviu entre 1762 e 1780 e chegou a ser comandante deste Regimento de Artilharia do Porto, ou de Valença, pois então estava instalado em Valença do Minho. A presença de até um terço do seu efetivo constituído por estrangeiros consta de notícias de 29 de janeiro de 1766, em que se mencionam os seguintes: Ricardo Muller (capitão inglês), Ricardo Okennedy (alemão), Frederico Von Heymenthal (barão de origem alemã), Octávio Mehus (irlandês), Agostinho Carretti (italiano), Francisco Ferreri (italiano), Guilherme Campbell (escocês), Guilherme Grant (escocês), João Tapier de La Croix (francês), Luís de La Serrandiére (francês), Samuel Archool (inglês), Frederico H. Luduco (espanhol) ou Luís Araul (espanhol), a título de exemplo.



F17. Réplica do uniforme do Regimento de Artilharia 1, modelo 1806, Museu Militar de Lisboa.

Porto, em Valença. Ele atravessa todo o país em direção ao Sul, onde ficara encarregado de instalar tal força junto do Castelo de Faro. A tarefa só viria a ser concluída nos inícios do ano de 1775⁵⁰. Caetano ingressa, portanto, nestes primeiros meses de existência do Regimento, em março de 1776, na Companhia de Mineiros da Unidade, quando James Ferrier tinha sido sucedido no comando por Simon

Fraser (tenente-coronel e comandante da praça entre abril de 1775 e maio de 1776).

O Regimento de Caetano ainda passa por vários comandos⁵¹, sendo em coincidência da direção de Teodósio da Silva Rebocho⁵² que o galego passa brevemente para outra Companhia, a de Artífices

⁵⁰ O novo Regimento, como os outros de artilharia (F17, Regimento de Artilharia 1, modelo 1806), e de acordo com o alvará de 1766, viria a ser constituído por 12 companhias: 9 de *artilheiros*; 1 de *bombeiros* (constituída pelos soldados de engenharia que combatiam à superfície, realizando trabalhos de implementação no terreno e escavação de trincheiras); 1 **companhia de mineiros** (constituída pelos soldados que combatiam debaixo de terra, construindo minas ou contraminas, as quais consistiam em túneis destinados, respetivamente, ao ataque subterrâneo a fortificações e à defesa contra esses tipos de ataques); e 1 companhia de *artífices* e *pontoneiros* (estes últimos, soldados especializados em operações de transposição de cursos de água, mediante recurso à construção de pontes e barcas). Como nos regimentos de infantaria, a 1.^a, 2.^a e 3.^a companhias eram respetivamente comandadas pelo Coronel, Tenente-Coronel e pelo Sargento-Mor (isto até 1796).

⁵¹ José Nunes da Costa, major e tenente-coronel comandante, de maio de 1776 a janeiro de 1783; Christian Frederich von Weinholtz, de origem alemã, brigadeiro, de 23 de Janeiro a Junho de 1783.

⁵² Coronel e brigadeiro, ocupou o posto de 4 de maio de 1784 até à sua morte, em 13 de abril de 1793.

e Pontoneiros (com início em 16/09/1778). Antes dos seis meses, regressa à Companhia de Mineiros da Unidade (em 11/03/1779), e antes doutros seis é promovido a Cabo, 01/09/1779. Um ano depois, 12/10/1780, casa por primeira vez com Bernarda Maria dos Reis na Sé de Faro. Pouco mais de quatro anos durou este matrimónio, pois em 27/01/1785 morre Bernarda. Do óbito⁵³ desta primeira esposa desprende-se que Caetano era furriel, e pouco depois (01/04/1785) consta o seu juramento de Sargento.



F18. Aspirante de Marinha (1791), Soldado de Artilharia da Marinha (1764) e Capitão de Batalhão Naval (1836-1851), Museu Militar de Lisboa.

7.3. O aspirante a oficial

Talvez foi no mesmo ano de 1785 que o galego obteve licença para ir a Lisboa ingressar, para acesso ao oficialato, nas lições de matemática da Academia Real de Marinha, instituição de ensino superior fundada em 1779 pela Rainha D. Maria I. As provas documentais decorrem apenas do segundo casamento nesta cidade (em 01/05/1786) com Maria Josefa de Oliveira. A Academia Real de Marinha funcionava no antigo Noviciado da Cotovia, onde também estava o Real Colégio dos Nobres, e ministrava um curso de matemática destinado à formação dos oficiais e pilotos da Marinha Real e da marinha mercante (F18). Também fornecia preparação científica

⁵³ Liv. 5, Fls. 93, Sé de Faro. É enterrada na capela do Carmo, Sé de Faro.

para o acesso ao curso de engenharia militar. O curso de matemática incluía as cadeiras de aritmética, de álgebra e de navegação, realizadas respetivamente, no primeiro, segundo e terceiro anos⁵⁴.

Para o acesso à carreira de oficial ou de piloto da Marinha Real era necessária a habilitação com a totalidade do *curso matemático* da Academia. Os candidatos a oficiais engenheiros tinham que habilitar-se com as cadeiras de *aritmética* e de *álgebra*, prosseguindo depois os seus estudos de *fortificação* e *engenharia* numa escola especializada que, em 1790, passaria a ser a Academia Real de Fortificação, Artilharia e Desenho, instituída só em 1790 também pela Rainha D. Maria I. Caetano terá frequentado a Academia Real de Marinha habilitando-se com a totalidade do curso, visto que em 15/09/1791 foi promovido a Segundo-tenente. Antes de concluir e durante a estadia em Lisboa, verá nascer os primeiros dos sete filhos que terá com Maria Josefa de Oliveira. Nos assentos de batismo achamos a reparação do apelido *Lens* e, no caso do primogénito, até com a identificação da freguesia galega de Sto. Tirso de Cando como procedência do pai. João nasce em Lisboa em 17/03/1789 e José Joaquim em 20/10/1790 na mesma cidade. Merelim não constata qualquer mudança de Unidade e supõe não se ter desvinculado do Regimento do Algarve.

7.4. Da nau *Príncipe Real* à guarnição na Terceira, Açores

Regressando a Faro, “como da naturalidade do filho Joaquim António se infere, manter-se-ia até 31 de outubro de 1795, quando passou da 5^a Companhia para a 1^a Companhia de Bombeiros,

⁵⁴ Na primeira cadeira era ensinada *aritmética, geometria, trigonometria plana* e os *princípios elementares da álgebra*. Na segunda era ensinada a continuação da *álgebra*, o *cálculo diferencial*, o *cálculo integral*, a *estática*, a *dinâmica*, a *hidrostática*, a *hidráulica* e a *ótica*. Na terceira, era ensinada a *trigonometria esférica* e a *arte da navegação teórica e prática*.

embarcando de seguida na nau Príncipe Real” (Merelim, 1974: 37). Vai servir neste barco pelo menos durante dois anos, a bordo do qual ascende de 2º tenente a capitão (22/04/1797), antes de ser destinado à 4ª Companhia de um novo Batalhão de Artilharia criado para guarnição do Castelo de S. João Baptista, na Ilha Terceira, Açores (patente de 3/10/1797). Durante os vinte e cinco meses que precedem o destino insular que se iria tornar definitivo, Caetano esteve embarcado sob comando do marquês de Nisa, “cruzando entre a terra e as Ilhas”, e do almirante Bernardo Ramires Esquível, com o qual teria inclusive cruzado o Atlântico numa viagem à América aportando na Bahia (Merelim, 1974: 37-39). Entretanto, a tensão nesta parte da Europa incrementava-se. Três meses antes de Caetano embarcar, em 22 de julho de 1795, Espanha tinha assinado com a França o Tratado da paz de Basileia e, um ano depois, a constituição de uma aliança ofensiva e defensiva (Tratado de Santo Ildefonso de 18 de agosto de 1796). A declaração de guerra de Espanha ao Reino Unido, em outubro, apanhou no meio a posição neutral de Portugal. A situação vai manter-se neste equilíbrio precário até que Espanha, agora pró-napoleónica, lançou um ultimato ao governo português, já em 29 de janeiro de 1801, para que o país vizinho se juntasse ao bloqueio dos portos aos ingleses, abandonando a velha aliança que mantinham. Não satisfeitas as suas pretensões, declarou guerra a Portugal, em 20 de maio daquele ano, fazendo entrar o seu exército no país através do Alentejo. Seria a chamada Guerra das Laranjas, um curto episódio militar que, em 1801, preludiava já a Guerra Peninsular, com extensos desdobramentos, tanto na Península Ibérica como no ultramar português.

Durante o incremento agudo da tensão política entre Portugal e Espanha, que deflagraria no mais cruento conflito bélico que tinha visto a península ibérica nos últimos séculos, Caetano estará já na Ilha Terceira, Açores, numa relativa tranquilidade. De igual modo,

durante o seu serviço naval que precedeu o da guarnição insular no Castelo de S. João Baptista, não se viu envolvido em grandes complicações militares. Algo pouco esperável, tendo em conta a categoria da Príncipe Real, uma nau de linha de 1ª classe, onde ascendido a capitão teria seguramente completado a sua instrução técnica, que até finais do século XVIII era basicamente ministrada a bordo dos navios. O *treino de manobra* era praticamente a única necessidade em termos de formação, pois o pessoal artilheiro e de infantaria era oriundo do Exército até à criação da Brigada Real de Marinha, nesse mesmo ano de 1797 (Silva, 2009: 127).

Os navios portugueses (F19), nesta altura finissecular, são enviados a cooperar com as forças inglesas no Canal da Mancha e no Mediterrâneo, mas nunca se viram envolvidos em combates navais importantes. O galego já não faria parte da tripulação da Príncipe Real nos seus momentos mais estelares⁵⁵. À vista dos dados compilados, Caetano integrou a tripulação da poderosa nau *Príncipe Real* durante um dos períodos seguramente mais calmos do seu desempenho militar nos mares. Antes da partida definitiva para o Brasil, e entre 1798 e 1800, este barco teria voltado ao Mediterrâneo, operando como nau-capitânia da esquadra portuguesa que cooperava com a Frota Inglesa do Almirante Nelson, tendo chefiado o bloqueio à ilha de Malta (1799).

A partida para o Brasil em 1807, à cabeça da esquadra que transportava a corte portuguesa e o próprio príncipe regente D. João, na fuga à invasão francesa, iria supor a despedida deste barco das

⁵⁵ A poderosa nave, classificada como 'Navio-Almirante da Armada Real Portuguesa', teve durante a sua carreira inicial o nome de 'Nossa Senhora da Conceição'. Serviu nesta fase como nau capitânia da Esquadra do Estreito, assegurando a navegação por Gibraltar, e em 1793 largou como navio-chefe da esquadra de auxílio à Inglaterra no Canal da Mancha. Foi reconstruída no arsenal da marinha em 1794 com o nome de 'Príncipe Real', com 94/110 peças de artilharia e uma guarnição de 950 a 1.000 homens. Na transição do século XVIII para o século XIX transportava 110 peças de artilharia, sendo na época o navio de guerra português mais artilhado.

grandes navegações. Assim que ancorou na nova capital do Império navio, foi aposentado das suas funções de navegação e permaneceu ancorado no fundo da baía de Guanabara, próximo à Ilha das Cobras. Por mais de uma década, a partir do ano 1808 em que ficou fora de serviço, foi sendo usado para várias funções, como cárcere flutuante ou navio-prisão. Com a independência do Brasil em 1822, passou a integrar-se na Marinha deste país⁵⁶.



F19. “Modelo de uma nau portuguesa dos fins do séc. XVIII que pertenceu à coleção da antiga Escola Naval. Foi construído em 1800 pelo Capitão Engenheiro José de Anchieta de Mesquita e oferecido ao Príncipe D. João, filho da rainha D. Maria I^a. Museu da Marinha, Praça do Império, Lisboa.

A presença de Caetano no Brasil e, em concreto, na cidade da Bahia a bordo da *Príncipe Real* depreende-se de um dos três depoimentos abonatórios sobre os vinte e cinco meses em que, pelo menos, se integrou na tripulação da nau, apurados em documentação do Arquivo Histórico Militar por Pedro de Merelim: «Bernardo Manuel de Vasconcelos, Cavaleiro da Ordem de S. Bento de Aviz, chefe de divisão da Armada Real, subordinado a Esquível, diz que Caetano José Pinheiro foi “em minha Companhia À Cidade de Bahia buscar, o Comboy, e Em todo o tempo que comigo Servio sempre dezempenhou Com inteireza e exatidam, e honra tudo quanto por

⁵⁶ Desta nau e da sua “Chegada da Família Real portuguesa ao Rio de Janeiro em 7 de Março de 1808”, realizou uma bela recriação em 1999 o pintor de temas navais Geoffrey Hun, um óleo sobre tela (609x914 mm) em que a Príncipe Real se representa majestosa e no centro, no momento em que acaba de fundear à entrada da baía do Rio, com a costa de Niterói e o Pão de Açúcar em fundo –várias páginas web oferecem a sua reprodução.

mim lhe foi Encombido”. Firmado em Lisboa, a bordo do navio-general, aos 26 de Outubro de 1796 (pública forma de 1798)» (Merelim, 1974: 38).

Caetano é separado do destino deste barco (“abatido” em 03/10/1797 de novo ao Regimento do Algarve), sendo-lhe designada, como já expresse, a 4ª companhia do novo Batalhão de Artilharia da guarnição do Castelo de S. João Baptista, na Ilha Terceira. Tendo deixado oficialmente a vida do mar em 19 de novembro de 1797, terá ainda servido no Regimento de Extremoz, segundo consta num documento avulso sem data sobre “uma devassa de um roubo feito por três soldados” (Merelim, 1974: 39), e seguiria ainda em Lisboa em meados de 1798, embarcando só então para Angra. A partir daí, inicia uma relação com os Açores que vai durar até ao fim da sua vida. Não consta a data concreta em que se apresentou no novo Batalhão de Artilharia terceirense, mas no “rol quaresmal” figura como capitão-comandante, “designativo que habilita a supor ali estar à frente de um destacamento militar, no efectivo de uma companhia, ido da fortaleza do Monte Brasil” (Merelim, 1974: 39). Aparece como morador na rua de Jesus da Vila da Praia, e é nesta altura quando nasce o seu filho Inácio (15/08/1799), futuro bisavô de Fernando Pessoa.

7.5. Capitão e Professor na Academia Militar da Ilha Terceira

A Fortaleza de São João Baptista em Angra do Heroísmo, para onde Caetano foi destinado, tinha começado a construir-se por volta de 1592, por ordem de Filipe II de Espanha, I de Portugal. Envolve toda a área do Monte Brasil, as suas muralhas controlam todos os ancoradouros de Angra e do Fanal, e “é sem dúvida a maior fortaleza

construída por Espanhóis” em todo o mundo⁵⁷. É considerada ainda hoje uma das melhores fortificações da Europa, sendo a mais ocidental do continente e o local por mais tempo ocupado por soldados.

As restantes informações sobre a vida de Caetano referem-se a eventos familiares e alguma mudança no grau militar e profissional sem, no entanto, ter saído dos Açores nem realizar qualquer desempenho militar que implicasse a participação em conflitos bélicos. Três anos depois do nascimento do filho Inácio já não está na lista dos habitantes do velho burgo de Santa Cruz: aparece como morador do Castelo de S. João Baptista (1802). Em 03/01/1804 nasce a filha Maria, morta logo, e em 02/12/1811 morre a sua segunda mulher, Maria Josefa de Oliveira, tendo sido sepultada na Sé⁵⁸. As consequências das grandes transformações e fraturas políticas, ideológicas, tecnológicas, ocorridas no final do século anterior, em especial a Revolução Francesa, a independência dos Estados Unidos da América e a invenção da máquina a vapor, que começam a manifestar o seu efeito e agitar o continente europeu e até o conjunto do mundo no novo século (com o liberalismo, o nacionalismo, e o progresso científico, e as correspondentes correlações reacionárias que provocam estas novas inclinações da humanidade), praticamente já não tocam na vida insular e mais isolada de Caetano, mas sim a dos seus filhos imediatos.

As colónias espanholas na América, também com o exemplo do vizinho norte-americano, aproveitam a fraqueza da coroa de Espanha durante a ocupação francesa e por volta de 1810 provocam as primeiras revoltas, prenúncio da segunda vaga de levantamentos que virá seis ou sete anos mais tarde, como reação às medidas abso-

⁵⁷ Isso assegura a página *web* do exército português (*Vid. Ref. final, cap. 5*).

⁵⁸ Liv. 13, Fls. 109.

lutistas de Fernando VII. Entretanto, a situação no Portugal continental está determinada pela ausência da família real no Rio de Janeiro desde 1807, na sequência das Invasões Francesas. Tal deslocação evita, por um lado, que se demore algo mais em chegar ao Brasil a onda de revoluções independentista que varre a América Latina e, por outro, coloca Portugal em situação de aproveitar a fraqueza da monarquia espanhola nas mãos de Napoleão. Assim, as incursões do rebelde José Artigas no Rio Grande do Sul serviram de pretexto para uma intervenção portuguesa no Uruguai (1811 e 1816-17) e para a anexação da chamada Banda Oriental, que prolongou o território brasileiro até à sua fronteira natural no Rio da Prata.

O que realmente estava a acontecer era o fortalecimento de uma parte da coroa que, quando alcançada a independência, irá deixar ainda mais órfã e desolada a metrópole: ao mesmo tempo que o Brasil se mantinha próspero, Portugal continental e europeu entrava em decadência. A abertura dos portos brasileiros às nações amigas, decretada pelo Príncipe Regente em 1808, pois era a única saída para manter a abertura comercial à Europa face à ocupação francesa do território metropolitano, acaba por dar na prática à Inglaterra o monopólio do comércio com o Brasil. Portugal, arrasado pelas rapinas e a devastação das invasões francesas, vê também paralisada a navegação, a agricultura, a indústria e o comércio, ficando secundarizado a respeito do Brasil⁵⁹.

Os problemas políticos da antiga Metrópole, junto com o liberalismo e as tendências libertárias, vão passar conturbadamente pelos Açores e atingir muito em cheio os filhos de Caetano, nomeadamente

⁵⁹ E os ingleses comportam-se com a cabeça do reino português como se realmente fosse uma colónia –em nome da guerra contra a França, ocupam Goa e Macau. Tendo enveredado pela industrialização, a Inglaterra, disposta a eliminar a concorrência económica das nações escravagistas, até vai ditar a Portugal os ritmos na eliminação da escravatura. Este compromete-se, nos tratados de amizade e comércio de 1810, a cooperar na extinção gradual do tráfico de escravos e, com o novo acordo de 22/01/1815, fica proibido de traficar a norte do Equador.

Inácio, o bisavô de Fernando Pessoa e também militar como o pai, mas este já não estará para o ver e sofrer.

Entre 1811 e 1818, como capitão e sargento-mor graduado, Caetano rege a cadeira de Matemática e as disciplinas do primeiro ano da Academia Militar da Ilha Terceira. A necessidade de formação militar e quadros de mando continua a ser grande. A Marinha Portuguesa opera nesta altura essencialmente a partir do Brasil: junto com a Família Real que se deslocara para o Rio tinha seguido o grosso da Esquadra com um total de 23 navios, dos quais oito naus e quatro fragatas. A primeira campanha de relevo da Marinha Portuguesa neste período também decorre longe dos Açores, entre 1808 e 1809, na conquista da Guiana Francesa, uma primeira represália pela ocupação de Portugal pelas tropas de Junot. Também se pretendia evitar que este território fosse utilizado como base de curso ou plataforma de lançamento de um ataque ao Brasil. Sucedem-se longe outras operações importantes⁶⁰, num mundo conturbado que, de momento, não parece poder perturbar o trecho final da vida do galego assentado nestas Ilhas.

A Marinha tem, também, um papel preponderante aquando da revolta de Pernambuco, em 1817, que, embora constitua um prenúncio do movimento independentista brasileiro, encontra ainda uma conjuntura envolvente desfavorável à sua propagação. Para além

⁶⁰ Mencionemos, por exemplo, a tomada de Caiena, 12/01/1809, em que a intervenção naval está protagonizada por dois brigues, uma escuna, dois cúteres, três barcas canhoneiras e três transportes, encabeçados por uma fragata inglesa comandada por James Lucas Yeo, que tinha oferecido os seus serviços à Coroa Portuguesa. Às campanhas contra a pressão francesa no Brasil sucedem as tomadas de posição face aos primeiros levantamentos independentistas nas colónias espanholas da América do Sul. Depois de uma primeira intervenção armada na Banda Oriental, interrompida com um armistício com os rebeldes em 1812, a conquista desta faixa é, finalmente consumada em 1817, após novas incursões de José Artigas no Rio Grande do Sul. Nessa campanha, em que tomam parte uma nau, uma fragata, cinco brigues e seis transportes, a Esquadra garante o controlo do mar e bloqueia os portos de Maldonado e Montevideu. Neste último são, ainda, desembarcadas forças de Marinha, que efetuam o primeiro assalto, antes do avanço das tropas terrestres.

destas campanhas, prossegue, no Atlântico, o combate aos corsários franceses (até 1815), barbarescos, uruguaios/argentinos (a partir de 1817) e americanos. Estes últimos são contratados, a título independente, por Artigas para atacar a navegação portuguesa, o que motiva uma intensa ação diplomática junto do governo americano. No entanto, só o reconhecimento da independência da Argentina por parte do governo português e o anúncio da realização de uma consulta eleitoral à população da Banda Oriental sobre o destino a dar àquela província, acaba com a presença de corsários americanos na região. Mas a guerra de corso envolve essencialmente navios mercantes isolados ou com pequena escolta, causa elevadas baixas e estende-se até aos limites das barras portuárias da Metrópole portuguesa, pois a progressiva degradação da Armada e o afastamento geográfico das principais unidades combatentes faz com que os corsários se tornem cada vez mais ousados.

Neste período Caetano ainda casou por terceira vez (18/02/1813) na Sé da catedral de Angra do Heroísmo com Maria Hilária Lacerda. Ele tinha na altura 57 anos e ela 55⁶¹. O galego vai acompanhar, da distância da Ilha Terceira, o crescente mal-estar contra os ingleses e contra a Corte, e os primeiros indícios do germinar das ideias da Revolução Francesa deixadas pelas tropas napoleónicas, que começam por manifestar-se na conspiração do general Gomes Freire de Andrade, em 1817. Porém, ele não estará vivo quando a revolução liberal triunfar em 1820, ao falecer alguns meses antes com 63 anos de idade, em Angra do Heroísmo. É enterrado no templo principal desta diocese açoriana (08/09/1819)⁶².

⁶¹ A terceira esposa de Caetano era filha de João Pereira Sarmiento de Lacerda e Caetana Bernarda (Liv. 14, Fls. 131v).

⁶² Liv. 14/15, Fls 5v.

8. A família galega de Pessoa no século XVIII

Segundo documentos presentes nos “Libros Sacramentales” do Arquivo Histórico Diocesano de Santiago de Compostela, Caetano poderia ter na Galiza até três tios e duas tias pelo lado materno, e outro tio pelo lado paterno. Quatro referências constam no mesmo livro de batizados da freguesia de Sam Tirso de Cando⁶³, todos nascidos no lugar da Ponte:

- a) **Andrés Antonio**, nascido em 13/10/1712, filho de Martín Maneiro e Francisca García; foram padrinhos Andrés Martínez e Agustina García (Fol. 30r.);
- b) **Fernando**, nascido em 30/05/1715, filho de Martín Maneiro e Francisca García; foram padrinhos Gonzalo Cazón (vizinho de “Sta. Vaya de Leyro”) e Agustina García (vizinha de “S. Julian de Aro”) (Fol. 39v.);
- c) **Juan Antonio**, nascido em 08/04/1724, filho de Martín Maneiro e Francisca “de Mayo”; foram padrinhos Juan “de gongz.” e María de Lagoa (Fol. 67v e 68r.);
- d) **Pedro Antonio**, nascido em 20/06/1726, filho de Martín Maneiro e Francisca García; foram padrinhos Andrés de Neo e María Suárez (“su nuera y mug. de Juan ant^o. de Neo vecinos delaotra parte del puente feligresias dess^a maria de Roo”) (Fol. 77r.).

Os outros dois parentes indicados, um tio paterno e uma tia materna, aparecem também matrimoniados (documento D18, não transcrito em Anexo mas referenciado), sendo portanto um caso que

⁶³ Arciprestazgo Entins, “Serie Libros Sacramentales”, P006055, *Bautizados 1703 - 1758*.

se pode encaixar dentro das habituais práticas de *casamentos concertados de intercâmbio* ('casamentos trocados', na linguagem popular; "matrimonio a trueque", nos trabalhos especializados sobre o assunto) acordados entre duas famílias: em janeiro de 1755, escassamente dois meses antes da união dos pais de Caetano (documento [15]), teriam passado já pelo altar **Agustín de Lens e Rosa Maneiro y Mayo**; os pais dele eram os mesmos que os do progenitor de Caetano, Domingo de Lens e Maria de San Martin, "aora difuntos y vzos de la Fr^a de Viz^{te} de Haro"; e os pais dela eram também os mesmos que os da sua progenitora, Martin Maneiro (repetindo-se "ausente en el vecino Reino de Castilla") e Francisca de Mayo, da freguesia de Cando. Também consta alusão a Portugal, como no D15, confirmando mais uma vez que poderiam ter ainda parentes emigrados nesse Reino. Ainda que nalgumas partes da Europa é por esta altura - século XVIII - que começa a aparecer o 'casamento por amor' (Coontz, 2006: 194-195), também é verdade que os demógrafos e especialistas na matéria só parecem concordar na afirmação de que o sistema matrimonial é, na realidade, um repertório de sistemas cuja característica principal é a adaptabilidade, algo diferencial a respeito das formas de casamento noutras partes do mundo. Os pais de Caetano, numa área e numa época em que a demanda de mão de obra e a produtividade da terra determinavam decisivamente tanto o incremento ou diminuição do número de matrimónios como a própria natalidade, não escapam a um modelo muito concreto de acordo matrimonial.

Os motivos para este tipo de casamentos - duas casas que associam por esponsais mais de um filho/a - eram económicos ou de preservação do património, e no seu esquema ideal consiste no acordo entre as duas famílias, "cada una de ellas con dos hijos de distinto sexo en edad nupcial, que, una vez casados ante la Iglesia, se intercambian las mujeres de una casa a otra, de manera que la

parte de la herencia que a cada una de ellas corresponda, permanezca en la casa paterna y la celebración de los matrimonios no suponga amputación presente ni futura al patrimonio familiar” (Rey, 1990: 248). O minucioso levantamento de dados de Ofelia Rey Castelao em freguesias dispersas da área norte-ocidental da Galiza indicam que tanto a consanguinidade como os ‘casamentos trocados’ eram práticas que aparecem por todas as partes neste território e não é fácil perceber a sua conexão entre ambas com outros elementos caracterizadores da nupcialidade, como a endogamia ou as segundas núpcias⁶⁴. Por outro lado, parece que é o período entre 1640 e 1800, em geral e passando por cima doutros importantes matizes (como ser uma prática que tardou em deixar registos legais diante de notário), em que mais ‘casamentos trocados’ se realizam nas freguesias galegas.

O caso que nos ocupa não responde ao protótipo, praticado pelas famílias com um número mais elevado de descendentes, mas representa uma das variantes possíveis, pois “A la ya mencionada y más pura de un hermano y una hermana con otros de distinta familia se une la posibilidad de casar a dos hermanos con dos hermanas, la más generalizada después de la anterior” (Rey, 1990: 249-251). Esta modalidade (preferida por famílias com menor número de descendentes) permite o acesso ao matrimónio de filhos/as que pela dificuldade de fornecer dote a ambos/as talvez não poderiam casar, e evita o retalho ou divisão dos poucos bens a que a união com uma terceira família obrigaria. A proximidade cronológica de ambos casamentos aponta também para tal concerto, mas tendo falecido já os progenitores é possível que o acordo estivesse comandado pelo irmão mais velho. Como na variante ‘troca simples’ um dos homens

⁶⁴ A endogamia geográfica na Galiza atlântica diferencia a zona costeira, com +70/80% de matrimónios entre contraentes da mesma paróquia, e a interior, com 40-50% -salvo nas regiões mais abruptas onde os dados se aproximam dos da costa.

abandonava a casa paterna para residir com os sogros, visto que no registo de casamento dos pais de Caetano (Vid. D15) se indica que ele procede do concelho limítrofe de Negreira e no de óbito se confirma que continua em S. Tirso de Cando, em cuja igreja é enterrado, podemos deduzir que foi Manuel de Lens quem mudou de casa e que era o irmão mais novo.

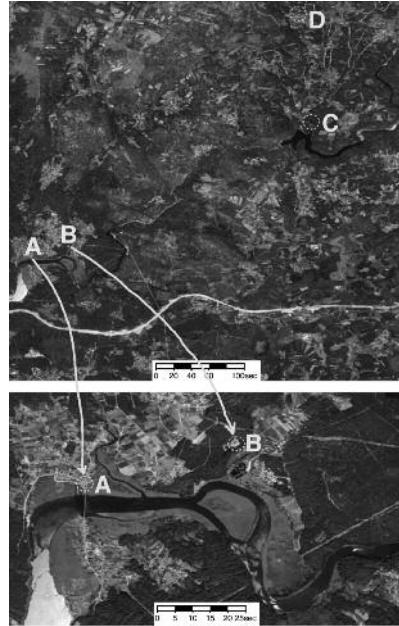
Assim, o pai de Caetano teria formado parte de um acordo matrimonial, vendo casar primeiro o seu irmão mais velho para de imediato ser ele próprio que o leva a efeito. Agostinho teria ficado na casa dos pais com “a melhora” e Manuel de Lens teria ido para a dos sogros, cambiando os seus bens ou “legítima” com os da cunhada, e convertendo-se em consorte da “melhorada”. Terá chegado com exíguas posses materiais ao matrimónio, e o papel que lhe cabe no ‘casamento trocado’ em que participa não lhe vai permitir aceder neste momento a muitas mais. Tendo em conta as investigações sobre o ‘regime dotal’ para outras áreas galegas nesta mesma época (Fernández, 2007a: 52-54), e que do século XVII para o XVIII em mais dos 4/5 se aportava ao futuro matrimónio diferentes bens (de natureza produtiva ou de natureza “doméstica”, como animais, pequenas herdades, roupa e pertences), mas que a partir da década de 1730 se incrementa a importância estatística dos dotes apenas com seguro de legítima⁶⁵, as condições de casamento do pai de Caetano (em 01/03/1755) não parecem ter sido materialmente muito favoráveis. Manuel de Lens teria ido para a casa da nova mulher e, estando ausente “en el Reino de Castilla” o sogro, teria ficado às ordens da sogra e dos quatro irmãos dela (Andrés António, Fernando, Juan António e Pedro António, nascidos em 1712, 1715, 1724 e 1726). Não teria fornecido bens próprios ou “legítima”, pois os da cunhada seriam substitutivos, e incorporar-se à nova família como

⁶⁵ Até ao ponto de em meados de século ultrapassar o 50% do total, e, no caso de juntar os que levam transferência de algum bem e ao mesmo tempo seguro de legítima, ultrapassar o 80%.

cônjuge da “melhorada” que ficava em casa, cuja “melhora” só podia por enquanto ser uma promessa, não deixava muitas margens de prosperidade para o jovem. No ano a seguir ao seu casamento nasce Caetano, no seguinte morre a sogra (que já consta como viúva), e em 1760 ele próprio, “sumamente pobre”, sem grandes hipóteses de prosperidade para o menino.

Este tipo de acordos matrimoniais baseia-se no conhecimento mútuo das famílias, fomentando a endogamia, mas sem atingir os limites próprios da consanguinidade. Os dados de áreas geográficas relativamente adjacentes da paróquia de S. Tirso de Cando

indicam que mais da metade dos casamentos costumavam celebrar-se entre contraentes da mesma freguesia⁶⁶. Os ‘casamentos trocados’ perpetuam-se como uma prática de proporção fixa e assim a subsistência deste sistema obrigou a pôr em relação núcleos populacionais de outras comunidades, ampliando cada vez mais o circuito de in-



F20. Curso do Rio Tambre desde o Lugar da Ponte (A), com a igreja de Santo Tirso de Cando onde foi batizado Caetano (B), e as freguesias de Linhaio (C) e Aro (D), de que procedia o seu ramo paterno. Elaborado a partir dos mapas do catálogo de recursos do projecto *GeoNetwork opensource*, *Geographic data sharing for everyone*.

⁶⁶ Repartindo-se o resto a metades entre as limitrofes e as não limitrofes durante o século XVII, e passando a reduzir-se estes últimos até num 10% no século XVIII. Nos ‘casamentos trocados’, a endogamia estrita no vale da Mahia afetou, por exemplo, o 73% dos casamentos até 1750, e o 79% depois, percentagens algo menores noutras zonas, mas em todo o caso muito elevadas um pouco por toda a parte.

tercâmbios, para preservar a endogamia socioeconómica que era a realmente importante para as famílias. No caso das que nos ocupam, as duas freguesias a que pertenciam pode-se dizer que não estavam afastadas e que tinham uma proximidade na altura vertebrada pelo curso do rio Tambre (F20).

Caetano teria ainda uma irmã mais nova, a já mencionada **Francisca Dominga**, nascida em 27/02/1758. O assento de batismo desta (documento D17) tem interesse por indicar, a respeito do pai, uma procedência diferente daquela que aparece no registo de casamento dos progenitores de Caetano: naquela tratava-se de Aro, nesta é Lilhaio, ainda que as duas aldeias se acham contíguas. Ao tratar-se de um documento que não incorporamos em Anexo, transcrevemos aqui na íntegra:

TRANSCRIÇÃO PALEOGRÁFICA

[na margem esquerda] “Puente/ Francisca/ Dominga”.

“En la frás. de Sn Thirso de Cando a Veintey/ siete dias del mes de Febrero de mill siete zos y/ Cinquenta yocho años yo Dn Jun Andres Carr^a y Gaiosso Cura de esta/ dha frâ Baptize solenemente una niña hija/ lexma, dexmo matrimonio de Manuel de Lens,/ natural de Sn Martn de Liñao y de Ant^a de Maio/ Vezos del lugar de la Puente de esta dha frâ, pusele/ pr norê, Franca Dominga fueron Sus padrinos/ Francisco de Neo Vezos de Sn Pedro de Outes/ y natural de Sta M^a de Roo y D. Angela Diaz/ vez^a y natural del lugar de la Puente de esta Citada/ fr^a, advertiles el parentesco q contrahian conla/ r engendrada y sus padres y la obligacion quete/ nian de ensenarle Sta Doctrina Xptiana y p^a que/ Conste lo firmo condho Mton dia mes y año pres/ cripto = Frdo. Ant^o Carr^a y Gaiosso / S. Andres Carr^a y Gaiosso” [rubricado]

VERSÃO ADAPTADA

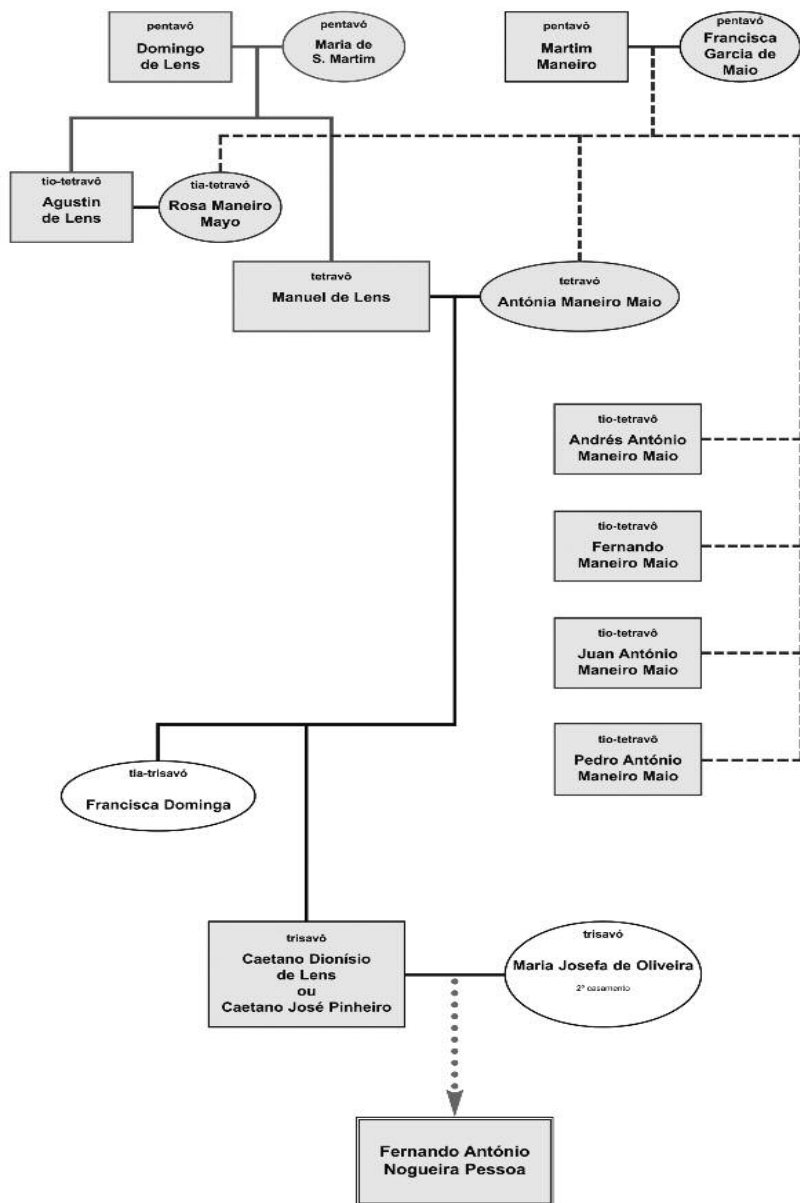
[Na margem esquerda] “Puente - Francisca Dominga”.

“En la feligresía de San Thirso de Cando, a Veinte y siete dias del mes de Febrero de mil setecientos y cincuenta y ocho años, yo Don Juan Andrés Carreira y Gaiosso, Cura de esta dicha feligresía, bauticé solemnemente una niña hija legítima, de legítimo matrimonio de Manuel de Lens, natural de San Martín de Liñao y de Antonia de Maio, vecinos del lugar de la

Puente de esta dicha feligresía. Púsele por nombre Francisca Dominga. Fueron sus padrinos Francisco de Neo, vecino de San Pedro de Outes y natural de Sta. M^a de Roo y D. Angela Diaz, vecina y natural del lugar de la Puente de esta citada feligresía. Advertiles el parentesco que contraian con la engendrada y sus padres y la obligación que tenían de enseñarle Sta. Doctrina Cristiana. Y para que conste lo firmo con dicho Mton día mes y año preescrito = Frdo. Antonio Carreira y Gaiosso / S. Andres Carreira y Gaiosso" [rubricado].

Tendo aparecido apenas o registo de óbito do pai em Sam Tirso de Cando, é bem possível que tanto a irmã como outros parentes se deslocassem para outras freguesias da Galiza ou, muito mais provavelmente, para os Reinos vizinhos. A experiência da emigração consta na família, tanto em Castela como em Portugal. Nos inquéritos dos anos 70 do século passado, realizados em 1.279 lares de Outes e no âmbito de uma tese de doutoramento na área sanitária, recolhia-se que o 55% da população do município emigrava, na sua grande maioria para o estrangeiro (35%), algo menos navegando (15%) e um mínimo para outras zonas do estado (5%), continuando assim uma tendência antiga (Mayan, 1974: 10 e 29). Segundo esse mesmo trabalho, no período 1962-1970, teriam emigrado para o estrangeiro 36.614 pessoas só na província da Corunha, o que representava apenas 25,9% da emigração total da Galiza. Outes, eminentemente agrícola e rural, ainda que algo menos deprimido na área litoral (das 136 aldeias que se referem no trabalho, nenhuma conta ainda na altura com serviço telefónico e 90 delas estavam comunicadas por "camino carretero"), terá sido um dos municípios que mais alimentasse a diáspora galega de todos os tempos.

Para encerrar este capítulo, sintetizamos num quadro os dados expostos sobre os ramos genealógicos de Fernando Pessoa, documentados na Galiza no século XVIII (F21).



F21. Laços de parentesco de Fernando Pessoa documentados na Galiza no século XVIII.

9. Parentes atuais de Fernando Pessoa na Galiza

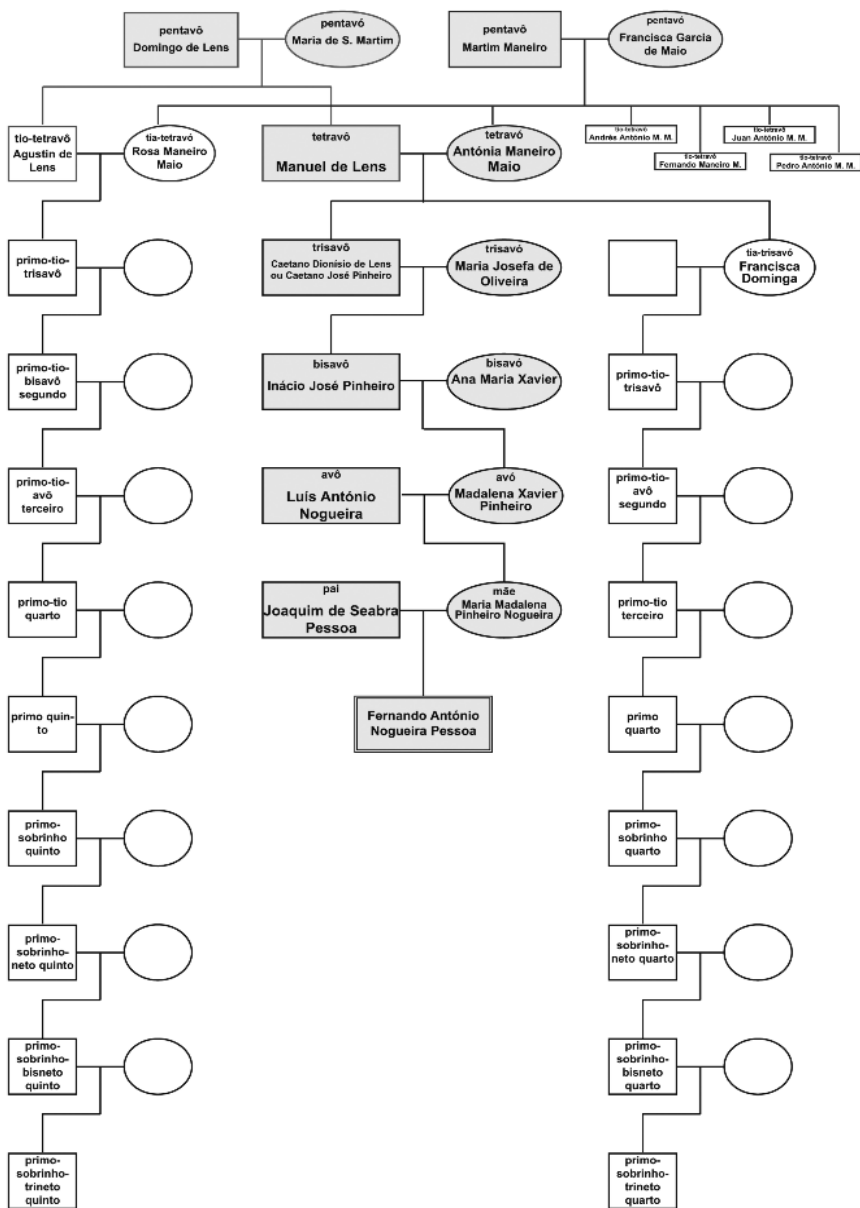
As possibilidades de apontar ligações de parentesco com Fernando Pessoa na Galiza atual, à vista dos dados apontados no capítulo anterior, são muito altas. É por isso que considerámos oportuno encerrar esta parte do trabalho com a formulação de alguns fundamentos para a sua identificação. Numa lista telefónica de 2008-2009⁶⁷, que recolhe em índice alfabético aproximadamente umas 2400 localidades de toda a província da Corunha com este serviço, achamos as seguintes ocorrências dos apelidos *Lens* e *Maneiro* na primeira ordem (usando a mesma denominação de município que se emprega na fonte):

<u>município</u>	<u>Lens</u>	<u>Maneiro</u>
A Corunha	3	23
Ames	3	1
Arteixo	0	2
Arzua	0	2
Baña, A	5	0
Boiro	5	17
Cambre	3	2 (+1 <i>Manero</i>)
Carballo	0	2
Culleredo	0	3
Ferrol	4	4 (+10 <i>Maneiros</i> e 1 <i>Manero</i>)
Laracha, A	0	2
Lousame	0	1
Mazaricos	0	17
Muros	0	1
Muxía	0	3
Narón	0	(1 <i>Maneiros</i>)
Negreira	13	2

⁶⁷ Telefónica, *Paginas Blancas*, A Coruña, 654 páginas.

Noia	0	4
Oleiros	1	1
Oroso	1	0
Padrón	2	0
Pobra do Caramiñal, A	0	17
Porto do Son	0	79
Rianxo	5	3
Ribeira	4	28
Rois	7	1
Sada	1	0
Santa Comba	0	8
Santiago de Compostela	13	8
Santiso	0	1
Teo	1	4
Trazo	1	0
Val do Dubra	2	0
Valdoviño	0	1 (+1 <i>Maneiros</i>)
Zas	0	1

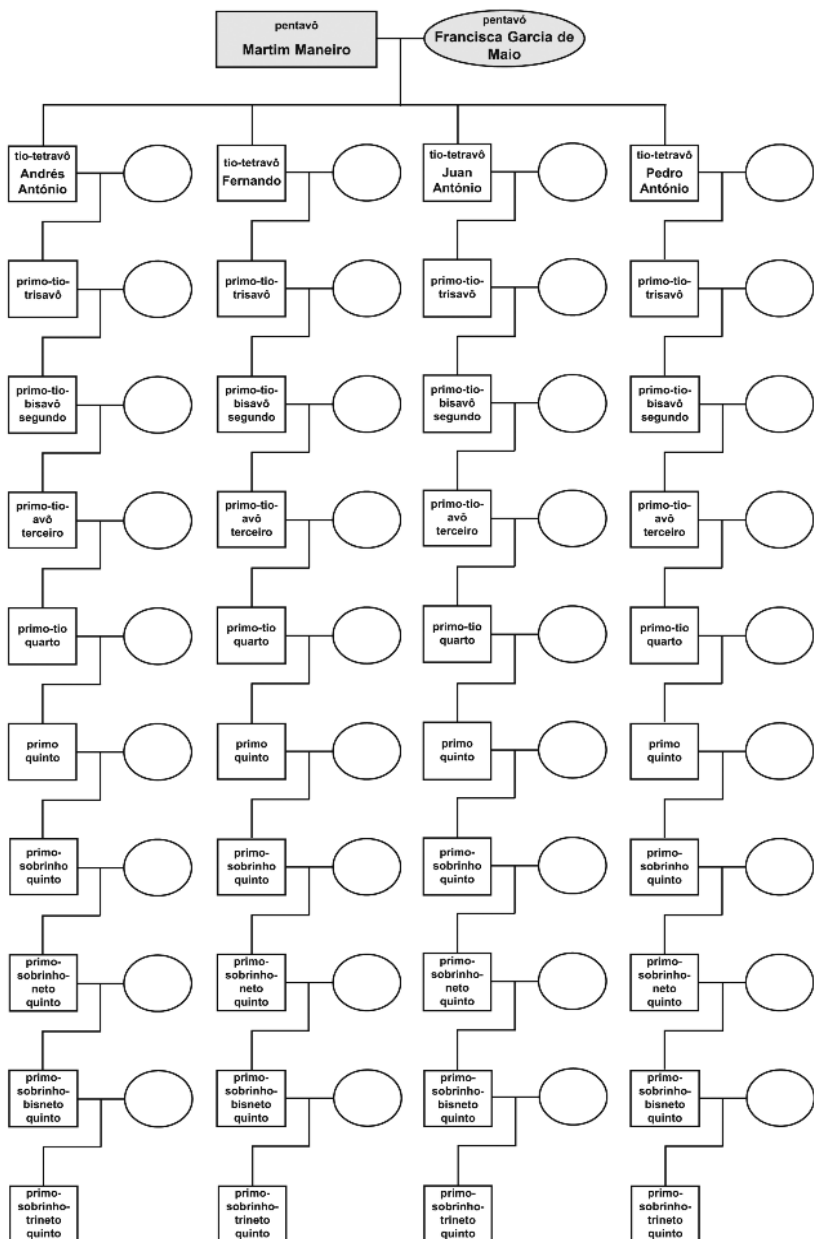
Visto neste capítulo só pretendermos apontar um esboço para a identificação sugerida, e visto que a pesquisa se mostrou enormemente dificultada, anotaremos apenas resultados de indagação referidos à linha mais restrita dos *Lens*, delineando as possibilidades potenciais para a linha *Maneiro*. Quanto à primeira vertente, a cartografia atual do sobrenome *Lens* (Vid. em capítulos precedentes a F12) continua hoje a indicar a mais alta concentração relativa e até quase absoluta na mesma área de que é oriundo o pai do trisavô de Fernando Pessoa, no município de Negreira. Em termos absolutos, os seus descendentes deslocaram-se minimamente em direção ao de Santiago de Compostela, onde se acharia em dados brutos o número mais elevado, ao termos em conta os registos das áreas residenciais imediatas. Assim, a oportunidade de achar parentes atuais por esta via é bastante alta em volta de Compostela. As possibilidades de parentesco, apresentadas com idêntico critério gráfico que no caso anterior, ficariam esboçadas em F22, incluindo ainda a linha genealógica que corresponderia à irmã de Caetano.



F22. Hipóteses de parentesco de Pessoa na Galiza atual pelo lado paterno do seu trisavô.

Quanto à segunda vertente, a linha de ascendência materna de Caetano, com até quatro tios-tetravós de Fernando Pessoa, mostra-se rica em condições para um mapeamento nas suas prolongações até à atualidade, pois a habitual transmissão preferente pelo lado masculino dos quatro varões, junto com o alto grau de fecundidade reprodutiva na Galiza nesta época, assegura bastantes oportunidades de continuação genética. No entanto, uma investigação rigorosa da descendência por esta via deveria considerar ainda a substituição de *Maneiro* por *Maio*, como se comprovou que acontecia no caso da mãe de Caetano, em que a marca da casa materna prevalece inclusive nos documentos religiosos. Seja como for, um segundo quadro dos laços de parentesco com Fernando Pessoa, que poderia ser preenchido para alcançar a descendência na Galiza atual, seria similar ao da F23 – tendo o cuidado de anotar graficamente a distinção das linhas masculina e feminina. O município de Porto do Som (*Porto do Son* na lista de Telefónica), ainda hoje com a maior concentração absoluta e relativa do apelido, mostra-se área idônea para achar parentes atuais de Fernando Pessoa.

Retomando a primeira vertente, foi a partir das considerações apontadas que iniciamos, entre os *Lens* efetivos da lista telefónica (desconsiderando as possibilidades de troca com *Leis*), uma pesquisa retroativa a partir do nome *Lens Neo, X. M.*, uma das três ocorrências do município de Ames, que em concreto se localizava no lugar do Milhadoiro, ao lado de Compostela. Os motivos da escolha prendem-se também com a presença do segundo apelido que acompanha, presente nalguns documentos consultados: Juan Antonio de Neo é padrinho em 1726 no registo de nascimento de Pedro Antonio, um dos tios-tetravós de Fernando Pessoa acima identificados; outro Neo, Francisco, ocupa o mesmo papel em 1758, ao nascimento de Francisca Dominga, a irmã de Caetano. E nos cemitérios especialmente de S. Martinho de Linhaio a presença do sobrenome *Neo* é



F23. Hipóteses de parentesco de Pessoa na Galiza atual pelo lado materno do seu trisavó.

frequente, de modo que a sua perpetuação acompanhando *Lens* até ao século XXI indicaria a continuação de uma proximidade de famílias, e área geográfica, que se teria perpetuado coesa desde os tempos de Caetano. Concorreu ainda outro motivo para esta escolha e é o “X” consignado na lista telefónica, um indício de que a pessoa a que correspondia se tinha preocupado por galeguizar na forma pretensamente oficial para o galego o seu nome. Este dado não é para desconsiderar, pois a desconfiança a respeito de um estranho que trate de indagar nas intimidades genealógicas de uma família é a resposta mais comum. Assim que seria mais fácil explicar os motivos de interesse neste caso, e talvez achar as referências básicas mais recentes –que não constam no Arquivo Histórico Diocesano–, e com alguma sorte ligar os dados com os documentos antigos consultáveis.

O registo telefónico correspondia a Xosé Manuel Lens Neo, médico compostelano inclinado às humanidades, infelizmente falecido. Mas a sua viúva, Marina Garcia Vidal, mostrou-se absolutamente compreensiva e colaboradora com este trabalho, facilitando os primeiros dados necessários da ascendência do seu marido até o grau do avô, nascido em 1909, suficientes para continuar a pesquisa nos documentos do Arquivo Histórico. Facilitou também um esboço de uma árvore genealógica que Xosé Manuel tinha reunido, por desgraça para as minhas indagações referido a uma linha que pelo lado materno conduzia a um ilustre antepassado, Alonso de la Peña Montenegro, bispo de S. Francisco de Quito e vice-rei de México (nascido em 1596, recebeu a designação em 1653 e morreu em Quito no ano 1687). O núcleo familiar que pelo lado paterno fui seguindo gravita em volta da freguesia de Sta. Maria de Urdilde, término municipal de Rois, e mais concretamente na aldeia de Quintáns, espaço geográfico muito próximo dos cenários que até agora estivemos a exa-

minar. As possibilidades de parentesco genealógico com Fernando Pessoa eram muito altas, mas talvez remontadas a um grau anterior ao pentavô galego do escritor, e em todo o caso não se confirmaram nos dados que apresentamos (F24). A informação que conseguimos reunir em consultas documentais remontam a dois irmãos nascidos em princípios do século XVIII, Jazinto (1707) e Pedro (1710), sendo este o ancestro de que procede. Contudo, não conseguimos certezas absolutas –quer dizer, documentais– dos segundos (e até é possível que terceiro, num dos casos) casamentos de ambos, sendo que o filho documentado de Pedro que dá continuidade à linha genealógica investigada (Jacobo, nascido em 1772) procede do matrimónio com Maria Gómez, mas registam-se outros quatro descendentes anteriores (Rosa, Jazinto, Josefa e Maria, nascidos em 1733, 1734, 1744 e 1750) produto da união com Manuela López. Acreditamos tratar-se do mesmo Pedro, como acreditamos que também o seu irmão Jazinto tivesse descendência em dois casamentos, e registamos exemplos de ‘casamentos trocados’ entre famílias, no sentido que já foi exposto, mas da série “Libros Sacramentales” da paróquia de Sta. Maria de Urdilde, a que pertencem, o primeiro volume existente, que reúne batizados, casamentos e óbitos, não se pode consultar por conservação deficiente. Assim, resulta impossível verificar laços esboçados nos outros, que fornecem informação a partir de meados do século XVIII. Às inseguranças aludidas acrescentam-se falta de informação sobre novos casamentos, falta de confirmação de óbitos, e até possíveis erros de matiz nos registos.

Prescindimos aqui de dados secundários e não achamos oportuno incorporar neste capítulo, voltado como está o conjunto para um epicentro pessoano, complexas referências de localização que resultariam em vários quadros de representação ou leitura impraticável. Dos livros relativos à paróquia de Urdilde, custodiados no Arquivo Histórico Diocesano de Santiago, o mais antigo que regista

batismos (onde costuma existir maior informação que nos outros tipos de registos), sendo ao mesmo tempo consultável, é o segundo da série indicada, e refere pessoas nascidas entre 1720-1751. Tanto este como os outros cinco correlativos, que cobrem registos até 1920, permitiram alcançar com todas as garantias documentais os meados do século XVIII e, apesar das incertezas que se colocam nos ramos altos, representados no quadro, podem assegurar –com base na informação reunida– que a linha familiar dos descendentes do trisavô de Fernando Pessoa não se cruza com a que agora estudamos para este período. Acreditamos e desejamos, no entanto, que a partir destes conhecimentos outros investigadores ou pessoas curiosas possam examinar e provar com maior sucesso as hipóteses de parentescos na Galiza atual com Caetano, o trisavô galego de Fernando Pessoa e, portanto, com o poeta português. Algo que, não devendo ser difícil, nunca foi propósito central do presente trabalho.

10. Síntese da primeira parte

Fernando Pessoa tem, literal e literariamente, costelas galegas. O literal remete metaforicamente para a sua genealogia, que por parte de mãe remonta a um trisavô oriundo de terras da desembocadura do rio Tambre, não longe de Santiago de Compostela. O literário, remete para as referências à revista *Orpheu* na Galiza e especialmente para a naturalidade galega de Álvaro de Campos e muito em particular de Alberto Caeiro, assim como para a publicação em jornal galego de um texto de provável autoria do próprio Pessoa, assuntos que abordamos na segunda parte do trabalho, como complemento à filiação genealógica apontada. O que agora vamos brevemente recapitular refere-se em especial à figura do trisavô pessoano natural da Galiza, figura que assegura a ascendência galega do poeta.

Pessoa tinha dito a Armando Cortes-Rodrigues, já em 1914, que a sua avó materna descendência de uma família emigrante da Galiza. As cartas e anotações de Cortes-Rodrigues foram entregues para Joel Serrão em 1943, e este publicou-as no ano a seguir, portanto a referência à ascendência galega é conhecida desde há várias décadas. Mas os detalhes eram mais complexos e decorrido o primeiro decénio deste século o assunto continuava sem ser exposto documentalmente. O grau de parentesco já tinha sido, no entanto, bem estabelecido por Pedro de Merelim (pseudónimo de Joaquim Gomes da Cunha) em 1974. Manuel Rodrigues Lapa terá contribuído para a monografia de Merelim conseguindo, via Francisco Fernández del Riego, o assento de batismo daquele antepassado – intermediação em que participa ainda o português Pedro da Silveira, ao colocar o pedido de Merelim para Lapa. Este chegou mesmo a prometer um artigo sobre a origem galega de Pessoa. Tal propósito nunca se levou

a efeito por diversos motivos, em que deveu pesar o envolvimento de Lapa na polémica sobre a recuperação literária do galego e a sua ortografia, travada por intelectuais galegos. Contudo, a história de Caetano Dionísio de Lens, também conhecido por Caetano José Pinheiro, estava delineada no trabalho de Merelim: por parte de mãe e avó, a linha materna de Pessoa não apontava mais acima para a fidalguia, como o poeta pensava, pois tanto o bisavô como o trisavô tinham sido militares, alcançando apenas o grau de capitão, e no caso deste último a origem era bem humilde e até muito pobre: a Galiza da diáspora do século XVIII.

Caetano, o ascendente galego de Pessoa, tinha sido batizado em 12-01-1756, aos dois meses do terramoto de Lisboa, no Lugar da Ponte, Outes, na igreja de Sam Tirso de Cando do mesmo município. Antes dos cinco anos ficou órfão de pai (“sumamente pobre”) e nalgum momento da sua adolescência deve ter emigrado para Portugal, seguramente ao amparo doutros parentes que já se teriam adiantado e de que consta alusão nos registos paroquiais. Quer tenha sido à volta de Coimbra ou quer noutra freguesia portuguesa, é em todo o caso invocando a naturalidade coimbrã e usando o nome de Caetano José Pinheiro – seguramente por razões diversas, como ficou exposto, mas entre elas não será questão menor o disfarce da origem a efeitos legais “espanhola”, num contexto político ainda conflituoso entre Espanha e Portugal, depois da recuperação da independência por parte deste país –, é nestas condições que o jovem Caetano busca uma oportunidade no exército português, nessa época abarrotado de estrangeiros. Assim este rapaz, de estatura baixa, cabelos castanhos e olhos pardos, inscreve-se aos vinte anos como soldado cadete no Regimento de Artilharia do Algarve. Refere o ofício de carpinteiro e é incorporado à Companhia de Mineiros do Regimento (1776). Casa por primeira vez em Faro, quando já era cabo (1780), e fica viúvo antes de cumpridos os cinco anos de matrimónio (1785). No mesmo ano ascende a Sargento e consegue

ainda licença para ir a Lisboa e ingressar na Academia Real de Marinha, que dava acesso ao oficialato.

Caetano casa de novo na capital (1786), e é em Lisboa que nascem os primeiros dos sete filhos (João em 1789 e José Joaquim em 1790) que terá com Maria Josefa de Oliveira, segunda mulher. Nos assentos de batismo destes reaparecem o seu apelido *Lens*, e, no caso do primogénito, até a identificação da freguesia galega de Sam Tirso de Cando como procedência do pai. Caetano será promovido a Segundo-tenente (1791) e embarca na nau Príncipe Real, poderoso barco de guerra – posteriormente, nau-capitânia da esquadra portuguesa que transportou a Corte Portuguesa e o próprio Príncipe Regente D. João, na fugida à invasão francesa. Nesta nave permaneceu pelo menos durante dois anos, chegando nela a aportar no Brasil, e a bordo da qual ascendeu de 2º tenente a capitão (1797).

Por fim, o trisavô de Pessoa é destinado a um novo Batalhão de Artilharia criado para guarnição do Castelo de S. João Baptista, na Ilha Terceira, Açores (1797). Nos Açores nasce tanto o que será bisavô de Fernando Pessoa (Inácio, 1799, militar como o seu pai Caetano, comandante da guarda no palácio do general do Castelo de S. João Baptista, por altura da revolução liberal de 1828), como depois a avó materna (Madalena Xavier Pinheiro, 1836, neste caso nascida na ilha de São Jorge, para onde tinha sido deportado o seu pai Inácio, por não aderir à revolução). Caetano, que tinha ficado de novo viúvo da segunda mulher (1811) e casado uma terceira vez nos Açores (1813), e que como capitão e sargento-mor graduado chegou a reger a cadeira de Matemática e as disciplinas do primeiro ano da Academia Militar da Ilha Terceira (1811-1818), faleceu com 63 anos de idade em Angra do Heroísmo e foi enterrado no templo mor desta diocese (08/09/1819).

A ligação genealógica que, por parte materna, leva Fernando Pessoa a esta figura ficou exposta em detalhe nos capítulos precedentes, facultando-se em Anexo as provas documentais.

PARTE 2

PESSOA RETORNADO: DE ORPHEU A CAEIRO

*Fernando Pessoa publicou, por primeira
vez fora de Portugal, um texto na Galiza?*

Teria Caeiro referentes reais, na Galiza...?

Estive ontem uns momentos em Mondariz conversando com o Romão Peinador. E no parque apareceu também aquele indivíduo que se chama não sei que Caeiro e que já por cartas e por mais duma vez, em Lisboa, lhe falei dêle. Estivemos falando um pouco. É um indivíduo deveras esquisito.

ALFREDO PEDRO GUIADO

1. Propósitos restritos

Existem já abordagens gerais ou focadas nos núcleos fortes do relacionamento de Fernando Pessoa com a Galiza. Tem sido estudada a presença (escassa) desta terra na sua obra literária, com as suas ocorrências. Reparou-se na consideração deste espaço por parte do autor no contexto ibérico, em textos de natureza política ou ensaística, visando a hipótese de integrá-la no Estado português ou num ‘estado natural galaico-português’. Examinaram-se, enfim, outros aspetos que implicam relacionamento ou presumem conhecimento pessoano da história e realidade galegas (por parte de Fontenla, Taibo, Venâncio), que se não esgotaram as possíveis vertentes de ligação já a iluminaram com amplitude. Mais distraidamente, pelo menos do lado lusófono e até entre os estudos pessoanos, têm passado os vínculos conhecidos com base no percurso de Alfredo Pedro Guisado e a atenção ao primeiro modernismo português no estado espanhol focado da Galiza (em trabalhos de Molina, Sáez Delgado, Pazos, mais recentemente de Pérez López, e muito de fresco e atinadamente do lado luso por parte de José Blanco). Por isso, e porque se podem completar as investigações neste último sentido, confirmando a proposta de um dos textos publicados na Galiza como de Pessoa, e porque achamos poder até apontar uma hipótese ousada mas fundamentada (o que chamamos “Conjetura Caeiro”), vamos examinar a conexão galaica, não restringida mas muito à volta dos heterónimos de origem galega, e especialmente no caso de Alberto Caeiro.

O desígnio esboçado desenvolve-se em três etapas. Na primeira etapa realizamos um levantamento para a constatação documental

relativa à revista *Orpheu* e ao grupo lisboeta promotor, que implica insistir na imprensa galega e na relação de proximidade de Guisado com Pessoa na altura da publicação daquela, completando e emendando os conhecimentos sobre este particular. A segunda etapa refere-se à ‘construção’ de Caeiro e sustenta-se na relação de proximidade e intermediação estabelecida na parte anterior. Os argumentos e a documentação que aí apresentamos pretendem apenas conduzir e dar apoio a uma terceira etapa conjectural: identificar Caeiro.

Perguntamo-nos quem era Caeiro naturalmente no sentido da escolha pontual do apelido, na origem e conformação do heterónimo, tentando responder com a proposta de uma personagem real e da Galiza do primeiro quartel do século passado, que teria sido inspiradora ou parodiada no que se refere a tal nome. O desenvolvimento posterior da ‘ficção’ pessoana durante duas décadas, na construção biográfica do Alberto Caeiro poeta, embora tenha conservado a fidelidade à origem geográfica inicialmente designada (como prova a entrevista ulterior ao mestre dos heterónimos em Vigo), terá ao mesmo tempo perdido de vista ou esquecido o hipotético referente, de certeza ocasional, da escolha daquele nome inspirado ou associado por Guisado a uma personagem real. Um assunto este que, para além de também elucidar a proximidade de Alfredo Pedro Guisado com Pessoa e com o primeiro grupo modernista da *Orpheu*, num momento em que nele se integrava intensamente (ainda que depois se afaste), pode não ter mais transcendência, por outra parte, que desembuçar uma curiosidade intelectual.

2. A conexão Guisado -amigo de Pessoa, promotor de *Orpheu*

Oacrécimo na epígrafe do título poderia parecer ingénuo se não fosse imprescindível para os propósitos desta parte do trabalho partir de uma obviedade com frequência apagada. Como já advertira Óscar Lopes, recordou Urbano Tavares Rodrigues (Guisado, 1969: XI) e resumiu o também saudoso e já falecido professor José António Camelo, “*Alfredo Pedro Guisado ou Pedro de Menezes (30/10/1891-30/11/1975) foi o mais injustamente esquecido poeta de Orpheu*” (Guisado, 1996: 7). As pesquisas mais recentes sobre o tema provam cada vez mais que “Alfredo Guisado pertenceu inequivocamente ao núcleo duro do projeto órfico, tendo integrado todas as tentativas frustradas anteriores ao *Orpheu* de publicação de revistas ou de volumes antológicos representativos do paulismo ou do interseccionismo” (Lourenço, 2015: 287).

Para a justa reabilitação da sua centralidade também devem contribuir estas páginas, mas de acordo com a finalidade concreta do nosso trabalho interessa em particular observar como por ele passa necessariamente e quase em exclusiva a conexão com a Galiza do Grupo e da revista *Orpheu*, conexão que constitui a única de peso quando se trata de provar a sua repercussão em Espanha. A intermediação na “aparição social” de Álvaro de Campos, e de um modo muito especial o nascimento igualmente social de Caeiro, passam também pela cumplicidade estrita e única de Guisado com Pessoa. Por isso vale a pena insistir, antes de qualquer outra consideração a respeito dos pormenores vinculantes e da sua cronologia, numa constatação óbvia que a história da revista e do Primeiro Modernismo português parece apagar ou iluminar escassamente. Refe-

rimo-nos à relação com Pessoa e à integração e contributos de Guisado na fase que precedeu o seu afastamento posterior do Grupo, na sequência de acontecimentos conhecidos, mas algo difusamente referidos. Alfredo Pedro Guisado, “A partir de finais de 1913, começos de 1914, passa a integrar, desde os seus inícios, o denominado Grupo do *Orpheu* e a intervir no campo literário português como tal” (Pazos, 2010: 164). Aliás, e até por isso, Guisado é amigo próximo e cúmplice literário de Fernando Pessoa nesta altura, como fica bem patente nos meses que precederam o lançamento da revista e durante os primeiros momentos desta. Numa carta à mãe em Pretória, datada em 5-6-1914, Fernando Pessoa lamenta-se de tudo em volta dele se estar “afastando e desmoronando”, no sentido de na gente com quem lida se darem “mudanças, acabares de períodos de vida”, e exemplifica com a deslocação de alguns dos seus mais chegados, entre os quais Guisado,

Veja: Amanhã vai para – não a, mas para – Paris o meu maior e mais íntimo amigo. A tia Anica (veja a carta dela) não é improvável que vá em breve para a Suíça com a filha, casada então. Vai para a Galiza, para lá estar bastante tempo, um outro rapaz, muito meu amigo. Passa a viver no Porto um outro rapaz que é, depois do primeiro que lhe citei, o meu amigo mais próximo. Assim, em meu redor humano, tudo se organiza (ou se desorganiza) de modo a ir-me, não sei se isolando, não sei se chamando para um novo caminho que não vejo. (Pessoa, 1986: 109)

Sobre esta deslocação e estadia de Guisado, e sobre as cartas a partir da Galiza, voltaremos mais tarde. Acrescentemos ainda, como prova de proximidade, que nesta altura Guisado até formava parte da trindade única, com Fernando Pessoa e Sá-Carneiro, que no final do mesmo ano de 1914 estava por dentro do segredo ou reserva em que ainda andava em exclusiva o Interseccionismo, como provam as cartas que menciona António Apolinário Lourenço a respeito da

contrariedade por ter ficado ao descoberto de António Ferro, de maneira que,

Já se vê que Pessoa, Sá-Carneiro e Guisado haviam estruturado a sua poética à imagem das religiões dos mistérios, com uma componente pública, ao alcance de todos, e uma componente secreta, reservada aos adeptos cuja confidencialidade estava a ser posta em causa por esta impertinente fuga de informação. (Guisado, 2003: XIX)

Portanto, “desde os primeiros passos do Paulismo, Guisado esteve profundamente ligado a Pessoa e Sá-Carneiro no projeto de regeneração da literatura portuguesa” (Guisado, 2003: XXVII), numa proximidade que continua se avançarmos já para o momento da preparação e edição imediata da revista. O papel e contributos de Alfredo Guisado na estratégia editorial da publicação continuam a ser centrais, tal e como a recorda Pessoa num fragmento textual sem título encontrado no seu espólio, em que se propunha fazer a história de *Orpheu*:

Em princípios de 1915 (se não me engano) regressou do Brasil Luís de Montalvor, e uma vez, em Fevereiro (creio), encontrando-se no Montanha comigo e com o Sá-Carneiro, lembrou a ideia de se fazer uma revista literária trimestral – ideia que tinha tido no Brasil, tanto assim que trazia para colaboração alguns poemas de poetas brasileiros jovens, e a ideia do próprio título da revista – «Orpheu». Acolhemos a ideia com entusiasmo, e como o Sá-Carneiro tinha, além do entusiasmo, a possibilidade material de realizar a revista, passou imediatamente a dar o caso por decidido, e desde logo se começou a pensar na colaboração. Com tanto mais entusiasmo acolhemos a ideia quanto é certo que ambos nós havíamos projectado várias revistas, mas, sempre por qualquer razão, os projectos haviam esquecido. **O que esteve mais próximo de se realizar foi o de uma revista pequena, intitulada «Europa»**, que abriria por um manifesto, de que escrevi apenas uns quatro parágrafos, com colaboração ocasional de Sá-Carneiro, e de que me lembro ser uma das principais afirmações a da nossa necessidade de «reagir em Leonino» contra o ambiente – frase tendente, é claro, para a perfeita elucidação do público. (Pessoa, 1986b: 69-70)

Na recordação vai aparecer de imediato o protagonismo de Guisado, mas já podia ter aparecido o seu nome neste primeiro trecho, pois também estava por dentro dos projetos precedentes e embrionários da definitiva *Orpheu*. Assim o achamos mencionado, se re-
cuamos de novo, noutra carta guisadiana de terras galegas para Pessoa, datada em 27-7-1914:

Quando forem necessários os 1.500 você bem sabe que é só dizer. A '**Europa**' é **absolutamente necessário** que saia e o mais breve possível. (Pessoa, 1996: 206)

Na missiva de Guisado, a projetada publicação recebe ainda o nome de *Europa* (Anexo II: H1), "Título com que Pessoa e os amigos pensaram baptizar o que viria a ser a revista *Orpheu*" (Pessoa, 1996: 243) e o amigo galego (ou pelo menos filho de galegos, proprietários do Irmãos Unidos, pois ele já nasceu em Lisboa) dirige-se muito provavelmente a Álvaro de Campos, já que manda recado para Fernando Pessoa e fala de poemas de Caeiro e dos outros heterónimos. E mostra-se disposto a dar apoio económico, ao tempo que enfatiza a urgência da edição. Na "possibilidade material de realizar a revista", que tinha Sá Carneiro e recorda Pessoa, teria participado Guisado, algo que como no caso de outros detalhes começou a ser esquecido ou apagado, pois "A sua implicação no Grupo vai além do estritamente literário, **suportando** também, graças à pujante economia familiar, **parte dos custos das iniciativas onerosas do Grupo**" (Pazos, 2010: 165, o "negrito" nosso). A centralidade de Guisado na "direcção real da revista", ainda mencionada no memorial pessoano, é bem clara:

- O certo, porém, é que se decidiu publicar o "*Orpheu*". Sem perda de tempo se adoptaram o nome e a periodicidade, e se estabeleceu o número de páginas - de 72 a 80 em cada número. E ficou igualmente assente que

figurariam como directores o Luís de Montalvor e um dos poetas brasileiros seus amigos - Ronaldo de Carvalho. Digo «figurar como directores» sem intuito algum reservado. **A direcção real da revista era, e foi sempre, conjunta, por estudo e combinação entre nós três e também o Alfredo Guisado e o Cortes Rodrigues**, de quem falarei a seguir. Ficou assente também, que o Luís de Montalvor escrevesse o prefácio da revista, o que de facto fez, não colaborando porém no primeiro número por não ter pronto ou não considerar pronto o poema com que de facto colaborou no segundo.

No mesmo dia ou no dia seguinte **expusemos, Sá-Carneiro e eu, a ideia da revista ao Alfredo Guisado e ao Cortes Rodrigues**, e pode dizer-se que o número ficou completo, sobretudo depois de termos obtido a colaboração do Almada Negreiros, que providencialmente tinha completado uma pequena série, interessantíssima, de trechos em prosa, a que pôs o título «Frisos» quando os inseriu na revista. (Pessoa, 1986b: 70)

Para além desse protagonismo, dentro do núcleo central que realiza a produção da revista –e na qual, em consequência, terá espaço distinto para a sua explanação literária–, Alfredo Pedro Guisado serve nesta altura a Fernando Pessoa para a *blague* de naturalização poética, desta vez a respeito (e também) de Álvaro de Campos, que teria enviado da Galiza a sua colaboração para *Orpheu*. Trata-se do mesmo procedimento que se aplica na fabricação de Caeiro, mas sobre o caso deste, que vai supor uma ficção continuada ou alimentada com outros reforços, voltaremos mais amplamente. O que agora queremos deixar em evidência é o **reiterado recurso à Galiza como pátria poética de contribuintes literários da galeria pessoana**:

Para dar, mesmo para os próximos de nós, uma ideia de individualidade do Álvaro de Campos, **lembrei ao Alfredo Guisado que fingisse ter recebido essa colaboração da Galiza**; e assim se obteve papel em branco do Casino de Vigo, para onde passei a limpo as duas composições. Lembro-me ainda do António Ferro e Augusto Cunha, então muito novos, e que frequentemente iam pelos Irmãos Unidos, lerem atentamente, sozinhos numa mesa ao fundo, essas composições inesperadas; assim como

me lembro do Almada Negreiros, depois de ler com entusiasmo a «Ode Triunfal», me sacudir fortemente pelo braço, visto a minha falta de entusiasmo, e de me dizer, quase indignado: «Isto não será como v. escreve, mas o que é, é a vida». Senti que só a sua amizade me poupava à afirmação implícita de que Álvaro de Campos valia muito mais do que eu.

– Assim a blague começava em casa?

– A blague? De certo modo. Mas é bom entendermo-nos sobre isso de blague, pois fomos acusados de «fazer blague» em tudo quanto escrevíamos e fazíamos. (Pessoa, 1986b: 70-72)

Esse episódio é recriado com maior teatralidade pelo próprio Almada Negreiros, quando foi rogado para a evocação do advento do *Orpheu*:

Um dia nos “Irmãos Unidos” Fernando Pessoa havia recebido um poema intitulado “Ode Triunfal”. **Não sabia se de português se de galego sabendo bem português.** Deu-me a ler. Aos primeiros versos saltei acima da mesa até ao último verso. Desci e disse a Fernando Pessoa: Álvaro de Campos peço-lhe encarecidamente quando encontrar Fernando Pessoa dar-lhe da minha parte um bom pontapé no cu.

Tinha passado com distinção o engenheiro Álvaro de Campos. (Negreiros, 1993: 177)

Repare-se no contexto em que decorre a cena e na cumplicidade do agente que a facilita, para reafirmar, como de novo sintetiza o professor Camelo, que “O apoio dado por Alfredo Guisado ao movimento *Orpheu* foi muito importante: as reuniões faziam-se no restaurante de seu pai – Irmãos Unidos. Aí nasceram a revista *Orpheu* (1915) e Álvaro de Campos” (Guisado, 1996: 11, nota 7). A versão que o mesmo Guisado teria oferecido a Francisco Fernández del Riego em Lisboa, por altura de uma conferência deste (outono de 1971, tendo sido apresentado por Rodrigues Lapa), coincide também no essencial, salvo o papel em branco do Casino de Vigo ser aqui do “Ateneo” viguês (Anexo II: H2):

Ao remate da miña leria, dialoguei con algúns dos intelectuais ali presentes. Particularmente co Doutor Alfredo Guisado, por entón director axunto do xornal “República”. Tratábase do último supervivente do grupo do “Orpheu” e autor tamén de “Xente da aldeia”, un libro de poemas gallegos ilustrado por Castelao.

A penetración do grupo “Orpheu” en Galicia, producírase en data máis ou menos recente. Pero antes, houbo dúas excepcións: O propio libro “Xente da aldeia”, dado á estampa nos anos vinte; e unha cita de Fernando Pessoa feita por Vicente Risco, cando o seu nome era coñecido en Portugal nun círculo aínda abondo restrito.

O Dr. Alfredo Guisado, despois de falar da constitución do grupo “Orpheu”, aludiu á obra artónima [sic] e heterónima de Pessoa. Revelou que este léralle a Mario Carneiro certa noite, no desaparecido restaurante “Irmãos Unidos”, a “Ode Triunfal” suscrita por Álvaro de Campos. Acentuou a necesidade de lle amosar aos outros elementos do grupo aquel poema, escrito en papel timbrado nun lugar fóra de Portugal. Tentaba, así, conferirlle autenticidade vivinte ao heterónimo que viña de criar.

Mantiña Alfredo Guisado, de raizame ponteareana, vencellos familiares con Galicia. Por ser así, ofreceuse a entrar en contacto –segundo manifestou– cun dos seus moitos amigos de Vigo: **o abogado Amado Garra**. Este **mandoulle decontado diversas follas de papel timbrado do “Ateneo” vigués. Nunha delas dactilografou Fernando Pessoa o devandito poema**. E a seguido remesoullo a Luis de Montalvar, Guilherme Santa Rita, Armando Cortes Rodrigues e a Almada Negreira [sic]. Tratábase de lles facer ver que o seu autor, Enxeñeiro **Álvaro de Campos, era un poeta residente por entón en Vigo**.

Si o miño Teixeira de Pascoaes sintiu especial devoción pola terra de aquén Miño, Fernando Pessoa que contaba, quizais, con devanceiros na comarca muradana, quixo que fose Vigo o lugar no que o seu heterónimo Álvaro de Campos, firmase a “Ode Triunfal”. (Fernández, 1988: 3)

Existe aínda, a propósito do famoso episodio e de outros detalles da vida da revista, assim como das relacións do grupo, o depoimento do propio Alfredo Guisado em documento audiovisual. Foi recollido para un programa realizado pela RTP sobre “Fernando Pessoa e a revista *Orpheu*”, emitido em fevereiro de 1973 (a revista digital

Palavra Comum deu conta deste documento recentemente, acompanhando oportuno comentário de Carlos Pazos). Consiste essencialmente numa entrevista, de algo mais de quinze minutos, em que Guisado responde às curiosidades do entrevistador e apresentador, Manuel Poppe. Interrogado sobre “Como é que nasceu a revista? Como é que nasceu o *Orpheu*?”, Guisado fala da designação dos Irmãos Unidos como lugar de reunião do grupo (para resolver um simples problema de intendência: “Em vez de eu não faltar, não faltassem eles às reuniões”) e também da escolha do nome para a publicação. A seguir, o entrevistador pergunta sobre as relações literárias e do dia-a-dia com Fernando Pessoa, e ficamos a saber que muitas vezes Pessoa jantava com Guisado ou bem ficava lá o grupo largamente, até à uma, o que permitia falar da revista e dos “nossos assuntos particulares, incluindo as coisas que nós estávamos a fazer para poder publicar”. Passando por cima de bisbilhotices em que insiste o entrevistador, como o pretense abuso pessoano com a bebida, que Guisado recusa (“era uma pessoa como nós”; “Fernando Pessoa jantou comigo muitas vezes, mas muitíssimas vezes, podia beber muitos cafés, isso bebia, agora que andasse..., como andam a dizer praí, que bebia conhaque, e depois passava prós outros, e os outros juntavam-se com ele...!”), as perguntas apontam a seguir para o trato leal com os amigos, o valor e reconhecimento que Pessoa concedia aos outros (“talvez demasiadamente, o que não sucedia com o Sá-Carneiro”), os amigos preferidos, os que considerava mais válidos literariamente, e a amizade e o reagir à morte de Sá-Carneiro.

A partir do minuto sete, a entrevista refere-se ao aparecimento dos Heterónimos, explicações que tocam de novo no “caso” já mencionado de Álvaro de Campos. Transcrevemos na íntegra este trecho com o seu contexto:

– [GUISADO] Nós reuníamos-nos no Irmãos Unidos, como expliquei, mas nem sempre estávamos todos. Nós éramos sete, e nem sempre estávamos os sete. Como também muitas vezes estavam outros que não faziam parte dos sete.

– [POPPE] ...O Sr. Doutor recorda-se exatamente do nome dos sete componentes do grupo do *Orpheu* que se reuniam no Irmãos Unidos?

– [GUISADO] Recordo, porque até tenho aqui... Recordo perfeitamente. Por que? É preciso dizê-los? Outra vez...?

– Não é preciso. Seria curioso o Doutor o lembrasse. Eram o Fernando Pessoa, Sá Carneiro...

– [GUISADO] Era o Fernando Pessoa, era o Mário de Sá Carneiro, era o Almada Negreiros, era o José Pacheco, era o Luís de Montalvor, era..., não sei se já...

– Cortes Rodrigues.

– [GUISADO] Eh? Cortes Rodrigues..., e eu.

– E quais eram aqueles que estavam no Brasil?

– [GUISADO] Eduardo Guimarães, e o Ru..., como é que se chamava ele?, era o Eduardo Guimarães...

– Em Lisboa adería também o Raul Leal, talvez?

– [GUISADO] Não, não, o Raul Leal não fazia parte... Era Ronald de Carvalho, o que estava no Brasil, e o Eduardo Guimarães.

– Mas estava-se a referir ao aparecimento dos Heterónimos de Fernando Pessoa.

– [GUISADO] Ah sobre os Heterónimos, passou-se um caso curioso. A revista, como acabei há um bocado de contar, não estava sempre, não estavam sempre os indivíduos todos, ou apareciam três, ou apareciam quatro, ou apareciam todos..., ou aparecia um, ou dois. E uma determinada noite, estava eu..., estava o Fernando Pessoa, estava o Mário de Sá-Carneiro e estava eu. E o Fernando Pessoa, dirige-se-nos, e diz assim: eu tenho notícias que contar muito



F25. Entrevista a Guisado sobre Pessoa e a revista *Orpheu*, 1973-02-20, imagem da entrada ao documento audiovisual nos arquivos da RTP.

interessantes. Ah sim? Então, que é o que se passa? Recebi um acarta de um indivíduo que se diz que é engenheiro e que assina Álvaro de Campos. Eu até vou ler a vocês —não vamos dizer nada deste assunto—, e então leu-nos uma parte da obra “Ode Triunfal”... Achamos muito bem, muito interessante, tal e tal, eu e o Mário de Sá-Carneiro, e resolvemos então fazer de conta que não nos tinham dito nada, e que aquilo não nos dizia coisa nenhuma, não se falava no assunto, e não se falou, **entre nós os três combinamos** que não se falava no assunto e, uma determinada noite... Ah, ficou combinado nós arranjarmos um papel de um país qualquer estrangeiro em que se escrevesse, dizendo que era, nesse pa..., dizendo tal-tal-tal, como se fosse uma coisa sucedida em determinado sítio, em determinado lugar, e depois aparecesse em Lisboa, como uma coisa..., e assim foi. **Quem ficou encarregado de arranjar esse papel fui eu**, e os outros dois ouvir e calar. [10:16] Mas, eu procurei, e **procurei um amigo meu que era um advogado muito importante de Vigo**, que é aqui perto, como sabem, que me arranjasse papel para nele se inscrever o poema...

– Qual era o nome desse seu amigo?

– [GUISADO] **O Doutor Amado Garra**, um advogado... Se eu encomendava papel necessário para ele escrever os versos todos que quisesse escrever, no sentido de se poder depois fazer o que se pensasse. **Mandou-nos uma grande quantidade de folhas papel para nós fazermos, prá ajudar a fazer a cena curiosa do Álvaro de Campos**. Quando veio o papel, eu entreguei ao Fernando Pessoa, o Fernando Pessoa passou os versos para esse papel, o que estava escrito, tal, e o caso passou-se de maneira a que, quando estivessem todos, ou quase todos do *Orpheu*, se lesse, a ver o que é que eles diziam, tanto mais que o Fernando Pessoa tinha dito que ele gostaria imenso de ver aqueles versos publicados na revista, visto que era um caso muito curioso, e que ele os sentia. Passados dias, já ele tinha então o papel todo escrito, estavam quase todos os do *Orpheu*, estavam presentes, e disse Fernando Pessoa: Sabem que eu recebi uma carta —volta repetir outra vez a mesma história—, uma carta no outro dia de um indivíduo desconhecido, que se diz engenheiro, que assina Álvaro de Campos, em que me manda uns versos, entre os quais esse, o (como se chama?), uns versos muito curiosos, e tal e tal, da *Orpheu*, e que eu gostaria imenso de ver publicados, no caso de vocês acharem bem, no caso de vocês concordarem. (...) muita atenção, Fernando Pessoa puxa do papel, que tinha recebido, e começou a ler com muito cuidado o que estava... Mas, pouco depois de começar a ler com muito cuidado, ele pediu ao Sá, ao Fernando Pessoa, se lhe emprestava os versos para ele ler, e que lia em voz alta para nós todos conhecermos e tal, porque estava a gostar daquilo. E então entregou-lhe os versos para ele ler...

– O Almada Negreiros.

– [GUISADO] O Almada Negreiros. O Almada Negreiros leu aquilo com a maior das (solenidades), por consequência quando deu por si estava encima

de uma cadeira a falar e a discutir, os versos do... Depois, não contente com isso, saltou para cima da mesa, e encima da mesa começou a falar, e tal. E entretanto, os clientes que lá estavam lá na casa, não sabendo o que se tratava, perguntavam, O que é isto?, O que foi? Que aconteceu? O que é que lhe sucedeu àquele senhor? O que é que tal? E então, verificou-se que tinha que saber o que era aquilo, e tudo. E depois às tantas, quando nós estávamos a falar nisto, e que se punha e não sei que –nós só assistíamos mudos e quietos, porque nós já conhecíamos aquilo de cor. Por consequência, quando ele voltava outra vez falar, e o nosso amigo Almada Negreiros se apeava prá cadeira, da cadeira, pró chão, é que se explicou: Ah foi uns poem..., um poeta que apareceu agora, chamado Álvaro de Campos, e que escreveu um poema que vai ser publicado. Essa foi a explicação que a gente deu.

– Mas em seguida identificaram-no como Fernando Pessoa?

– [GUISADO] Como? Como?

– Em seguida identificaram-no...

– [GUISADO] Ah depois identificamos com o Fernando Pessoa, e demonstramos que afinal que isso era uma coisa que ele..., era o primeiro heterónimo que ele tomava, que era o de Álvaro de Campos, porque depois ele arranjou vários outros heterónimos, que ele juntou àquele, e que (foram)pela vida fora.

O testemunho de Guisado reafirma a proximidade deste com Fernando Pessoa, tanto na premeditação da revista quanto na amizade e até cumplicidade vital e intelectual nesta altura.

No relativo à penetração de *Orpheu* na Galiza, que se teria verificado “en data máis ou menos recente”, segundo as anteriormente citadas palavras de Fernández del Riego, teremos oportunidade de rever depois como essa opinião, coincidente com alguma geral que até agora tem circulado em território galego a propósito da revista e do grupo, está literalmente errada neste ponto, pois várias notícias e resenhas foram publicadas unicamente neste espaço no momento imediato ao seu lançamento em Lisboa –algo de que já existia constância e notícia bibliográfica. Uma terceira recensão, que mais na frente se transcreve, foi publicada no semanário galego *El Tea* (9 de abril de 1915), editado na terra paterna de Guisado. O seu diretor era precisamente **Amado Garra**, o facilitador material do papel em

branco que se mencionou mais atrás, para naturalizar galego Álvaro de Campos. A relação de amizade entre Alfredo Pedro Guisado e o diretor de *El Tea* não só explicaria a resenha, mas também e precisamente a existência de um exemplar da revista *Orpheu*, que deveria achar-se ainda no espólio de Amado Garra na Biblioteca Municipal da Câmara de Ponte Areias⁶⁸.

Voltaremos sobre *Orpheu* na Galiza como único espaço noticiador da sua edição, mas devemos deter ainda a caminhada nas semanas precedentes à sua gestação, e colocar em concreto o foco no ambiente de *blague* e jogo literário, em que Pessoa entra, aparentemente empurrado pelo mais íntimo Sá-Carneiro, porque tal inclinação acirrada terá muito a ver com o afastamento posterior de Alfredo Pedro Guisado. É na mesma nota do espólio anteriormente citado que se evidencia a tendência:

Quando vi que o *Orpheu* era dado como propriedade de «Orpheu Ltda.» observei ao Sá-Carneiro que era preferível dizer «Empresa do Orpheu» ou coisa parecida, e não empregar uma designação de sociedade por quotas. «E se alguém se lembrar de pedir a certidão de registo no Tribunal do Comércio?» «Você crê?» disse o Sá-Carneiro. «Deixe ir assim. Gosto tanto, tanto da palavra limitada». «Está bem» respondi, «se o caso é esse, vá. Mas, olhe lá, que serviço é este de o António Ferro figurar como editor. Ele não pode ser editor porque é menor». «Ah, não sabia, mas assim tem muito mais piada!» E o Sá-Carneiro ficou contentíssimo com a nova ilegalidade. «E o Ferro não se importa com isso?» perguntei. «O Ferro? Então v. julga que eu consultei o Ferro». Nessa altura desatei a rir. Mas de facto, informou-se o Ferro e ele não se importou com a sua editora involuntária nem com a ilegalidade dela. (Pessoa, 1986b: 72)

Ou ainda noutro trecho:

Revíamos nós, Sá-Carneiro e eu, as provas da primeira folha, quando me surgiu, no prefácio de Luiz de Montalvor, a frase «maneiras ou formas»

⁶⁸ Por muito que o seu gentil bibliotecário procurou, tal exemplar não aparece nas mais recentes tentativas de busca.

transformada em «maneiras de formas». Ia a emendar, quando o Sá-Carneiro me suspendeu. «Deixe ir assim, deixe ir assim: assim ainda se entende menos.»

Um dos poemas de Ronald de Carvalho vinha, por distração ou outro qualquer motivo, mal pontuado. Tinha só um ponto no fim das quadras e outro no fim dos tercetos. Esta deficiência lembrou-me a extravagância de Mallarmé, alguns de cujos poemas não têm pontuação alguma, nem no fim um ponto final. E propus ao Sá-Carneiro, com grande alegria dele, que fizéssemos, por esquecimento voluntário, a mesma coisa ao soneto de Ronald de Carvalho. Assim saiu. Quando mais tarde um crítico apontou indignadamente que «a única coisa original» nesse soneto era não ter pontuação, senti deveras um rebate longínquo num arremedo de consciência. Depressa me tranquilizei a mim mesmo. A falta de fim justifica os meios. (Pessoa, 1986b: 74)

Alfredo Pedro Guisado, na avaliação de Sá-Carneiro, era um rapaz com muito talento, mas não podia atingir o ponto de insensatez ou doidice a que ele próprio parecia se encomendar ou candidatar, num agrupamento seletivo de “anormais” no qual parece querer ser incluído apenas com Pessoa, como se recolhe pouco mais atrás no mesmo texto do espólio:

- Sá-Carneiro gostou muito que eu o definisse como um histero-epiléptico e a mim mesmo como um histeroneurastécnico [*sic*]; dou mais, aliás, pela segunda classificação do que pela primeira. Quando se tratou, porém, de encaixar entre as psiconevroses criaturas de uma saúde mental tão indecente como o Alfredo Guisado ou o Cortes-Rodrigues, a psiquiatria -ou, pelo menos, a minha- foi abaixo. “São rapazes de muito talento, mas infelizmente são normais”, queixou-se então o Sá-Carneiro. (Pessoa, 1986b: 72)

3. Sobre o distanciamento posterior de Guisado

O início do afastamento de Guisado do escândalo que envolveu *Orpheu* terá a ver com a sua “normalidade” e com os seus princípios políticos que o impedem de embarcar na *blague* exacerbada para a que Pessoa e Sá-Carneiro se conduzem. O conhecido caso do acidente no elétrico pode ser o momento de inflexão: num clima de distúrbio e guerra em Portugal – noticiada já como Revolução na primeira página de meios galegos, em maio de 1915, com centenaes de mortos e feridos (F26) –, num “ano de grandes turbulências políticas em Portugal” (Barreto, 2015: 67), “ano de todas as rupturas” (Júdice, 2015), ou ano em que “A Guerra Mundial é o pano de fundo de todas as outras” (Cabral, 2015: 38), o principal promotor da implantação da República em Portugal e líder mais importante do Par-



F26. Capas do Faro de Vigo: os graves distúrbios em Lisboa (janeiro de 1914) passam a ser titulados como “Revolução” em maio de 1915.

tido Republicano português na altura, Afonso Costa, é vítima de um atentado com bala.

Pouco depois, em 3 de julho, ao provocar-se uma perturbação mecânica no transporte e acreditando que se tratava de outro atentado, o mesmo Afonso Costa salta pela janela de um eléctrico em andamento em que viajava em Lisboa, saindo gravemente ferido e não podendo assumir a chefia do governo. O episódio também é seguido com atenção na imprensa galega da época, e *Faro de Vigo* refere-o em primeira página (F27).

clón
os fil-
o un
para
y fa-
a el
t un
tre-
l re-
a en
nem-
dian-
o la
sua-
siqu-
a la
Les-
pro-
nola
a en
ese-
abró
abía
lales
que
nin-
s en
rest-
nar
uca,
i po-
i se
reta,
s los
reglas
i las
lle a
ou y
comp
ermit-
nita
lo las
de loen

PORTUGAL
(POR CORREO)
(Da nuestra corresponsal)

La gravedad de Alfonso Costa.-Detalles del accidente.

Amplio detalle del accidente ocurrido anoche en Lisboa y en el que resultó herido, como telegrafié esta madrugada, el Dr. Alfonso Costa.

El popular estadista portugués tomó á las diez y media de la noche un tranvía eléctrico en el Rocío. El coche era de la línea de Dafundo, é iba cerrado.

Acompañaban á Alfonso Costa su hermano Arturo Costa, los doctores José Tavares y Germano Martins y el Sr. Juan Tudella.

El tranvía iba á toda velocidad y poco después del lugar de la feria de Santos, se dió un corta-circuito, incendiándose el motor, de donde partían llamas y una densa nube de humo.

El coche quedó á oscuras, y el pánico entre los pasajeros fué enorme.

Las personas que iban dentro del coche se arrojaron en su mayoría por las ventanillas. Alfonso Costa que también se arrojó por una ventanilla, cayó de espaldas y dió con la cabeza contra las piedras.

Cuando fué recogido había perdido el conocimiento.

El tranvía se paró á unos cien metros del sitio donde cayó Alfonso Costa.

El herido fué conducido en un automóvil al hospital de San José.

Poco después de ocurrir el accidente corrió por Lisboa el rumor de que Alfonso Costa había sido objeto de un atentado.

En varios puntos de la ciudad se formaron grupos que se dirigieron á los centros oficiales y á las redacciones de los periódicos, donde se dió la verdadera información de lo ocurrido.

Todos los ministros y muchos diputados acudieron al Hospital de San José.

Frente á este establecimiento se situaron fuerzas para contener á la multitud.

Al recobrar el conocimiento el herido, se quejó de fuertes dolores.

Presenta una herida de importancia en la región occipital, y hemorragia en el oído izquierdo.

Hoy habrá junto de médicos y se cree que aconsejarán una difícilísima operación.

(Por telégrafo)
Alfonso Costa, mejor

haga
Ce
ner e
harr-
esper-
feteri
lecto

Cr
pam
por l
Ve
garni
El
mar

LI
vapo
Al
del C
El
esta

C
lle e
aban
neca

El
que t
tradi
C
ros)

A

El
ciblé
200-

A
los t
Dón
deo,
C
Casi
E
D
meti

PORTUGAL
(por correo)
(De nuestro corresponsal)

La gravedad de Alfonso Costa.- Detalles del accidente.

Amplio detalle del accidente ocurrido anoche en Lisboa y en el que resultó herido, como telegrafié esta madrugada, el Dr. Alfonso Costa.

El popular estadista portugués tomó á las diez y media de la noche un tranvía eléctrico en el Rocío. El coche era de la línea de Dafundo, é iba cerrado. Acompañaban á Alfonso Costa su hermano Arturo Costa, los doctores José Tavares y Germano Martins y el Sr. Juan Tudella.

El tranvía iba á toda velocidad y poco después del lugar de la feria de Santos, se dió un corta-circuito, incendiándose el motor, de donde partían llamas y una densa nube de humo.

El coche quedó á oscuras, y el pánico entre los pasajeros fué enorme.

Las personas que iban dentro del coche se arrojaron en su mayoría por las ventanillas. Alfonso Costa que también se arrojó por una ventanilla, cayó de espaldas y dió con la cabeza contra las piedras.

Cuando fué recogido había perdido el conocimiento.

F27. Accidente de Afonso Costa.

El tranvía se paró á unos cien metros del sitio donde cayó Alfonso Costa.

El herido fué conducido en un automóvil al hospital de San José.

Poco después de ocurrir el accidente corrió por Lisboa el rumor de que Alfonso Costa había sido objeto de un atentado.

En varios puntos de la ciudad se formaron grupos que se dirigieron á los centros oficiales y á las redacciones de los periódicos, donde se dió la verdadera información de lo ocurrido.

Todos los ministros y muchos diputados acudieron al Hospital de San José.

Frente à este establecimiento se situaron fuerzas para contener á la multitud.

Al recobrar el conocimiento el herido, se quejaba de fuertes dolores.

Presenta una herida de importancia en la región occipital, y hemorragia en el oído izquierdo.

Hoy habrá junta de médicos y se cree que aconsejarán una difícilísima operación.

(Por telégrafo)
Alfonso Costa, mejora
OPORTO 5, 2.

Segun comunican à media noche, de Lisboa, se nota alguna mejoría en el estado del doctor Alfonso Costa.

A la esposa de este le fué permitido permanecer à su lado.

Durmió el herido algun tiempo.

Las impresiones de los médicos son mas optimistas.

(*Faro de Vigo*, 05/07/1915)

O mesmo *Faro de Vigo* continuará atento à evolução da saúde do político português em notícias breves dos dias a seguir, para além de acompanhar a atualidade geral do país vizinho. Já mais conhecido é o protagonismo, neste caso e para o tema que nos ocupa, do jornal de Lisboa *A Capital*, que já tinha fustigado jocosamente o aparecimento da *Orpheu* (Anexo II: H23), e que publica nova crónica satírica no número de 5 de julho, acerca de uma projetada récita a organizar pelo grupo da revista. Álvaro de Campos responde no dia 6 com outra carta mordaz de desmentido, esclarecendo “que o drama que tencionamos apresentar se chama ‘Os Jornalistas’, que é um estudo sintético do jornalismo português, e que, como (em parte) V. Ex.^a diz, se vêem apenas os doze pés dos três jornalistas que estão em quase-cena” (Pessoa, 1986b: 81). E acrescenta, numa insistência mais branda do que noutras partes quanto à errada atribuição de futurismo, o seguinte trecho já famoso:

Passo em branco –porque seria inútil protestar nesse lance –sobre a atribuição de futurismo que nos pretendem lançar. Seria de mau gosto repu-

diar ligações com os futuristas numa hora tão deliciosamente dinâmica em que a própria Providência Divina se serve dos carros eléctricos para os seus altos ensinamentos. (Pessoa, 1986b: 81)

A *Capital* insere parte da carta de Álvaro de Campos num novo artigo que intitula “Antipático futurismo”, apresentando apenas o excerto alusivo ao desastre de Afonso Costa no eléctrico: agora acusa os futuristas, até há pouco simplesmente ridículos, de ridículos e maus. Em consequência, nesse mesmo dia, 6-7-1915,

A indignação correu célere pela espinha dorsal dos correligionários do chefe do Partido Democrático. Nessa mesma noite, o Restaurante Irmãos Unidos, ao Rossio, um dos pontos de reunião dos “inofensivos futuristas”, era cercado pela “carbonária”. Lá dentro não estava Fernando Álvaro Pesse de Campos. É natural que os amigos lhe tivessem feito compreender o perigo que corria. (Simões, 1951: 595-596)

Tanto para o bom entendimento da confusão entre o *Orpheu* e futurismo como para a reconstrução dos detalhes desta polémica concreta será necessário inserir os acontecimentos no ambiente depressivo e violento, como muito bem consegue oferecer Nuno Júdice em trabalho recente, acompanhando a reprodução das notícias jornalísticas portuguesas mencionadas (Júdice, 2015). Estava assim criado um clima de linchamento que conduz, nas recordações de um dos seus protagonistas, desses momentos de ameaça física realmente séria, à organização de “grupos de caceteiros para nos espancarem” (Guisado, 1936). Tentando conjurar tal perigo, os companheiros de *Orpheu* afastam-se da atitude de Campos, contactando a redação de *A Capital* através de carta ou pessoalmente⁶⁹. É no contexto de afastamento desta polémica concreta que Guisado e Ferro rompem de modo mais claro também com *Orpheu*, em carta pública ao jornal *O Mundo*, ligado ao Partido Democrático.

⁶⁹ Tanto Sá-Carneiro como Almada e António Ferro, e naturalmente Guisado, tentando até desculpar Pessoa que –segundo o jornal– se encontraria “em manifesto estado de embriaguez” na ocasião em que tinha redigido a carta.

Pessoa publicará no número único de *Exílio* uma recensão elogiosa a um livro de Guisado, já em 1916, e no seu espólio aparecem os livros posteriores deste, o que pode indicar uma continuidade da amizade. Mas é evidente que o episódio obrigou Guisado a afastar-se do tumulto do grupo, até seguramente por imposição paterna, pois como escreve Eloísa Álvarez,

Guisado contava vinte e quatro anos, o pai não devia estar disposto a continuar a sufragar as extravagâncias do rapaz e não admira que fosse a partir de agora que Alfredo Pedro começasse a tomar consciência das suas responsabilidades cívicas e se interessasse pelo curso de Direito. (Guisado, 2002: 197)

Para além da cena e do escândalo ventilados pela *A Capital*, amplamente historiado pela crítica, pouco se tem insistido em meios lusitanos na tomada de consciência cívica e no pensamento e posição do talentoso mas “normal” Guisado, para quem a partir daí essas responsabilidades pesam mais do que a provocação ligada ao Grupo de *Orpheu*. As convicções republicanas, como mostrou em detalhe Carlos Pazos, devem impor ao jovem uma seriedade incompatível com a atitude agitadora que os pintores e poetas desse primeiro contexto modernista premeditam ou praticam:

Após a reacção contrária do campo literário português à tomada de posição do Grupo com *Orpheu* 1 e, nomeadamente *Orpheu* 2 e os episódios paralelos, distancia-se do Grupo, mormente por incompatibilidades ideológicas com alguns dos seus membros e pela própria *leitura* do campo da posição dos de *Orpheu*, pois já na altura estava posicionado no campo político, na órbita do Partido Democrático, confirmando, deste modo, um alto grau de heteronomia do campo literário português. O distanciamento é notório quase exclusivamente no surgimento do pseudónimo Pedro de Menezes, pois, por um lado mantém relações com alguns dos membros do Grupo, intervém mesmo no campo literário em sintonia com este e, em última instância, o Grupo vai-se apagando como tal a partir de 1916. (Pazos, 2010: 165-166)

Os episódios referidos a *Orpheu* ocorrem, insistimos, num contexto de violência nas ruas e graves tumultos em Portugal, nomeadamente em Lisboa (Anexo II: H3). Agitação também presente no conjunto de uma Europa onde vai deflagrar a Grande Guerra em 28 de julho. A partir de 1918 a trajetória de Guisado descreve um novo rumo literário, “coincidente com uma maior implicação no campo político português ao adoptar uma posição perfeitamente delimitada nas fileiras dos Democráticos” (Pazos, 2010: 166). Algo que também acontece na sua intervenção na Galiza, enquadrando-se “no grupo afim à nova direcção tomada pelo galeguismo” e passando a “ser um agente difusor do nacionalismo galego em Lisboa/Portugal”, a partir da “antiga metrópole guisadiana, Ponte-Areas/Mondariz”, onde se situa o balneário da família Peinador, sobre que mais na frente voltamos, pois tem a ver com a aparição de Caeiro.

Guisado, para além de “jornalista, poeta, crítico literário, espírito cultíssimo, o mais comprometido na atitude do esteticismo órfico – o paulismo –, o último sobrevivente do movimento mais importante da cultura portuguesa, uma figura literária e política de grande relevo na sociedade portuguesa do seu tempo” (Guisado, 1996: 8), demonstrou um elevado grau de compromisso cívico e vontade de intervenção política séria, ocupando vários cargos durante o regime republicano:

Membro destacado do Partido Democrático Português, deputado em diversas legislaturas, vice-presidente da Câmara Municipal de Lisboa, governador civil substituto, presidente do Conselho-Geral das Juntas de Freguesia de Lisboa e da Federação das Juntas de Freguesia de Portugal; pertenceu à Sociedade de Geografia, à Associação dos Arqueólogos Portugueses, foi dirigente da Associação de Socorros Mútuos dos Empregados do Comércio e presidente do Conselho Fiscal da Editorial República, presidente da Assembleia-Geral da Sociedade Portuguesa de Autores e da Voz do Operário. (Guisado, 1996: 8).

E esta vertente da sua vida não se desenvolve num plano teórico ou de troca na tribuna. Consta que a partir da Câmara Municipal acabou com a degradação dos cemitérios, deu aos jardins e ruas nomes de poetas, e ainda promoveu monumentos comemorativos e salvou os restos de muitos literatos da vala comum. Passando à oposição com a chegada do Estado Novo, continua vinculado a meios de resistência democrática e republicana, fazendo “crítica penetrante ao regime salazarista” (Guisado, 1996: 9).

É evidente que alguém que já tinha entrado em política antes da publicação de *Orpheu*” (Pazos, 2010: 64, n. 91), e depois se irá implicando cada vez mais ativamente neste meio, não tinha vocação para seguir a onda da brincadeira e do escândalo decorrentes da intervenção artística. Almada afirmará, em 1965, num texto escrito para comemorar o cinquentenário do *Orpheu*, ter cortado relações com dois companheiros do grupo (Guisado e António Ferro), “primeiro por ousarem manifestar as suas opiniões políticas, o que era inadmissível entre nós”, para além de esses mesmos “manifestarem incredivelmente as suas repulsas mentais e físicas por Raul Leal. De resto, estes dois companheiros eram os que menos eram de Orpheu. Parece-me” (Negreiros, 1993: 175). Para o segundo número de *Orpheu*, o extravio da sua colaboração (“um poema longo, de que não tinha deixado cópia”), “além de outros motivos”, confirma o seu distanciamento do Grupo (Pazos, 2010: 73-74). António Ferro, depois Secretário Nacional de Propaganda, forçou em 1934, como se sabe, a concessão de um prémio à *Mensagem* de Pessoa. Almada seria colaborador artístico e até seria consagrado oficialmente pelo salazarismo com o prémio Columbano. Só Guisado ficou de fora do mapa nobilitante, de todos os mapas de todas as cores, timidamente considerado pela crítica posterior como um membro do Grupo.

4. Enlace Ponte Areias e divulgação *órfica*

Por muito que nos levantamentos da propaganda órfica em Espanha, acurados e o mais recentes possíveis, se apontem menções, nomes tangenciais já conhecidos e até se acabe por descobrir algum novo interlocutor físico circunstancial (como Iván Nogales), só a projeção na Galiza é que teve peso substancial. Como admite Javier Pérez López, “o acesso de Pessoa e dos membros do *Orpheu* à imprensa galega foi sempre privilegiado, neste sentido, pela própria intermediação de Guisado”, e “falando dos dois números e dos membros do *Orpheu*, não há sinais de aproximação real a Espanha” (Pérez López, 2015: 194).

Nos bons tempos da premeditação e produção de revistas, em que Guisado era um dos rapazes entusiastas ao lado de Pessoa, além de colaborar financeiramente para editar *Orpheu* (“tinha contribuído com uma cota de 12 mil réis”, Simões, 1951: 241), figura como administrador da publicação e intervém com treze sonetos no primeiro número. Para além disso, o seu esforço na propaganda órfica consegue retornos muito superiores –talvez os únicos– aos de qualquer dos membros do Grupo. Assim, as primeiras notícias de Fernando Pessoa que se produzem fora de Portugal, do mesmo modo que do Modernismo português e da emblemática revista, acontecem na Galiza por via Guisado. Se já o nome embrionário de *Europa* era claro indício das iniciais aspirações cosmopolitas do que seria *Orpheu*, a revista não teria a esperada repercussão no estrangeiro, como consta no já bem estudado percurso dela. Em 1999 Antonio Sáez Delgado resumia em “dos únicas menciones conocidas hasta el momento que aparecen en la prensa española con referencias a *Orpheu*”, ambas



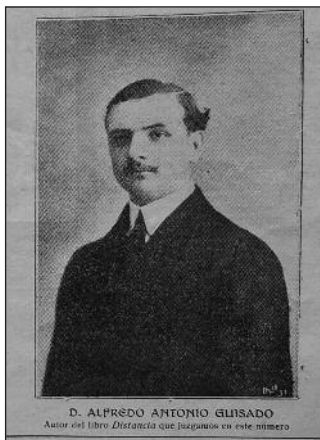
F28. Capa da revista *Vida Gallega*, 58, 1914.

publicadas “en medios de comunicación gallegos”, atribuível à “lógica afinidad existente entre portugueses y gallegos y [...] muy especialmente, la aparición en las páginas lisboetas del nombre de Alfredo Pedro Guisado, descendiente de gallegos y conocedor de los medios culturales de su región” (Sáez Delgado, 1999: 92). Veremos em breve que –também com contributos do mesmo especialista ao tema, que continua a passar centralmente por Guisado, o reconto de resenhas será hoje mais amplo.

Um dos motivos que se tem apontado para *Orpheu* ficar desconhecida, inclusive no espaço ibérico, é que “no presenta en sus páginas ningún rasgo que nos haga considerarla como una publicación que mirase de manera especial a las poéticas surgidas en el resto de la Península”, o que também teria a ver com a sua “restringida difusión en España” (Sáez Delgado, 1999: 77-78). Se todas as críticas sobre *Orpheu* na imprensa do estado espanhol, enfatizamos, parecem acontecer apenas na Galiza, é Guisado o intermediário que especialmente possibilita tal singular visibilidade fora de Portugal. Ainda que já se tem historiado este capítulo, em parte (Molina, Sáez Delgado, Torres) e até praticamente no conjunto (Pazos, Taibo, Pérez López), vamos aprofundar nos detalhes fundamentais e completar o elenco com alguns matizes, abordando um último caso que coloca algumas dificuldades e abre a possibilidade de tratar-se de um texto original de Pessoa publicado em tradução fora de Portugal, antes do que até agora se tinha registado.

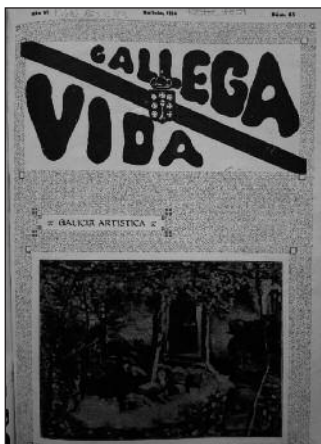
Foi sobre uma folha do “Restaurante ‘Irmãos Unidos’ - Antonio V. Guisado” (pai de Alfredo Pedro, proprietário do restaurante em

Lisboa), pertencente ao espólio pessoano, que foram anotados nomes e endereços de destinatários para divulgar a revista. E “tudo parece indicar que a origem deste plano de difusão, senão todo ele, teria como base os contactos feitos por Mário de Sá-Carneiro na sua visita a Barcelona (...) e, pelo menos no relativo a Jesús Cano e Juan Barcia Caballero, a rede de relações que Alfredo Guisado teria na Galiza” (Pazos, 2011: 49), onde Guisado ocupava um lugar de relevo (F28 e F29). Nesses dois nomes (Cano e Barcia Caballero) se resumiam os resultados positivos de que houve constância inicial relativamente ao plano esboçado pelos modernistas portugueses. César Antonio Molina terá dado o primeiro aviso sobre as duas resenhas, mencionadas também por Sáez Delgado, ainda que reiterando um erro de localização do texto de Cano, pois não foi publicado em *O Século Cómico*, como ambos afirmavam, mas em *La Concordia* de Vigo:



F29. Fotografia de Alfredo Pedro Guisado em *Vida Gallega*, 58, 1914, p.13.

El nombre de Fernando Pessoa –quizás por vez primera– aparece reseñado en la prensa diaria y cultural gallega. Antes incluso de que Ramón Gómez de la Serna hablara en sus “Cartas de Portugal” del ambiente cultural lisboeta, incluyéndolas en su tomo I de *Pombo* (1918). La hispanista portuguesa María Fernanda de Abreu, una de las máximas especialistas en la obra del creador de los heterónimos, descubrió un recorte del periódico de Santiago de Compostela, *El Eco de Santiago*, pegado en la hoja de un cuaderno de Mário de Sá Carneiro, en donde se daba cuenta de una nota firmada por Juan Barcia Caballero, de la aparición de la revista *Orpheu*. La misma investigadora me ha pasado otra nota de *O Século Comico* en donde esta vez, firmada por Jesús Cano, se mencionaba nuevamente a *Orpheu* y se hablaba de la “Pujanza lusitana”. La primera de ambas notas estaba fechada en el mes de abril del año 1915, y la segunda en junio de ese mismo año. (Molina, 1990: 69-70)



F30. Capa da revista *Vida Gallega*, 65, 1914.

Carlos Pazos retificou o erro na segunda localização, acrescentando uma notícia prévia e mencionando uma terceira resenha: “Meses antes, em *Vida Gallega*, Alejo Carrera Muñoz, emigrante galego em Lisboa e em ocasiões correspondente de publicações metropolitanas, dá a que provavelmente será a primeira notícia do Grupo do Orpheu fora de Portugal” (Pazos, 2011: 53). A notícia prévia é de dezembro de 1914, e leva por título “Poetas lusitanos” (F30 e F31).

A terceira resenha propriamente dita da revista será redigida pelo mesmo Alejo Carrera, no semanário galego *El Tea*, em 9 de abril de 1915, publicação em que Carlos Pazos regista até 52 colaborações de Alfredo Guisado entre 1912 e 1921 (Pazos, 2010: 169-172). Esse jornal, editado na terra materna de Guisado, teria recebido o exemplar que constava no espólio do seu diretor, Amado Garra, e ainda hoje deveria estar –apesar de que o seu gentil bibliotecário não conseguisse achar– na Biblioteca Municipal da Câmara de Ponte-Areias.

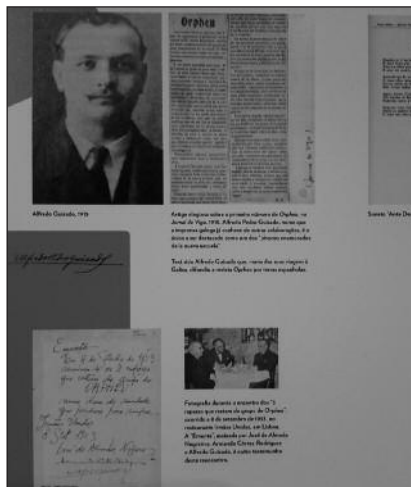
Já temos, portanto, um total de três resenhas de *Orpheu* feitas na Galiza, duas delas seguramente devidas à intermediação de Guisado, e uma terceira assinada por um emigrante galego em Lisboa, que também teria antecipado qualquer referência ao grupo órfhico além-fronteiras, em dezembro do ano anterior, em *Vida Gallega*.

E ainda, na exposição que acompanhou o Congresso⁷⁰ Internacional Luso-Brasileiro “100orpheu”, tivemos oportunidade de ver

⁷⁰ O congresso decorreu em 25-28 de maio de 2015 na Universidade de São Paulo (Complexo Brasiliana USP) e a exposição prolongou-se até 26 de junho.



F31. Primeira notícia do grupo *Orpheu*, por Alejo Carrera Muñoz em *Vida Gallega* 65, 20/12/1914.



F32. Painel dedicado a Guisado e à sua relação com a revista *Orpheu*, na exposição do Congresso Internacional Luso-Brasileiro “100orpheu”, maio de 2015, Sala BNDES, Complexo Brasileira USP, São Paulo.

uma quarta acompanhando o painel relativo a Alfredo Pedro Guisado (F32. *Vid. referência Nós, os de Orpheu*). O recorte, que no entanto já tinha sido editado em março por Javier Pérez López (Pérez López, 2015: 195), leva anotado à mão na margem direita (“jornal de Vigo”), sem que conseguíssemos achar a suposta fonte na imprensa galega de 1915. Sobre ele e o seu especial mistério voltamos em breve, dentro do exame dos conteúdos das referências mencionadas que abordam – todas na Galiza – Fernando Pessoa e o grupo *Orpheu*.

São ao completo 5 presenças noticiosas de precocidade *órfica*, a primeira prenúncio e as outras quatro já da glosa em geral positiva, comentário crítico e até recepção ruidosa da emblemática publicação.

5. As noticias concretas de *Orpheu* na imprensa galega

5. 1. *Vida Gallega*

Se “el nombre de Pessoa había aparecido ya, en 1917, en una revista literaria española” porque “Andrés González-Blanco, omnipresente en revistas y periódicos, menciona en la revista Estudio a Pessoa como el crítico del movimiento saudosista (gracias, sin duda, a sus artículos de 1912 en *A Águia*), convirtiéndose, que sepamos hasta el momento, en la primera mención explícita, lejos del contexto



F33. Recorte das páxinas de *Vida Gallega*, núm. 65, decembro de 1914, onde se menciona Pessoa e a “escuela moderna”, que no ano a seguir lanzará a revista *Orpheu*.

gallego, a los textos de Pessoa publicada en España en una revista literaria” (Sáez Delgado, 2007: 147), será no âmbito galego que se indique antes e ainda como poeta. Assim, a primeira noticia no estado espanhol sobre o grupo modernista lisboeta, incluindo Pessoa, publica-se em dezembro de 1914 em *Vida Gallega*, núm. 65, sendo, portanto, também anterior à edição da revista *Orpheu* que só acontece em março de 2015 (Vid. F33 e página completa no Anexo II: H4).

A informação é redigida, como já foi indicado, por Alejo Carrera Muñoz, intitula-se “Poetas Lusitanos”, invoca a irmandade melódica de língua, continuum de paisagem e coincidência de tradições e psicologia, passando de imediato a esboçar um quadro geral da poesia e dos poetas lusitanos. Entre eles enumera um elenco de ‘clásicos’ e outro de jovens que chama da ‘escola moderna’ propriamente dita. Fernando Pessoa e Sá Carneiro abrem a lista destes últimos, entre os que também está Guisado. A segunda parte do artigo está dedicada a pôr em destaque a figura de João Maria Ferreira, um autor nascido em 1884 e hoje muito apagado na História da Literatura Portuguesa:

POETAS LUSITANOS

(retrato)

JUAN MARÍA FERREIRA

Posee el idioma portugués, como el gallego, un don especial que hace que la poesía lusitana tenga un privilegio sobre la poesía de otros muchos idiomas: la melodía. ¿Habéis paseado ya por las hermosas y encantadoras florestas gallegas impregnadas de una poesía llena de atractivos? ¿Y no habéis recorrido la campiña del Miño portugués y la de Vianna do Castelo á Oporto y los paraísos de Cintra y Estoril? Pues bien; todo ello no es más que una continuación de nuestra adorada Galicia, cuyas tradiciones y psicología son idénticas á las nuestras.

Portugal cantó siempre por voz de poetas, y el más insigne de ellos, Camoens, tenía una costilla gallega.

Hoy puede decirse que la poesía se halla en crisis y por lo menos hay en la lira – como en todas las cosas– disidentes. Los clásicos, como Guerra Junqueiro, Gomes Leal, Eugenio de Castro, Antonio Correia d’Oliveira, Alberto Mousaraz, Lopes Vieira, Juan María Ferreira, Teixeira de Pascoais y pocos más de talla, forman un cuadro de brillantes poetas.

Fernando Pessoa, Mario de Sá Carneiro, Antonio Ferro, Alfredo Pedro Guisado, Cortés Rodrigues, Augusto Cunha y algunos más, forman otro grupo de jóvenes poetas de la escuela moderna, propiamente dicha, y que ha causado gran revuelo en el grupo de los Renacimiento.

Un país cuya belleza natural difícilmente puede ser superada por ningún otro, tiene que dar hombres que, dotados de luminosos cerebros, sepan cantar sus glorias. Por eso en el horizonte de la poesía lusitana vemos asomar una serie de trovadores que, triunfantes ó no en su escuela, han de reemplazar mañana á los clásicos que hoy son una gloria de la literatura de Camoens.

Podríamos referirnos á muchas de las valiosas obras de los poetas que hemos apuntado. Todos ellos han escrito obras excelentes que les han consagrado en la pléyade de los literatos de primera fila.

Entre éstos hállase también D. Juan María Ferreira, que se destaca por sus bien inspirados versos.

El Sr. Ferreira dedicóse con ardor al cultivo de las letras. Cuando aún frecuentaba los claustros de la Universidad publicó algunos trabajos de carácter político. Su obra “El Marqués de Pombal” produjo cierto escándalo. Pasada esta época de ardor juvenil, Ferreira dedicóse al cultivo de la poesía, publicando su poema “Jesús de Nazaret” con estilo lleno de unción que denotaba poseer un cerebro de poeta. Siguióse á ésta su “Excelsa”, dedicada á la reina Doña Amelia de Orleans.

Dos años después publicó su libro “Tristezas” que le colocó en la pléyade de los poetas modernos más distinguidos.

El pequeño poema “Príncipe de Martirio”, escrito á raíz del atentado de Torreiro do Paço, fué un libro tan hondamente sentido que le abrió las puertas de la Real Casa.

Al año siguiente publicó el “Himno á la Primavera”, que mereció los más encomiásticos artículos de la prensa de Lisboa y Oporto. Del consagrado poeta Gomes Leal recibió una expresiva carta por tan delicada obra.

Su poema “Mañana”, cuya tercera edición se halla actualmente agotada, fué también consagrado por la crítica y premiado en los juegos florales de Lisboa. He aquí una de sus estrofas:

E pelo mundo fóra,
á branda luz que envolve a vastidáo sonora
no seu dourado manto,
tan meigo, puro e santo,
renasce para vida universal
a mater natureza.
E no livro de Deus, amplo missal
de perenal beleza,
cincenta cotovia
anunciando o dia
salmodeia seu cantico primeiro,
dizendo ao mundo inteiro
que um dia a mais nascia
e que ele muito em breve ao nada volveria.

“Amor” y “Oasis” son sus últimas obras. La primera es una poesía tan bien sentida como inspirada y real. La segunda es, también, de delicados versos que revelan su constante progreso literario.

D. Juan María Ferreira, –cuyo retrato honra nuestras columnas– poeta de gran inspiración, es un admirador de España, á la que llama patria del arte y de las mujeres hermosas.

ALEJO CARRERA MUÑOZ

Lisboa, Noviembre de 1914.

Como muito bem observou Antonio Sáez Delgado, incansável observador das relações literárias entre Portugal e Espanha neste período:

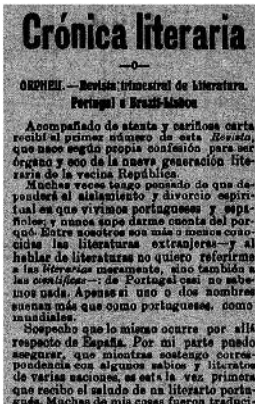
“Sin duda, la recepción de *Orpheu* y de sus autores fue más temprana en Galicia que en parte alguna de España gracias, entre otras cosas, a la presencia de Alfredo Guisado, a pesar de lo cual la huella de estos escritores casi no trascendió más allá del sistema cultural gallego, y continuó siendo un vacío en el resto del territorio español durante algunos años más” (Sáez Delgado, 2007: 145, n. 19).

Certamente na Galiza, para além da menção de Pessoa em 1914, que antecipa a de 1917 como crítico literário da mão de Andrés González-Blanco na revista espanhola *Estudio*, cabe recordar ainda a já referida por César Antonio Molina: “El nombre de Fernando Pessoa –quizás por primera vez – aparece varias veces reseñado en la revista orensana *Nós*, dirigida literariamente por Vicente Risco y artísticamente por Castelao” (Molina, 1987: 49). Não era pela primeira vez, mas esta de *Vida Gallega* (F31 e F33) sim parece agora difícil de ultrapassar em precocidade, pois a menção de Pessoa, à cabeça da “escuela moderna”, até se adianta à edição da famosa revista que vai instituir oficialmente o Modernismo na História da Literatura lusitana.

5. 2. El Eco de Santiago

A resenha de *Orpheu*, publicada na primeira página de *El Eco de Santiago* no 6 de abril de 1915 (Anexo II: H5; e F34) por Juan Barcia Caballero, intitulada “Crónica literaria. ORPHEU.- Revista trimestral de literatura. Portugal e Brazil-Lisboa”, é altamente sugestiva.

Para além do conteudístico (em que se lamenta o injusto distanciamento das letras lusas, assim como se marca o primeiro destaque na revista à colaboração de Pessoa com *O marinheiro*, que “Puede ser base de una reputación entera”, para além doutras apreciações e parabéns finais), interessa observar o contexto de recepção da revista, “Acompañada de atenta y cariñosa carta”, e a condição do autor da resenha. Quanto ao primeiro, tenha-se em conta que Barcia Caballero figurava na mencionada lista de destinatários elaborada no restaurante Irmão Unidos dos pais de Guisado, e deveu ser logi-



tas al francés, al inglés, al alemán — al alemán sobre todo — y alguna al ruso; acerca de Portugal solo sé por referencia que mi «Arco de vella» figura en una antología portuguesa con una ecométrica nota. Aunque solamente, pues, eso por sí no, por establecer corrientes de simpatía y de unión entre los intelectuales de ambos pueblos — pretensión que también declara placidamente al nuevo periódico — bien venido sea y en buena hora llegue.

Por de pronto no se le puede negar originalidad: la cubertería y la presentación son de lo más nuevo y fastuoso. Y no lo es menos el trato: sus redactores, seguramente jóvenes y por lo tanto valerosos y arrojados, se confiesan francamente modernistas y dispuestos a romper los viejos moldes y las sediciones rutinarias. Y a fe que lo hacen como lo dicen: todo renuevo allí, la forma, la manera, la métrica y el asunto. Algunos de los trabajos son verdaderamente extraordinarios, sobre todo por eso, por ser cosa fuera de lo usado y corriente. Haylos también casi incomprensibles: tales son ellos de alambicados y torales — término muy usado por sus autores.

En general sobrecosan los trabajos en prosa. Oseo que en primer lugar debe ser el verso O meridiano, de Francisco P. Oseo. Aunque sutil y quintesenciado en dometas, tiene verdaderos aires de genio y atrae

inertemente a toda alma conada y filológica. Puede ser base de una reputación entera. Entre los *Enzos* de Almeida Negreiros hay algunos verdaderamente primorosos: el llamado *O Ocho* y que cubiera muy galanamente los primeros celos de Eva, es una joya de filigrana.

También entre los versos los hay muy apreciables, por más que es general adolecer de la manía modernista en cuanto a la medida sobre todo. No es que yo por ser viejo ya, esté tan apegado a ello que no vea lo que nada de lo moderno; pero que creo firmemente que la exageración es condenable siempre. No hay que olvidar el pendente proverbio: «Todo lo exagerado es insignificante». La *Ode Triunfal* es enteramente un colmo, un caso fulgurante de cubertería literaria.

Complázcase de nuevo en salud cordialmente a los nuevos escritores y felicítarles por sus arreos y bonos propósitos; y si los años y el oficio de tratar con jóvenes casi toda mi vida oyo ser ya bastante jerga, me autorizan para ello, me permito aconsejarles que sin dejar de luchar para adelante como siempre, de bacer caso no olviden del todo a lo que van dejando atrás: también allí hay cosas buenas.

JUAN BARCIA CABALLERO.

F34. Composição com o recorte da coluna de *El Eco de Santiago*, onde se resenha a revista *Orpheu*, abril de 1915.

camente por sugestão deste que se lhe remeteu o exemplar resenhado e até talvez fosse Guisado quem escrevesse a carta que o acompanhava. Quanto ao segundo, tenha-se em conta que Juan Barcia Caballero (Santiago de Compostela, 1852-1926) era um importante poeta, jornalista, escritor, catedrático da universidade compostelana, mas também director do Manicómio de Conjo na mesma cidade, e em 1912 teria proferido o discurso de abertura do ano académico na Universidade com a leitura de um texto intitulado “La Locura y la Libertad”.



Juan Barcia Caballero
Primer premio de la poesía gallega

F35. Barcia Caballero em *Vida Gallega*, nº 13, 1910, p. 17, noticiado pela sua distinção num concurso literário.

Que este médico e eminência galeguista, conhecido por tratar com loucos, seja escolhida pelos do *Orpheu* para a sua divulgação, pode ser indício de uma estratégia mais intencionada da provocação do que até agora se tem reparado; e que Barcia Caballero, em digna resposta a partir do seu perfil e sensibilidade, escreva uma resenha em geral positiva, contrasta com a onda psiquiátrica que em Portugal se ocupou depreciativamente da revista.

A figura do médico e escritor galego Barcia Caballero (F35) era bem conhecida nos meios culturais da época. Em *Vida Gallega* achamos uma bucólica visita ao manicómio guiada por ele (Anexo II: H6). Entre outras coisas, o jornalista escreve, que “Me parece muy bien que sea un poeta quien dirija un manicomio. No lo digo porque sean los poetas dichosos seres intermedios entre los cuerdos aparentes y los locos oficiales” (*Vida Gallega*, 68: 9)⁷¹. Exatamente um ano

⁷¹ Neste exemplar da revista, de Maio de 1915, também se acha um anúncio do Café Martinho de Lisboa, uma curiosidade que não motiva, no entanto, o retorno que ainda faremos a ele, neste caso para referir-nos a Caeiro.

depois, o magazine galego recolhe uma breve opinião apologética sobre uma das publicações, *De re Frenopática*, da eminente personagem, dando mostra uma vez mais da alta consideração com que é apreciado:

Nuestro ilustre paisano el Dr. D. Juan Barcia Caballero, poeta excelso, hombre de ciencia, un enxebre, dirige, en Santiago, el manicomio de Conjo. Observador, estudioso y dominado por la pasión de llevar a las cuartillas sus impresiones, era fozosa que de sus andanzas entre los locos brotase un libro. Este libro salió ya a relucir, y toda la prensa regional y mucha que no es de la región tuvo para él largos elogios. (*Vida Gallega*, 70: 12)

Ainda por coincidência, a revista publica no mesmo número um comentário do livro de Alfredo Pedro Guisado, *Elogio da Paisagem*, em que curiosamente se recrimina a vinculação à “moda” do que o resenhista chama ‘futurismo’, que tinha começado a contaminar a juventude de Portugal e também a produção com, no entanto, “buen gusto, que este joven escritor posee indudablemente”:

Gran parte de la juventud literaria del vecino reino entró á roso y vellosa por los campos del ‘futurismo’ y debe tenerse en cuenta esta influencia, la proximidad de esta nueva enfermedad literaria, para disculpar ciertos simbolismos del Sr. Guisado que obscurecen su producción, haciéndola perder esa belleza que presta la diafanidad cuando va acompañada del buen gusto, que este joven escritor posee indudablemente.

Esos ‘futuristas’ no son elegantes, ni artistas, ni poetas, ni nada. Y los escritores que tienen sensibilidad y, sobre todo, buen sentido, deben huir hasta de su sombra. Por esto no nos cansaremos de pedir al Sr. Guisado que ‘beba en su vaso’ –que es de buena medida– y no se deje infeccionar por la disparatada moda. (*Vida Gallega*, 70: 25)

Finalmente, encerramos o apontamento sobre Barcia Caballero com a transcrição na íntegra do texto da sua resenha sobre *Orpheu*, a partir do exemplar e da carta que, como já se comentou, seguramente lhe endereçou Guisado:

Crónica literaria

ORPHEU.- Revista trimestral de literatura. Portugal e Brazil-Lisboa

Acompañado de atenta y cariñosa carta recibí el primer número de esta *Revista*, que nace según propia confesión para ser órgano y eco de la nueva generación literaria de la vecina República.

Muchas veces tengo pensado de que dependerá el aislamiento y divorcio espiritual en que vivimos portugueses y españoles; y nunca supe darme cuenta el porqué. Entre nosotros son más o menos conocidas las literaturas extranjeras –y al hablar de literaturas no quiero referirme a las *literarias* meramente, sino también a las *científicas*–: de Portugal casi no sabemos nada. Apenas si uno o dos nombres suenan más que como portugueses, como mundiales.

Sospecho que lo mismo ocurre por allá respecto de España. Por mi parte puedo asegurar, que mientras sostengo correspondencia con algunos sabios y literatos de varias naciones, es esta la vez primera que recibo el saludo de un literato portugués. Muchas de mis cosas fueron traducidas al francés, al inglés, al alemán –al alemán sobre todo– y alguna al ruso; acerca de Portugal solo sé por referencia que mi “Arco d’a vella” figura en una antología portuguesa con una encomiástica nota. Aunque solamente, pues, sea por eso, por establecer corrientes de simpatía y de unión entre los intelectuales de ambos pueblos –pretensión que también declara paladinamente el nuevo periódico– bien venido sea y en buena hora llegue.

Por de pronto no se le puede negar originalidad: la cubierta y la presentación son de lo más nuevo e inusitado. Y no lo es menos el texto: sus redactores, seguramente jóvenes y por lo tanto valientes y arriscados, se confiesan francamente modernistas y dispuestos a romper los viejos moldes y las tradiciones rutinarias. Y a fe que lo hacen como lo dicen: todo es nuevo allí, la forma, la manera, la métrica y el asunto. Algunos de los trabajos son verdaderamente extraordinarios, sobre todo por eso, por ser cosa fuera de lo usado y corriente. Haylos también casi incomprensibles: tales son ellos de alambicados y *febriles* –término muy usado por sus autores.

En general sobresalen los trabajos en prosa. Creo que en primer lugar debe citarse *O marinheiro*, de Fernando Pessoa. Aunque sutil y quitesenciado en demasía, tiene verdaderos atisbos de genio y atrae fuertemente a toda alma soñadora y filosófica. Puede ser base de una reputación entera. Entre los *Frizos* de Almada Negreiros hay algunos verdaderamente primorosos: el titulado *O Echo* y que refiere muy galanamente los primeros celos de Eva, es una joya de filigrana.

También entre los versos los hay muy apreciables, por más que en general adolecen de la *manía modernista* en cuanto a la medida sobre todo. No es que yo por ser viejo ya, esté tan apegado a ello que no transija con nada de lo moderno; sino que creo firmemente que la exageración es condenable siempre. No hay que olvidar el prudente proverbio: “Todo lo exagerado es insignificante”. La *Ode Triunfal* es enteramente un colmo, un caso fulminante de *clubismo literario*.

Complázcame de nuevo en saludar cordialmente a los noveles escritores y felicitarles por sus arrestos y buenos propósitos; y si los años y el oficio de tratar con jóvenes casi toda mi vida con ser ya bastante larga, me autorizan para ello, me permito aconsejarles que sin dejar de mirar para adelante como siempre debe hacerse, no olviden del todo a lo que van dejando atrás: también allí hay cosas buenas.

JUAN BARCIA CABALLERO

5. 3. *El Tea*

A resenha de *Orpheu* que Alejo Carrera Muñoz publica em *El Tea*, número 63, em nove de abril de 1915, intitula-se “Crónica de Lisboa. Revuelo literario. Los poetas de ‘Orpheu’” (F36; Anexo II: H7 e H8), recolhe e glosa o efeito escandaloso provocado em meios lusitanos pela publicação, citando até depoimentos psiquiátricos sobre o seu conteúdo.

O artigo sublinha ainda o atrevimento dos jovens, sem apoio popular, que mesmo assim saúda como “un buen síntoma, pues demuestra que hay cerebros y que, cada uno en sus diversos modos de pensar, tiene el buen deseo de legar a su patria una obra de grandeza, literaria” (*Vid.* transcrição integral do texto ao lado).

A relação do jornal *El Tea* com a comunidade galega de Lisboa, sobretudo com a família Guisado, pode documentar-se já quatro anos antes, quando o seu diretor Amado Garra realiza uma visita à

<p>Crónica de Lisboa (DE NUESTRO CORRESPONSAL) Revuelo literario Los poetas de “Orpheu”</p> <p>Hace días vió la publicidad una revista trimestral de literatura que tiene por título <i>Orpheu</i>. En ella colabora un grupo de poetas que dan por el nombre de <i>paúlicos</i> o sea el nombre de la novísima escuela poética que sus discípulos quieren hacer popular o célebre.</p> <p>Ese grupo de jóvenes son: Mario de Sá Carneiro, Luis de Montalvór, Ronald de Carvalho, Fernando Pessoa, José de Almada-Negreiros, Córtes Rodrigues, Alvaro de Campos, Alfredo Pedro Guisado y como editor figura Antonio Ferro.</p> <p>Nosotros quisiéramos conocer a fondo la poesía portuguesa para formular una opinión propia referente a la escuela sustentada por estos jóvenes literatos, que hoy son señalados por las calles como innovadores de la musa lusitana.</p>	<p>Innecesario se hará decir a nuestros lectores que la primera edición se está agotando, porque hoy no hay nadie que no desee leer la ya célebre revista <i>Orpheu</i>, tan raras, rarísimas, son las inspiraciones que la misma contiene.</p> <p>Los llamados <i>paúlicos</i> han aguantado sobre ellos la implacable metralla de la prensa cotidiana lisbonense. Algunos diarios llegaron a dar la palabra al doctor Julio de Mattos, versado en enfermedades mentales.</p> <p><i>A Capital</i> lleva su crítica al extremo siguiente:</p> <p>“Los colaboradores de <i>Orpheu</i> nunca se revelaron como literatos sino en manifestaciones idénticas a las que llevan las páginas de la revista, y de ahí no es posible juzgar su valor real. Lo que se concluye de la lectura de los llamados poemas, suscritos por Mario de Sá Carneiro, Ronald de Carvalho, Alvaro de Campos y otros, es que pertenecen a una categoría de individuos que la ciencia definió y clasificó dentro de los manicomios, mas que pueden, sin mayor peligro, andar fuera de ellos...”</p>	<p>Como los lectores de <i>EL TEA</i> observarán, los críticos literarios de este país no son para bromas. Por otra parte los llamados <i>paúlicos</i>, que parecen tener la monomanía de los puntos suspensivos, no se atemorizan y continúan a <i>outraize</i> imponiéndose e imponiendo su atrevida escuela, aunque, cómo es natural, no encuentren grandes adeptos en el pueblo.</p> <p>Sin embargo, ello es un buen síntoma, pues demuestra que hay cerebros y que, cada uno en sus diversos modos de pensar, tiene el buen deseo de legar a su patria una obra de grandeza, literaria.</p> <p style="text-align: right;">ALEJO CARRERA. Lisboa, 61V-915.</p>
---	---	--

F36. Composição com o recorte de *El Tea*, nº 63, 09/04/1915.

Hace días vió la publicidad una revista trimestral de literatura que tiene por título *Orpheu*. En ella colabora un grupo de poetas que dan por el nombre de *paúlicos* o sea el nombre de la novísima escuela poética que sus discípulos quieren hacer popular o célebre.

Ese grupo de jóvenes son: Mário de Sá Carneiro, Luis de Montalvôr, Ronald de Carvalho, Fernando Pessoa, José de Almada Negreiros, Côrtes Rodrigues, Alvaro de Campos, Alfredo Pedro Guisado y como editor figura Antonio Ferro.

Nosotros quisiéramos conocer a fondo la poesía portuguesa para formular una opinión propia referente a la escuela sustentada por estos jóvenes literatos, que hoy son señalados por las calles como innovadores de la musa lusitana.

Innecesario se hará decir a nuestros lectores que la primera edición se está agotando, porque hoy no hay nadie que no desee leer la ya célebre revista *Orpheu*, tan raras, rarísimas, son las inspiraciones que la misma contiene.

Los llamados *paúlicos* han aguantado sobre ellos la implacable metralla de la prensa cotidiana lisbonense. Algunos diarios llegaron a dar la palabra al doctor Julio de Mattos, versado en enfermedades mentales.

A *Capital* lleva su crítica al extremo siguiente:

“Los colaboradores de *Orpheu* nunca se revelaron como literatos sino en manifestaciones idénticas a las que llenan las páginas de la revista, y de ahí no es posible juzgar su valor real. Lo que se concluye de la lectura de los llamados poemas, subscriptos por Mário de Sá Carneiro, Ronald de Carvalho, Alvaro de Campos y otros, es que pertenecen a una categoría de individuos que la ciencia definió y clasificó dentro de los manicomios, mas que pueden, sin mayor peligro, andar fuera de ellos...”

Como los lectores de *EL TEA* observaran, los críticos literarios de este país no son para bromas. Por otra parte los llamados *paúlicos*, que parece tienen la monomanía de los puntos suspensivos, no se atemorizan y continúan a *outrance* imponiéndose e imponiendo su atrevida escuela, aunque, cómo es natural, no encuentren grandes adeptos en el pueblo.

Sin embargo, ello es un buen síntoma, pues demuestra que hay cerebros y que, cada uno en sus diversos modos de pensar, tiene el buen deseo de legar a su patria una obra de grandeza, literaria.

ALEJO CARRERA.

Lisboa, 6-IV-915.

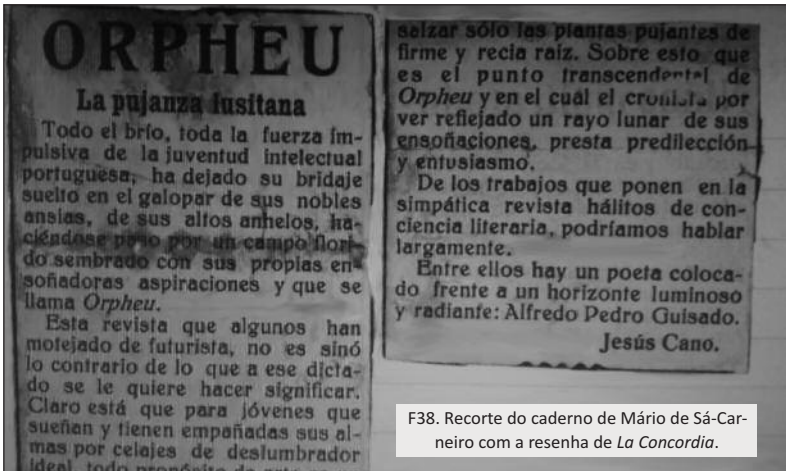
capital lusitana. Por essa altura o jornal dá conta⁷² de que Antonio Venancio Guisado, acompanhado pelo seu filho, “hizo al Sr Garra un magnífico regalo como recuerdo de su patriótica labor en Lisboa”.

⁷² *El Tea*, 27/05/1911, p. 3. Vid. ainda PAZOS, 2010: 121, nota 198.

5. 4. *La Concordia*

Numa linha mesmo mais apologética está a breve resenha de *Orpheu* escrita por Jesús Cano, parece que publicada em *La Concordia* (F36) de Vigo no mês de junho de 1915. Não conseguimos achar o exemplar correspondente nas hemerotecas galegas nem na Biblioteca Nacional de Madrid, que em princípio parecia ter, pois deste jornal de grande formato só se conservam escassos exemplares. Em compensação, temos o recorte de Sá-Carneiro no seu caderno dedicado às notícias de imprensa sobre *Orpheu* (F38; Anexo II: H9).

O destaque final para Alfredo Pedro Guisado, “un poeta colocado frente a un horizonte luminoso y radiante”, apontam de novo para a intermediação deste nos meios galegos. Recolhemos na página do lado a transcrição completa.



F38. Recorte do caderno de Mário de Sá-Carneiro com a resenha de *La Concordia*.

ORPHEU

La pujanza lusitana

Todo el brío, toda la fuerza impulsiva de la juventud intelectual portuguesa, ha dejado su bridaje suelto en el galopar de sus nobles ansias, de sus altos anhelos, haciéndose paso por un campo florido sembrado con sus propias ensoñadoras aspiraciones y que se llama *Orpheu*.

Esta revista que algunos han motejado de futurista, no es sinó lo contrario de lo que a ese dictado se le quiere hacer significar. Claro está que para jóvenes que sueñan y tienen empañadas sus almas por celajes de deslumbrador ideal, todo propósito de arte es un marcado *futurismo*. No ya atendiendo al valor de la frase en modernización sinó a su estricta equivalencia gramatical.

Se nos antoja que por envolver la idea de esos muchachos—entre ellos algunos ya de significado prestigio literario—en la atmósfera de opio que emana de esa escuela que han dado en llamar *futurista* y para su befa y rebajamiento, calificaron la revista *Orpheu* con ese mote.

La obra de *Orpheu* es ya una realización.

La revista llegó a mis manos y en el primer momento, al observar el detalle modernista de la portada, me creí también ante un fraude escandaloso del buen gusto y la pureza armónica nacida de toda concepción hecha con el aliento de unos pechos jóvenes. Pero, abierto el libro, vi en él que todo era Mayo y el perfume de una floración impóluta y transcendente salía de aquellas bien pergeñadas páginas.

Toda la juventud lusitana está en *Orpheu*, pero toda esa juventud que en



F37. Cabeceira de *La Concordia*, abril de 1915 – a resenha de *Orpheu* teria saído em junho.

algunos pueblos no hay y su ausencia deja notar el más triste yermo de ideal; y por lo tanto de alma, de vida.

Luis de Montalvor, director de *Orpheu*, traza concisamente en el prólogo de la obra de esta revista, su programa. Que es enaltecerlo todo: hermanar las cumbres; concertar el abrazo de Portugal, América y España; pero de ellas ensalzar sólo las plantas pujantes de firme y recia raíz. Sobre esto que es el punto transcendental de *Orpheu* y en el cual el cronista por ver reflejado un rayo lunar de sus ensoñaciones, presta predilección y entusiasmo.

De los trabajos que ponen en la simpática revista hálitos de conciencia literaria, podríamos hablar largamente.

Entre ellos hay un poeta colocado frente a un horizonte luminoso y radiante: Alfredo Pedro Guisado.

Jesús Cano

5. 5. O mistério de uma resenha de provável autoria de Pessoa

Quanto à já aludida recensão de *Orpheu*, assinada por R. R. (Anexo II: H10) e anotada à mão como procedente e um “Jornal de Vigo” (?), que se apresentou ao público no livro coordenado por Steffen Dix em março de 1915, inscrito concretamente no contributo de Javier Pérez López (Pérez López, 2015: 195), e à vista também na exposição *Nós, os de Orpheu* (F39), coloca alguns problemas e levanta outras ricas perplexidades.

Consultada a Casa Fernando Pessoa, a sua diretora intermediou para que um dos comissários da mencionada exposição, António Cardiello, nos esclarecesse gentilmente que foi retirado do “envelope” 155 do Espólio de Fernando Pessoa (ESPÓLIO 3 da Biblioteca Nacional de Portugal), dados que já constavam na apresentação impressa de Pérez López. Cardiello sugeriu-nos, no entanto, que a inscrição manuscrita “Jornal de Vigo” seria, com toda a probabilidade, da autoria de Mário de Sá Carneiro. Apontou também que infelizmente, quer ele ou quer os outros comissários da exposição (Jerónimo Pizarro e Sílvia Laureano Costa), não dispunham, de momento, de outras informações suplementares. Em encontro pessoal posterior, no decurso da coincidência numa homenagem inscrita no centenário da revista, as trocas com Cardiello acabaram por suscitar-me a exploração da hipótese que já sugeria Javier Pérez López:

Se folhearmos com atenção o mesmo caderno de Mário de Sá-Carneiro com recortes de imprensa dedicados ao *Orpheu*, encontramos um artigo, de origem incerta – Sá-Carneiro escreve apenas “Jornal de Vigo”, onde pode ler-se um texto curiosamente assinado com as iniciais R.R.. O tom do texto e o conteúdo, a sua perspectiva portuguesa, a reacção às críticas



F39. A resenha no painel dedicado a Guisado na exposição do Congresso Internacional Luso-Brasileiro “100Orpheu”, maio de 2015, Sala BNDES, Complexo Brasiliana USP, São Paulo (Vid. documento com alta qualidade no Anexo II, 10).

vertidas nos diários portugueses, o apelo a um novo sentido nacional, a menção a Guisado, falando nos seus artigos na “imprensa espanhola”, e o facto de ter sido assinado com duas iniciais faz-nos pensar numa hipótese. Tal como indicámos, Enrique Dieste recebeu de Fernando Pessoa dois modelos de artigos sobre o *Orpheu* para publicar em Espanha, textos que iriam ser publicados traduzidos pelo próprio Dieste e assinados apenas com iniciais. Será este texto um daqueles escritos entregues a Dieste por Fernando Pessoa? Será R.R. uma nova aventura heteronímica galega? No mínimo, o texto parece ter um cunho muito pessoano em algumas das suas frases. (Pérez López, 2015: 192)

Com efeito, também acreditamos que o texto em questão seja original de Fernando Pessoa, ainda que não se possam invocar intenções heteronímicas. Os argumentos serão por enquanto indiretos, mas achamos que suficientes para sustentar a proposta. Voltaremos para eles depois de transcrever o texto e explicar o nosso próprio percurso, desenvolvendo uma primeira análise que para a autoria pessoana conduz. Eis, antes de mais, a transcrição integral, ponto de partida obrigado:

Orpheu

Una revista literaria que con este título ha comenzado a publicarse en la capital de la vecina República, escrita por unos cuantos jóvenes que gozan de gran popularidad en el mundo de las Letras, está siendo objeto de muy calurosos comentarios entre periodistas y literatos.

Y no podía esperarse otra cosa. Si se tratase de gente de poco más ó menos, de unos cuantos ilusos que intentasen darse á conocer rompiendo moldes y haciendo mangas y capirotos de cuantos recursos utilizaron otros para inmortalizarse, su labor buena ó mala, habría de pasar inadvertida entre las cuchufletas y ditirambos de unos cuantos críticos amantes del café de á *vintén*; pero como esa juventud que ahora arremete con valentía contra todo y contra todos, no ha salido del montón de los anónimos, sino que ha sabido justificar más de una vez su competencia y valimiento en la prensa y en el libro, forzosamente había de llamar la atención de unos y excitar la sátira mordaz y ras-trera en otros, esa obra que, llámese como se quiera, significa una verdadera revolución en la literatura portuguesa.

Hemos leído algunos comentarios, poco respetuosos unos y desatinados otros.

A *Capital*, al emitir juicio, hace tan extravagantes manifestaciones y arremete con tanta furia contra los colaboradores de la nueva revista, que no podemos tomar en serio sus consideraciones harto apasionadas y fuera de razón.

Pretende hacer crítica literaria y lo único que consigue es exteriorizar el odio ó la envidia que siente hácia alguno de los jóvenes literatos, valiéndose para ello de copiar trozos de composiciones que luego no analiza ni comenta, sin duda por ser cosa muy superior á las fuerzas del anónimo comentarista de *A Capital*.

No hemos de decir ahora si la labor de esa juventud que honra a su patria habrá ó no de prosperar; mas lo que si nos atrevemos á afirmar, es que la nueva escuela ha de tener muchos partidarios en todas esas tierras en que se habla el idioma tierno y melodioso de Camoens.

Porque es lo cierto que los fundadores de *Orpheu*, verdaderos revolucionarios de la pluma, no son, como hemos dicho antes, cuatro mozalbetes almidonados, con muchas pretensiones y sin ningún prestigio, sino escritores de muy sólida reputación, hallándose entre ellos Alfredo Pedro Guisado cuyos trabajos hemos leído y admirado varias veces en las columnas de la prensa española.

Esta nueva escuela, lejos de apartarse del arte, rompiendo el ánfora divina en que bebieron los genios de la poesía portuguesa, pretende hermanar lo bello y lo sublime dando vida á la idea, color al pensamiento.

Esos jóvenes enamorados de la nueva escuela, por ellos creada, constituyen una hermosa aristocracia intelectual, la aristocracia del nuevo estilo que sabe entrelazar las opacidades de melancólicos atardeceres con los bellísimos destellos de doradas auras.

Y hemos de terminar este brevísimo trabajo, dando un fuerte y sincero ¡hurra! á esos rebeldes artistas que con tanta valentía y arrogancia vuelven los ojos hácia lo por-venir, despreciando con una sarcástica sonrisa bajezas, odios y desplantes de cuatro miserables sapos.

R. R.

Talvez se deva começar por advertir que não existe nenhum meio impresso periódico que literalmente leve o nome *Jornal de Vigo*, nem na altura da resenha nem em qualquer outra época, fonte para a que remete a anotação manuscrita sobre o recorte no canto inferior direito. A procura do artigo em jornais como *El noticiero de Vigo* ou *Faro de Vigo*, com nomes que poderiam aproximar-se da anotação marginal, deu também resultados nulos⁷³.

A tipografia particular do título também se mostrou inútil para indicar o meio impresso de que poderia proceder. O destaque que se dá novamente a Alfredo Pedro Guisado, “cuyos trabajos hemos leído y admirado varias veces en las columnas de la prensa española”, poderia apontar claramente e de novo para um meio galego. Mesmo assim, não podendo estabelecer a identidade do assinante “R. R.” entre os jornalistas e intelectuais da época e tratando de acautelar a possibilidade de ser um dos textos entregues a Enrique Dieste, examinamos a hipótese de se tratar de um dos catalães mencionados na famosa folha do Restaurante Irmãos Unidos do espólio pessoano, com os nomes e endereços de destinatários para divulgar a revista (Pazos, 2011: 49). Javier Pérez López também se refere a esta lista e ainda a uma segunda, “pouco ou nada conhecida, desta vez com a letra de Pessoa” (Pérez López, 2015: 187-189). Ainda que existem algumas controvérsias, a primeira lista parece ter sido escrita por Guisado, a segunda por Pessoa, e

Existe, todavia, um envelope que, com a mesma letra da primeira lista, isto é, a de Guisado, contém apontamentos dos endereços de um contacto em Barcelona e do galego-uruguaio Eduardo Dieste. (Pérez López, 2015: 188).

⁷³ O mesmo aconteceu com outras publicações dessa cidade, na próxima de Ponte-Vedra, ou ainda noutras da Galiza. Por desgraça nas hemerotecas galegas não se conservam todos os exemplares de todos os jornais da Primavera e Verão de 1915 – de *El noticiero de Vigo* só conseguimos examinar exemplares dos três primeiros meses do ano, que certamente deixa mínima margem para recolher notícias da revista portuguesa e das referências de A Capital; de *El Heraldo de Vigo* só se conservam, na biblioteca pública Antonio Odriozola de Ponte-Vedra, exemplares de 1912-1914.

O endereço que se menciona é o de Eduardo – mas os famosos dois textos da mão de Pessoa são entregues a Enrique, o irmão mais velho dos Dieste. Dedicaremos o próximo capítulo à destrinça e explicação da alusão a ambos neste assunto, mas vamos examinar antes as “hipóteses brancas” de autoria de algum dos catalães indicados nos planos de divulgação. Com alegada base nos contactos feitos por Mário de Sá-Carneiro na sua visita a Barcelona, aparece aí Ramón Rucabado, que como é evidente poderia dar a correspondência procurada. Contudo, não achamos dele, nesta altura, qualquer artigo que se conforme com a resenha do painel, nem emprega “R. R.” como assinatura habitual⁷⁴.

Outra variante desta hipótese, na mesma vertente geográfica, refere-se a Ignasi de Ribera i Rovira, cuja invocação nesta discussão poderá retornar algum proveito, como logo se verá. Sá Carneiro, que em carta de 29 de agosto de 1914 escreve a Pessoa de Barcelona – nela também fala de outra dirigida a Guisado –, achando-a detestável, conhece “dos días después (según relata en carta de 30 de agosto) al que se convierte en su cicerone por las calles de Barcelona y en su animador espiritual de aquellos días” (Sáez Delgado, 1999: 81). Ribera i Rovira, advogado, jornalista, poeta, escritor sempre ligado a Portugal, diretor de *El Poble Catalá* na época (depois seria redactor da mesma *La Veu de Catalunya*, e até o seu diretor de 1916 a 1919), teria sabido da arribada de Sá Carneiro a Barcelona a partir daquelas listas de pessoas que chegavam e partiam das cidades, publicadas na imprensa diária.

Mas a hipótese autoral de Ribera i Rovira é bastante improvável para este texto, por vários motivos que basicamente se prendem com a cronologia, a natureza do texto e até, de novo, a assinatura escondida em siglas –para além de não termos achado qualquer artigo,

⁷⁴ Em *La Veu de Catalunya*, por exemplo, escreve em 8 e 9 de abril de 1915, na p. 2, sobre o conflito bélico, um texto intitulado “Contra la mala guerra”, em catalão, e assina como R. Rucabado.

nas publicações da Catalunha, que nesta altura indicassem algum indício de aproximação ao movimento *órfico* pela sua parte. A trajetória de Ribera i Rovira, no quadro dos intensos relacionamentos entre Portugal e a Catalunha no século XX, cujo levantamento mais recente realizou Martínez-Gil, coincide com um período de afastamento dos temas lusitanos na altura da publicação da revista, como muito bem resume Eduardo Mayone Dias:

Em 1914 acompanha Mário de Sá-Carneiro na sua visita à Catedral da Sagrada Família, em Barcelona. (Recorde-se a entusiástica carta de Sá-Carneiro a Fernando Pessoa proclamando a catedral como verdadeira obra “paülista”.) O poeta português achou Ribera i Rovira um “bonito homem” e atribuiu-lhe +20 valores em “grau de amabilidade” e -20 em “grau de lepidopteria” (para o grupo que depois viria a denominar-se “do **Orpheu**” lepidóptero era sinónimo de “chato burguês”).

O interesse de Ribera i Rovira pelo lusitanismo declina quase totalmente neste ano, depois do período em que publica **Iberisme, La integridad de la Patria –Cataluña ante el espíritu de Castilla** (onde se fala muito de Portugal), **Portugal y Galicia Nación, O Génio Peninsular, Portugal Economic** e a antologia **Contistes portugueses**, e em que realiza várias conferências sobre matéria portuguesa. É também esta uma época de grande actividade política, orientada no sentido do federalismo, que atinge o seu ponto mais alto em 1911, quando se candidata a vereador pelo 8º distrito de Barcelona. (Dias, 1975: 64)

A desconexão de Rovira em relação à cultura lusitana coincide com o tempo de *Orpheu*. O silêncio só será interrompido poucos anos depois, voltando sobre Eça e retomando relacionamentos pessoais, que em todo o caso não passam pelos escritores portugueses mais novos⁷⁵. Por isso, a natureza do texto que comentamos, muito por dentro e com valorização positiva da revista lisboeta, representa também outro argumento contrário à responsabilidade de Ignasi de

⁷⁵ O seu empenhamento e idealismo político – de corte iberista – e o seu entusiasmo por Teixeira de Pascoaes e os princípios do saudosismo, que na Catalunha terá um enorme sucesso, colocam Rovira mais bem em posição oposta ao espírito do primeiro modernismo lusitano.

Ribera i Rovira por trás da sua autoria. Quanto à assinatura escondida em siglas, se por um lado resulta pouco explicável que escondesse o seu nome deste modo, pelo outro parece que o uso de “R. R.” tivesse precisamente a intenção de brincar ou apontar parodicamente para uma personalidade conhecida na intermediação lusohispana. A previsão de uma futura união da Galiza e Portugal num contexto iberista, que tinha lançado precisamente em *Portugal e Galicia nación*, provocou “uma onda de furor em **El Imparcial** e outros jornais de Madrid, que a interpretaram como um incitamento a que Portugal anexasse a Galiza” (Dias, 1975: 66). A assinatura de uma crítica sobre *Orpheu* com as siglas “R. R.”, num jornal galego e no contexto cultural e literário de 1915, poderia muito bem ter procurado a coincidência intencionada, que para uma minoria informada envia precisamente a sugestão do nome de Ribera i Rovira. Mas, mesmo que uma intenção assim pudesse explicar-se muito bem de dentro do *Orpheu* ou da sua proximidade, não acreditamos em que se possa atribuir a Enrique Dieste – como logo veremos ao contornar o seu retrato intelectual e humano – toda a responsabilidade de uma escolha com esse ousado propósito.

O conhecimento do espaço guisadiano que delata, no entanto, ampara a sugestão de que o texto em foco procede de um meio galego, ainda que continue sem verificar-se a origem concreta num “jornal de Vigo”. Vigo é desde logo o referente urbano mais próximo de Mondariz, de maior peso populacional da Galiza e com a centralidade preferente para a inicial construção galega de Caeiro – num hotel desta cidade é também onde Pessoa encena a entrevista ao heterónimo. No *K4, O Quadrado Azul* de Almada Negreiros alude-se a uma carta registada e a seguir insere-se um carimbo circular dos correios onde consta “Vigo - Pontevedra - 15.08.16”, que equivale a outra prova desta mesma presença geográfica na obra de um outro membro da *Orpheu* e em volta do grupo (F40).

E ainda, para além da relação de Fernando Pessoa com a Galiza intermediada por Guisado, cabe a possibilidade de relações epistolares diretas, por motivos de divulgação da revista ou interesses mais particulares, se bem nos faltam dados neste sentido: “Sabemos, isso sim, que em 24 de março de 1915 o poeta entregou ao tradutor galego Enrique Dieste, o irmão mais velho de Eduardo – havia um livro deste,

como veremos, na biblioteca de Pessoa – e Rafael, **dois artigos para a sua publicação em jornais espanhóis**. Esse mesmo dia resenhou a receção de uma ‘carta da Livraria de Vigo’ destinada a Alfredo Pedro Guisado” (Taibo, 2010: 301-302). No mesmo sentido se exprime, reiteramos, Javier Pérez López: “Segundo um documento do espólio pessoano, Enrique Dieste recebeu dois textos escritos por Fernando Pessoa, para publicar em jornais de Espanha” (Pérez López, 2015: 188). O livro de Eduardo Dieste a que se refere Taibo é *Buscón poeta: teorías disparatadas y cuentos de burla* (O. M. Bertani, Montevideo, s.d.), quem também enumera os outros dois livros da biblioteca de Fernando Pessoa relacionados com a Galiza: *Follas novas: obras completas* (Sucesores de Hernando, Madrid, 1909), de Rosalia de Castro, e *Influencias de la literatura gallega en la castellana: estudios críticos y bibliográficos* (Francisco Beltrán, Madrid, 1915), de Eugénio Carré Aldao. Deste livro publicou-se resenha em *Vida Gallega* (69, agosto de 1915), uma revista à que, como já vimos, devia estar atento Alfredo Pedro Guisado, até porque no seguinte número verá comentado um livro da sua própria autoria, *Elogio da Paisagem*. Na lista dos livros espanhóis, ainda se poderia aludir, muito mais



F40. Página 61 de *K4, O Quadrado Azul*, de Almada Negreiros, na edição da Assírio & Alvim, *Ficções*, 2002.

tangencialmente, ao título *La indigencia espiritual del sexo femenino*, pois pertence ao galego Roberto Nóvoa. Para encerrar esta recapitulação aproximativa aos contatos entre Pessoa e a Galiza, podemos afirmar que da mesma maneira que a primeira e única atenção inicial ao Modernismo de Portugal além-fronteiras se dá no canto galaico, não só na referência a este autor que aqui consta de 1914 em *Vida Gallega*, também existem ainda fundamentos para uma presença ‘mais direta’.

Chegamos assim à altura de voltar-nos para a hipótese da produção original do texto por parte de Fernando Pessoa. O documento do espólio pessoano em que se fala dos textos que recebe Dieste, já apresentado em 2009 por Jerónimo Pizarro, é diáfano:

Março 24, 1915

F[ernando] P[essoa] entregou dois artigos (a) e (b) a En[rique] Dieste para publicar em jornaes de Hespanha. Elle disse publicaria **traduzindo elle e pondo iniciaes**, para dar mais relevo, talvez mesmo iniciaes d’elle.

Recebida, para A[lfredo] P[edro] G[uisado], carta da livraria de Vigo; entregue a L[uíz] de M[ontalvor] para entregar na livraria. (Pessoa, 2009: 38)

Este simples apontamento, com a modalidade de assinatura que se sugere, poderia ser tomado já como um argumento definitivo para antecipar, do mesmo modo que a menção explícita do nome de Pessoa, também a publicação de um texto da sua autoria em espaço galego, pois até agora tinham-se estabelecido as primeiras aparições em Espanha só nos anos de 1928 (*Almanaque de las Artes y las Letras*) e, em estudos mais recentes, de 1923 (Sáez Delgado, 2007: 144). Com independência da constatação da entrega de Fernando Pessoa a Enrique Dieste, que fica bem patente, fazendo plausível que se trate de um dos dois artigos para a sua publicação “em jornaes de Hespanha”, vamos avançar apenas agora com a análise do **texto** da resenha em foco, que poderia reforçar tal hipótese. Repare-se,

- a) **no conteúdo**, argumentado semanticamente ‘desde dentro’ do grupo *Orpheu*, esta a vertente mais clara;
- b) de modo mais secundário, **na estilística do discurso**, em que aparecem leves marcas linguísticas, com tiques léxicos e sintáticos que no plano formal poderiam delatar alguma proximidade a um original português.

No que tem a ver com o conteúdo, a resenha começa por ser presidida por um título apenas, o da polémica revista, explicado na primeira frase, onde se colocam os elementos circunstanciais e os agentes essenciais: o que é, onde se edita, quem a escreve, como é acolhida. O segundo parágrafo amplifica a atitude e qualidade de autores e críticos, com ênfase positiva na provocação e no valor dos primeiros de que decorre a inabilitação desprevenida dos segundos, pois “significa una verdadera revolución en la literatura portuguesa”.

Os seguintes três parágrafos abrem um segundo corpo que, de modo gradual, justifica o juízo negativo sobre o comportamento da crítica: falta de respeito, desatino, fúria e ódio, método de citação não digerida (“copiar trozos de composiciones que luego no analiza ni comenta”). O procedimento de *A Capital* e da crítica literária lusitana também é referido por Alejo Carrera Muñoz na sua resenha publicada em *El Tea*, o mesmo que avançara em 1914 a notícia sobre Pessoa e “os novos” em *Vida Gallega*, mas tenha-se em conta que era um emigrante em Lisboa, onde assina essa primeira crónica, o único que poderia observar em primeira linha o tratamento crítico da *Orpheu*, e que mesmo assim não entra em tanto detalhe como este novo texto. Neste, a desqualificação do método de cópia/citação dá passagem a uma tomada de posição clara por parte do comentarista, que a partir desse ponto representa o partido dos ousados modernistas. O resto do seu discurso consiste numa apologia da publica-

ção em que releva a insistência no novo, jovem, valente e até aristocrático. Estes os sintagmas que recolhem tal perfil:

“nueva revista”
“jóvenes literatos”
“juventud que honra a su patria”
“nueva escuela”
“verdaderos revolucionarios”
“escritores de muy sólida reputación”
“nueva escuela”
“jóvenes enamorados de la nueva escuela”
“aristocracia intelectual”
“aristocracia del nuevo estilo”
“¡hurra! á esos rebeldes artistas”
“valentía y arrogancia”
“ojos hácia lo porvenir”

Na resenha publicada em *La Concordia*, transcrita antes desta, pode-se observar um corpo de texto inicial em que também se insiste na juventude e arrojo dos autores, e ainda se discute a qualificação de *futurista*, tal e como o próprio Pessoa chegou a fazer de diversos modos na altura. Mas a partir daí o discurso é logo assumido pelo comentarista (“La revista llegó a mis manos y...”), algo que não acontece no texto a que agora nos referimos. É muito provável que no caso anterior o exemplar fosse acompanhado por uma explicação ou carta, igual que no caso de Barcia Caballero para a que se publica em *El Eco de Santiago*: “Acompañado de atenta y cariñosa carta recibí el primer número de esta *Revista*, que nace según propia confesión para ser órgano y eco de la nueva generación literaria de la vecina República”.

Por outro lado, Jesús Cano, na primeira parte do seu comentário em *La Concordia*, aproveita alegadamente um trecho maior numa si-

milar “confesión” dos de *Orpheu*, que devia acompanhar o seu exemplar. Mas o misterioso texto da última resenha, que agora abordamos, continua fluindo sem delatar um ponto de vista espanhol (ou galego), insistindo e explicando aquilo a que já aludia Barcia Caballero, as pretensões de “ser órgano y eco de la nueva generación literaria de la vecina República”. Observe-se também a coincidência do sintagma “vecina República” para designar o espaço editorial da revista lusitana. A fluência discursiva e o tipo de conceitos apontam para uma autoria exclusiva de dentro de *Orpheu*, neste novo caso, com bastantes probabilidades de ser originalmente portuguesa e pessoana, à luz das circunstâncias já aludidas.

A vertente linguística também pode acrescentar algum leve indício para uma hipótese de primitiva autoria portuguesa. Algumas expressões chamam a atenção e seriam menos esperáveis num texto escrito originalmente em espanhol. A nível léxico temos em primeiro lugar uma ocorrência que aparece em itálico na própria resenha, “café de á *vintén*”. O recurso à marca tipográfica evidencia a sua estranheza em castelhano. Um bom *Diccionario de la Lengua Española* como o da Real Academia informa da existência deste vocábulo na entrada “vintenes”, derivada ‘De *vintén*, **antigua moneda uruguaya de dos centésimos**’, cujo uso em plural é um modismo do país americano com o sentido de ‘Ínfima cantidad de dinero’. O vocábulo pode ter uma existência remota no castelhano de América, mas é exótico em Espanha – ainda que casualmente Enrique Dieste nasceu no Uruguai e é neste país onde acabou por depois se fixar. Aparece na época, dentro da Galiza, ocasionalmente nas notícias de jornal que aludem a tema particularmente luso, como agora veremos.

É razoável pensar que uma primitiva autoria lusa justifique a presença da palavra *vintén* no contexto que estudamos ou bem uma autoria galega “informada”. O exame de jornais galegos da primeira

década do século XX permitiu registar a sua ocorrência em exemplos quase em exclusiva relacionados com tema lusitano:

- *El Diario de Pontevedra* (07/06/1910, pp. 1-2), no artigo "Desde La Lama", utiliza a expressão "esos periodistas de *á vintén*", registado em itálicas;
- *La Correspondencia Gallega* (18/06/1910, p. 1), contra um "corresponsal ó lo que sea", emenda expressões do artigo anterior, sem no entanto implicar particularmente com a forma *vintén*, ainda que a recolhe de novo;
- *Noticiero de Vigo* (08/06/1911, p. 1), "Una información en la frontera", conversa com "el doctor Asis", antigo juiz de Valença do Minho, acerca da situação de Portugal, interlocutor que utiliza a expressão "no tienen un *vintén* propio", de novo em itálicas ;
- *El Tea* (31/12/1910, p. 2), "Desde Lisboa", crónica sobre as ruas da Capital, "pobres pidiendo un *vintén* para un pan";
- *El Tea* (26/08/1911, p. 1), sobre um padre galego que escreve a Montevideo para conseguir esmolos, regista "no largar un '*vintén*', si el '*vintén*' es para un cura";
- *El Tea* (07/10/1911, p. 1), em "Cartas achadas", desde Lisboa, "non mandas nin un *vintén* en des anos";
- *El Tea* (03/07/1918, p. 2), em "De Lisboa" aparece várias vezes, "*Pr'a terra non vai vintén*, dijeron nuestros antepasados";
- *Vida Gallega* (nº 319, 10/10/1926, p. 10), o bispo do Porto recrimina a um padre dar sermão por pouco dinheiro, ao que este responde "Si su ilustrísima me oyese predicar no me daría ni un vinten!".

Achamos outra ocorrência na *Historia de la Junta de Defensa de Galicia* (1894) e seguramente haverá mais alguma, mas evidencia-se que se trata de um vocábulo pouco habitual ou com aparição restrita aos textos de tema português ou produzidos em Portugal.

O detalhe no conhecimento das notícias sobre a acolhida de *Orpheu*, e a apreciação sobre o "método" crítico dos jornalistas de *A Capital* – copiar trechos de composições que não analisa – também

seriam pouco esperáveis num comentarista espanhol que não podia ter seguido a campanha jornalística contra a revista na capital lusa. Seja como for, observando a sua aplicação no decurso contudístico do artigo, esta primeira referência em itálico é no mínimo suspeita, dedicada com ironia aos críticos literários amantes do café ruim. Por outra parte, *vintém* está literariamente nobilitado em Portugal, desde pelo menos o *Escritório avarento* de D. Francisco Manuel de Melo, e continua bem vivo nos dicionários atuais. E certamente no tempo de Pessoa, que até o coloca no “Opiário” de Álvaro de Campos publicado por primeira vez precisamente no número 1 de *Orpheu* resenhado,

Os ingleses são feitos pra existir.

Não há gente como esta pra estar feita

Com a Tranqüilidade. A gente deita

Um **vintém** e sai um deles a sorrir.

O Pessoa amante do bom café (com cigarro e policial, trindade divinal) poderia ser o culpado deste envio...? Algum outro tique vocabular talvez venha apoiar pelo menos uma fonte original lusitana. Ainda quanto ao léxico, coloca dúvidas a forma ‘**valimiento**’ com o significado de *valia* ou *competência*, atribuída aos jovens autores asinantes das colaborações da revista, que pode parecer hoje rara em espanhol mas não devia ser tanto na altura. Também o uso castelhano de duas formas equivalentes para o pretérito imperfeito do modo conjuntivo (“yo amara o amase”), com preferência atual pela primeira, contraria a escolha deste texto: aqui temos “Si se **tratase** de gente” e “que **intentasen**”. Mas é detalhe suficiente para pensar que se o texto fosse redigido diretamente em espanhol teríamos *tratará / intentarán*...? Houve influência de um original português que escrevia *tratasse / intentassem*, as únicas formas de imperfeito do conjuntivo no paradigma verbal desta língua, pois *tratará / intenta-*

ram seriam de pretérito mais-que-perfeito do modo indicativo...? Não está clara tal marca como lição de original português que delate tradução interposta, mas acrescenta-se aos leves indícios.

Como o que se prende com o uso mais habitual em espanhol da conjunção adversativa '**pero**' (1 ocorrência, "pero como esa juventud"), sendo menos habitual '**mas**', também neste texto ("mas lo que si nos atrevemos"). Estranha sintaticamente também resulta a expressão "Porque **es lo cierto que**". E a construção "**lo porvenir**". Todas estas estranhezas na língua e estilística do texto relacionam-se com a época de produção, mas podem ter a ver com uma fonte original em português e, em última instância, dar apoio à hipótese de tratar-se muito provavelmente de um dos redigidos por Fernando Pessoa com finalidades propagandísticas – mais em concreto, um dos dois entregues ao galego Enrique Dieste. A resenha acaba ainda com a palavra **sapos**, qualificação final atirada aos críticos literários ("despreciando con una sarcástica sonrisa bajezas, odios y desplantes de cuatro miserables sapos"), uma denominação que Pessoa utiliza, numa segunda carta ao diretor de *A Capital* em 1915 e em nome de Álvaro de Campos, mas que não chegou a enviar, para qualificar precisamente o chefe do partido democrático, Afonso Costa, "A sua figura é a dum sapo" (Pessoa, 1979: 66).

Completando o exame estilístico, onde os argumentos se apresentam algo forçados, chama-nos ainda a atenção a expressão "**haciendo mangas y capirotos**", dentro do mesmo parágrafo em que aparece o **vintém**. Se consideramos o sentido estrito do modismo espanhol "mangas y capirotos", a partir de um mesmo bom dicionário como o atrás aludido (s.v. 'manga'), poderemos encontrar a frase coloquial "hacer mangas y capirotos", explicada com o significado de 'Resolver y ejecutar con prontitud y caprichosamente algo, sin detenerse en inconvenientes ni dificultades'. Ora, ainda que de princípio possa parecer que o sentido é coerente com o comporta-

mento da rapaziada do *Orpheu*, na sequência em que aqui se coloca (sublinhamos os contornos ‘provocativos’ que se aludem em volta da expressão), e ainda que a sua denotação fique bastante inofensiva no contexto argumental do texto, e da própria acolhida crítica da *Orpheu* a que se refere, o certo é não existir um modismo tal ou parecido na língua portuguesa que pudesse ter sido decalcado. Mas, na convicção de que a autoria do texto original fosse portuguesa, e até pessoana, não resistimos, levando a prova experimental à passagem prática do conjunto para esta língua, arriscar que – no suposto colocado – a expressão original pudesse ser outra. Repare-se bem no contexto amplo e exato em que a frase aparece, num espanhol aparentemente correto:

...unos cuantos ilusos que intentasen darse á conocer rompiendo moldes y haciendo mangas y capirotos de cuantos recursos utilizaron otros para inmortalizarse, su labor buena ó mala, habría de pasar inadvertida entre las cuchufletas y ditirambos de unos cuantos críticos amantes del café de á *vintén*; pero como esa juventud que ahora arremete con valentía contra todo y contra todos, no ha salido del montón de los anónimos, sino que ha sabido justificar más de una vez su competencia y valimiento en la prensa y en el libro, forzosamente había de llamar la atención de unos y excitar la sátira mordaz y rastrera en otros...

Se fizessemos firme um ponto de partida original em língua portuguesa, o tradutor teria talvez procurado acomodar no mencionado modismo da língua espanhola, cujo significado rigoroso mais imediato é ‘hacer lo que se quiera’, e que não resulta demasiado estranho, mas talvez insuficiente, outra fórmula que achou de difícil adequação – e que talvez era mais contundente. A proposição que agora segue leva para um segundo grau de ousadia, mas sustenta-se nesse necessário contexto argumental do discurso da resenha, e até da realidade sociológica do fenómeno *Orpheu* a que se refere. Assim, uma locução lusitana como ‘**manguitos e caretas**’ (“dar-se a

conhecer rompendo moldes e fazendo manguitos e caretas a quantos recursos utilizaram outros”) poderia ser perfeitamente admitida na base. “Fazer manguitos” tem uma associação frequente com “fazer caretas”, e a expressão está presente na língua portuguesa e logicamente na sua literatura (acha-se por exemplo no *Memorial do Convento* de Saramago). Um tradutor teria dificuldade em passar a força lapidar dessa dupla para espanhol, e ainda que com o “haciendo mangas” possa inclinar o sentido para um “hacer cortes de manga” (=manguitos), já os “capirotos” fica algo estranho. A solução de qualquer modo não seria má, pois algum eco depreciativo fica para o que os jovens poetas teriam pretendido, a respeito dos recursos que utilizaram outros: fazer retalhos de vestuário e ainda fazer o que se queira. As expressões que acompanham, como “romper moldes”, “arremeter con valentía contra todo y contra todos”, “llamar la atención”, “excitar la sátira mordaz y rastrera”, todas no mesmo parágrafo, seriam os elementos descritivos da plástica figura de irreverência que implica um “fazer manguitos e caretas”.

A última ‘interpretação tradutiva’, ainda que coerente com o conjunto do texto e com o ambiente órfico, acautelamos que não deixa de ser o grau mais atrevido da hipótese geral, e não deve em qualquer caso estorvar a consideração dos outros argumentos acerca da provável autoria original de Fernando Pessoa para esta resenha. Quanto à intermediação ou tradução do mesmo, os nomes dos irmãos Enrique e Eduardo Dieste aparecem com alta possibilidade de relação, como veremos no capítulo seguinte, recuperando na abordagem algum possível vínculo ainda com Ramón Rucabado, um dos contactos de Mário de Sá-Carneiro na sua visita a Barcelona, que também tem nexos com Enrique Dieste.

6. O nexu Rianjo: cruzamento dos Diestes Gonçalves

Em relação com *Orpheu* e Fernando Pessoa aparecem mencionados dois irmãos Dieste: Eduardo Dieste, em registo presumidamente de Guisado, com um endereço para potencial divulgação da revista lisboeta; Enrique Dieste, em anotação incontestada de Fernando Pessoa, como destinatário da entrega de dois artigos sobre a mesma matéria, para publicação traduzida em jornais de Espanha. Tentaremos estabelecer, no contexto familiar dos Diestes, as circunstâncias da alusão aos dois irmãos, para esclarecimento desta ligação pontual que, no entanto, explicaria a publicação da resenha da autoria de Pessoa que abordamos no capítulo anterior.

Os pais dos Diestes casaram na América e chegaram a ter dez filhos, dos quais sobrevivem sete: Enrique, Eladio, Eduardo e Antonio, nascidos no Uruguai; Olegaria e Manuel, nascidos em Ponte-Vedra; e Rafael, nascido em Rianjo (Rei Núñez, 1995: 6). De todos eles, seriam Eduardo e Rafael os que alcançaram maior notoriedade, particularmente literária. Deixaremos a um lado o mais estudado e celebrado na Galiza, o benjamim Rafael Dieste⁷⁶, para ir no encaicho de Eduardo e Enrique, o último completamente esquecido.

Do primogénito dos Dieste, destinatário dos textos de Pessoa, temos constância apenas de colaborações em jornal e alguns artigos publicados mais concretamente em *El Barbero Municipal*, o semanário que Eduardo tinha contribuído para lançar com Castelao em Rianjo, pois terá sido o terceiro dos irmãos quem primeiro entrou

⁷⁶ Monumentalizado por todo o país com honras na toponímia urbana e nomes de escolas, para além de festejado no Rianjo de nascença e até exaltado com o Dias das Letras Galegas em 1995. Também existe um razoável volume de trabalho crítico sobre a sua vida e obra.



F41. Olegária Gonçalves Silveira, descendente de portugueses estabelecidos no Brasil, com Rafael em 1900 (Rei Núñez, 1995: 6).

no campo das letras e iniciou uma promissora carreira de articulista. Ambos, Enrique e Eduardo, partilhavam como se disse o nascimento na emigração (Rocha, Uruguai) e o regresso para a Galiza com a família precisamente no ano em que nasce Pessoa. Enrique terá nascido em 1876 e Eduardo em 1882. Como já se pode deduzir dos apelidos, existe uma ligação

pelo lado materno com o mundo luso, via Brasil-Uruguai, que não consta tenha sido muito significada: **a mãe dos irmãos Dieste, Olegária Gonçalves Silveira (F41), era de ascendentes portugueses estabelecidos no Brasil.** Não parece provável que a ascendência materna tenha tido algum peso ou influência nas inclinações artísticas e literárias de Eduardo ou Enrique, ou no cruzamento tangencial com os protagonistas da *Orpheu*, mas pelo menos permite evidenciar uma “familiaridade” literal com a esfera lusitana e talvez mesmo uma certa curiosidade por esse âmbito geográfico.

De qualquer modo, a genealogia de Eduardo e Enrique (Dieste Gonçalves, como o de todos os irmãos) patenteia uma marca/ponte que não sendo especialmente relevante noutros casos, nem mostrando-se de utilidade nas biografias acuradas sobre o mais notório Rafael ou sobre qualquer dos descendentes, no presente – quando tratamos de abordar, entre outras coisas, a “tradução” de um texto pessoano, em português, para espanhol – é um detalhe que adquire certo relevo: o tradutor teve a possibilidade de contacto com a língua de origem via materna, para além do conhecimento posterior da fala galega. Daí também preferirmos deixar no cabeçalho a designação

completa dos nomes dos implicados, que tanto honra a memória da senhora Olegária Gonçalves Silveira como enfatiza esta curiosidade.

Existe ainda outro elo circunstancial com esta mesma esfera: o avô paterno dos irmãos Diestes, o magistrado Antonio Dieste y Lois, teve como destino final Mondariz, a terra do



F42. Casa dos Dieste Gonçalves em Rianjo.

grande mediador luso-galaico da altura, Alfredo Pedro Guisado. Tinha exercido antes de juiz em Padrão, onde nascera o pai dos irmãos Dieste Gonçalves (Freixeiro Mato, 1995: 15). E é precisamente em 1885, quando falece já em Mondariz este avô paterno, que a avó começa a insistir para que os emigrantes retornem, pois a família possuía uma regular fortuna em bens.

O regresso verifica-se, como já indicado, só em 1888, instalando-se inicialmente em Ponte-Vedra. Será à morte da avó, Maria Muriel Rodríguez, concorrendo a falência da Banca Reus, com consequências ruinosas para a família (Rei Núñez, 1995: 6), que em 1893 compõem a antiga casa dos antepassados em Rianjo, para estabelecer-se definitivamente nessa vila da ria de Arousa, próximos das suas herdades rurais (F42). Enrique, mesmo sendo o irmão mais velho e por isso talvez antes prejudicado por estas condições de penúria económica na família, parece ter sido, no entanto, estudante de comércio, ainda que não achamos registo específico sobre uma instrução universitária. Seja como for, veremos em breve como é qualificado de “cultíssimo e infatigable publicista” no meio local, estando em visita procedente de Barcelona, onde tinha a sua residência em 1914. De Eduardo, que ainda entra no Seminário Conciliar em



F43. Caricaturas em que Eduardo Dieste (8) é representado como uma das “plumas gallegas” da altura (*Vida Gallega*, nº 66, janeiro de 1915, p. 26).

Santiago de Compostela, sem chegar a ordenar-se, temos documentada a sua passagem em 1904 a estudar Filosofia e Letras na mesma cidade.

Por enquanto, deixando a um lado a possibilidade de conexões diretas ou de achegamento outra vez e sempre por intermediação de Guisado ao grupo *Orpheu*, será apenas Eduardo o único dos irmãos, considerado em janeiro de 1915 uma das “plumas gallegas” da altura (F43), quem possa ser conhecido/reconhecido. Assim se justifica que seja precisamente ele e não outro dos irmãos o

mencionado na lista de endereços com interesse para publicitar a revista lisboeta fora de Portugal.

Nos anos precedentes ao lançamento órfico, Eduardo tinha alcançado alguma notabilidade pela participação em Rianjo no mencionado semanário *El Barbero Municipal*, com Castela, e seguramente menos pela publicação em 1911 de *Leyendas de la música*, premiado e publicado pela ‘Biblioteca de Autores Gallegos’. Mas os conflitos políticos em que se bate o semanário teriam que ver, ao que parece, com a determinação do terceiro irmão Dieste para retornar ao Uruguai nesse mesmo ano, pressionado por acirradas represálias do caciquismo local representado por Manuel Vitorro. Segundo as palavras de X. L. Axeitos, no prefácio à edição fac-similardo do jornal rianjeiro,

Eduardo Dieste, despois dunha fracasada incursión pola Corte e unhas colaboracións literarias no diario coruñés *El Eco de Galicia*, regresa a Montevideo cando as loitas caciquís lle pasan factura en forma de servizo militar. Pero aínda así a súa presenza no periódico rianxeiro é constante: reseñas dos seus libros (números 51, 62, 103 e 179) firmadas por Lustres Rivas e Barcia Caballero, publicación dun relato por entregas titulado *La Modelo* e dun soneto galego, *Paisaxe de Santiago* no número 119, etc, etc. (*El Barbero municipal*, 2000, p. 8)

Do período comostelano deve ficar registro de que “Con Castellao hace por aquel entonces la pareja estudiantil más sorprendente de Galicia. Dan conferencias ilustradas, fundan el Archivo Humorístico, desatan diálogos y teorías que sacuden el ambiente...” (Dieste, 1987: 256). Um clima, o evocado neste comentáριο, que remete para a sátira, a caricatura, a paródia e o humor em geral, como estratexias artísticas alargadas na Galiza da época, um ambiente que retomaremos no seu momento a respeito do caso Caeiro. De qualquer modo, o rumo de Eduardo vai-se afastar deste contexto e, já que se tinha visto na necessidade de sair do país, quando se publica *Orpheu* não pode intermediar para esta revista ser noticiada no polémico semanário de Rianjo, pois editou o seu último número justamente um ano antes (em 7 de



F44. Número final de *El Barbero Municipal* (Rianjo, 7 de marzo de 1914). Existen erros na numeración dos exemplares: leva o nº 189 mas é na realidade o 191. (Vid. o primeiro número, de 1910, em Anexo II: H11).

março de 1914). Em contrapartida, tinha passado a brilhar desde 1912, no Uruguai, como jornalista e tradutor, distinção de que terá chegado talvez constância aos meios galegos, e não só. Em 1916 *Vida Gallega* continua atento à sua carreira (“un escritor uruguayo de abo-lengo gallego”), pois comenta – com alguma repreensão – a recente edição de *Los Místicos* por parte do autor (*Vida Gallega*, nº 70, 20 de maio de 1916, pp. 4-5).

Iniciando um prefácio à sua *Obra selecta*, escreve Carlos Gurméndez que “Eduardo Dieste es una de las figuras más importantes de la literatura gallega, española y latinoamericana” (Dieste, 1987: 7). O papel deste homem como fundador de revistas (para além do incipiente semanário de Rianjo, assunto sobre o que mais adiante voltamos, e da finalista *Reuniones de Estudio*, ficaram especialmente célebres *Teseo* e *P.A.N.*), professor (em Montevideo, Berkeley), diplomata (cônsul em Londres, Bilbao, Cádiz, Madrid, S. Francisco, Nova Iorque, Santiago de Chile), tradutor (Shakespeare, Chesterton, Shelley), ou autor de obra original (contos, teatro, teoria estética), não terá recebido talvez uma atenção mais intensa precisamente por causa da intensidade repartida da sua peripécia vital. Também a anotação do seu nome nos registos órficos pessoanos foi passando assim discretamente.

Para complicar, é o nome do irmão mais velho, Enrique, que aparece anotado no registo de Fernando Pessoa, como destinatário da entrega. Deduzir cabalmente, a partir dos elementos disponíveis, que tenha sido este último o tradutor do primeiro texto de Fernando Pessoa fora de Portugal, é, no entanto, possível.

Recordemos que Fernando Pessoa se deu ao trabalho de escrever vários textos explicativos sobre a revista *Orpheu* e sobre a nova escola, de teor coincidente com o texto em foco – a última resenha abordada no capítulo precedente. E regista-se que entregou a Enri-

que Dieste **dois artigos para a sua publicação em jornais espanhóis**. Afirma-o o próprio Pessoa em anotação de 24 de março de 1915 (Pessoa, 2009: 38). A data coincide com a agitação inclusive violenta da acolhida da revista em Lisboa, e um desses artigos poder ser perfeitamente o que acabamos de comentar.



F45. Eduardo e Enrique Dieste Gonçalves, de esquerda para direita (Axeitos, 1995a: 45).

O registo literal até poderia fazer pensar que os textos tinham sido entregues em mão (“...entregou dois artigos (a) e (b) a En[rique] Dieste para publicar em jornais de Espanha. Elle disse publicaria traduzindo elle e pondo iniciaes...”). Ora, entre os nomes e endereços de destinatários para divulgar a revista, recordemos ainda que “Existe, todavia, um envelope que, com a mesma letra da primeira lista, isto é, a de Guisado, contém apontamentos dos endereços de **um contacto em Barcelona e do galego-uruguiaio Eduardo Dieste**” (Pérez López, 2015: 188). Os motivos da procura do contacto com Eduardo Dieste – talvez epistolar e servindo-se de tal endereço, como veremos pela cronologia, apesar do “Elle disse” – teriam a ver com a incipiente significação deste, especialmente no meio literário e jornalístico a partir do semanário lançado com Castelao em Rianjo (Anexo II: 11), e mesmo com outros vínculos que agora revisamos. Mas o recado, acreditamos, é assumido por Enrique, que se torna ‘agente’ do irmão retornado à América.

Enrique Dieste não só estava perfeitamente habilitado para a tradução do texto pessoano, também começou cedo a publicar no semanário local que, com Castelao, fundara o seu irmão, e em 1914 já é celebrado como homem culto, dedicado ao comércio e registado precisamente como **tradutor**. Os temas que mais lhe interessam são

de índole comercial e de progresso social. A informação pode retirar-se do citado jornal. Quando é noticiada a constituição na vila de Rianjo de uma sociedade para promover o progresso, a sua visita vai ser um dos motivos para celebrar com júbilo as primeiras atividades extraordinárias da organização:

Y el anhelado y venturoso momento llegó con la presencia aquí de **nuestro amigo del alma, del cultísimo e infatigable publicista ‘ennoblecedor del comercio’**, como alguien, con admirable justeza, lo calificó, de **D. Enrique Dieste**, en fin. El distinguidísimo y patriota hijo del Uruguay, accediendo magnánimo, a la invitación hecha por la Directiva de «Pro-Cultura», en petición de una conferencia, inauguró la serie de las consignadas en los Estatutos porque la instructiva Sociedad se rige, disertando sobre el tema «Los Comerciantes del siglo XX», de cuyo interesantísimo libro es autor el sabio canónigo belga D. F. Van Caenegem y **traductor** el conferenciante. (*El Barbero municipal*, nº 181, 03/01/1914, p. 1)

Este meio informa também de que Enrique Dieste pertencia à *Sociedad de Estudios Económicos* de Barcelona, era membro da *Sociedad Internacional para Fomento de Enseñanza Comercial*, para além de ter feito a tradução. Por outro lado, essa edição castelhana do livro *Los Comerciantes del siglo XX*, da autoria do belga D. F. Van Caenegem, leva prólogo de Ramón Rucabado, que pertencia às mesmas instituições que Enrique Dieste⁷⁷. O dado é interessante porque traz de novo à baila a potencial relação do catalão com a assinatura do artigo. Vamos agora documentar como esta aparição conjunta na edição de um livro (Enrique Dieste como tradutor e Ramón Rucabado como prologuista) não é uma coincidência fria, pois deve existir – desde provavelmente antes da participação dos dois na obra – uma grande proximidade que expressamente declara Enrique Dieste, segundo pudemos apurar no semanário de Rianjo dessa época.

A presença de Enrique Dieste em textos escritos ou transcritos de conferência, que se publicam em *El Barbero municipal*, e que nal-

⁷⁷ Rucabado, oito anos mais velho, foi o primeiro secretário da *Sociedad de Estudios Económicos* de Barcelona.

gum caso assina como “ENETSEID” (com a variante EDESTEID no primeiro registo que segue), é escassa, ainda que não muito inferiores em número às colaborações/alusões que no mesmo meio se registam de/sobre o seu irmão Eduardo, uma das “plumas gallegas” em 1915. Eis as ocorrências referidas a Enrique Dieste:



F46. Enrique Dieste Gonçalves, por Colmeiro (Axeitos, 1995a: 141).

«La emigración». *El Barbero municipal*, nº 21, 02/12/1910, p. 1.

«Los grandes sociólogos». *El Barbero municipal*, nº 118, 12/10/1912, pp. 1-2.

«Motivos de PROTEO». *El Barbero municipal*, nº 121, 02/11/1912, p. 2.

«Hablando con el coronel Sr. Venancio S. Etcheverry». *El Barbero municipal*, nº 174, 08/11/1913, pp. 2-3.

«Alrededor del libro “Los Comerciantes del siglo XX”». *El Barbero municipal*, nº 181, 03/01/1914, p. 1.

«-fiesta de cultura- (conclusión)» [continua a transcrição da conferência publicada no número anterior]. *El Barbero municipal*, nº 182, 11/01/1914, p. 1.

«Fragmento. Alrededor del libro “Los Comerciantes del siglo XX”» [continua a transcrição da conferência publicada nos dois números anteriores]. *El Barbero municipal*, nº 184, 24/01/1914, pp. 1-2.

«Una cuartilla para...». *El Barbero municipal*, nº 185, 31/01/1914, p. 1.

«De mi cartera. Al niño Ariel Dieste Saint-Martin». *El Barbero municipal*, nº 188, 21/02/1914, p. 1.

Como “gran patriota, gran pensador y gran amigo uruguayo” é qualificado Enrique Dieste, quem no final da conferência transcrita em vários números recebe o título de sócio de honra da sociedade local que o convidara. Em 31 de janeiro de 1914 ainda se dá notícia

da sua despedida da vila, aparece a lacónica «Una cuartilla para...» e publica-se uma lista de subscritores à obra traduzida do belga F. Van Caenegem (no número seguinte também se publica uma carta de felicitação do cônsul do Uruguai, que teria recebido exemplares do semanário rianjeiro). Na tal dissertação sobre o livro de comércio menciona-se que D. Enrique está em visita e é Barcelona a sua residência da altura (*El Barbero municipal*, nº 181, de 03/01/1914). Examinando as cronologias biobibliográficas que existem sobre o seu irmão Rafael e a correspondência familiar em que aparece citado (Axeitos, 1995b), Enrique Dieste mora fora da Galiza a maior parte da vida, sendo provavelmente o golpe militar franquista e o conseqüente exílio que também o levem de volta ao Uruguai.

Voltando às informações recolhidas no semanário rianjeiro, noutra parte do trabalho publicado no número 182, está a referência de Enrique Dieste a Ramón Rucabado, prologuista, como “mi buen amigo y maestro”. Rucabado ainda é recordado hoje nos jornais barceloneses pelas suas opiniões sobre arquitetura em *La Cataluña* de um século atrás, e qualificado como “prohombre de la ciudad” da altura (*El Periódico*, Barcelona, domingo 23/11/2011, p. 42). O retrato intelectual de Rucabado, de formação autodidata e regido pelos princípios sociais e morais do cristianismo da época, também informa sobre as inclinações de Enrique Dieste, confesso amigo e discípulo. Pelos dados que conseguimos reunir, não acreditamos já que o destinatário dos dois textos de Pessoa assinasse um deles com RR tendo intenção paródica de passar, para uma minoria informada, a sugestão de tratar-se de outra personagem, Ribera i Rovira. A possibilidade de colaboração ou mesmo homenagem de Enrique Dieste a respeito de Ramón Rucabado é muito mais plausível. Encontrar o jornal que, em concreto, publicou a resenha ajudaria, talvez de modo definitivo, a determinar o papel e eventual responsabilidade de Dieste na sua tradução ou intermediação, e confirmaria a hipótese

mais que provável de que se trata de um dos textos entregues por Pessoa.

A cronologia de outros movimentos que demonstram a intervenção de Enrique como aquele 'agente' do irmão Eduardo, a que nos referimos, também apontam neste sentido. Quando em 1913 Eduardo Dieste publica em Montevideu o seu livro *Buscón Poeta. Teorías disparatadas y cuentos de burlas*, não só recebe alguma atenção geral desde a Galiza como poderá contar ainda com o esforço particular do seu irmão Enrique, que na época se mostra muito ativo na intermediação cultural e chega inclusive a procurar, como fará o próprio Pessoa para a *Orpheu*, a legitimação de Unamuno para a obra. Numa carta de 4 de julho de 1914, Unamuno acusa a receção de outra precisamente de Enrique Dieste em que afirma:

Mis muchas ocupaciones, estimado Señor, y el rimero de libros que me aguardan me ha impedido poder leer todavía el libro *Buscón*, poeta de su hermano D. Eduardo. Veré cuando puedo leerle y si algo sobre él se me ocurre. (Unamuno, 1996: 418)

Pessoa também terá recebido o livro de Eduardo, pois aparece, como já foi notado, na biblioteca pessoana, e acreditamos que tenha sido enviado, como no caso de Unamuno, por Enrique Dieste. Os envios seriam realizados muito provavelmente no mesmo ano, 1914. E tal indício, mesmo que oblíquo, informa de uma ligação Fernando Pessoa/Enrique Dieste estabelecida por esta causa. Que o primeiro tenha entregado/enviado ao segundo dois artigos, para publicar em jornais espanhóis, é registado pelo autor português. Que um desses artigos corresponda com a quinta resenha abordada mais atrás, até pelas várias marcas textuais, no conteúdo e nas estranhezas linguísticas que observamos na sua análise, é mais do que provável. Mas terá que ficar por aqui o assunto que, no caso de se poder um dia verificar mais solidamente (para além do jornal de publicação, cópia

do texto suposto original, registo ou alusões em correspondência ou espólio do tradutor, etc.), viria autenticar completamente a hipótese de que Fernando Pessoa publicou um texto em espanhol, provavelmente na Galiza, em 1915. A assinatura “R. R.”, iniciais escolhidas ou não por Enrique Dieste, acabamos por concluir que não teriam tanto intencionalidade paródica de uma personalidade bem conhecida por ser intermediário das trocas culturais peninsulares (Ribera i Rovira), manobra possível no espírito de blague do *Orpheu* mas dificilmente esperável por iniciativa isolada do mais velho dos Diestes Gonçalves. Neste sentido, inclinamo-nos algo mais para a possibilidade da homenagem ao seu amigo e mestre, o catalão Ramón Rubado. Este, que também estava entre os contatos feitos por Sá-Carneiro na sua visita a Barcelona, poderia mesmo ter colaborado na tradução/edição.

Os acontecimentos que determinaram o retorno de Enrique Dieste para Montevideu dificultam igualmente o esclarecimento completo tanto da assinatura como dos outros pormenores que envolvem a história do texto que estivemos a abordar. Estorvam assim a glosa da famosa revista em geral, mas por outro lado alimentam a sua sombra de mistério, fazendo mais sedutora a fortuna crítica que provavelmente teve na Galiza.

7. Caeiro na intermediação de Guisado

Quando Fernando Pessoa escreve os primeiros poemas do mestre dos heterónimos e começa a conformar a sua personalidade, atribui a Caeiro naturalidade galega. E não só pontualmente, como tem sido dito até agora, para ‘enganar’ com fundamentos coerentes António Ferro. Exista ou não um referente ou base real para a atribuição da origem fingidamente galega de *Caeiro*, a sequência do aproveitamento dela para a mistificação heteronímica por parte de Fernando Pessoa prolonga-se algo mais que na exibição diante de Ferro, com as cartas de Alfredo Pedro Guisado desde a Galiza e com uma entrevista ao ‘Guardador de rebanhos’ em Vigo. Ainda, com posteridade, na apropriação completa e no refinamento biográfico que Fernando Pessoa elabora, para além de situá-lo a viver de uns pequenos rendimentos (com uma tia velha, tia-avó, pois era órfão de pais), qualifica-o como o menos instruído e que “escrevia mal o português”, numa continuação coerente com a origem galega. A “fabricação” está completa na carta de 13 de janeiro de 1935 a Adolfo Casais Monteiro, altura em que tinham passado duas décadas desde o nascimento literário de Caeiro e estava, na sua biografia ficcional, suficientemente morto de tuberculose (1889-1915). Vamos rever os detalhes e a sequência cronológica da conexão de Caeiro com a Galiza.

A procedência galega do heterónimo, ligada unicamente à montagem que se prepara para António Ferro, tinha arrancado das explicações oferecidas em carta de 4-10-1914 por Fernando Pessoa ao seu amigo Armando Côrtes-Rodrigues, poeta açoriano e camarada no grupo do *Orpheu*:

O Guisado vem aqui três dias e depois volta para a Galiza. Recebi hoje carta dele. [...]

Duas notas curiosas e engraçadas, ambas com respeito ao mesmo assunto: Há dias passava eu de carro na Avenida Almirante Reis. Levanto os olhos por acaso, leio no cabeçalho de uma loja: *Farmácia A. Caeiro*.

A outra é melhor. Como a única pessoa que podia suspeitar, ou, melhor, vir a suspeitar, a verdade do caso Caeiro era o Ferro, eu combinei com o Guisado que ele dissesse aqui, como que casualmente, em ocasião em que estivesse presente o Ferro, que tinha encontrado na Galiza «um tal Caeiro, que me foi apresentado como poeta, mas com quem não tive tempo de falar», ou uma coisa assim, vaga, neste género. O Guisado encontrou o Ferro acompanhado de um amigo, caixeiro-viajante, aliás. E começou a falar no Caeiro, como tendo-lhe sido apresentado, e tendo trocado duas palavras apenas com ele. «Se calhar é qualquer lepidóptero», disse o Ferro. «Nunca ouvi falar nele ... » E, de repente, soa, inesperada, a voz do caixeiro-viajante: «*Eu já ouvi falar nesse poeta, e até me parece que já li alguns uns versos dele*». Hem? Para o caso de tirar todas as possíveis suspeitas futuras ao Ferro não se podia exigir melhor. O Guisado ia ficando doente de riso reprimido, mas conseguiu continuar a ouvir. E não voltou ao assunto, visto o caixeiro-viajante ter feito tudo o que era necessário. (Pessoa, 1986: 90-91)

Recolhemos intencionadamente na citação a primeira frase alusiva à carta de Alfredo Pedro Guisado, que de Lisboa frequentava com regularidade a Galiza, porque em breve será aludido o conteúdo dessa missiva. No resto das palavras de Fernando Pessoa a Côrtes-Rodrigues, não existindo qualquer mentira, também não está toda a verdade, em aras da mistificação que prepara e a maior glória do seu talento dramático que também está encenando. A carta que menciona ter acabado de receber de Guisado, o outro camarada da *Orpheu* que ia ajudar-lhe no “fingimento do Caeiro”, tinha sido escrita apenas três dias antes (1-10-1914), e nela contava efetivamente a Fernando Pessoa o seguinte:

Estive ontem uns momentos em Mondariz conversando com o Romão Peinador. E no parque apareceu também aquele indivíduo que se chama não sei que Caeiro e que já por cartas e por mais duma vez, em Lisboa, lhe falei dêle. Estivemos falando um pouco. É um indivíduo deveras esquisito.

Desejaria até que você ou o Sá-Carneiro o conhecesse. Falamos de poetas novos.

Citei-lhe o seu nome e o do Sá-Carneiro, dizendo-me êle que já os conhecia e que embirrava imenso com a nova escola. Recitei-lhe versos seus e do Sá-Carneiro e o homem parece que não gostou muito, por isso lhe não falei dos meus (versos). Disse-me que vai publicar um livro brevemente, prometendo-me até um exemplar. Não me disse porém, nenhuma das poesias desse livro. Ignoro portanto se o homem tem valor ou não, em todo o caso deu-me a impressão que êle não é nada lepidoptero. Falou-me num tal Campos, que me disse ser um poeta de muito valor. Enfim, quando eu regressar a Lisboa, falaremos mais alguma coisa acerca dêste indivíduo que talvez seja um grande poeta, mas que por ora é enigmático. (Pessoa, 1996: 206-207)

Manuela Parreira da Silva, organizadora da edição destas cartas, comenta em nota que, “*Como se vê, A. Guisado entra, nitidamente, no ‘jogo’ de Pessoa. Fora com ele, aliás, e com Sá-Carneiro, que o próprio Pessoa combinara enganar o jovem António Ferro, fazendo-o acreditar na existência real de Alberto Caeiro*” (Pessoa, 1996: 243). E é provável que Guisado esteja a jogar, mas o certo é que esta carta não está endereçada a António Ferro, mas escrita e destinada em privacidade para Fernando Pessoa, camarada da *Orpheu*, e aí refere um Caeiro que já teria mencionado ou indicado de algum modo anteriormente (“apareceu também *aquêle indivíduo* que se chama não sei que Caeiro”). Para além disso, Mário Sá-Carneiro, ainda por esses mesmos dias, pois a sua carta é de 8-10-1914, dá idêntica referência a Fernando Pessoa,

O Guisado fala-me na carta a que ontem me referi, de um poeta Caeiro ou o que é que diz mal da gente e encontrou entre galegos. Se calhar é mais um lepidóptero e provinciano! (Sá-Carneiro, 2003: 21)

O que escreve Sá-Carneiro é inequívoco e não “é preciso supor que enganado” (Taibo, 2010: 304): Guisado fala também para ele, quase ao mesmo tempo, de um Caeiro da Galiza. Se a “armadilha” de Fernando Pessoa estava destinada a enganar António Ferro, ou bem Sá-Carneiro não está ainda por dentro do segredo de Caeiro, ou também é uma vítima inicial da brincadeira de Fernando Pessoa, sendo a verdade do caso Caeiro exclusividade de Pessoa e Guisado. Cabe ainda uma outra hipótese: Guisado conhece realmente um Caeiro na Galiza, seja por via do balneário de Mondariz ou seja no espaço galaico em geral, e conta para os seus amigos mais próximos. Acreditamos (e vamos provar) que existia, com efeito, um Caeiro galego que já poderia ter sido mencionado em reuniões festivas de jovens poetas ou artistas na própria Galiza; um Caeiro digno de paródia, e de modo efetivo parodiado, mas que só se inspira ou sugere para Pessoa tal sobrenome por via Guisado. Porque o segredo de Caeiro seria, numa primeira fase, da privacidade exclusiva entre Fernando Pessoa e Alfredo Pedro Guisado. Certamente Sá-Carneiro, amigo íntimo de Fernando Pessoa que prevenido o suicídio teria deixado a este a autorização expressa para fazer com “qualquer livro que deixasse [...] o que quisesse e como quisesse”, segundo manifesta também a Gaspar Simões noutra carta de 1933 (Pessoa, 1986: 204), pode hoje ser visto e provado como o maior cúmplice absoluto de Fernando Pessoa, tanto na Orpheu como na sensibilidade social e até vital do breve tempo que partilharam. Mas, até por isso, para estar à altura do instinto continuado de jogo e brincadeira por parte de Sá-Carneiro, poderia ter levado Fernando Pessoa a esconder para

ele Caeiro. Esta é também a interpretação que se deduz da leitura dos dados que já exprimiu Eloísa Álvarez:

Nas encenações pessoais para tornar “reais” as suas criaturas de ficção, ocupa o primeiro lugar a de Caeiro, idealizado, se acreditarmos no grande fingidor, para jogar uma partida a Sá Carneiro. O crítico Gaspar Simões, interpretando cartas trocadas em 1914 pelo grupo de amigos adianta que Pessoa quis persuadir António Ferro da “verdade” de que o Caeiro era um indivíduo que Guisado conhecera na Galiza, onde teria nascido, e de onde teria regressado a Portugal após a sua invenção literária. A montagem foi tão verosímil que quando Guisado contava a António Ferro que, realmente, tinha conhecido esta “Pessoa, na última viagem à Galiza, um caixeiro-viajante que acompanhava o Ferro, comentou, convencido: “Eu já ouvi falar nesse poeta, e até me parece que já li alguns [sic] versos dele”. O mesmo efeito persuasivo provocou em Sá Carneiro, identificando-o como mais outro bicho do grande rebanho: burguês: “O Guisado fala-me na carta a que ontem me referi dum poeta Caeiro ou o que é, que diz mal da gente e encontrou entre galegos. Se calhar é mais um lepidóptero provinciano”. (Guisado, 2002: 192)

Acreditamos em que Sá-Carneiro não escreve para Fernando Pessoa “enganado” sobre a menção de Caeiro por parte de Guisado, que nesse momento ainda não está por dentro do segredo da sua invenção, que ele é também uma vítima inicial da brincadeira de Fernando Pessoa, e não apenas Ferro, e que a verdade do caso Caeiro é uma exclusividade inicial entre Fernando Pessoa e Alfredo Pedro Guisado. Assim, o nome e fundamento de Caeiro, poeta galego, parte só de Guisado, que tomará a responsabilidade de fornecer suficientes elementos de aparência de verdade, usando a realidade galega em volta.

Guisado facilita, na sua carta sobre o encontro em Mondariz, um outro nome (Romão Peinador) que não só é real e identificável como tem relação documentada com o autor da missiva. Ao eco de um Caeiro galego igualmente real, insuflando vida ou aparência de ver-

dade sobre o fictício, que está a construir com Fernando Pessoa para os outros amigos⁷⁸, a um referente concreto que está no possível universo de referência de Guisado, no qual fundamentar de modo verosímil o invento da personagem literária por parte do seu amigo, chegaremos no final desta abordagem.

Fique, por enquanto, assente que nesta altura, na proximidade e cumplicidade literária com Fernando Pessoa, o auxílio de Guisado não só está provado como é o único possível. De imediato, os elementos de aparência de verdade que Guisado procura passam a fundamentar o sobrenome para um heterónimo pessoano, tenha visto ou não Fernando Pessoa outra loja na Avenida Almirante Reis com o letreiro *Farmácia A. Caeiro*. Os primeiros poemas de Alberto Caeiro, na recordação que Fernando Pessoa faz sobre o assunto para Casais Monteiro em 1930, são precisamente de 1914, e chega a dar-lhe a data concreta de 8 de março desse ano, “o dia triunfal da minha vida”, pois teria escrito – de pé, na famosa cómoda alta – os “trinta e tantos poemas a fio” (Pessoa, 1986: 228). “E o que se seguiu foi o aparecimento de alguém em mim, a quem dei desde logo o nome de Alberto Caeiro”, acrescenta. O nome de Caeiro pode ter aparecido em março (e ainda vamos discutir a seguir a cronologia da criação literária da obra deste heterónimo), mas teria aparecido de qualquer modo no segredo privado de Guisado e Fernando Pessoa.

⁷⁸ Ficção construída para Ferro, Sá Carneiro e todos os demais do grupo. Para Almada terá sido destinada especialmente a fabricação galega de Campos, como já se viu, mas a encenação devia atingir o conjunto de camaradas *órficos* em volta.

8. Caeiro para além da mi(s)tificação da cómoda alta

Sabemos agora que Pessoa tentou levar a fabricação de Caeiro mais longe do que a de Campos e que com a passagem do tempo fez do processo uma lenda. Lenda que certamente parece ter prosperado, pois tanto a crítica como a representação autoral da obra pessoana em várias modalidades artísticas (também a fílmica, como no fundacional *Conversa Acabada* de João Botelho, 1981) tem-se nutrido intensamente da cena da cómoda alta. Mas os trabalhos no Espólio e na Edição Crítica da Equipa Pessoa deixaram ao descoberto como ela se efetuou e mostram outra realidade. Sobre o manuscrito de *O Guardador de Rebanhos* escreveu em vários lugares Ivo Castro, fazendo notar os indícios da fabulação pessoana sobre a criação literária de Caeiro. Referem-se à letra caligráfica sempre igual – “uma das letras mais legíveis e pausadas que Pessoa usou, nada compatível com jactos ou vertigens de composição” –; às canetas e respetivas tintas, até um número de quatro – “demais tratando-se de canetas de tinta permanente” –; à estranheza do suporte da escrita – “o alçaço, que muito raramente tenho encontrado entre os papéis de Pessoa e que, por isso, tinha poucas hipóteses de fazer em disponibilidade sobre as suas secretárias (ou cómodas), para mais em cadernos” –; e até à “abundância de emendas que muitas páginas ostentavam, em absoluto desmentindo da suposição de ter o Guardador nascido com o texto em estado definitivo” (Castro, 1990: 92).

Para além destas constatações, Ivo Castro ainda teria a surpresa, ao falar com Maria Aliete Galhoz, de descobrir “os rascunhos do *Guardador*” que estavam no Espólio da Biblioteca Nacional, por certo várias dezenas e cópias intermédias (envelope 67). Confirmava-se

assim que os poemas tinham sido escritos, reescritos, emendados, em momentos descontraídos e todos anteriores à tal cópia conjunta, que também nem o era tanto. Algumas peças datadas do tal envelope 67 podem apenas provar que as primeiras versões de alguns destes poemas foram escritas em março de 1914, “Mas nenhuma destas datas coincide com o ‘dia triunfal’, por mais que girem em torno dele”, e com estes e outros detalhes “adensa a impressão de estarmos perante uma ficção arbitrária” (Castro, 1990: 83). Os primeiros poemas, com efeito, teriam sido escritos entre março e maio de 1914. De todo o conjunto, seriam publicados em vida de Fernando Pessoa uma escolha de 23 poemas na *Athena* (1925) e outra na *Presença* (1931), ficando o resto inédito até à edição reunida por Montalvor (1946). Quanto à génese do texto dos poemas e do seu ciclo, “a história contada por Pessoa é uma ficção, pelo menos parcial” (Castro, 1990: 98).

Hoje podemos até verificar estes detalhes, mesmo sem ser investigadores, a partir da cópia pública de algumas partes do espólio pessoano, facilitada na web pela Biblioteca Nacional de Portugal, que já disponibilizou o dactiloscrito de Mensagem, vinte e nove cadernos com anotações a mão de Fernando Pessoa, e vários manuscritos de Alberto Caeiro: “O guardador de rebanhos”, “Poemas inconjuntos” e “O pastor amoroso” (Vid. Referências web).

Voltando ao nascimento do nome do heterónimo, terá sido João Gaspar Simões quem primeiro abordou do ponto de vista crítico o propósito do engano ou *blague*, para “fazer acreditar a António Ferro que Alberto Caeiro era um poeta natural da Galiza” (Simões, 1987: 521), sem entrar em detalhes sobre a ignorância inicial também de Sá Carneiro, deixando apenas Guisado por dentro do segredo. Deuse por autêntica a fábula construída por Fernando Pessoa e deixou-se ficar esse ponto apenas nesse início, secundarizado no anedótico, sem conceder mais atenção à sequência em que a aparição do nome

tinha acontecido nem acrescentar mais elementos, como a entrevista em Vigo. Às palavras de Maria Aliete Galhoz, acerca de “uma vez assente a ficção de uma boa biografia e crónica, embora mínimas, as datas gerais é que foram adaptadas para o mais coerente com essa biografia e essa crónica” (Pessoa, 1965: 682), poderíamos acrescentar que no caso de Caeiro também foram fabricados ou usados outros detalhes, ligados ao nascimento do nome, que vale a pena ter em conta porque enriquecem a construção.

Caeiro, sem entrar em grandes explicações onomásticas, parece ser um apelido de origem galega com pronta presença em Portugal. Terá raízes toponímicas ou derivar de uma alcunha granjeada pela prática de um ofício (‘aquele que faz cal’), estando hoje presente tanto na Galiza como em Portugal. Na cartografia dos apelidos galegos (<http://ilg.usc.es/cag/>), atinge o milhar de ocorrências totais e regista-se em 35 concelhos, tendo a maior concentração no de Cúntis, província de Ponte-Vedra. Também na toponímia é bastante frequente. Há profissionais de destaque em diversos ramos que levam esse apelido e podemos achá-lo dando nome a uma praia próxima de Poio, denominando uma capela perto da Estrada (S. João de Caeiro), um monte ao lado de Cúntis, uma localidade em Baiona, um vinho alvarinho (Casal Caeiro) ou uma rua de Vigo. Outras lojas e empresas com o mesmo nome aparecem ainda hoje em Santiago de Compostela (F47) e um bocado por toda a geografia galega.

É na área de Vigo onde este nome teve e mantém ainda a maior vitalidade. Ligada a uma associação cultural, existe até uma Banda de música chamada “As Delícias do Caeiro” (Vid. Referências web), com origem no bairro do Caeiro, situado em Cabral (concelho de Vigo), por onde passa a Avenida do Aeroporto. Precisamente o nome ainda hoje popular do aeroporto de Vigo é “Peinador”, por na sua altura ter sido construído ao lado de outro bairro com o mesmo nome, na paróquia de Torroso, município de Mos. E é como sobre-



F47. Lojas e empresas com o sobrenome *Caeiro* em Santiago de Compostela.

nome que *Peinador* identifica a família fundadora e proprietária durante décadas do balneário de Mondariz: “El balneario de Mondariz perteneció a la familia Peinador durante la práctica totalidad de la época del mismo que nos ocupa en el presente estudio. Probablemente movidos por el considerado ‘descubridor’ del manantial de Gándara, D. Enrique Peinador Vela, los Peinador adquirieron el fangal donde éste manaba hacia 1872” (Castillo, 1993: 134-135). Costuma mencionar-se apenas o nome de Enrique Sabino, mas este tinha um irmão, Gumersindo Ramón Peinador Vela, que só pode ser o “Romão Peinador” de que fala Guisado na sua carta a Fernando Pessoa.

Guisado, como foi dito, pertencia a uma família galega de emigrantes em Lisboa, que gozava na altura de boa posição económica, devida em boa medida aos rendimentos produzidos pelo amplamente citado – a propósito das reuniões órficas, e não só – restaurante Irmãos Unidos. Tal situação permitiu-lhe dedicar-se à literatura e depois à política. Ainda que também acabaria por formar-se em Direito na Faculdade de Lisboa (1915-1921). Advogado,

ainda que no seu próprio caso nunca teve “a necesidade de advogar”, como também era o mais discreto dos irmãos Peinador:

Existen pocas noticias sobre la biografía de D. Ramón Peinador. Seis años mayor que su hermano Enrique, al ser de profesión abogado su colaboración fue fundamental en los asuntos de tipo administrativo como redactar y tramitar expedientes, instancias, contratos, facturas, etc. Su intervención en el pleito para obtener la fuente de Troncoso fue clave.

[...] Residía, al menos al filo del siglo XIX y el XX, en Pontevedra, en cuya Diputación provincial trabajaba. Aunque en general sólo se mencionaba a D. Enrique en la adquisición del terreno donde surgía la fuente de Gándara, en una publicación constaba que fue D. Ramón el comprador, sin que para nada figurase su hermano; no obstante éste figuraba como el que adquiriese años más tarde fincas colindantes. (Castillo, 1993: 136)



F48. Ramón Peinador em 1928 (Paredes, 2011: 17).

Ambos irmãos aparecem ligados e asociados à empresa do balneario, e “Deles adóitase dicir que, se o primeiro [Enrique] significaba o empuxe e maila decisión, o segundo [Ramón] personificaba a prudencia e a mesura” (*Libro*, 1999: 10). O seu papel “na sombra” é com frequência indicado:

Ramón Peinador Vela, hermano de Enrique y cofundador, falleció en 1928 en Pontevedra, donde está enterrado. Fue el gran trabajador en la sombra y a él se deben la gestión y realización de trabajos de tipo administrativo, como el caso de todo lo relacionado con el litigio con el Ayuntamiento de Mondariz por la posesión de la fuente de Troncoso y, sobre todo, la consecución de créditos y fondos para realizar las obras de construcción de los distintos y grandes edificios. (Paredes, 2011: 21)

Eis outra referência ao caráter reservado e atividades em segundo plano do mais velho dos irmãos Peinador:

Gumersindo Ramón Peinador Vela, co-propietario del balneario, es frecuentemente olvidado en las crónicas y numerosos artículos dedicados a Mondariz en la época. La mayor implicación en la empresa de su hermano Enrique, eclipsó su participación en la misma, especialmente importante en los primeros y necesarios trámites judiciales. Ramón Peinador se ocupaba desde Pontevedra del comercio de exportación del agua. Abogado y funcionario de la Diputación de Pontevedra, Ramón participó activamente, al igual que su hermano, en varias iniciativas culturales y políticas. La Temporada lo caracterizó por su ‘encendido sentimiento romántico que le acompañó hasta la muerte, ciudadano de arraigadas convicciones, hombre de su tiempo, guardó fidelidad incommovible al credo político que abrazó en sus años mozos’. Este mismo carácter comprometido y apasionado, es elogiado por José Rodríguez Martínez –el célebre ‘médico Rodríguez’, miembro del grupo de republicanos federalistas liderados por Alfredo Vicenti–, en la dedicatoria que deja en el Álbum de Honor del establecimiento en 1898. En ella, tras alabar el buen trabajo de Enrique Peinador, se refiere a su hermano como ‘mi queridísimo, el idealista Ramón, íntimo, fraternal, correligionario, espíritu abierto a todas las grandezas y generosidades, confidente y acompañante...’. (Pérez, 2005: 78-79)

Das relações de pessoas de apelido *Guisado* com os fundadores do Balneário temos outras evidências documentadas, pois existe por exemplo a menção de um indivíduo com este nome que foi chamado para primeiro *chauffeur* dos Peinador por um dos irmãos (F49):

Enrique Peinador localizó a Enrique Lorenzo Guisado –padre de mi interlocutor–, que era carpintero, y le convenció para que aprendiera a conducir, ofreciéndole la plaza de chofer y cuidador del coche. Así fue como Enrique de Pardeiras se hizo profesional del automóvil. Tenía el carnet nº 1 de la provincia de Pontevedra, profesión a la que se dedicaría el resto de sua vida ya que pocos años después Enrique Peinador también aprendió a conducir, le enseñó su “chauffeur”. Además contaba con José Fernández “Carrero”, que era el encargado de los carruajes de las Aguas, y de José Blanco “Pepe de Amalia”. Después compró un coche que dedicó a alquiler. Es decir, se convirtió en taxista. (Paredes, 2011: 170)

O sobrenome *Guisado* era frequente na área, e o livro de Paredes Pardo menciona outras ocorrências ligadas a alojamentos complementares ao Balneário, hoje desaparecidos, como o “Hotel Central”, fundado por Francisco Guisado, ou a casa de hóspedes “Viuda de Pazos”, da que era responsável Palmira



Fig. 199. Um Guisado - Paredes Pardo em um veículo com um motorista. (Paredes, 2011: 170).

F49. Um Guisado *chauffeur* (Paredes, 2011: 170).

Guisado Abril (Paredes, 2011: 72-73). Recordemos que Alfredo Guisado era filho de António Venâncio Guisado e de Benedicta Abril Gonzalez, os dois emigrantes galegos em Lisboa, e que o casal teve três filhos: Palmira, Alfredo e António. Alfredo casa por volta de 1921 com a portuguesa Maria Guilhermina Linhares Ferreira, e o casal tem dois filhos, sobrevivendo ao pai unicamente a filha Palmira Guisado (Pazos, 2010: 63, nota 86). Os Guisado aparecem também mencionados na vida administrativa municipal de Mondariz, passando até brevemente pela presidência da câmara de Mondariz-Balneário, como é o caso de Ceferino Lorenzo Guisado, representante no terço sindical em 1949 e alcalde em 1952, ou José Guisado Nogueira, em 1988 (Paredes, 2011: 116-122). Este último é ainda autor da monografia *Mondariz, historia, guía y hechos pasados*. E ainda hoje, das unicamente 116 ocorrências que Guisado apresenta em só 5 concelhos da Galiza, a mais alta frequência relativa corresponde a Mondariz-Balneário (0,9482%, com 13 apelidos registados), seguida de longe pelos imediatos Mondariz (0,2061%, com 22 apelidos) e Ponte-Areias (0,0713%, com 29 apelidos registados), segundo a *Cartografía dos apelidos de Galicia*. Não investigamos as relações de parentesco concreto entre todas estas pessoas de apelido Guisado mas a sua implantação na órbita da estação balnear e terra natal do poeta

Alfredo Pedro Guisado atestam também os fundamentos reais das suas referências na carta a Fernando Pessoa.

Temos ainda outras provas da ligação concreta de Alfredo Pedro Guisado e Ramón Peinador nos jornais da época. Em *Faro de Vigo* de 17 de outubro de 1914 (Anexo II: H12), primeira página e sob o título de “Tranvia Mondariz-Vigo”, recolhe-se a “Memoria leída por el secretario del Consejo de Administración D. Ramón Peinador Limes, en la Junta general extraordinaria de accionistas, celebrada el día 11 de Octubre de 1914”, e na segunda coluna aparece a seguinte menção:

A fines de Octubre salió para Lisboa una comisión formada por los señores D. Manuel Domínguez, D. Rafael Candeira, don Maximino Rodríguez Fornos, D. Avelino Álvarez y D. Ramón Peinador Limes, con el objeto de presentar á nuestros conterráneos de aquella hermosa capital nuestro negocio y pedirles su apoyo. Celebramos varias reuniones en la Juventud Galaica y con los principales individuos de nuestra colonia, siendo amablemente recibidos entre nuestros paisanos y lo más esencial aun, teniendo muy buena acogida nuestro negocio y quedando nombrada una comisión formada por los Sres Serra, Álvarez Rivera y Rodríguez Fernández **poderosamente auxiliados por D. Alfredo Pedro Guisado.** (*Faro de Vigo*, 17 outubro 1914, p. 1)

Isto significa que no final de outubro de 1913, quando Alfredo Pedro Guisado estava integrado e ativo no grupo *Orpheu* de Lisboa, recebeu na capital lusa a delegação galega, que procurava apoios financeiros, servindo de guia e auxílio a Ramón Peinador e ao resto da comitiva. Guisado parte para estar algum tempo na sua terra, Mondariz, no ano a seguir (carta de Fernando Pessoa à mãe para Pretória, mencionando-o, em junho de 1914). E, já em Mondariz, a recordação da ajuda recebida no ano anterior em Lisboa cita-se na memória de uma “Junta general”, celebrada poucos dias depois de Guisado escrever a carta a Pessoa, falando da conversa no parque.

9. Uma conjectura para Caeiro ou o Caeiro de Cúntis

Está provado que Alfredo Pedro Guisado e Ramón Peinador tinham relações próximas e também é provável que ambos, na coincidência geográfica e na sequência cronológica, tivessem conversado no parque do balneário, tal como o primeiro refere a Fernando Pessoa. A área de recreio que se menciona, ao igual que o interlocutor, também tem correspondência certa (Anexo II: H13):

El parque era el centro de reunión de todos: vecinos y foráneos, en el que la afluencia de gente era constante, unos por tomar las aguas y otros por reunirse en animada conversación. Allí acudían los vendedores de periódicos –Casa Lores, comercio situado en un edificio inmediato, era el receptor de la prensa diaria de Galicia y de Madrid, que se recibía al día siguiente y que, además de su venta en la Casa tenía siempre un vendedor por la calle–, limpiabotas, vendedores de helados, barquilleros, etc. que durante todo el día mantenían un ambiente entretenido y de animación. (Paredes, 2011: 49)

Qanto a um *Caeiro* galego, apesar de também citado com profusão de detalhes na compulsada carta, a sua correspondência concreta, ou a referência paródica que pode estar por trás, não parece remeter para o contexto imediato do Balneário. O apelido não se liga aos nomes ilustres ou simplesmente notados, nem ainda aos operários e empregados de que ficaram notícia, tanto nas publicações de e sobre o complexo balnear como nas teses e trabalhos sobre o mesmo. Pelo menos naquilo que fomos capazes de revisar.

Ampliando algo o círculo de proximidade vamos achar “um Caeiro reputado” num estamento social com presença durável, tanto na levítica Santiago de Compostela da altura como de toda a Galiza

– o meio eclesiástico. Entre os muitos Caeiros que aparecem na imprensa galega de 1914 tem destaque a de Manuel Caeiro, um cónego compostelano natural da vila de Cúntis.

A Igreja Católica tinha enorme poder e constante visibilidade, como se pode verificar nas semanas posteriores à carta de Guisado: os jornais da área de Mondariz seguem com atenção o viguês sagrado bispo de Tui (Anexo II: H14 e H15), com viagem triunfal à sua cidade natal, bandos municipais e subscrições populares para placas comemorativas. Mas há ainda dois eventos na época, para além da guerra, de enorme interesse e seguimento, que se ligam ao meio religioso e em que aparece continuamente (como também nos antes citados) o mencionado Caeiro galego: a morte do Papa Pio X, em agosto de 1914, e a preparação do Ano Santo Compostelano para 1915. A morte do Papa vai propiciar a viagem a Roma do notável cónego, que parte no 24 de agosto acompanhando o cardeal arcebispo de Santiago, como o seu mordomo ou ecónomo que era. Chegam no 28, participam nos funerais do sumo pontífice e ficam para tomar parte nas deliberações para a eleição do novo Papa, finalmente Giacomo della Chiesa, Benedito XV. A participação da delegação galega é constantemente referida⁷⁹.

De maior importância e transcendência ainda era a preparação do Ano Santo compostelano, que se inaugura em Santiago de Compostela no 1 de janeiro de 1915 (Anexo II: H16). Tanto a atenção pública como os jornais galegos da época, para além de dar continuada informação sobre a Guerra na Europa, estavam pendentes deste acontecimento, para o que se anunciava inclusive a visita dos reis. Caeiro é com frequência citado como vogal da Junta que organiza o

⁷⁹ Vejam-se por exemplo referências em *Boletín oficial del Arzobispado de Santiago*, 31/08/1914, p. 1; *Gaceta de Galicia*, 21/08/1914, p. 2; *El Correo de Galicia*, 21/08/1914, p. 2; *Gaceta de Galicia*, 22/08/1914, p. 3; *La Correspondencia Gallega*, 23/08/1914, p. 1; *El Correo de Galicia*, 24/08/1914, p. 2; *El Eco de Galicia*, 24/08/1914, p. 2; *Gaceta de Galicia*, 25/08/1914, p. 2; *La voz de la verdad*, 24/08/1914, p. 1; *Gaceta de Galicia*, 26/09/1914, p. 2.

Ano Santo 2015, na que por certo está acompanhado por Barcia Caballero⁸⁰. As crónicas sobre o “Jubileo” são a partir de janeiro de 1915 constantes e na plêiade clerical, tanto antes como depois do Ano Santo, tanto para o vulgo como para os notáveis, repete-se de modo discreto mas constante o nome deste *Caeiro*, de que pelo menos constará uma outra paródia artística, à que já nos vamos referir em breve.



F50. Escultura de Francisco Asorey “Cabaleiros Negros”, 1915. Foto de Ksado (Otero, 1959: lâmina 16).

Se no meio eclesiástico compostelano aparecem vários *Caeiro*⁸¹, há só um muito popular e bem próximo do tempo em que se situa a referência da carta de Guisado, representado numa escultura em escaiola da autoria de Francisco Asorey. O título é “Cabaleiros Negros” (noutras referências também se dá o nome de “Caballeros de Santiago”), as dimensões 42,5x63x18 cm, e nela aparecem cinco cônegos da catedral compostelana de passeio e dialogando, com soutaina e manto, levando a cruz de Santiago sobre o peito (F50 e Anexo II: H17). O grupo teria a correspondência com os retratos autênticos de D. Jerónimo Coco Morante, D. Constante Amor Naveiro (regedor da paróquia de Santa Maria Salomé), D. Cláudio Rodríguez García, D. Ángel Amor Ruibal e o nosso D. **Manuel Caeiro Sobrado**. A peça está assinada exatamente no Ano Santo de 1915. O alto clero, tanto da Galiza como de Portugal, frequentava o balneário de Mondariz,

⁸⁰ *Boletín oficial del Arzobispado de Santiago*, 10/12/1914, p. 557; *El Correo de Galicia*, 26/11/1914, p. 1; *El Progreso*, 26/11/1914, p. 1; *El Regional*, 27/11/1914, p. 2; *Gaceta de Galicia*, 25/11/1914, p. 2.

⁸¹ Um deles ligado ao convento de S. Francisco e já citado por López Ferreiro na sua *Historia de la Iglesia de Santiago de Compostela*, pois constam modificações no interior do templo devidas ao lego franciscano Frei Manuel Caeiro, mestre de obras.

se bem que não se acham referências nele a este cónego. Mas o seu apelido e figura poderiam ter contribuído também – deixando-nos levar menos do que parece ao terreno da especulação – para inspirar e fornecer suficientes elementos de aparência de verdade, usando a realidade galega em volta, para Guisado auxiliar Fernando Pessoa na construção secreta do “indivíduo deveras esquisito” que lhe apresenta na carta. Atenção, não se poderá afirmar que por trás do Caeiro de Pessoa está o cónego galego, mas sim sugerir que o eco persistente deste Caeiro real pode contaminar a escolha onomástica em que se envolve Guisado.

Manuel Caeiro Sobrado não só está presente na imprensa galega de 1914 e 1915 no que tem a ver com a morte do Papa e a preparação do Ano Santo (eventos mais notados, para além da guerra na Europa): também está por presidir funerais de senhoras piedosas ou burgueses notáveis⁸²; celebrar matrimónios insignes; ser padrinho em primeiras missas de oficiantes⁸³; ser comissionado do Cabido compostelano para felicitar o novo bispo de Tui, Leopoldo Eijo Garay⁸⁴, testemunhar a profissão de fé deste⁸⁵ ou officiar também na sua consagração⁸⁶. Caeiro representa o cardeal inaugurando obras pias⁸⁷ e tanto é um dos primeiros subscritores para erigir estátua a Montero Rios⁸⁸ como envia 25 pesetas para a subscrição iniciada em favor dos meninos pobres do "Batallón Infantil" de Santiago, com o propósito da compra de uniformes novos⁸⁹. Tem ainda protagonismo nas festas do XXV aniversário de governo do Cardeal Arcebispo⁹⁰, acompanhado por Jerónimo Coco. Aparece nas pompas da

⁸² *Diario de Galicia*, 21/01/1914, p. 3; *Diario de Galicia*, 13/02/1914, p. 3; *Gaceta de Galicia*, 17/02/1914, p. 2.

⁸³ *Diario de Galicia*, 13/01/1914, p. 3.

⁸⁴ *El Eco de Galicia*, 08/04/1914, p. 1.

⁸⁵ *El Correo de Galicia*, 04/04/1914, p. 2.

⁸⁶ *El Correo de Galicia*, 09/11/1914, p. 2; *Gaceta de Galicia*, 09/11/1914, p. 2.

⁸⁷ "En el Asilo de las Oblatas", *Diario de Galicia*, 21/02/1914, p. 3

⁸⁸ *Gaceta de Galicia*, 04/07/1914, p. 2; 02/10/1914, p. 2.

⁸⁹ *Gaceta de Galicia*, 10/06/1914, p. 3.

visita da Infanta Isabel à Galiza⁹¹. Está em jantares de cardeias⁹² e a imprensa tanto dá notícia de que se encontra em Santander⁹³ como regista a "interviú" que concedeu a *Vida Gallega* (caso concreto ao que voltaremos)⁹⁴. Uma exposição mediática (diríamos hoje) que não se reduz ao 1914 que mais examinamos⁹⁵.

Não admira, portanto, que uma figura pública como a deste cónego possa ser parodiada, como acontece na escultura de Asorey em que se integra. Otero Túñez aponta a influência de Rodin na obra escultórica de que falamos, relacionando o grupo “con los Ciudadanos de Calais” e indica o seguinte:

Lo modeló Asorey el Año Santo Compostelano de 1915, según una inscripción que conserva el boceto, y lo presentó en el Salón de Humoristas de Madrid de 1916 y en la Exposición de La Coruña de 1917. (Otero, 1959: 95-96)

Também no Catálogo de uma das exposições antológicas, no Centenário de Francisco Asorey, se refere à peça no mesmo sentido:

...grupo relacionábel cos *Cidadáns de Calais* do propio mestre. Modelouno Asorey o Ano Santo compostelano de 1915, segundo unha inscripción que conserva o boceto, e presentouno no Salón de Humoristas de Madrid de 1916 e na Exposición de A Coruña de 1917. É unha obra magnífica, tanto pola súa forza expresiva, á que non son alleas lembranzas berruguetescas, como pola súa oportunidade temática dentro dos gostos europeos entón aínda vixentes: *Portaestandartes* de Canonica, *Reclusas* de Biondi, *O relicario* de Bartolozzi. Intégrana cinco coengos de Santiago paseando e discutindo ceremoniosamente. O expresionismo alonga ou achaparra os corpos, onde

⁹⁰ *El Correo de Galicia*, 16/02/1914, p. 2; *Gaceta de Galicia*, 22/01/1914, p. 2.

⁹¹ *La Correspondencia Gallega*, 13/07/1914, p. 2.

⁹² *Gaceta de Galicia*, 23/11/1914, p. 2.

⁹³ *Gaceta de Galicia*, 19/08/1914, p. 2.

⁹⁴ *Gaceta de Galicia*, 16/01/1914, p. 1; *Noticiero de Vigo*, 15/01/1914, p. 2.

⁹⁵ No ano anterior, por exemplo, entre outras referências mais correntes e na sequência de uma deslocação para inaugurar um novo templo, os jornais davam conta de um acidente de carro em Oroso, perto de Compostela (*El Correo de Galicia*, 29/03/1913, p. 2; *La Correspondencia Gallega*, 11/04/1913, p. 2; *Noticiero de Vigo*, 11/04/1913, p. 1).

alenta unha intensa vida, que resume a espléndida serie de cabezas. As sinuosas liñas paralelas da talla suliñan a relación coa paisaxe. (Catálogo, 1989: 95-96)

Para o “Salón de Humoristas de Madrid” concorriam obras em que a caricatura, num sentido amplo, a sátira e em geral o humor eram mais ou menos evidentes. O jovem Asorey, à vista da notabilidade que no meio artístico do momento alcanza esta convocatória, prepara a sua participação para o ano a seguir. *O Boletín del Círculo de Bellas Artes* de Madrid tinha anunciado assim o de 1915:

José Francés, el simpático y notabilísimo crítico de arte de “Prensa-Gráfica”, prepara una Exposición interesantísima. Animado por el gran éxito de la celebrada el año pasado en el Salón Alíer, ha invitado personalmente á los primeros humoristas españoles para celebrar otra más amplia y más selecta a un mismo tiempo.

Se inaugurará en los primeros días de Diciembre en el prestigioso Salón de Arte Moderno, de la calle del Carmen, y a ella concurren, entre otros ilustres caricaturistas, “Sileno”, Tovar, “Tito”, “Echea”, Fresno, Robledano, Manchón, “K-Hito”, “Karikato”, Montagud, Castela, Cerezo Vallejo, Bartolozzi, Penagos, Ramírez, “Bon”; “Demetrio”, Galván, “D’Hoy”, Alcalá del Olmo, Pellicer, Márquez, Izquierdo, Durán, Mateos, Bujados, López Rubio, etc.

El catálogo será una revista de gran lujo titulada Humorismo, profusamente ilustrada con ilustraciones de todos los expositores y un magnífico dibujo inédito de Goya en la portada. Además, cada ejemplar de esta magnífica revista llevará un número, que dará derecho al comprador de ella á tomar parte en el sorteo de tres de las obras expuestas en el Salón, y á elegir entre las no vendidas.

La entrada será por invitación, y habrá días de moda, en que se regalará Humorismo y se hará un delicado obsequio a las señoras. (*Boletín*, 1915: 3)

Já que o grupo escultórico “Lo modeló Asorey el Año Santo Compostelano de 1915”, é provável que pretendesse estar presente nesse *II Salón de Humoristas*, que decorria em dezembro, onde se anunciava a presença de Castela. O popular artista galego tinha fi-

cado temporalmente cego no ano anterior e apresenta uma obra com este tema:

Castelao, el gran humorista gallego, cuyo cuadro Cuento de ciegos fue una de las notas más bellas de la última Exposición Nacional, ratifica ahora su amor á los mendigos, á los miserables, á los que caminan á tientas, sin ver las mimosas campiñas gallegas, bajo el cielo que les viera nacer. Un ciego y ¡Mal pocado! son dos notas hermosísimas. (Francés, 1916: 291)

Como se pode comprobar, a noção de “humorismo” é extraordinariamente ampla, e no *II Salón* presentan-se obras bidimensionais e esculturas que classifica o organizador em “caricaturas personales” (como as de Fresno), “caricaturas satíricas” (como *Lawn tennis* de Sileno, e outras de Manchón, Tito, Robledano ou Antequera Mateos), “caricaturas militares” (como as de K-Hito), “pinturas de tipos” (e aí está incluído Castelao, e outras obras de Robledano, D-Hoy ou Alonso), “maestros decorativos” (Echea, Penagos, Bartolozzi, Bujados, etc.), ou “esculturas caricaturescas” (dos irmáos Benito e Salvador Bartolozzi, Montagud, etc.). A obra de Asorey cabe perfectamente neste conceito muito aberto do humor e a sua peça entrará no *III Salón*. Pode-se ainda deduzir das exigências para a convocatória seguinte que os “Cabaleiros Negros” satisfaziam os requerimentos e colocavam-se assim sob a clasificación genérica de **caricatura**: entre as 12 condicións intimadas para o IV encontro, pode-se ler, por exemplo na 5ª, que “**Las esculturas caricaturescas** habrán de presentarse en materia definitiva” (Lozano, 1989: 510). Parece fora de dúbida que a peça de Asorey, representando o religioso da Catedral de Santiago, Caeiro Sobrado, tem carácter paródico. Asorey ainda “retratou” de modo mais realista este individuo poucos anos depois (Anexo II: H18). Nas palabras de Otero Túdez,

Casi al mismo tiempo surge el Panteón del cardenal Martín de Herrera, muerto el 8 de diciembre de 1922 y trasladados sus restos cinco años des-

pués a la iglesia de las Huérfanas, donde radica el monumento. Y ahora fue el barroco compostelano el sugeridor de las formas artísticas, como recuerdo de la devoción jacobea de tan ilustre eclesiástico. Por eso se le representa de pontifical, dando la bendición ante el altar mayor de la basílica. Sus fieles colaboradores D. **Manuel Caeiro** y D. Jerónimo Coco le abren, de rodillas, la capa pluvial, mientras desde el fondo el Señor Santiago preside el conjunto entre la risueña decoración del camarín. (Otero, 1959: 116-117)

Por outra parte, e voltando aos meios impressos próximos ao Balneario de Mondariz, na procura de uma ligação com Guisado, interessa reparar na publicação mais visível do estabelecimento, pois “El balneario tenía su propia imprenta, de ella salía todos los domingos, durante los meses de temporada, un semanario titulado precisamente así, *La Temporada (en Mondariz)*, que se repartía gratuitamente a los agüistas” (Pérez, 2005: 105-106). O exemplar localizado mais antigo é de 1896, mas o primeiro número corresponde já a 1889, quase dez anos antes da inauguração do Gran Hotel, e o último a 1931, quando a empresa deixa de pertencer integralmente à família Peinador. Publicavam-se habitualmente uns dezoito exemplares por temporada (junho-setembro), ampliados em 1909 a vinte e dois (de 1 de maio até 31 de outubro), aos que ocasionalmente se acrescia algum número extraordinário fora de temporada. No princípio uma dupla folha de 43 por 28 centímetros de caixa a quatro colunas, às vezes incluindo fotogravados, adquire em 1925 um formato de revista ilustrada, reduzindo tamanho, ampliando páginas, melhorando a qualidade de papel e desenho, ilustrações e fotografias. Bem, pois entre os muitos colaboradores deste semanário (escritores e jornalistas, entre os que aparece o português Eugénio de Castro ou o diretor de *Vida Gallega*, para além de especialistas em hidrologia e médicos, lusos e espanhóis), menciona-se o escultor Francisco Asorey:

A las colaboraciones puntuales de políticos como el líder agrarista Basilio Álvarez (fundador de Acción Gallega), Emilio Castelar, y Juan Armada,

marqués de Figueroa (que fue ministro de Agricultura y Obras Públicas, de Gracia y Justicia, y presidente del Congreso de los Diputados), se suman las de diversos profesionales, mayoritariamente gallegos, pero de gran relevancia social y profesional dentro o fuera de la región: los arquitectos Antonio Palacios y Faustino Domínguez, **el escultor Francisco Asorey**, el pianista... (Pérez, 2005: 112-113)

A Galiza tinha um espaço social e artístico reduzido na época, e seria inevitável o conhecimento mesmo em grau distante de Asorey por parte de Guisado. E de quem com certeza teria conhecimento Guisado era do cónego da catedral compostelana D. Manuel Caeiro. Na revista *Vida Gallega*, cuja relação com Guisado já foi indicada, o religioso é mencionado várias vezes. Em abril de 1915 narra-se uma visita ao cardeal com motivo das obras de restauração do Palácio de Gelmírez, que teriam estado dirigidas por Caeiro:

Para los santiagueses de estos días fueron poco menos que un misterio, hasta hace poco tiempo, las bellezas del palacio de Gelmírez. Sobre ellas cayó la grávida mano de los siglos, y medio cegadas por la tierra y los escombros permanecieron ignoradas. El espíritu del Cardenal Herrera entró en aquellas magníficas estancias para llevar á ellas la justicia de una restauración inteligente. Fué encargado de dirigirla y apresurarla **el activo y culto canónigo Caeiro**. [...]

El periodista llegó á las puertas de la mansión cardenalicia. El Arzobispo Herrera se ha dignado recibirle. El Arzobispo permitirá después que, llevado de la diestra por el **conocimiento que el señor Caeiro tiene** en la materia, el periodista penetre el arcano de la obra de restauración que – lejos de las miradas indiscretas de las gentes, en el silencio de una prolija y concienzuda labor de reconstitución– se realiza lentamente en el seno de aquella mística penumbra. (*Vida Gallega*, 67: 10)

No nº 68 da mesma publicação, precisamente aquele em que aparece a visita ao manicómio de Conjo guiada por Barcia Caballero (e ainda um anúncio do Café Martinho de Lisboa!), inserem-se várias fotos de “El Palacio de Gelmírez”, entre as que aparece “**El canónigo**”



F51. O Sr. Caeiro com o bispo de Tui, *Vida Gallega*, 68: 25 (página completa no Anexo II: H19).

Sr. Caeiro que dirige la restauración y el Ilmo. Sr. Obispo de Tuy, Sr. Eijo, en la última puerta descubierta” (F51). O bispo de Tui era o viguês tão badalado na imprensa nos meses anteriores.

Nos agradecimentos ao Cardeal Herrera, pelas facilidades para a reportagem, entra ao mesmo tempo o bispo de Tui, D. Leopoldo Eijo, e o cónego Sr. Caeiro, que acompanharam o jornalista Jaime Solá na visita. O comentário insiste em que “El Sr. Caeiro es quien, por en-

cargo del Cardenal, dirige con mucha fortuna, ciertamente, la restauración del viejo palacio” (*Vida Gallega*, 68: 29). Se a antiga fotografia não dá boa conta do aspeto deste Caeiro em maio de 1915, temos possibilidade de conhecê-lo noutras do ano anterior (F52 e Anexo II: H19) e mesmo seis anos depois, quando em 25 de outubro de 1921 o distinguido membro do cabido da Catedral de Santiago acompanha o diretor da revista numa visita a um santuário (F53 e Anexo II: H20):

No ano seguinte, falecido o Cardeal Martin de Herrera y de la Iglesia, o jornal *Galicia - Diario de Vigo* (15/12/1922) dá conta em nota breve mas de primeira página da votação secreta para escolher em Santiago de Compostela o suplente provisório, “siendo elegido Vicario Capitular el Ilmo. Sr. Obispo preconizado don Justo Rivas”. Assim mesmo, regista-se a designação do Sr. Caeiro noutro posto de relevo: “La elección de Ecónomo de la Mitra, recayó sobre el M. I.



F52. O Sr. Caeiro em 1914, *Vida Gallega*, 62: 24.



F53. O Sr. Caeiro em 1921, *Vida Gallega*, 182: 15.

señor don Manuel Caeiro Sobrado” (Anexo II: H21). Designação que se repete cinco anos mais tarde, a julgar pelo registo noticiado até em *La Vanguardia*, 01/02/1927 (Anexo II: H22). Da ascendência e localidade de que era oriundo Caeiro temos constância pela notícia do falecimento da mãe, de que dava conta *Vida Gallega* em julho de 1916:

En Cuntis, el párroco del Burgo D. Jesús Ruibal y D^a Dolores Sobrado, madre del canónigo compostelano D. Manuel Caeiro. En los funerales y entierro, a los cuales concurren muchas personalidades de Santiago, se patentizaron las simpatías de que goza aquel ilustre sacerdote. (*Vida Gallega*, nº 72, 1 de julho de 1916, p. 27)

Nesta altura os recursos paródicos, especialmente gráficos e expostos nos meios periódicos, tinham instalado também na Galiza um habitual recurso ao humor que se propaga agora com celeridade e respeitabilidade a um campo intelectual e artístico mais amplo. Seguramente o grande Castela, “o creador do humorismo gráfico galego, de quen todos aprendemos” (Siro López, 1999: 202), que vinha elevando na prática a arte da caricatura a um nível de excelência, terá muita responsabilidade nesta dignificação, tanto pela evolução do seu desempenho artístico como pela reflexão sobre a caricatura

e os usos humorísticos do desenho. O polivalente artista, pensador e político rianjeiro já tinha publicado em 1913 *Algo acerca de la caricatura*, ultrapassando conscientemente uma etapa de humorismo de taberna. Em 1915 realiza uma segunda estadia em Madrid, para preparar provas de entrada no corpo de Estatística, e para além da execução de obra artística como de costume (colaborações em *La Ilustración Española y Americana*, em *La Esfera*, medalha na *Exposición de Bellas Artes*, participação no *Salón de Humoristas*) também começa a conferenciar acerca da caricatura:

En 1915, Castelao comenzaba a súa madurez artística e intelectual, e pasou a concebir o dibuxo-humorístico como “un artigo de fondo condensado en poucas liñas”. Teoriza, entón, sobre o humorismo-gráfico e afirma que debe servir para meterse o noso mundo interior e, dominando os nosos sentimentos, achegarnos ao Ben. Dese xeito será útil. (Siro López, 1986: 155-156)

Não é este o lugar para encetar uma pesquisa de espécie sociológica, mas acreditamos que foi no início do século passado, devido a contributos teóricos e artísticos deste homem, entre outras figuras contemporâneas, que se começou a estabelecer com respeitabilidade um parecer estereotipado sobre o carácter galego que passou a sintetizar-se na variante de fina ironia qualificada de *retranca galega*. O Humor está presente em todas as culturas, mas no povo galego – que não tem assim demasiados motivos para historicamente se retratar de bem-humorado – começa a significar-se a partir de então como uma marca distintiva especial, argumentada e nobilitada tanto pela exibição de qualidade como pela definição em profundidade. As considerações de Castelao acerca da caricatura e o humorismo-gráfico servem de exemplo. Que sobre o clero em pompa, antes e durante o Ano Santo Compostelano de 1915, e ainda sobre o respeitável Sr. Manuel Caeiro Sobrado, operasse uma radiação de zombaria que está a ecoar no meio artístico (escultura de Asorey), não tem

nada de surpreendente. Também não tem nada que admirar que essa radiação apanhasse Guisado em visita e contato regular, por outro lado também em banho de *blague* com os do *Orpheu*, para deitar mão da referência onomástica e assistir a construção de Pessoa.

Como no caso do estabelecimento ambiental deste humor gaiaico, que aventurávamos passar a formar parte da definição característica de uma atitude de coletividade um século atrás, também não cabe agora abrir parágrafo amplo. Nem sobre as específicas marcas paródicas que pretende incorporar o Caeiro de Pessoa, tanto sobre a poesia coeva e o Saudosismo como mais em particular sobre a igreja católica. Recordemos só, a este respeito, o famoso retrato de um menino Jesus descristianizado, e algumas opiniões críticas sobre a poesia de Caeiro no sentido de esta dialogar “de forma explícita e paródica com a figura e a mensagem de São Francisco de Assis” (Ferreira, 2003:257). Para além da antipatia pela igreja, manifesta em concreto no poema oitavo de “O Guardador de Rebanhos”, a repulsa geral do autor poderia ser muito mais prolongada, e até um estado permanente:

Caeiro recusa a fraternidade sentimentalista de São Francisco, rejeitando igualmente a cristianização de Jesus. Fernando Pessoa manifestou, desde muito cedo, uma grande aversão pelas igrejas, e em especial pela igreja católica. O menino que havia sido educado em Durban numa escola de freiras irlandesas, e que aos catorze anos escreveria uma emocionada “Ave-Maria” dedicada à mãe, também era capaz de já menos menino, mas ainda muito jovem, escrever, em 1910, uma “ladainha negra”, cujos versos iniciais (“Maldita seja em toda a parte / A Igreja Catholica”) transformam o louvor em maldição e propiciam uma sátira de contornos escatológicos, cujo conteúdo é de escasso valor literário, mas testemunha o desafecto activo que uma parte substancial de Pessoa nutria pelo catolicismo. Num texto também de 1910, o poeta abandona o teor grosseiramente escatológico, mas mantém, em tom jocoso, a mesma afirmação de descrença. “Tal pae tal filho” é o título do poema: (...) (Ferreira, 2003:260-261)

No mesmo sentido de desafeição pela igreja católica se poderiam apontar textos do autor mais tardiamente conhecidos, como os publicados por Teresa Rita Lopes em *Pessoa inédito* (Pessoa, 1993). Preferimos, no entanto, encerrar o capítulo com outros que também deu a público a mesma especialista, e que reforçam o ‘constructo Caeiro’ como uma realidade/ficção ligada com a Galiza: a entrevista, já aludida, concedida por Caeiro (agora e ainda o de Pessoa), em Vigo. Transcrevemos na íntegra a leitura de Lopes, pois ficam mais evidentes os detalhes em contexto (Vigo, a vista da baía, a leitura do livro de Caeiro que teria sido enviado de Portugal, e a conversa com ele ao jantar na sala de um hotel), para além das “despóticas” opiniões literárias do *autor* acerca de Teixeira de Pascoaes, a Renascença Portuguesa, Guerra Junqueiro e o João de Barros contemporâneo:

ENTREVISTA COM A[LBERTO] C[AEIRO]

Entre as muitas sensações de arte que devo a esta cidade de Vigo, sou-lhe grato pelo encontro que aqui acabo de ter com o nosso mais recente, e sem dúvida o mais original, dos nossos poetas.

Mãe amiga me havia mandado desde Portugal, para suavização talvez, do meu exílio, o livro de Alb[erto] Caeiro. Li-o aqui, a esta janela, como elle o quieria, tendo deante dos meus olhos extasiados o (...) da bahia de Vigo. E não posso ter senão por providencial que um acaso feliz me proporcionasse, tão cedo empós a leitura, travar conhecimento com o poeta glorioso.

Apresentou-nos um amigo comum. E á noite, ao jantar, na sala (...) do Hotel (...), eu tive com o poeta esta conversa, que eu ansiei poder converter-se entrevista.

Eu dissera-lhe da minha admiração perante a sua obra. Elle escutára-me como quem recebe o que lhe é devido, com aquelle orgulho espantoso e fresco que é um dos maiores attractivos do homem, por quem, de suppor é, lhe reconheça o direito a elle. E ninguém mais do que eu lh'o reconhece. Extraordinariamente lh'o reconhece.

Sobre o café a conversa pôde intellectualizar-se por completo. Consegui leval-a, sem custo, para um unico ponto, o que me interessava, o livro de Caeiro. Pude ouvir-lhe as opiniões que transcrevo, e que, não sendo, claro é, toda a conversa, muito representam, contudo, do que se disse.

O poeta falla de si e da sua obra com uma especie de religiosidade e de natural elevação que, talvez, n'outros com menos direitos a fallar assim, parecessem francamente insupportaveis. Falla sempre com phrases objectivas, excessivamente syntheticas, censurando ou admirando (raro admira, porém) com absolutismo, despoticamente, como se não estivesse dando uma opinião, mas dizendo a verdade intangível.

Creio que foi pela altura em que lhe disse da minha desorientação primitiva em face da novidade do seu livro que a conversa tomou aquelle aspecto que mais me apraz transcrever aqui.

O amigo que me enviou o seu livro disse-me que elle era *renascente*, isto é, filiado na corrente da R[enascença] P[ortuguesa] mas eu não creio...

—E faz muito bem. Se ha gente que seja indigna [?] da minha obra é essa. O seu amigo insultou-me sem me conhecer comparando-me a essa gente. Elles são mysticos. Eu o menos que sou é mystico. Que ha entre mim e elles? Nem o sermos poetas, porque elles o não são. Quando leio Pascoaes farto-me de rir. Nunca fui capaz de ler uma cousa d'elle até ao fim. Um homem que descobre sentidos occultos nas pedras, sentimentos humanos nas arvores, que faz gente dos montes e das madrugadas (...) É como um idiota belga d'um Verharen, que um amigo meu, com quem fiquei mal por isso, me quiz ler. Esse então é inacreditavel.

—A essa corrente pertence, penso, a Or[ação] á L[uz] de Junqueiro.

—Nem poderia deixar de ser. Basta ser tão má. O Junqueiro não é um poeta. É um [...] de phrases. Tudo n'elle é rithmo e metrica. A sua religiosidade é uma cousa. A sua admiração da natureza é outra cousa. Pode alguém tomar a serio um typo que diz que é (...) da luz mysteriosa juntinho ao altar de Deus. Isto não quer dizer nada. É com cousas que não querem dizer nada, excessivamente nada, que as pessoas teem feito obra até agora. É preciso acabar com isso.

—E João de Barros?

—Qual? O contemporaneo... A personagem não me interessa. Detesto-a, como o futuro e o destino. A unica cousa boa que ha em qualquer pessoa é o que ella não sabe.

(Lopes, 1990: 399-401)

Segundo nota que precede o texto, a 'entrevista' destinava-se, com interrogação, à revista *Theatro*, informa Teresa Rita Lopes – deixamos de lado outras indicações suas sobre algumas variantes e uma repetição omitida que constam no manuscrito. Nos detalhes que Fernando Pessoa elabora sobre Caeiro, continua funcionando o esquema de este ser forasteiro na capital portuguesa, tendo-o conhecido em Lisboa, segundo manifesta Álvaro de Campos nas suas "Notas para a recordação do meu mestre Caeiro", durante uns dias que o Mestre foi passar na cidade:

Este [Fernando Pessoa] conheceu Caeiro um pouco antes de mim –em 8 de Março de 1914, segundo me disse. Nesse mez, Caeiro viera a Lisboa passar uma semana e foi então que o Fernando o conheceu. Ouviu ler o Guardador de Rebanhos. Foi para casa com febre, e escreveu, num só lance ou traço, a Chuva Oblíqua. (Lopes, 1990: 413).

Aparece aqui de novo a famosa data de 8 de março de 1914, “o dia triunfal” em que Fernando Pessoa terá escrito de pé os “trinta e tantos poemas a fio” (Pessoa, 1986: 228), uma fabulação que já desmontamos. Neste novo acréscimo, o efeito do conhecimento de Caeiro –neste caso com encontro físico– provoca não a escrita dos textos heteronímicos de Caeiro, mas o texto ortónimo “Chuva Oblíqua”, fundador do interseccionismo. De qualquer modo, trata-se agora de sublinhar como se continua a atribuir a condição exógena e em visita, mantendo a identidade galega com que tinha nascido, da figura de Alberto Caeiro. Nos textos para “A divulgação e a exegese da obra de Caeiro”, agora em palavras atribuíveis a Ricardo Reis ou Mora, aparece mais “família” consanguínea do Mestre, que teria facilitado o acesso à obra deste:

A nossa gratidão vae para os srs. Antonio Caeiro da Silva e Julio Manuel Caeiro, a cuja cortezia devemos a cedencia d’estes poemas. A obra do Mestre compõe-se, além d’estes, que formam o seu unico livro inteiro, de “outros poemas e fragmentos”. Confiamos em que os seus detentores não tardarão em dal-a á publicidade, se não á celebridade, porque essa só a obteem (hoje), parece, os que a não merecem. (Lopes, 1990: 432).

Teresa Rita Lopes inclina-se por atribuir a nota, que não está assinada e figura na mesma folha do escrito evocativo de Sá-Carneiro publicado na *Athena* n.º 2 (novembro de 1924), a Ricardo Reis, pois a linguagem de Mora costuma ser “mais lassa e menos sentenciosa” (Lopes, 1990: 432). Pelo que toca ao conteúdo, não se achou referência alguma a Antonio Caeiro da Silva e Julio Manuel Caeiro no entorno do balneário, como era previsível, pois trata-se de parte da “construção” posterior ao nascimento do heterónimo. Cabe, com efeito, mencionar uma designação relacionável na vertente toponímica (deixando de lado muitas outras coincidências que podem ser achadas em Portugal), pois regista-se uma “Quinta da Caeira” onde morava Micaela López, viúva do marquês de Riestra e parente

muito próxima dos Peinador. A notícia da sua morte na “Quinta da Caeira” publica-se na revista do Balneário *La Temporada*, 1898, nº 3 (Pérez, 2005: 72). O apelido nesta variante feminina aparece por acaso no exemplar singular, pertencente ao ano da *Orpheu* (19/09/1915), que achamos fotocopiado na Fundação Penzol do semanário *La Noche* de Vigo. Está em concreto no anúncio de uma fábrica de cerâmica com tal denominação, que se repete noutros jornais da zona, como *La Libertad* de Ponte-Vedra (F54). O facto, mais uma vez, o único que prova é a presença abundante do nome nesta área, como já antes referimos.

Tenha sido a partir de uma alusão ou proposta de Alfredo Pedro Guisado, ou a sugestão tenha partido de um cartaz, menção ou figura indeterminada, onde Fernando Pessoa pudesse ter visto e tomado o apelido *Caeiro* para identificar o seu heterónimo, a naturalidade galega que lhe é procurada desde um princípio fundamenta que se achassem referentes coerentes na Galiza. O engano ou *blague* de que fala João Gaspar Simões, para “fazer acreditar a António Ferro que Alberto Caeiro era um poeta natural da Galiza” (Simões, 1987: 521) – e acreditamos que ainda a Sá Carneiro –, tem a cumplicidade única de Guisado e representa uma conexão muito particular de Fernando Pessoa com este espaço.

LA CAEIRA
FÁBRICA DE CERÁMICA
PONTEVEDRA

— — — — —

Tarifa de precios para la Exportación para expediciones de 10.000 piezas en adelante.

Ladrillo Horgoña corriente, millar 3575 pesetas.
Ladrillo Basilla gruesa 3080.
Ladrillo perforado corriente 3520.

NUOVA FABRICACIÓN

Teja de canal de 40 p. 20, el millar 70 pts.
Teja plana 1.ª 42 p. 24 id. 140.
Teja 2.ª id. 110.
Plácese condiciones de ventas para esta tarifa.

NOTA.—Estos precios rigen desde 1.º Agosto de 1914.

F54. Anúncio em *La Libertad*, “Periódico Republicano Radical” de Ponte-Vedra (nº 494, 01/04/1915, p. 3). Aparece regularmente noutros números da mesma publicação, e também o encontramos em jornais de Vigo, como *La Noche*, Semanário, nº 9, 19/09/1915.

10. Recapitulação da segunda parte

Para além das “costelas galegas” de Fernando Pessoa, o autor português tem uma vinculação “literária” muito precoce com a Galiza por duas vias. Uma, a que tem a ver com as referências à revista *Orpheu* no espaço galego. Outra, a que tem a ver com a naturalidade galega de Álvaro de Campos e, nomeadamente, com a naturalidade de Alberto Caeiro. Ambos os heterónimos são apresentados como ‘galegos’ aos camaradas do grupo *Orpheu*, sendo Caeiro o mais dilatadamente ‘fabricado’, e colocando-se a possibilidade de apontar referentes reais na Galiza – o cónego da Catedral da Santiago, Sr. Manuel Caeiro Sobrado, oriundo de Cúntis. Na cumplicidade exclusiva de Alfredo Pedro Guisado, esta personagem empresta parodicamente o nome na fabricação heteronímica para o nascimento literário de Alberto Caeiro. Acompanhar a gestação da revista *Orpheu* e a proximidade de Guisado com Pessoa nessa altura, assim como os motivos e clima de *blague*, permitem projetar o caso Caeiro sobre o ano Santo que ia decorrer no Santiago de Compostela de 1915. O exemplo satírico de outros artistas galegos, como a escultura “caricaturesca” de Asorey em que também aparece parodiado o Caeiro real, convergem em apoio da conjectura.

Menos conjectural e bem documentado é o seguimento do papel de Guisado como contribuidor e intermediário que facilitou a publicação, fora de Portugal, de resenhas sobre a revista lançada pelo considerado Primeiro Modernismo português. Estas resenhas são produzidas de modo exclusivo na Galiza e não noutras partes do estado espanhol. A receção de *Orpheu* na Galiza, extraordinaria-

mente expresiva, é a necessária passagem para entrar nas outras vertentes do trabalho nesta segunda parte, menos rotundas por falta de evidências objetivas. Referimo-nos, em concreto, à alta probabilidade de uma das resenhas ser da autoria do próprio Fernando Pessoa, pois corresponde presumivelmente com um dos textos entregues pelo poeta ao galego-uruguaio Enrique Dieste para a sua publicação em jornais espanhóis. Cabe assim a hipótese de que Fernando Pessoa tenha publicado, em vida, um texto fora de Portugal talvez pela primeira vez, traduzido para espanhol, e naturalmente na Galiza.

ANEXO I

DOCUMENTOS GENEALÓGICOS

Originais e Transcrições

1804
Pessoa

havrei em simpliado este assento, que, lido e con-
ferido por entre os p[re]d[ic]adores, com elles assigno.
Ea ut supra.

Freiela Adelaide Lancesiro Potich
Bernardo Augusto Potal Jovene Paines
Antonio Mons^{sr} Antonio Ribim do Santo Vigay

Nos vinte e um dias de mez de julho do anno
de mil oitocentos oitenta e oito nesta Igreja Parochial de Nossa Senhora dos Martyres, em Joazeiro da
Lisboa, baptisei solemnemente um individuo da Pessoa, e
do sexo masculino, a quem dei o nome de Fer Maria Magdalena
marido, que nasceu nesta freguesia pelas tres horas e vinte minutos da tarde do dia tres
do proximo passado mez de junho, filho legi-
timo de Joazeiro de Seabra Pessoa, emprega-
do publico, natural de Lisboa, freguesia
da S^{ta} Catalina, e de Dona Maria Magal-
hana da Queiroza Pessoa, d^a occupação de costu-
ca, natural de Braga do Hieronymo, mestre
dos na freguesia de Santos-o-Belho, em Lis-
boa, e mordomo desta de Nossa Senhora
dos Martyres no Largo de Sao Carlos, nume-
ro quatro, quarto andar. Neto paterno do
General do exercito Joazeiro Antonio de Seabra
Pessoa e de Dona Dionysia de Seabra Pes-
soa, e materno do Cavalleiro Luiz Antonio
da Queiroza e de Dona Magdalena Maria
Pombal da Queiroza. Foram p[re]d[ic]adores
o General do exercito Francis Bernardo
Cervira de Chaby, casado, membro da Real
Academia das sciencias de Lisboa, e da
Real Academia de Historia de Madrid,
mordomo na Capella da Ajuda, freguesia
de Nossa Senhora da Ajuda, em Belem,

N.º 20

Falleceu em Lisboa de Novembro de 1835
na freguesia de Santa
Isabel, comella de dis-
ta. Assento de obito
n.º 1374 de 1835 do
3.º Conservatorio de
Lisboa. Bol. n.º 442-
fase n.º 6. em 29 de
Janeiro de 1832.
Casado em Lisboa
Pamela de Almeida
Costa e Costa.
O obito aribado
foi transcritto num 4.º con-
servatorio de Lisboa sob
Bol. n.º 1609 de 1835.
Bol. no. 2400. p. 6. de
27 julho de 1835.

Aos vinte e um dias do mês de julho do anno de mil oitocentos oitenta e oito 'nesta Igreja parochial de Nossa Senhora dos Martyres, em Lisboa, baptisei solemnemente um inDividuo do sexo masculino, a quem dei o nome de -Fernando- que nasceu 'nesta freguesia pelas tres horas e vinte minutos da tarde do dia tresse do proximo passado mez de junho, filho legitimo de Joaquim de Seabra Pessôa, empregado publico, natural de Lisboa, freguesia da Sé Patriarchal, e de Dona Maria Magdalena Nogueira Pessôa, d' occupação domestica, natural de Angra do Heroismo, recebidos na freguesia de Santos-o-Velho, em Lisboa, e moraDores 'nesta de Nossa Senhora dos Martyres no Largo de São Carlos, numero quatro, quarto andar. Neto paterno do General do exercito Joaquim Antonio de Araujo Pessôa e de Dona Dionysia de Seabra Pessôa, e materno do Conselheiro Luiz Antonio Nogueira e de Dona Magdalena Xavier Pinheiro Nogueira. Foram paDrinhos o General do exercito Claudio Bernardo Pereira de Chaby, casado, membro da Real AcaDemia das sciencias de Lisboa, e da Real Academia de historia de Madrid, e da Real Academia de historia de Madrid, moraDor na Calçada da Ajuda, freguesia de Nossa Senhora da Ajuda, em Belem,

Nº 20

Fernando, fº. legº. de Joaquim de Seabra Pessôa, e D. Maria Magdalena Nogueira Pessôa 1888
 1- Faleceu em trinta de Novembro de 1935 na freguesia de Santa Isabel, concelho de Lisboa. Assento de óbito nº 1374 de 1935 da 5ª Conservatória de Lisboa. Bol: nº 442 - Maço nº 6. Em 29 de Dezembro de 1983. Rasurado: 'em trinta' Manuela Sidónia Marques Cortes Flores cota: o óbito averbado foi transcrito na 7ª conservatória de Lisboa sob o nº 1609 de 1985. Bol: 200 - Maço 8 em 31 de Julho de 1985

VERSÃO NORMALIZADA

Aos vinte e um dias do mês de julho do ano de mil oitocentos oitenta e oito nesta Igreja parochial de Nossa Senhora dos Mártires, em Lisboa, baptizei solemnemente um individuo do sexo masculino, a quem dei o nome de Fernando, que nasceu nesta freguesia pelas três horas e vinte minutos da tarde do dia treze do próximo passado mês de junho, filho legítimo de Joaquim de Seabra Pessoa, empregado público, natural de Lisboa, freguesia da Sé Patriarcal, e de Dona Maria Madalena Nogueira Pessoa, de occupação doméstica, natural de Angra do Heroísmo, recebidos na freguesia de Santos-o-Velho, em Lisboa, e moradores nesta de Nossa Senhora dos Mártires no Largo de São Carlos, número quatro, quarto andar. Neto paterno do General do exército Joaquim António de Araújo Pessoa e de Dona Dionísia de Seabra Pessoa, e materno do Conselheiro Luís António Nogueira e de Dona Madalena Xavier Pinheiro Nogueira. Foram padrinhos o General do exército Cláudio Bernardo Pereira de Chaby, casado, membro da Real Academia das Ciências de Lisboa, e da Real Academia de História de Madrid, morador na Calçada da Ajuda, freguesia de Nossa Senhora da Ajuda, em Belém,

[Na margem direita:] Nº 20. Fernando, filho legítimo de Joaquim de Seabra Pessoa, e D. Maria Madalena Nogueira Pessoa, 1888. 1- Faleceu em trinta de novembro de 1935 na freguesia de Santa Isabel, concelho de Lisboa. Assento de óbito nº 1374 de 1935 da 5ª Conservatória de Lisboa. Bol: nº 442 - Maço nº 6. Em 29 de dezembro de 1983. Rasurado: 'em trinta' Manuela Sidónia Marques Cortes Flores, cota: o óbito averbado foi transcrito na 7ª conservatória de Lisboa sob o nº 1609 de 1985. Bol: 200 - Maço 8 em 31 de julho de 1985.

TRANSCRIÇÃO

d' este Patriarchado, e Dona Anna Luiza Pinheiro Nogueira, solteira, thia materna do baptisado, moraDora 'na rua Serpa Pinto, numero trinta e oito, terceiro anDar, d' esta freguesia. Para constar lavrei em duplicado este assento, que, lido e conferido perante os padrinhos, com elles assigno. Era ut supra.

Anna Luiza Pinheiro Nogueira
Claudio Bernardo Per^a. de Chaby
O Prior Mons.^{or} Antonio Ribeiro dos Santos Viegas

VERSÃO NORMALIZADA

deste Patriarcado, e Dona Ana Luísa Pinheiro Nogueira, solteira, tia materna do batizado, moradora na rua Serpa Pinto, número trinta e oito, terceiro andar, desta freguesia. Para constar lavrei em duplicado este assento, que, lido e conferido perante os padrinhos, com eles assino. Era ut supra./= Ana Luísa Pinheiro Nogueira, Cláudio Bernardo Pereira de Chaby, o Prior Monsenhor António Ribeiro dos Santos Viegas (rubricado)

Nº 31
Maria

Aos vinte e seis dias do mez de Maio do anno de mil oito centos sessenta e dois, pelas cinco horas da tarde, nesta Igreja Parochial da Sagrada Sé Cattedral d'Angra do Heroismo, Conselho e Dioceze d'Angra, eu o Presbytero Victorino José da Costa e Silva, Beneficiado Parocho da mesma Freguezia, baptizei solenemente e puz os Santos Oleos a um individuo de sexo feminino, a quem dei o nome de Maria, o qual nasceu nesta Freguezia, Conselho e Dioceze ás tres horas da manhã do dia trinta do mez de Dezembro do anno de mil oito centos sessenta e um, filho legitimo do Bacharel em Direito Luiz Antonio Nogueira, Secretario Geral do Governo Civil deste Distrito, natural da Freguezia de Nossa Senhora da Conceição, Conselho e Dioceze d'Angra, e de sua mulher Donna Magdalena Xavier Pinheiro Nogueira, natural da Freguezia Matriz da Villa das Vellas da Ilha de São Jorge desta Dioceze, recebidos na Parochial de São Pedro desta Cidade, Conselho e Dioceze, e parochiannos desta dita Freguezia da Sé, moradores na rua de São João desta mesma Freguezia, neto paterno d' Abilio Ponciano Nogueira já fallecido, e de sua mulher Maria Luz Rebelo, e materno do Capitão Reformado Ignacio José Pinheiro, e de sua mulher Donna Anna Maria Xavier Pinheiro já fallecidos. Foi Padrinho Vital de Bettencourt Vasconcellos Lemos, administrador de vínculos e Madrinha sua consorte Donna Maria Serafina do Carvalho Bettencourt, os quaes sei serem os proprios. E para constar lavrei em duplicado este assento, que depois de ser lido e conferido perante os Padrinhos, connmigo o assignaram. Era ut supra. D. Maria Serafina do Carvalho Bett. Vetal de Bettr. Vasconcellos Lemos
O Beneficiado Parocho Victorino José da Costa e Silva

VERSÃO NORMALIZADA

[Na margem esquerda:] Nº 31. Maria

Aos vinte e seis dias do mês de maio do ano de mil oito centos sessenta e dois, pelas cinco horas da tarde, nesta Igreja Paroquial da Sagrada Sé Catedral de Angra do Heroísmo, Conselho e Diocese de Angra, eu o Presbítero Vitorino José da Costa e Silva, Beneficiado Pároco da mesma Freguesia, batizei solenemente e pus os Santos Óleos a um individuo de sexo feminino, a quem dei o nome de Maria, o qual nasceu nesta Freguesia, Conselho e Diocese às três horas da manhã do dia trinta do mês de dezembro do ano de mil oito centos sessenta e um, filho legitimo do Bacharel em Direito Luís António Nogueira, Secretário Geral do Governo Civil deste Distrito, natural da Freguesia de Nossa Senhora da Conceição, Conselho e Diocese de Angra, e de sua mulher Dona Madalena Xavier Pinheiro Nogueira, natural da Freguesia Matriz da Vila das Velas da Ilha de São Jorge desta Diocese, recebidos na Paroquial de São Pedro desta Cidade, Conselho e Diocese, e paroquianos desta dita Freguesia da Sé, moradores na rua de São João desta mesma Freguesia, neto paterno de Abílio Ponciano Nogueira já falecido, e de sua mulher Maria Luz Rebelo, e materno do Capitão Reformado Inácio José Pinheiro, e de sua mulher Dona Ana Maria Xavier Pinheiro já falecidos. Foi Padrinho Vital de Bettencourt Vasconcelos Lemos, administrador de vínculos e Madrinha sua consorte Dona Maria Serafina do Carvalho Bettencourt, os quais sei serem os próprios. E para constar lavrei em duplicado este assento, que depois de ser lido e conferido perante os Padrinhos, comigo o assinaram. Era ut supra./= D. Maria Serafina do Carvalho Bettencourt, Vital de Bettencourt Vasconcelos Lemos, O Beneficiado Pároco Victorino José da Costa e Silva (rubricado).

TRANSCRIÇÃO

V.
(rubricado)

D Magdalena filha do Tenente Ignacio Jose Pinheiro filho de Caetano Jose Pinheiro e de D. Maria Josefa de Oliveira naturaes das Provincias de Portugal e de sua mulher D. Anna Maria Xavier, filha de Caetano de Paula Xavier, e de Magdalena Luiza Xavier naturaes de Lisboa, e resid^{te} em Portugal, freguezes os d.^{tos} Pais da baptizada, desta Matriz da Villa das Vellas dallha de S. Jorge, nasceo em quatorze de Junho de mil oitocentos, trinta e seis pelas Duas horas Da madrugada, e em nove de Julho do mesmo anno foi baptizada nesta Dita Matriz pelo seu Vigario Antonio Pereira Cardoso, fora^m. padrinhos o R^o. Cura Antonio de Simas Balieiro, e Cunha, e D. Maria Amalia Pereira Pinheiro Tia da Baptizada, e resid^{te}. em Angra, por Procuração na Pessoa de Jose Maria Xavier Pinheiro Irmão da Baptizada, Doq' se fez este termo, q'aSsigno com testemunha, o dt^o. BneD^o. Jose Ex^o. M^o Pai Silveira e João Per^o. daCunha desta mesma Villa. Era ut Supra.
OClig^o. Antonio Per^o. Card^o
O Ben.do João Sg^o. M. da Silva
João Pereira da Cunha

VERSÃO NORMALIZADA

[Na margem esquerda:] V. (e rubricado)

D. Madalena, filha do Tenente Inácio José Pinheiro, filho de Caetano José Pinheiro e de D. Maria Josefa de Oliveira, naturais das Províncias de Portugal, e de sua mulher D. Ana Maria Xavier, filha de Caetano de Paula Xavier, e de Madalena Luísa Xavier, naturais de Lisboa, e residentes em Portugal, fregueses os ditos pais da batizada desta Matriz da Vila das Velas da Ilha de S. Jorge, nasceu em catorze de junho de mil oitocentos trinta e seis pelas duas horas da madrugada, e em nove de julho do mesmo ano foi batizada nesta dita Matriz pelo seu Vigário António Pereira Cardoso. Foram padrinhos o R^o. Cura António de Simas Balieiro e Cunha, e D. Maria Amália Pereira Pinheiro, tia da Batizada e residente em Angra, por Procuração na Pessoa de José Maria Xavier Pinheiro, irmão da Batizada, do que se fez este termo, que assino com testemunha, o dito Beneficiado José, Ex^o. M^o Pai Silveira e João Per^o. da Cunha desta mesma Vila. Era ut Supra./= António Pereira Cardoso, Ben.^{do} João Sg^o. M. da Silveira, João Pereira da Cunha (rubricado)

TRANSCRIÇÃO

Nº 33
D. Magdalena
Xavier Pinhei
ro Nogueira,
vª. de LuizAn
tonio Noguei=

Aos cinco dias do mes de Outubro do anno de mil oito centos noventa e oito, pelas tres horas da manhã, na caza da sua residencia, sita na rua da Rocha, desta freguezia da Sé, Concelho e Dioceze d' Angra do Heroismo, faleceu um individuo do sexo femenino, de nome Dona Magdalena Xavier Pinheiro Nogueira, viuua de Luiz Antonio Nogueira, de sessenta e dois annos de idade, natural da da Villa das Vellas, Ilha de Saõ Jorge, sobredita Dioceze, filha legitima de Ignacio José Pinheiro

(J//Meneses 99)

Pinheiro e de Anna Xavier Pinheiro, ignora-se a naturalidade destes, a qual não fez testamento, deixando filhos e foi sepultada no cemiterio publico do Livramento. E para constar lavrei em duplicado este assento, que assigno. Era ut supra.

O ReveDº. parcho -
José Homem de Meneses

VERSÃO NORMALIZADA

[Na margem esq.:] Nº 33. D. Magdalena Xavier Pinheiro Nogueira, viúva de Luiz António Nogueira

Aos cinco dias do mês de outubro do ano de mil oito centos noventa e oito, pelas três horas da manhã, na casa da sua residência, sita na rua da Rocha, desta freguesia da Sé, Concelho e Diocese de Angra do Heroísmo, faleceu um indivíduo do sexo feminino, de nome Dona Magdalena Xavier Pinheiro Nogueira, viúva de Luiz António Nogueira, de sessenta e dois anos de idade, natural da Vila das Velas, Ilha de São Jorge, sobredita Diocese, filha legítima de Inácio José ...

[Na margem superior direita:] J Meneses. 99

Pinheiro e de Ana Xavier Pinheiro, ignora-se a naturalidade destes, a qual não fez testamento, deixando filhos e foi sepultada no cemitério público do Livramento. E para constar lavrei em duplicado este assento, que assino. Era ut supra./= O Reverendo pároco José Homem de Meneses (rubricado)

Inácio f. da Cap^{ta} Comendante Lectura f.º
 20 Pinheiro natural da Matriz de São João de
 Coimbra lugar de Lybra, e de sua m.^{te} Dona Ma-
 ria Josefa de Alvim natural da Paroquia
 de S.^{ta} Ingracia lugar da Corte, e Cid.^{de} de Ly-
 bra, no dia em que vimos dia do mes de
 Agosto de mil settecentos e oventa e nove
 foi baptizado na Matriz de S.^{ta} Cruzada
 da Povoação de S.^{ta} Paroquia de S.^{ta} Cruz em
 o presente e nome de In.^o Inez, e a esse governo in-
 tentamos fazer o despocho da mesma
 Matriz foi Parocho f.º de S.^{ta} Franca
 de Cap.^{ta} Inez f.º de S.^{ta} Franca de S.^{ta}
 de S.^{ta} Franca de S.^{ta} Franca, e sua f.º m.^{te} Dona Jo-
 ana Marianna, e por sua procuração o Sr.
 José f.º de S.^{ta} Franca de S.^{ta} Franca de S.^{ta} Franca
 f.º de S.^{ta} Franca para constar por este termo.
 dia, mes, e anno supra
 Eu Antonio f.º de S.^{ta} Franca
 f.º de S.^{ta} Franca
 f.º de S.^{ta} Franca

TRANSCRIÇÃO

Ignacio f.º do cap.^{tam} Commandante Caetano Joze Pinheiro natural da Matriz de Sam João de Coimbra logar de Lisboa, edesua m.^{er}. Dona Maria Josefa de Oliv.^{ra}, natural da Paroquia de S.^{ta}. Engracia logar da Corte, e cid.^e. de Lisboa, nasceu em os quinze dias do mez de Agosto de mil sette Centos noventa e nove Foi baptizado nesta Matriz de S.^{ta}. Cruz da V.^a da Praya a Ilha 3.^a. Paroquial de Seus Pays em os vinte e nove do d.^{to} mez, eanno por mim Antonio Jacinto da Sylva Cura da mesma Matriz foi Padrinho Jose da Costa Franco f.^o do cap.^{tam} Ignacio X.^{er} da Costa Franco da cid.^{de} de Angra desta d.^{ta} Ilha, e sua Irmaa Dona Ignacia Marianna, e por sua procuraçam o D.^{to} Ren.^{do} Jose Joaquim de Silva Ormonde Freguez desta d.^{ta} Matriz para constar por este termo dia, mez e anno supra
o Cura Antonio Jacinto da S.^a
Joze da Costa Franco
Jozé Joaquim de Silva Ormonde

VERSÃO NORMALIZADA

Ignacio, filho do capitão Comandante Caetano José Pinheiro, natural da Matriz de São João de Coimbra lugar de Lisboa, e de sua mulher Dona Maria Josefa de Oliveira, natural da Paróquia de Santa Engrácia lugar da Corte, e cidade de Lisboa, nasceu em os quinze dias do mês de agosto de mil sete centos noventa e nove. Foi batizado nesta Matriz de Santa Cruz da Vila da Praia, Ilha Terceira, Paroquial de Seus Pais em os vinte e nove do dito mês, e ano por mim António Jacinto da Silva Cura da mesma Matriz. Foi Padrinho José da Costa Franco filho do capitão Ignácio Xavier da Costa Franco da cidade de Angra desta dita Ilha, e sua Irmã Dona Ignácia Mariana, e por sua procuração o D.^{to} Reverendo José Joaquim de Silva Ormonde Freguês desta dita Matriz para constar por este termo dia, mês e ano supra./= O Cura António Jacinto da S.^a, José da Costa Franco, José Joaquim de Silva Ormonde (rubricado)

Maria
 Anvinte e tres de Agosto de mil oitocentos e tres nasla
 no qual Igreja de N. S. da Purificação da Vila de Curitiba
 da Cidade par o tempo de Maria e Manoel Jose de Souza
 em Conselho de S. Paulo Jose Antonio Filho de João
 Baptista das Neves e da Maria de Santos recebeu nesta
 frequencia na Paroquia de São João das Neves da Fran-
 cisco Maria e Materna de Raphael Antonio de Joaquim
 e da sua esposa Antonia Manoel Jose da Paes de So-
 anta Rosa nasceu aqui no dia de hoje de que fez esta seguinte
 O Sr. Antonio Fran. Co. de Souza

Lourenço
 Anvinte e quatro de Agosto de mil oitocentos e tres nasla
 Paroquia Igreja de N. S. da Purificação da Vila de Curitiba
 baptisado e feito os Santos Oram e Anna Filiz de Engulheiro
 Coutinho Paulo Xavier e da D. Margarida Xavier Xavier
 recebeu nesta frequencia na Paroquia de São João das Neves da Fran-
 cisco Maria e Materna de Raphael Antonio de Joaquim
 e da sua esposa Antonia Manoel Jose da Paes de So-
 anta Rosa nasceu aqui no dia de hoje de que fez esta seguinte
 O Sr. Antonio Fran. Co. de Souza

Anna
 Anvinte e quatro de Agosto de mil oitocentos e tres nasla
 Paroquia Igreja de N. S. da Purificação da Vila de Curitiba
 baptisado e feito os Santos Oram e Anna Filiz de Engulheiro
 Coutinho Paulo Xavier e da D. Margarida Xavier Xavier
 recebeu nesta frequencia na Paroquia de São João das Neves da Fran-
 cisco Maria e Materna de Raphael Antonio de Joaquim
 e da sua esposa Antonia Manoel Jose da Paes de So-
 anta Rosa nasceu aqui no dia de hoje de que fez esta seguinte
 O Sr. Antonio Fran. Co. de Souza

Liberato
 Anvinte e quatro de Agosto de mil oitocentos e tres nasla
 Paroquia Igreja de N. S. da Purificação da Vila de Curitiba
 baptisado e feito os Santos Oram e Anna Filiz de Engulheiro
 Coutinho Paulo Xavier e da D. Margarida Xavier Xavier
 recebeu nesta frequencia na Paroquia de São João das Neves da Fran-
 cisco Maria e Materna de Raphael Antonio de Joaquim
 e da sua esposa Antonia Manoel Jose da Paes de So-
 anta Rosa nasceu aqui no dia de hoje de que fez esta seguinte
 O Sr. Antonio Fran. Co. de Souza

Anna.

Aos vinte e quatro de Agosto de mil oito Centos e trez nesta Paroquial Igreja de N. S. da Purificação da Villa de Oeiras baptizei e puz os Santos Oleos a Anna filha do Engenheiro Caetano Paulo Xavier e de D. Magdalena Luiza Xavier recebidos na Freguezia de S. Andre de Lisboa neta Paterna de Francisco Xavier e de Joaquina Roza e Materna de Antonio de Oliveira Neto e de Maria Branca Forão padrinhos o Coronel Antonio Teixeira Rebelo e D. Maria Brizida de Moraes Rezende nasceo a dez de Agosto de que fiz este aSento. OPar.^{co} Antonio Fran.^{co} de Carvalho

VERSÃO NORMALIZADA

[Na margem esquerda:] Ana

Aos vinte e quatro de agosto de mil oito Centos e três, nesta Paroquial Igreja de N. S. da Purificação da Vila de Oeiras, batizei e pus os Santos Óleos a Ana, filha do Engenheiro Caetano Paulo Xavier e de D. Magdalena Luiza Xavier, recebidos na Freguesia de Santo André de Lisboa, neta Paterna de Francisco Xavier e de Joaquina Roza e Materna de António de Oliveira Neto e de Maria Branca. Foram padrinhos o Coronel António Teixeira Rebelo e D. Maria Brizida de Moraes Rezende. Nasceu a dez de agosto de que fiz este assento./= O Párocoo António Franco de Carvalho (rubricado)

23
 Ignaccio José Pin.^o
 D. Anna M^a X.^{er}
 19

Emovinte e hum de Junho demil oito centos vinte e trez, sendo de tarde n'Oratorio de Luiz Pacheco da Lima, por despacho do Ilmo. Rmo. Imo. Gov. do Bispado, o Deão desta F^a. Sé d' Angra, feitas as diligencias neceSsarias, sen se Descobrir impedimento algum, como meconstou dehum Alvará m^{al}. doM.^{to} R.^{do} D.^{or} Prov.^{or} do Bispado, João José da Cunha Ferraz, thezoureiro Mór da mesma Sé, estando presentes, eu PR^{or}. abaicho aSignado, o dito Luiz Pacheco Lima cazado, e o Major de Milicias Antonio Moniz Barreto, solteiro, secazarão solemnmente infacie ecclesiae, por palavras dospresentes expressando omutuo consentimento, por marido, emulher, como manda a S^{ta}. M^a. Igr^a. Romana, Ignacio José Pinheiro, filho de Caetano José Pinheiro, e de Maria Jozefa d' Oliveira, já defuntos, natural da Villa da Praya desta Ilha Terceira, com D. Anna Maria Xavier, filha deCaetano Paulo Xavier, de D. Magdalena Luiza Xavier, natural da Villa d' Oeiras, Patriarchado de Lisboa, ambos os contrahentes dezobrigados dastres ultimas quaresmas, nesta dita Sé, e todos noSsos fregueses, de que para Constar fiz este termo, que asignei. Era ut supra. /.

PR^{or}. Fran^{co}. Glz^e. E Mello
 Antonio Moniz Barreto do Couto
 Luiz Pacheco de Lima Sar.^{Mor}

VERSÃO NORMALIZADA

[Na margem esquerda:] 23. Inácio José Pinheiro, D. Ana M^a Xavier. 19

No vinte e um de junho de mil oito centos vinte e três, sendo de tarde no Oratório de Luís Pacheco da Lima, por despacho do Ilmo. Rmo. Imo. Gov. do Bispado, o Deão desta Freguesia Sé de Angra, feitas as diligências necessárias, sem se Descobrir impedimento algum, como me constou de um Alvará do Mto Rdo Dor Provor do Bispado, João José da Cunha Ferraz, tesoureiro Mor da mesma Sé, estando presentes, eu PRor. abaixo assinado, o dito Luís Pacheco Lima casado, e o Major de Milicias António Moniz Barreto, solteiro, se casaram solenemente *infacie ecclesiae*, por palavras dos presentes expressando o mútuo consentimento, por marido, e mulher, como manda a Sta. M^a. Igr^a. Romana, Inácio José Pinheiro, filho de Caetano José Pinheiro, e de Maria Josefa de Oliveira, já defuntos, natural da Vila da Praia desta Ilha Terceira, com D. Ana Maria Xavier, filha de Caetano Paulo Xavier, de D. Madalena Luísa Xavier, natural da Vila de Oeiras, Patriarcado de Lisboa, ambos os contraentes desobrigados das três últimas quaresmas, nesta dita Sé, e todos nossos fregueses, de que para constar fiz este termo, que assinei. *Era ut supra.* /= PRor. Franco. Glze. E Mello, António Moniz Barreto do Couto, Luís Pacheco de Lima Sar.Mor (rubricado)

Lugar da P.^{ta}
 Caetano Dio
 nísio.

206

Doze de heves del año de mil e seis C.^{ta} Cinq.^{ta} e
 Como Vicario Economo desta f.^{ta} de Condo Baptista de
 mine m.^{ta} puse los e.^{ta} a Caetano Dionísio el nono.
 Suo día hijo le p.^{ta} de Manoel de Leme J.^{ta} de Ant.^{ta} del
 Mais su cruzes p.^{ta} del lugar da P.^{ta} fueron en Padres
 Caetano Pedrosa, q.^{ta} Dionísio de Gandara su cruzes p.^{ta} del
 dela tojeira, p.^{ta} de dho f.^{ta} de Condo, adu.^{ta} el P.^{ta}
 tezo, q.^{ta} Constan.^{ta} Con.^{ta} Kimo, seu Padre, q.^{ta} ob.^{ta} de
 enseñarle la Doctrina ppriana. q.^{ta} que Con.^{ta} lo firmo.

Fern.^{ta} Antonio
 Con.^{ta}

CANDO, San Tirso (P006055) Fol. 206 r.

TRANSCRIÇÃO

Lugarda P.^{te}.
Cayetano Dionisio

En doce de henero delaño de mil siete ct^{os} cinq^{ta} y seis como vicario Economo desta fr.³ de Cando Baptice sole mnem^{te} y puse los s.^{tos} oleos a Cayetano Dionisio el q nacio dho dia hijo lexítimo de Manoel de Lens y de Ant.^a del Maio su muger v.^{os} del lugar da P.^{te} fueron sus Padrinos Cayetano Pedrosa, y Dionisia da Gandara su muger v.^{os} del dela tojeira, y todos de dcha fr.³ de Cando; advertiles el Parentesco, q contraían coneste niño, y sus padres, y la obliga.^{on} de enseñarle la Doctrina xpistiana. Y p.^a que conste lo firmo.

Fern^{do}. AntonioCreo

VERSÃO NORMALIZADA

[Na margem esquerda:] Lugar da Ponte, Cayetano Dionisio

En doce de enero del año de mil setecientos y cincuenta y seis, como vicario Ecónomo de esta feligresía de Cando, bauticé solemnemente y puse los santos óleos a Cayetano Dionisio, que nació dicho día, hijo legítimo de Manuel de Lens y de Antonia del Maio su mujer, vecinos del lugar da Ponte. Fueron sus Padrinos Cayetano Pedrosa y Dionisia da Gándara su mujer, vecinos del (lugar) de la Tojeira, y todos de dicha feligresía de Cando. Advertiles el Parentesco que contraían con este niño, y sus padres, y la obligación de enseñarle la Doctrina cristiana. Y para que conste lo firmo./= Fernando Antonio Creo (rubricado)

António José de Castro
 Dado e assinado em Lisboa a 15 de Junho de 1800
 perante mim o Notário Público
 António José de Castro
 Notário Público

Caetano Augusto de Castro
 filho de António José de Castro e de Maria
 Joana de Castro
 e
 Maria Joana de Castro
 filha de António José de Castro e de Maria
 Joana de Castro
 casados em Lisboa a 15 de Junho de 1800
 perante mim o Notário Público
 António José de Castro
 Notário Público

TRANSCRIÇÃO

Caetano
JozePin
heiroCom
Bernarda
M^ª. dos Reis
solteiros

Aos doze dias do mes de outubro demileseteCentos e oitenta annos nesta Santa Sé de Faro em minha prezença edastestemunhas abaicho aSignadas Sela-zarão por palavras deprezente na forma do Sagrado Concilio Tridentino Caetano Joze Pinheiro Solteiro filho de Manoel Joze Pinheiro e Antonia Maria daConCeição natural dafreguezia de Saõ Jose Suburbios da Cidade de Coimbra Cabo de esquadra do Regimento de Artelharia Com Bernarda Maria dos Reys solteira filha de Manoel dos Reis e de Marianna Dagovea natural do Porto freguezia de Sa

VERSÃO NORMALIZADA

[Na margem esquerda:] Caetano José Pinheiro com Bernarda M^ª. dos Reis, solteiros

Aos doze dias do mês de outubro de mil e sete centos e oitenta anos nesta Santa Sé de Faro em minha presença e das testemunhas abaixo assinadas se lazaram por palavras de presente na forma do Sagrado Concílio Tridentino Caetano José Pinheiro, solteiro, filho de Manoel José Pinheiro e Antónia Maria da Conceição, natural da freguesia de São José Subúrbios da Cidade de Coimbra, Cabo de esquadra do Regimento de Artilharia, com Bernarda Maria dos Reis, solteira, filha de Manoel dos Reis e de Mariana da Govea, natural do Porto, freguesia de ...

66.

Santo Heitor no emovedores
 nesta Cidade. idy penledey
 mais donde compete e de
 apresentador de sua natureza
 a idade e por viver em menor
 idade e especificas de herencias
 do estado he nã o llo ruckto e
 impedimento q' algum. e a
 ra e u a s i b i n e q' d' m a t i m
 onio m e u r e s e n t a n o h e i
 m m a r t e d o d e l e c i t i m e n t o
 e m p o r m a l e g y l e d o n o j i
 v n o d a C a n t a l l a r i e d e 15 i d o
 n e i t y t e m u n h a p r e s e n t e
 t y o l a p r e s e n t a p r o d e s a
 n t a s F e r n a n d o J o z e g o n a l
 d e y c h a m p e y o r e m a r i g n
 t e j u r a t o d e y C o m m u n i c a s e g
 n d a v a c y t e t e r m o d i a l e t J u r y :

O C u r a s o e d e s e n t e s C a d a l e s s
 P. Ant. dos Santos

D o n n o d o J o z e
 J o z e

Em quatro dias do mez de Novembro de mil e oitocentos e vinte e seis em minha presença como Thesoureiro e como testemunhas abaixo assinaados se casou por debem e solto as palavras de presente na forma de sagrado Concilio Tridentino Manuel Gomy marianito de Vila Rica de Franjoa Souz e de Franca Maria ja de Junty como Thesoureiro de Junty e de Antonio de Barros e de Maria de Lourenço ja de Junty e de Antonio de Barros e de natural e em estado de nesta Cidade por quanto Corrido q' banyos nesta e segunza e mader.

Santo Ildefonso e moradores
 nesta Cidade e despencados dos
 mais donde competião e devião
 apresentar das Suas natura
 lidades por virem de menor
 Idade feitas as delegancias
 do estilo lhes nao Resultou
 impedimento algum, e pa
 ra eu assistir a este matrim
 onio me apresentarão hu
 m mandado de Recibimen
 to emforma Regestado no Li
 vro da Canxalaria aS asig
 narão testemunhas presen
 tes o Padre Antonio dos Sa
 ntos Bernardo Joze goncal
 vez e Paulus Joze marian
 te, que todos Commigo aSeg
 narão este trmo dia ut Supra:
 o Cura João dos Santos Cavala
 O P^e. An^{to}. dos Santos
 Bernardo Joze
 Paulus Joze

66
 (rubricado)

VERSÃO NORMALIZADA

[Na margem direita:] 66 (rubricado)

Santo Ildefonso e moradores nesta Cidade e dispensados dos mais donde competiam e deviam apresentar das suas naturalidades, por virem de menor idade, e feitas as diligências do estilo, lhes não resultou impedimento algum, e para eu assistir a este matrimónio me apresentaram um mandado de recebimento em forma registado no Livro da Canxalaria as assinaram testemunhas presentes, o Padre António dos Santos, Bernardo José Gonçalves e Paulus José mareante, que todos comigo assinarão este termo dia *ut Supra*: /= o Cura João dos Santos Cavala. O Pe. An^{to}. dos Santos. Bernardo José. Paulus José (rubricado)

Maio de 1786

Em o primeiro dia de Maio de mil settecentos e oitenta e seis annos nesta Ermida do Paraizo, aonde reside a Parochial de S.^{ta} Engracia, Sendo pelas tres horas da tarde, na minha presenca e das testemunhas abaixo nomeadas, tendo Papeis do estillo correntes, e entre elles Alvara do Rd^o Dezembargador Juiz dos Cazamentos, se cazaraõ na forma determinada pela S.^{ta} Madre Igreja de Roma, por palavras de presente Caetano Joze Pinheiro, viuvo de Bernarda Maria dos Reis, falecida na Cidade de Faro na freguezia da Se, e morador nesta freguezia de St^o. Engracia nos Quarteis da Cruz dos Quatro Caminhos: foi baptizado na freguezia de St^o Tirso de Cando, Arcebispedo de S. Thiago, filho de Manuel de Lens, e de Sua mulher Antonia de Maio; e Maria Josefa de Oliveira, solteira, baptizada nesta freguezia, e nella moradora no valle de St^o Antonio, filha legitima de Luis Joze de Oliveira e de Josefa Maria, Já falecida: Testemunhas Joze de Abreo, morador em casa do Exm^o Marquez de Penalva: e Tristão Pimentel do Vabo, morador na Calssada de St^o. Andre, Cadette da Companhia dos Ponteneiros do Regimento de Artelharia do Algarve; e outras muitas que estavam presentes: de que fis este aSento que aSigno. –
O Prior Encomd^o Bernardo Joze da Fonc.^a Couttinho
Joze de Abreu de Lima
Tristão Pim.el do Vabo

138

Fon^{ca}

Caetano
Jose Pinheiro,
e Maria
Josefa deO
Liveira.
O- 120

VERSÃO NORMALIZADA

[Na margem direita:] 138. Fonca. Caetano José Pinheiro e Maria Josefa de Oliveira. O - 120

Maio de 1786

No primeiro dia de maio de mil setecentos e oitenta e seis anos nesta Ermida do Paraíso, aonde reside a Paroquial de Santa Engrácia, Sendo pelas três horas da tarde, na minha presença e das testemunhas abaixo nomeadas, tendo Papeis do estillo correntes, e entre eles Alvará do Rd^o Desembargador Juiz dos Casamentos, se casaram na forma determinada pela Santa Madre Igreja de Roma, por palavras de presente Caetano Joze Pinheiro, viúvo de Bernarda Maria dos Reis, falecida na Cidade de Faro na freguesia da Sé, e morador nesta freguesia de Santa Engrácia nos Quarteis da Cruz dos Quatro Caminhos: foi batizado na freguesia de Santo Tirso de Cando, Arcebispedo de S. Tiago, filho de Manuel de Lens, e de Sua mulher Antónia de Maio; e Maria Josefa de Oliveira, solteira, batizada nesta freguesia, e nela moradora no vale de Santo António, filha legítima de Luís José de Oliveira e de Josefa Maria, já falecida: Testemunhas José de Abreu, morador em casa do Exm^o Marquês de Penalva: e Tristão Pimentel do Vabo, morador na Calsada de Santo André, cadete da Companhia dos Pontoneiros do Regimento de Artilharia do Algarve; e outras muitas que estavam presentes: de que fiz este assento que assino. O Prior Ec. D. Bernardo José da Fonc. Coutinho, José de Abreu de Lima, Tristão Pimentel do Vabo (rubricado)

João

Aos dezanove de Abril demil Setecentos oitenta, e nove, baptizei Solemnmente a João, que nasceu a dezaSete de Março proximo, filho de Caetano de Lens baptizado na Freguezia de Santo Tirço Arcebispado de S. Thiago, Reyno de Galiza, e de Maria Josefa de Oliveira, baptizada na Freguezia de Santa Engracia desta Cidade, e nella Recebidos, moradores na Rua direita do Col. legio doz Nobres. Foy Padrinho João Baptista Genhuns da Freguezia de S. Juliaõ, de que fis este ASento, quea Signey.

O R.^{tor} Miguel Ant.^o do Couto

VERSÃO NORMALIZADA

[Na margem esquerda:] João

Aos dezanove de abril de mil setecentos oitenta e nove, batizei solenemente a João, que nasceu a dezassete de março próximo, filho de Caetano de Lens batizado na Freguesia de Santo Tirso Arcebispado de Santiago, Reino de Galiza, e de Maria Josefa de Oliveira, batizada na Freguesia de Santa Engrácia desta Cidade, e nela recebidos, moradores na Rua direita do Colégio dos Nobres. Foi Padrinho João Baptista Genhuns da Freguesia de S. Julião, de que fiz este Assento, que assinei.

Miguel António do Couto (rubricado)

Outubro de 1790

249
Cae
on.

No dia de Outubro de mil e setecentos e
 noventa, batizei a Joaze que nasceu aos vinte e seis
 dias do presente deste anno, filho de Caetano de
 Deus e de Maria Joaze de Albuquerque, casado
 na freguesia de Sancta Cruz, e de
 casada na Vila de Quarte Boal, Pa.
 de São Ignacio de São Jacinto de Lima, orão.
 da da Paróquia de São João de São
 Thomaz, e da paróquia de São
 na Paróquia de São Thomaz de
 de Figueiredo, e do seu filho Francisco
 de Lima e de Maria e de Maria

Por João de Almeida, Bispo de Vila Rica

No dia de Outubro de mil e setecentos e
 noventa, batizei a Candida que nasceu aos dezoito
 dias do presente deste anno, filha de Manuel Antonio de
 Deus e de Maria Candida de Deus, na
 Paróquia de São João de São Thomaz, e da
 Paróquia de São Thomaz de São Thomaz, e do
 seu filho Manuel Antonio de Deus e de Maria
 e de Maria

Por João de Almeida, Bispo de Vila Rica

No dia de Outubro de mil e setecentos e
 noventa, batizei a Candida que nasceu aos dezoito
 dias do presente deste anno, filha de Manuel Antonio de
 Deus e de Maria Candida de Deus, na
 Paróquia de São João de São Thomaz, e da
 Paróquia de São Thomaz de São Thomaz, e do
 seu filho Manuel Antonio de Deus e de Maria
 e de Maria

Por João de Almeida, Bispo de Vila Rica

Candida
 de Deus e de Maria
 de Deus e de Maria
 de Deus e de Maria
 de Deus e de Maria
 de Deus e de Maria

TRANSCRIÇÃO

Outubro de 1790

Aos vinte de Outubro de mil e Sete Centos e noventa, batizei a Joze que nasceu aos vinte e oito de Setembro deste anno, filho de Caetano de Lens e de Maria Josefa de Oliveira, Recebidos na freguezia de Sancta Engracia, moradores nesta na Bica de Duarte Bello, Padrinhos Ignacio Pedro Gracia de Lima morador ao Colegio dos Nobres freguezia de Sam Mamede, e por procuração Sua mulher Dona Catharina Claudina deLima Coutinho de Figueiredo, eta con Seo filho Francisco Gracia de Lima e Mello e Alvim.

Joze^e

O P^o. Coadj^o. Sebastião Jozê da Piedade

VERSÃO NORMALIZADA

[Na margem superior:] Outubro de 1790 [Na margem direita:] José

Aos vinte de outubro de mil e setecentos e noventa, batizei a José que nasceu aos vinte e oito de setembro deste ano, filho de Caetano de Lens e de Maria Josefa de Oliveira, recebidos na freguesia de Santa Engrácia, moradores nesta na Bica de Duarte Belo, Padrinhos Inácio Pedro Grácia de Lima morador ao Colégio dos Nobres freguesia de Sam Mamede, e por procuração sua mulher Dona Catarina Claudina de Lima Coutinho de Figueiredo, esta com seu filho Francisco Grácia de Lima e Mello e Alvim. O Pe. Coadjor. Sebastião José da Piedade (rubricado)

60

OSargto Mor
Graduado Ca
etano Jose Pin
heiro e D. Ma
ria Illaria La
Lacerda
55

Em os dezasete dias de Fv^o. sendo de tarde nesta santa Sé Cathedral de Angra feitas as diligencias ne cessarias na forma do Sagrado Concilio Tridentino, e Constituicois deste Bispado sem se descobrir impedimento algum Como me Constou de hum Alvaraⁿ m^{al}. do mto R^{do}. D^{or}. Provisor Joaõ Joze da Cunha Ferraz Thesoureiro Mor desta Sé Juiz das Justificaçois de Genere e Casamen^{tos}. pelo Il^{mo}. R^{mo} Cabido Sede Episcopal vacante na presença de mim Fran^{co}. de Paula Rd^o. R^{or}. da mesma e das testemunhas abaixo aSsignadas oCaptao Luis Meireles doCanto Casado e ored^o. Mestre Joaõ An^{to}. fregueses desta mesma Sé se Casarao por palavras de presente por marido em^{et}. infacie Ecclesiae expresando mutuo Consentimento Como manda a S^{ia}. Madre Igreja o Sarg^{to}. Mór Graduado Caetano Jose Pinheiro n^{al}. da Cida^{de}. de Coimbra, e e Viuvo de D. Maria Josefa desobrigado os tres Guarismos passados nesta D^{ta}. Sé Com D. Maria Illaria de Lacerda f^a de Joao Pereira Sarmen^{to}. de Lacerda e de Catharina Bernarda desobrigada os tres Guarismos passados na n^{al} de S^{ia}. Luzia desta Cida^{de}. deste ano que foi em Fev^o. de mil oito Centos etreze e para Constatar fis este Termo eraut Supra R^{or} Fran^{co}. de Paula Mor-Joaõ An^{to}. daSilveira Luiza Meyrelles doCanto

VERSÃO NORMALIZADA

[Na margem esquerda:] 60. O Sargento Mor Graduado Caetano José Pinheiro e D. Maria Ilária Lacerda. 55

Aos dezasete de fevereiro, sendo de tarde nesta santa Sé da Cathedral de Angra feitas as diligências necessárias na forma do Sagrado Concilio Tridentino e Constituição deste Bispado sem se descobrir impedimento algum, como me constou de Alvará do Provisor João José da Cunha Ferraz Pregoeiro Mor desta Sé Juiz da Justificação de *Genere* e Casamentos pelo Ilmo. Rmo. Cabido Sede Episcopal vacante na presença de mim Fraco. de Paula M^o. R^{or}. da mesma, e testemunho abaixo assinado do Capitão Luís Meireles do Canto Casado e o red^o. Mestre João Aantónio, fregueses desta mesma Sé, se casaram por palavras de presente por marido e mulher *in facie Ecclesiae* expressando mútuo consentimento como manda a Santa Madre Igreja o Sargento Mor Graduado Caetano José Pinheiro natural da Cidade de Coimbra, e viúvo de D. Maria Josefa desobrigada os três guarismos passados nesta dita Sé com D. Maria Hilária Lacerda, filha de João Pereira Sarmiento Lacerda e de Catarina Bernarda desobrigada os três Guarismos passados na Freguesia de Santa Luzia desta Cidade deste ano que foi em fevereiro de mil oitocentos e treze, e para constar fiz este termo, *era ut Supra*. R^{or} Franco de Paula Mor, João António da Silveira, Luísa Meirelles de Canto (rubricado)

OCap^{am} Caetano Joze Pin^o

68 ---- annos

S.N.º 9 bapte Evang^o

Pag. 200

Emos oito dias domez de Setembro doanno demil oito centos edezanove faleceu davida presente emidade desessenta eoitto annos pouco mais oumenos o Capitaõ daprimeira Companhia do Batalhaõ da Arthelharria desta Ilha Terceira Caetano Jozé Pinheiro graduado em Sargento Mor cazado segunda vez com D. Maria Hilaria de Lacerda recebeu só o Sacramento da Extrema Uncaõ por estar dezacezado seo Corpo foi sepultado nesta S^{ta} Sé D' Angra sua freguesia, ep^a constar fiz este termo nodia mez e anno supera./

O R^o Francisco de Paula Pinheiro

VERSÃO NORMALIZADA

[Na margem esquerda:] O Capitão Caetano José Pinheiro. 68 anos. S. Nº 9 bapte. Evang^o. Pag. 200

Aos oito dias do mês de setembro do ano de mil oitocentos e dezanove faleceu da vida presente em idade de sessenta e oito anos pouco mais ou menos o Capitão da primeira Companhia do Batalhão da Artilharia desta Ilha Terceira Caetano José Pinheiro, graduado em Sargento Mor, casado segunda vez com D. Maria Hilária Lacerda, recebeu só o Sacramento da Extrema Unção por estar dezacezado, seu corpo foi sepultado nesta Santa Sé D' Angra sua freguesia, e para constar fiz este termo no dia mês e ano *supra*. O R^o Francisco de Paula Pinheiro (rubricado)

2.
Man^l. de Lens
con
Ant.^ª Maneiro
y Mayo

En treinta de
Junio de dho
año recibieron las
mas Vendiciones
delalglesia y lo
firmo
dho dia mes y año-
Puga

En la fr^a de S^{no} tirso de Cando al dia primero del mes de Marzo deste presenteaño de mil siete ci^{os} y cinq^{ta} y cinco yo Dⁿ fran^{co} bern^{do} Vazquez de horden y Con liz^{as} de Dⁿ Domin^{go} An^{to} Blan^{co} depu ga Cura y R^{or} de dha Fr^a aSisto almatrimon^o que Contrageron Man^l de Lens hijo legitimo de Domi^o de Lens y sumuge^r mariade Sⁿ martin v^{os} de la fr^a de S. Viz^{te} de Aro y aora difuntos, yan tonia de mayo hija legitima de martin maneiro ausente en el Reino de Castilla y su mug^r fran^{ca} de mayo v^{os} desta dha fr^a de Cando: aviendo precedido las tres admoniciones q dispone el s^{to} ConCilio de trento y no aver resultado impedim^{to} ning^o qe impida el Contraer dho matrim^o, y en Virtud de Certifica^{on} del Cura de ^sViz^{te} de Aro y despacho del S^r provi^{or} q en Virtud de informa^{on} de libertad q recibio dho Cura de Aro p^r aver asistido algⁿ tiempo en el Reino deportugal SeSirvio dar: fueron t^{os} gaspar lois y Juan de agra foxo V^{os} desta dha fr^a y p que Conste lo firmo con dho R^{or} dho dia mes y año.-
Domingo Antonio Blanco de Puga (rubricado)
Francisco Bernardo Vazquez

VERSÃO NORMALIZADA

[Na margem esquerda:] 2. Manuel de Lens con Antonia Maneiro y Mayo. En treinta de Junio de dicho año recibieron las más bendiciones de la Iglesia y lo firmo dicho día mes y año. Puga (rubricado)

En la feligresía de San Tirso de Cando al día primero del mes de Marzo de este presente año de mil setecientos y cincuenta y cinco, yo, Don Francisco Bernardo Vázquez de orden y con licencia de Don Domingo Antonio Blanco de Puga, Cura y rector de dicha feligresía, asistí al matrimonio que contrageron Manuel de Lens, hijo legitimo de Domingo de Lens y su mujer Maria de San Martin, vecinos de la feligresía de San Vicente de Aro y ahora difuntos, y Antonia de Mayo, hija legitima de Martín Maneiro, ausente en el Reino de Castilla, y su mujer Francisca de Mayo, vecinos desta dicha feligresía de Cando: habiendo precedido las tres admoniciones que dispone el Santo Concilio de Trento y no haber resultado impedimento ninguno que impida el contraer dicho matrimonio, y en virtud de Certificacion del Cura de San Vicente de Aro y despacho del Señor Provisor que en Virtud de información de libertad que recibió dicho Cura de Aro por haber asistido algún tiempo en el Reino de Portugal se sirvió dar: fueron testigos Gaspar Lois y Juan de Agrafoxo vecinos desta dicha feligresía y para que conste lo firmo con dicho Rector dicho día mes y año.

Domingo Antonio Blanco de Puga, Francisco Bernardo Vázquez (rubricado)

ANEXO II

**HEMEROTECA
E OUTROS DOCUMENTOS**

Europa -No. 1.

1. Manifesto A R.E.
2. Alim. Devs.
3. G. p. p. o. m. t. m.
4. Como o futuro (partidos)
5. Traduzir A manifesto.

No. 2

1. La France en 2000/2010.
- + 2. Primes à la X.

De Teixeira de Pascoaes a Pessoa

Por FRANCISCO FERNÁNDEZ DEL RIEGO

Era polo outono do 1971. Fun convidado daquela a dar unha conferencia en Lisboa, sobre as relacións dos homes da Xeneración «Nós» cos escritores portugueses. Fixo a miña presentación o Doutor Rodrigues Lapa, e figuraban, entre os asistentes, varios intelectuais do país irmán.

Refiríame, de primeiras, aos vencellos que con Galicia tiveron Julio de Lemos e outras xentes de letras de Viana do Castelo. Tamén ao semanario «Aurora do Lima», en cuas páxinas colaboraron literariamente diversos autores galegos. Pero sinalei, sobre todo, as referencias a Leonardo Coimbra, Fidelino de Figueiredo, Hernani Cidade, o propio Rodrigues Lapa, Jaime Cortesao, Mendes Correia, Agostinho da Silva, e de especial, a Teixeira de Pascoaes, tan intimados co movemento renacentista da nosa cultura. Pascoaes, e outros compoñentes do grupo da revista portuense «A Águia», estableceran durante longos anos asido intercambio cultural con Galicia. O autor de «Maranos» fóra unha das grandes figuras da «Renascença Portuguesa». A poesía desviouse despois por outros camiños. A maioría dos novos, e mesmo os non novos, agrupábanse ao redor de Pessoa. Era tan diferente a deste da creación de Teixeira, que o propio cantor do Marao chegou a lle negar a coalidade de poeta. Pascoaes vivía xa, póstumamente, lembrado como unha reliquia.

Os gostos endereitábanse cara outros horizontes: Cara unha poesía concentrada, epigramática, intelectual, refinada, cobizosa de si, segundo José Regio. No entanto, a do autor tan amante da lírica rosaliana, era expansiva, carriosa, inspirada, e mesmo xenerosa ate o desleixo e a condescendencia.

Ao remate da miña lería, dialoguei con algúns dos intelectuais ali presentes. Particularmente co Doutor Alfredo Guisado, por entón director axunto do xornal «República». Tratábase

do último supervivente do grupo do «Orpheu» e autor tamén de «Xente da aldeia», un libro de poemas galegos ilustrado por Castelaio.

A penetración do grupo «Orpheu» en Galicia, producírase en data máis ou menos recente. Pero antes, houbo dúas excepcións: O propio libro «Xente da aldeia», dado á estampa nos anos vinte; e unha cita de Fernando Pessoa feita por Vicente Risco, cando o seu nome era coñecido en Portugal nun círculo aínda abondo restrito.

O Dr. Alfredo Guisado, despois de falar da constitución do grupo de «Orpheu», aludiu á obra artónima e heterónima de Pessoa. Revelou que este leralle a Mario Carneiro certa noite, no desaparecido restaurante «Irmãos Unidos», a «Ode triunfal» suscrita por Alvaro de Campos. Acentuou a necesidade de lle amosar aos outros elementos do grupo aquel poema, escrito en papel timbrado nun lugar fóra de Portugal. Tentaba, así, conferirlle autenticidade vivinte ao heterónimo que viña de criar.

Mantiña Alfredo Guisado, de raizame ponteareana, vencellos familiares con Galicia. Por ser así, ofreceuse a entrar en contacto —segundo manifestou— cun dos seus moitos amigos de Vigo: o abogado Amado Garra. Este mandoulle decontado diversas follas de papel timbrado do «Ateneo» vigués. Nunha delas dactilografou Fernando Pessoa o devandito poema. E a seguido remesoullo a Luis de Montalvar, Guilherme Santa Rita, Armando Cortes Rodrigues e a Almada Negreira. Tratábase de lles facer ver que o seu autor, Enxeñeiro Álvaro de Campos, era un poeta residente por entón en Vigo.

Si o miñoto Teixeira de Pascoaes sintiu especial devoción pola terra de aquén Miño, Fernando Pessoa que contaba, quizais, con devanceiros na comarca muradana, quixo que fose Vigo o lugar no que o seu heterónimo Álvaro de Campos, firmase a «Ode triunfal».

H2. Os tempos de *Orpheu* e a "invenção" de Álvaro de Campos, na memoria transmitida por Alfredo Pedro Guisado a Francisco Fernández del Riego. *La Voz de Galicia*, 11/12/1988 (Fernández, 1988: 3).

POETAS LUSITANOS



JUAN MARÍA FERREIRA

Posee el idioma portugués, como el gallego, un don especial que hace que la poesía lusitana tenga un privilegio sobre la poesía de otros muchos idiomas: la melodía. ¿Habéis paseado ya por las hermosas y encantadoras florestas gallegas impregnadas de una poesía llena de atractivos? ¿Y no habéis recorrido la campiña del Miño portugués y la de Vianna do Castelo á Oporto y los paraísos de Canyá y Estoril? Pues bien: todo ello no es más que una continuación de nuestra adorada Galicia, cuyas tradiciones y psicología son idénticas á las nuestras.

Portugal cantó siempre por voz de poetas, y el más insigne de ellos, Camoens, tenía una costilla gallega.

Hoy puede decirse que la poesía se halla en crisis y por lo mismo hay en la líra—como en todas las cosas—disidentes. Los clásicos, como Guerra Junqueira, Gomes Leal, Eugenio de Castro, Antonio Correia d'Oliveira, Alberto Mousaraz, Lopes Vieira, Juan María Ferreira, Teixeira de Pascoais y pocos más de talla, forman un cuadro de brillantes poetas.

Fernando Pessoa, Mario de Sá Caraceni, Antonio Ferró, Alfredo Pedro Luisado, Carlos Rodríguez, Augusto Cunha y algunos más, forman otro grupo de jóvenes poetas de la escuela moderna, propiamente dicha, y que ha causado gran revuelo en el grupo de los Renacimiento.

Un país cuya belleza natural difícilmente puede ser superada por ningún otro, tiene que dar hombres que, dotados de luminosos cerebros, sepan cantar sus glorias. Por eso en el horizonte de la poesía lusitana vemos asomar una serie de trovadores que, triunfantes ó no en su escuela, han de recomparar mañana á los clásicos que hoy son una gloria de la literatura de Camoens.

Fodríamos referirnos á muchas de las valiosas obras de los poetas que hemos apuntado. Todos ellos han escrito obras excelentes que les han consagrado en la pléyade de los literatos de primera fila.

Entre éstos halláase también D. Juan María Ferreira, que se destaca por sus bien inspirados versos.

El Sr. Ferreira dedicóse con ardor al cultivo de las letras. Cuando aún frecuentaba los claustros de la Universidad publicó algunos trabajos de carácter político. Su obra "El Marqués de Pombal", prologó cierto escándalo. Pasada esta época de ardor juvenil, Ferreira dedicóse al cultivo de la poesía, publicando su poema "Jesús de Nazaret" con estilo lleno de unción que denotaba poseer un cerebro de poeta. Siguióse á esta su "Excelesá", dedicada á la reina Doña Amélie de Orléans.

Dos años después publicó su libro "Tristezas" que le colocó en la pléyade de los poetas modernos más distinguidos.

El pequeño poema "Príncipe de Martirio", escrito á raíz del atentado de Torreiro do Faço, fué un libro tan hondamente sentido que le abrió las puertas de la Real Casa.

Al año siguiente publicó el "Himno á la Primavera", que mereció los más encomiásticos artículos de la prensa de Lisboa y Oporto. Del consagrado poeta Gomes Leal recibió una expresiva carta por tan delicada obra.

Su poema "Mañana", cuya tercera edición se halla actualmente agotada, fué también consagrado por la crítica y premiado en los juegos florales de Lisboa. He aquí una de sus estrofas:

E. pelo mundo fóra,
á braada luz que envolve a vastido sonora
no sei d'outrado maoto,
tan meigo, puro e santo,
renasce para vida universal!
a mater natureza.
E no livro de Deus, amplo missal
de percal belezas,
cincenta cotovia
anunciando o dia
salmodeia seu cantico primeiro,
dizeido ao mundo inteiro
que um dia á mais nasce
e que ele maíto em breve ao náda volverá.

"Amor" y "Oasis" son sus últimas obras. La primera es una poesía tan bien sentida como inspirada y real. La segunda es, también, de delicados versos que revelan su constante progreso literario.

D. Juan María Ferreira,—cuyo retrato honra nuestras columnas— poeta de gran inspiración, es un admirador de España, á la que llama patria del arte y de las mujeres hermosas.

ALEJO CARRERA MUÑOZ.

Lisboa, Noviembre de 1914.

LA ROSARIO

EL REY DEL TOCADOR

Gran fábrica de jabones comunes y finos perfumados. Especialidad en lociones, Aguas de Tocador, Kananga, Divina, Florida, Brisa de la Montaña. Extractos superfinos para el pañete y en toda clase de perfumería.

PEREDA y Cia., S. en C.

SANTANDER

NO MAS VELLO

VALIOS COSMETICOS en FRASCO
NO LERITA EL COTON
CITTA
EL PLO EN 2 MINUTOS
NATALIA RAZZ
BORRELL Hvos. Amalia, 62, Barcelona
SE ENVIAN POR AGUA CUANDO SE ATIENDE EN 1914. P.

De venta en todas las Droguerías y Perfumerías—

Peña-Castillo

Sanatorio destinado á enfermos del aparato digestivo, diabetes, reuma, nutrición y nervios.

Parque grandioso, Hidroterapia, Cocina dietética, Electroterapia.

—(c)— Pídanse folletos —(c)—

Director: Dr. Morales.—Santander

Clichés usados

de "Vida Gallega"

pueden obtenerse en nuestra administración al precio de pesetas 0'02 centímetro cuadrado y los gastos de envío.

La exclamación del Cardenal arranca a la multitud un murmullo de expectación y de sorpresa. Todos los ojos convergen en el púlpito, delante del cual se prepara el espectáculo no visto. Frente al altar mayor, enemigo de la nave, está, en el suelo aún, el incensario gigantesco. Por entre su costillar de plata resplandeciente, se retuercen las lenguas del fuego que arde en el ventrudo seno del porticado. Siete hombres, en círculo alrededor de una robusta soga, que se ramifica en siete cabos, esperan, para alzarlo, la voz cardenalicia. El Cardenal ordena, al fin, que sea puesto en movimiento.

El botafumeiro¹, silenciosamente elevando por brazos vigorosos, se levanta sobre las cabezas de los fieles. El incensador le imprime el movimiento de balance, y la masa argeada dibuja en el aire, con trazos de humo que aromatizan el ambiente, su primer paseo triunfal sobre la masa. Un grito se escapa entonces de los pechos. El asombro y el temor hablan con ruidosa ingenuidad por los labios temblorosos. Allí está, paseando señorial sobre seis millares de personas, corriendo hacia los altos rosetones, para bajar después, como si fuese a desplomarse, el tradicional botafumeiro; el magnífico, el pasmoso, el único en el mundo...

El Cardenal sigue con los ojos, con la expresión, con todo el cuerpo, como si quisiese incorporarse a él y encenderse en el fuego que llamas en sus entrañas, los movimientos, llenos de magestad, del incensario. Y cuando, al descender, un "ah!" prolongado, monoritmico, solemne, mezcla de entusiasmo y de pavor, entrecortado cuando la mole metálica se acerca, lleno de confianza cuando huye, corrió por las naves de la catedral como un trueno prolongado, el Cardenal se rie como un niño y, placentero, parece cerrar sus ojos, llenos de gratitud, hacia el buen Dios que le permite gozar de aquel espectáculo grandioso.

Pero algo falta en aquel concierto de inmensas emociones. El Cardenal lo advierte y mira a coro. Su diestra alza en ademán imperativo. Una estridencia impropia se mezcla con los gritos de la gente. Es el himno de la peregrinación, que empezó a correr entre las lenguas metálicas del órgano. Los fieles empujan entonces su cáncion, y gritando con todas las fuerzas de su alma. Y aquellas voces que se amortiguan como el rompedor de una ola que se deja cuando el incensario corre hacia la altura, se agigantan y vibran ardorosamente de emoción, como una valla que la fe quiere oponer a la ira de Dios que se aproxima, cuando el botafumeiro desciende amenazante y, envuelto en humo y flameando, pasa, silbador, áras de las cabezas.

El Cardenal, la diestra nuevamente en alto, manda que se descienda el incensario. Los hombres que tiran de la soga suspenden sudorosos su línea. El aparato desce lentamente la escala triunfal de su paseo andoso por las naves. Al fin, el incensador se alzarla a él y lo detiene. Un momento después el viento plateado del prodigio descansa sobre piso de mármol, en el mismo centro del "transporte" y el "Rey de los incensarios", descendido de su trono, sufre el asedio de la curiosidad, ya confinada, de la plebe.

El Cardenal desciende del púlpito. Los romeros salen de la catedral por la Puerta Santa, para ganar el Jubileo. La peregrinación ha terminado.

La leyenda de Conjo

He decidido visitar el manicomio. Rey Alvieste se ha brindado a acompañarme. Por supuesto, haremos lo posible por no quedarnos dentro. Continuaremos, como siempre, siendo pacíficos *externos*.

No sé por qué empelo esta palabra. Tengo que explicársela. Fue un día del Apóstol. Unos forasteros pasaban, a las orillas del Sar por las alamedas magníficas de Conjo. Iban en compañía de unos cuantos aldeanos. Allí por el lado de la ciudad sonaron unas bombas. Enseguida comenzó el tronido ensordecedor del fuego tradicional de la fiesta jacoba.

—¿Qué ocurre en Santiago?— se le ocurrió preguntar a un forastero.

Y gravemente le contestó uno de los locos.

—Son los externos. Los pobres se divierten.

En Conjo, como se ve, los locos no están de menos la vida ciudadana. Las riberas del Sar son un encanto. Y lamando el verdor que las matiza, pasan las aguas con tal ritmo que parece que repiten los vientos deliciosos que, mirándose en aquellas líneas transparentes, procesa la musa genial de Rosalía.

Todo es poético aquí, en el manicomio el campo, el río, el monasterio, la leyenda. Hasta el director del manicomio es uno de los grandes bardos de Galicia: Barcia Caballero.

De sus labios brota la leyenda. Estamos debajo de las copas de los sauces. El río, plateado, herido por un sol marzal, lleno de fuego, se desliza blandamente. En las orillas vemos herir el cascido azul de las violetas. La naturaleza parece un madrigal entonado por los matices de las flores, el murmullo de las hojas y la canturía de las aguas. Nos rodea el espíritu sutil de las geórgicas. La leyenda llega dulcemente a nuestro oído, como un canto juglaresco dicho a media voz, con el recato del amor, al pie de la celosía de la dama nacarina, la de ojos como el lino y bíceles como el oro: como era la protagonista de la historia.

Esto pasó hace algunos siglos, en los bellos días luminosos de la tradición compostelana. Allí en la Pídarca, cara a las brumas de Britania, había una bellísima doncella, Lamámbas Ruinsida. Era noble por el sangre y noble por el alma. Sus carnosos tenían la misma firmeza de las armas que en las jutas del valor sostenían sus glorias familiares.

Amaba locamente a la doncella un caballero que se llamaba Americo Canogio, y ella tenía para la pasión de aquel manco las flores de su agrado. Aquellos amores, como las aguas del Sar, se deslizaron mansamente.

Pero la fatalidad puso una llama en el corazón de un noble poderoso y altanero: el Conde Garino, y éste pretendió a la prometida de Americo. Ruinsida negóse a traicionar a su amor. Garino juró tomar venganza. El hado del dolor lo puso al alcance de su acero.

Entero de muerte el anciano padre de Americo, su hijo, el galán enamorado, herido en lo más íntimo de su inmenso amor, Ruinsida, ofreció a Dios venir a rogar por su salud delante del sepulcro del Apóstol. Era la gran promesa de aquellos tiempos fervorosos. Cerráremos los ojos ante el dolor de la despedida de los novios. Ella traspasa de dolor, correrla llorando a la más alta de sus loaves. El, habría sentido morirse el corazón al perder de vista, acaso para siempre, los claros ojos azules y los bíceles de oro de Ruinsida. Si amátiess a una mujer alguna vez en vuestra vida, podríiss advertir como pudo ser el duelo de Americo.

Eran aquellos tiempos los de las peregrinaciones que hicieron famosa a Compostela. Los peregrinos recorrían centenares de leguas a lo largo de ásperas veredas, sembradas de ascanzas, bordeadas por el pavor de la tragedia. El peligro era su eterno compañero sobre la fiera faz de las tierras turbulentas. Muchas veces tenían que luchar como plebeyos los que estaban hechos a mandar como señores. Sufrían sed y hambre y algunos de aquellos hombres singulares, sin recordar toda la senda comenzada, despertaban en el seno de la muerte, el rostro palidecido por la angustia besando las zarzas del camino. Figúraros ahora el hero dolor de la amante mujer que lo sabía...

Cuando Americo partió, Garino renovó inutilmente sus instancias. Entonces fraguó su venganza, y jurando matar a su rival antes de que llegase a Compostela, tomó también el juego camino de Galicia.

Ruinsida, que lo supo, vistióse un disfraz varonil y salió detrás de ambos caballeros. Pero fue vana elánia loca con que corrió sobre los campos y salvó la corriente de los ríos, y desató el frío de las noches del fuego de los días. Cuando alcanzó a los caballeros, ya Garino había consumado su venganza. El prometido vacía muerto en una hospedería del camino, y el homicida había huido.

Entonces, ante el cadáver de su amado, Ruinsida juró cumplir la promesa que Americo había hecho de visitar el sepulcro del Apóstol. Después consagró a Dios el resto de sus días. Sobre la tierra de Galicia fundaría un monasterio. Habría de levantarse allí donde sus ojos viesen posarse, sobre la esmeralda de nuestros campos prodigiosos, un bando de palomas...

Tal es — en la leyenda — el origen del monasterio de Conjo, fundado a la memoria de Americo Canogio por su valerosa prometida. Allí perpetuó la religión el nombre del creyente peregrino, mil años por el puñal de una pasión, lejos de la patria y del sepulcro jacobo, cuando corria hacia él, para salvarla, la angélica Ruinsida, que, para parecer varon y aventurarse en los caminos, había hecho, por imperio del amor, el cruento sacrificio de sus bíceles de oro...

Entre las almas apagadas

Me parece muy bien que sea un poeta quien dirija un manicomio. No lo digo porque sea los poetas dichosos seres intermexos entre los cuervos aparentes y los locos oficiales. Lo digo porque la ciencia frenopática debe de ser — yo tengo el gran consuelo de ignorarla — ciencia psicológica, de medicinas morales que puedan ingerirse en los espíritus a los sonos milagrosos de una lira. Entre un poeta y un cirujano, yo preferiré, de por vida, frente a una enfermedad mental, a la ciencia rajante del cirujano, que secciona, la dulce fuerza de persuasión del arte del poeta, que conmueve. Una oda puede, en trance tal, curar más eficaz que una sierra. El bistrú aún no se ha atrevido con el alma.

Por esto, tal vez, Conjo está emplazado entre aguas que murmurran y entre campos que florecen. Con el recuerdo de Rosalía pendiente de las "follas novas" de los sauces. Entre el polvo de luz de una romántica leyenda. Lejos de los altos muros sombríos de los templos y de las rectas voces severas de los bronces. Donde la paz bionética haya las espíritas en frescas celdas de poesía virgílica.

D. Juan Barcia Caballero nos acompañó bondadoso. Mal dicho: nos conduce. El poeta deja de serlo para cortar los vuelos de nuestra penetración inquisitiva. Dejarnos a solas entre las huéscas anormales, sería la mayor de las locuras. Acaso dudásemos el paso voo de algún espíritu entrecorrido en las regiones de lo absurdo, en el instante de aligerarse a los ciclos esplendentes de la luz de la consciencia. Los locos necesitan cuidadoso intermediario. D. Juan Barcia tiende un cable entre la obscuridad de sus almas nebulosas y el projector de nuestra curiosidad escudriñante.

Buscamos emociones. No hemos salido a caza de noticias. Pero éstas llenarán eternamente nuestra vida. Estaba escrito. Nos las comunicó D. Juan Barcia. Nos salen al encuentro. No podemos reservarlas.

El manicomio de Conjo es uno de los mejores de la tierra. Si no hay otros tantos habitados, poned de todo el mundo. Sobre esto no se dude. El director nos lo asegura. Nos lo dicen los pabellones hermosísimos; los patios espaciosos, las salas luminosas, los techos elevados, los alegres comedores, los quintetos pensionistas, el agua, que borbotica juguetona: trescientos litros por día y alienado.



EL TEA

PRECIOS DE SUSCRIPCION
 En Puntos: Trimestre, una peseta 25 centinos.—En todo España, Semestre, 3.—En Portugal, Abo, 8 pesetas.—En América, Abo, 12.

Pagos adelantados.—Número sueldo 10 céntimos.

**Semanario político independiente
 defensor de los intereses del distrito de Puentearreas**

SE PUBLICA LOS VIERNES

Vigo 9 de Abril de 1915

**LOS REPATRIADOS
Y BUGALLAL**

De un régimen, de unas instituciones que obligan a la existencia de un país...

Los repatriados

Vino es que el ministro, está con esos infelices, en descubierta de soldados de dinero. Pero de hijo los aldea algo mas caro, de más valor todavía que esos alcares sin mermados y herre-gateados.

El Sr. Carricho lo dice de sus ardides.

Por Galicia

Si bien es cierto que Galicia no ha dominado por los moros sino que solo sus poblados han sido víctimas de las correrías de aquellos, también es cierto...

Vigo 9 de Abril de 1915

Los repatriados

Vino es que el ministro, está con esos infelices, en descubierta de soldados de dinero. Pero de hijo los aldea algo mas caro, de más valor todavía que esos alcares sin mermados y herre-gateados.

El Sr. Carricho lo dice de sus ardides.

Los repatriados

Vino es que el ministro, está con esos infelices, en descubierta de soldados de dinero. Pero de hijo los aldea algo mas caro, de más valor todavía que esos alcares sin mermados y herre-gateados.

El Sr. Carricho lo dice de sus ardides.

Los repatriados

Vino es que el ministro, está con esos infelices, en descubierta de soldados de dinero. Pero de hijo los aldea algo mas caro, de más valor todavía que esos alcares sin mermados y herre-gateados.

El Sr. Carricho lo dice de sus ardides.

Vigo 9 de Abril de 1915

Los repatriados

Vino es que el ministro, está con esos infelices, en descubierta de soldados de dinero. Pero de hijo los aldea algo mas caro, de más valor todavía que esos alcares sin mermados y herre-gateados.

El Sr. Carricho lo dice de sus ardides.

Los repatriados

Vino es que el ministro, está con esos infelices, en descubierta de soldados de dinero. Pero de hijo los aldea algo mas caro, de más valor todavía que esos alcares sin mermados y herre-gateados.

El Sr. Carricho lo dice de sus ardides.

Los repatriados

Vino es que el ministro, está con esos infelices, en descubierta de soldados de dinero. Pero de hijo los aldea algo mas caro, de más valor todavía que esos alcares sin mermados y herre-gateados.

El Sr. Carricho lo dice de sus ardides.

Vigo 9 de Abril de 1915

Los repatriados

Vino es que el ministro, está con esos infelices, en descubierta de soldados de dinero. Pero de hijo los aldea algo mas caro, de más valor todavía que esos alcares sin mermados y herre-gateados.

El Sr. Carricho lo dice de sus ardides.

Los repatriados

Vino es que el ministro, está con esos infelices, en descubierta de soldados de dinero. Pero de hijo los aldea algo mas caro, de más valor todavía que esos alcares sin mermados y herre-gateados.

El Sr. Carricho lo dice de sus ardides.

Los repatriados

Vino es que el ministro, está con esos infelices, en descubierta de soldados de dinero. Pero de hijo los aldea algo mas caro, de más valor todavía que esos alcares sin mermados y herre-gateados.

El Sr. Carricho lo dice de sus ardides.

7. Capa do semanário galego *El Tea*, 63, 09/04/1915.

Crónica de Lisboa

(DE NUESTRO CORRESPONSAL)
 Revuelo literario.
 Los poetas de "Orpheu"

Hace días vió la publicidad una revista trimestral de literatura que tiene por título *Orpheu*. En ella colabora un grupo de poetas que dan por el nombre de *poeticos* o sea el nombre de la novísima escuela poética que sus discípulos quieren hacer popular o célebre.

Este grupo de jóvenes son: Mario de Sá Carneiro, Luis de Montalvor, Ronald de Carvalho, Fernando Pessoa, José de Almada Negreiros, Cortes Rodrigues, Alvaro de Campos, Alfredo Pedro Guisado y como editor figura Antonio Ferro.

Nosotros quisiéramos conocer a fondo la poesía portuguesa para formular una opinión propia referente a la escuela sustentada por estos jóvenes literatos, que hoy son señalados por las calles como innovadores de la musa lusitana.

Innecesario se hará decir a nuestros lectores que la primera edición se está agotando, porque hoy no hay nadie que no desee leer la ya célebre revista *Orpheu*, tan raras, rarísimas, son las inspiraciones que la misma contiene.

Los llamados *poeticos* han aguantado sobre ellos la implacable metralla de la prensa cotidiana lisboense. Algunos diarios llegaron a dar la palabra al doctor Julio de Mattos, versado en enfermedades mentales.

A *Capital* lleva su crítica al extremo siguiente:

«Los colaboradores de *Orpheu* nunca se revelaron como literatos sino en manifestaciones idénticas a las que llenan las páginas de la revista, y de ahí no es posible juzgar su valor real. Lo que se concluye de la lectura de los llamados poemas, suscritos por Mario de Sá Carneiro, Ronald de Carvalho, Alvaro de Campos y otros, es que pertenecen a una categoría de individuos que la crítica definió y clasificó dentro de los manicomios, mas que pueden, sin mayor peligro, andar fuera de ellos.»

Como los lectores de *El Tea* observaran, los críticos literarios de este país no son para bromas. Por otra parte los llamados *poeticos*, que parece tienen la monomanía de los puntos suspensivos, no se aterrorizan y continúan a *outrance* imponiéndose o imponiendo su atrevida escuela, aunque, como es natural, no encuentren grandes adeptos en el pueblo.

Sin embargo, ello es un buen síntoma, pues demuestra que hay cerebros y que, cada uno en sus diversos modos de pensar, tiene el buen deseo de legar a su patria una obra de grandeza literaria.

ALEJO CARRERA.

Lisboa, 04V.915.

H8. Resenha de *Orpheu*, por Alejo Carrera Muñoz, "Crónica de Lisboa. Revuelo literario. Los poetas de 'Orpheu'", *El Tea*, 63, 09/04/1915, p. 2.

ORPHEU

La juventud lusitana

Todo el brío, toda la fuerza impulsiva de la juventud intelectual portuguesa, ha dejado su brida suelta en el galopar de sus nobles ansias, de sus altos anhelos, buscando siempre con sus propias ensoñadoras aspiraciones y que se llama *Orpheu*.

Esta revista que algunos han motejado de futurista, no es sino lo contrario de lo que a ese dictado se le quiere hacer significar. Claro está que para jóvenes que sueñan y tienen empuñadas sus almas por celajes de deslumbrador ideal, todo propósito de arte es un *mercado futurista*. No ya entendiendo al valor de la frase en modernización sino a su estricta equivalencia gramatical.

Se nos antoja que por envolver la idea de esos muchachos—entre ellos algunos ya de significado prestigio literario—en la atmósfera de opio que emana de esa escuela que han dado en llamar *futurista* y para su bafa y rebajamiento, calificaron la revista *Orpheu* con ese mote.

La obra de *Orpheu* es ya una realización.

La revista llegó a mis manos y en el primer momento, al observar el detalle modernista de la portada, me creí también ante un fraude escandaloso del buen gusto y la pureza armónica nacida de toda concepción hecha con el aliento de unos pechos jóvenes. Pero, abierto el libro, vi en él que todo era Mayo y el perfume de una floración impoiúta y trascendente salía de aquellas bien pergeñadas páginas.

Toda la juventud lusitana está en *Orpheu*, pero toda esa juventud que en algunos pueblos no hay y su ausencia deja notar el más triste yermo de ideal; y por lo tanto de alma, de vida.

Luis de Montalvar, director de *Orpheu*, traza concisamente en el prólogo de la obra de esta revista, su programa. Que es ensaltecierlo todo: hermanar las cumbres; conquistar el abrazo de Portugal, América y España; pero de ellas en-

firmas y recia raíz. Sobre esta que es el punto trascendente del *Orpheu* y en el cual el cruzado por ver reflejado un rayo lunar de sus ensoñaciones, presta predilección y entusiasmo.

De los trabajos que ponen en la simpática revista hátilos de conciencia literaria, podríamos hablar largamente.

Entre ellos hay un poeta colocado frente a un horizonte luminoso y radiante: Alfredo Pedro Gusnado.

Jesús Cano.

6 *Peculo*

DE FOR.

Futurista

Ha otro dentro em mim a
Um barra, um pó, em jotas
Capacetes de gelo,—catedros
Loça da China, sacos de c

Sou topazio, sou hoto de ra
Anfura de ouro fino entre c
No meu peito estreado ha
Incompreensivel para um.

Em campos de latão minha
Canta em mim um haugran
Delicando no milho), sega

... Gosta o leitor do que li
se não gosta, descanpe a m
—São versos à maneira futu

BRASIA

3 *Jumbo*

H9. Recortes no caderno de Mário de Sá-Carneiro com a resenha de *Orpheu* aparecida em *La Concordia* de Vigo, documento bn-acpc-e-e3-155_0069_34_t24-C-R0150.

Orpheu

Una revista literaria que con este título ha comenzado á publicarse en la capital de la vecina República, escrita por unos cuantos jóvenes que gozan de gran popularidad en el mundo de las Letras, está siendo objeto de muy calurosos comentarios entre periodistas y literatos.

Y no podía esperarse otra cosa. Si se tratase de gente de poco más ó menos, de unos cuantos ilusos que intentasen darse á conocer rompiendo moldes y haciendo mangas y capirotés de cuantos recursos utilizaron otros para immortalizarse, su labor buena ó mala, habría de pasar inadvertida entre las cuchufletas y ditirambos de unos cuantos críticos amantes del café de á *vin-lén*; pero como esa juventud que ahora arremete con valentía contra todo y contra todos, no ha salido del montón de los anónimos, sino que ha sabido justificar más de una vez su competencia y valimiento en la prensa y en el libro, forzosamente había de llamar la atención de unos y excitar la sátira mordaz y rastrera en otros, esa obra que, llámese como se quiera, significa una verdadera revolución en la literatura portuguesa.

Hemos leído algunos comentarios, poco respetuosos unos y desatinados otros.

A Capital, al emitir juicio, hace tan extravagantes manifestaciones y arremete con tanta furia contra los colaboradores de la nueva revista, que no podemos tomar en serio sus consideraciones harto apasionadas y fuera de razón.

Pretende hacer crítica literaria y lo único que consigue es exteriorizar el odio ó la envidia que siente hácia algu-

no de los jóvenes literatos, valiéndose para ello de copiar trozos de composiciones que luego no analiza ni comenta, sin duda por ser cosa muy superior á las fuerzas del anónimo comentarista de *A Capital*.

No hemos de decir ahora si la labor de esa juventud que honra á su patria, habrá ó no de prosperar; mas lo que sí nos atrevemos á afirmar, es que la nueva escuela ha de tener muchos partidarios en todas esas tierras en que se habla el idioma tierno y melodioso de Camoens.

Porque es lo cierto que los fundadores de *Orpheu*, verdaderos revolucionarios de la pluma, no son, como hemos dicho antes, cuatro mozalbetes almidonados, con muchas pretensiones y sin ningún prestigio, sino escritores de muy sólida reputación, hallándose entre ellos Alfredo Pedro Guisado cuyos trabajos hemos leído y admirado varias veces en las columnas de la prensa española.

Esta nueva escuela, lejos de apartarse del arte, rompiendo el ánfora divina en que bebieron los genios de la poesía portuguesa, pretende hermanar lo bello y lo sublime dando vida á la idea, color al pensamiento.

Esos jóvenes enamorados de la nueva escuela, por ellos creada, constituyen una hermosa aristocracia intelectual, la aristocracia del nuevo estilo que sabe entrelazar las opacidades de melancólicos atardeceres con los bellísimos destellos de doradas auroras.

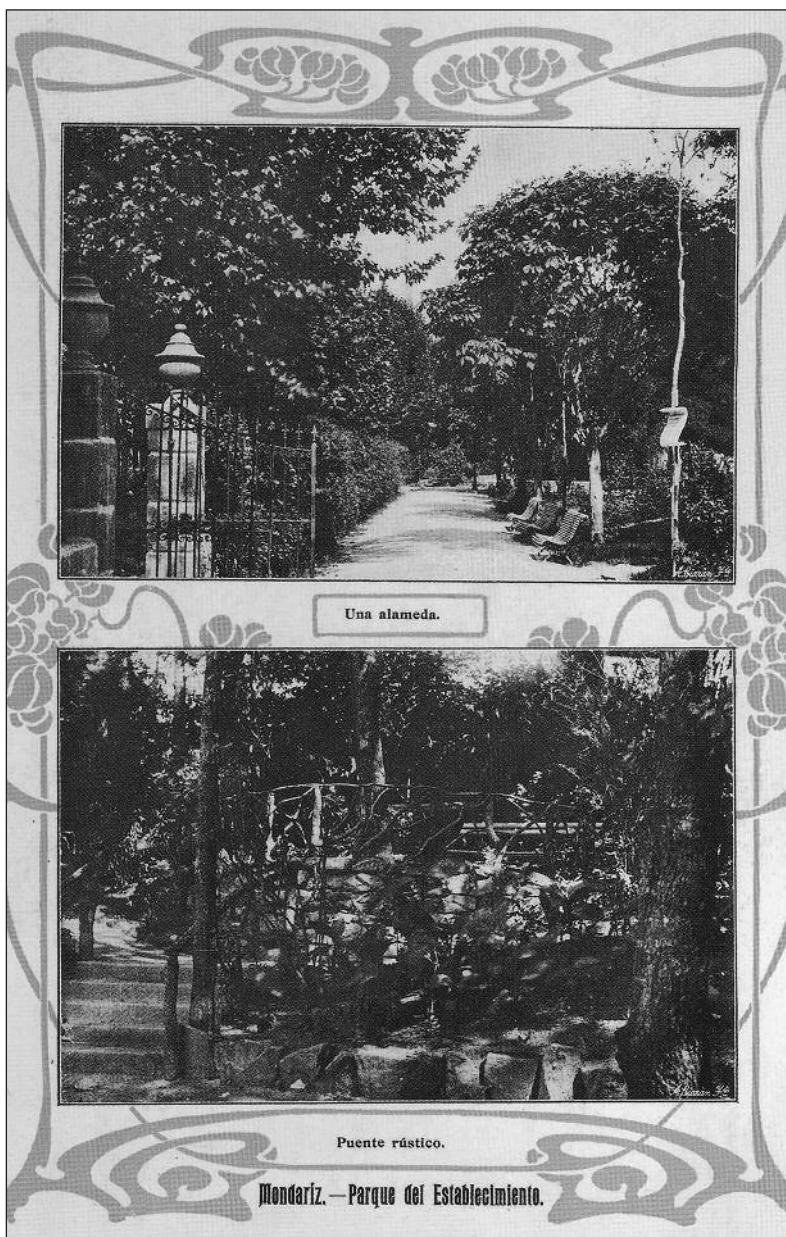
Y hemos de terminar este brevísimo trabajo, dando un fuerte y sincero ¡hurra! á esos rebeldes artistas que con tanta valentía y arrogancia vuelven los ojos hácia lo porvenir, despreciando con una sarcástica sonrisa bajezas, odios y desplantes de cuatro miserables sapos.

R. R.

(Jornal de Viço)



H10. Resenha de *Orpheu*, por R. R., recorte retirado do "envelope" 155 do Espólio de Fernando Pessoa (ESPÓLIO 3 da Biblioteca Nacional de Portugal).



H13. Vistas do 'Parque' do Balneário segundo bilhetes postais publicitários da época (Díaz, 2003: 47).



"CABALEIROS NEGROS"./ D. Francisco Javier Padín Vaamonde./ Madeira policromada./ 1928./ 42,5 x 63 x 18./ O modelo orixinal consérvase na colección dos fillos de Asorey. Presentada no "Salón dos humoristas" en Madrid no ano 1916.

H17. Escultura de Francisco Asorey "Cabaleiros Negros", 1915 (*Catálogo*, 1989: 97). No grupo está representado D. Manuel Caeiro Sobrado, cónego da catedral de Santiago de Compostela.



H18. Escultura de Francisco Asorey no Panteão do cardeal Martín de Herrera, morto em 8 de dezembro de 1922. Igreja das Órfãs, Santiago de Compostela. D. Manuel Caeiro e D. Jerónimo Coco são representados aos pés.

Gráficos
COMPOSTELANOS

LA ENSEÑANZA DE LOS SORDOMUDOS: 1. El Director de la Escuela D. José Cruz enseñando a hablar. — 2. Una clase de costura, con la profesora. — 3. Una lección de Geografía. — 4. Un grupo de alumnos en la clase general. Al fondo los profesores Sres. Cruz Letamendi y Irujo. — 5 y 7. Nuevos arcos descubiertos en el palacio de Gelmírez, la más importante obra civil de estilo románico que tiene Europa, en la cual se realizan grandes trabajos de restauración costeados por el Cardenal Herrera. — 6. Busto de Fr. Pedro Ponce de León, primer educador de sordomudos por el procedimiento oral. Ejecutado en piedra de Novelda por el alumno sordomudo Alfonso Couto, aprendiz de escultor en el taller del Sr. Magariños. — 8. El culto canónico Sr. Caeiro que dirige los trabajos de restauración del palacio de Gelmírez.



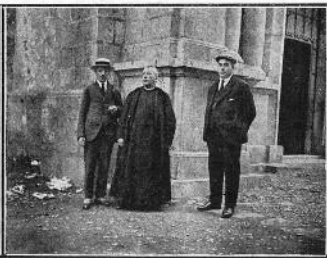
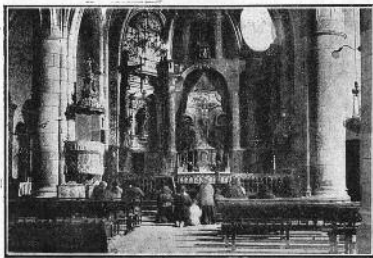
GRÁFICOS DE VIDA GALLEGA.

H19. "El culto canónigo Sr. Caeiro", abaixo à direita (Vida Gallega, 62: 24).

A donde van los peregrinos gallegos : Limpias



La famosa escultura del Cristo de la Agoría que se venera en Limpias — Exterior del santuario; iglesia parroquial



Interior del santuario — El director de VIDA GALLEGA, el ilustrado canónigo de la catedral de Santiago, Sr. Caero, y D. Julio Bruzos en su excursión a Limpias.

H20. Foto de Caero e do diretor da revista numa visita a um santuário galego (*Vida Gallega*, 182: 15).

Año 1922 : Núm. 123 : Viernes 15 de Diciembre

GALICIA

DIARIO DE VIGO

CONFERENCIA TELEFÓNICA

Por la libertad de los españoles cautivos

El Comité que gestiona su rescate presenta al ministro de la Guerra una nota muy enérgica

EN LA ESTACIÓN DEL MEDIO

El Dr. Juano Rivad, vicario capitular de la Mitra

LA MORMONA COMPOSTELANA

El Sr. Juano Rivad, vicario capitular de la Mitra

H21. Nomeamento do Sr. Caero Sobrado como "Ecolomo de la Mitra" em Santiago de Compostela (*Galicia - Diario de Vigo*, 15/12/1922).

LA VANGUARDIA

Página 96.—Martes 1 de febrero de 1927

UNA VANGUARDIA

En esta ocasión el cargo de vicario de la Mitra de la Mitra de Santiago de Compostela, Sr. Caero, y D. Julio Bruzos en su excursión a Limpias.

CATALOGACIÓN DE LOS SANTUARIOS DE GALICIA

La Mitra de Santiago de Compostela, vicario de la Mitra de Santiago de Compostela, Sr. Caero, y D. Julio Bruzos en su excursión a Limpias.

CONFIRMACIÓN DE LA MITRA DE SANTIAGO DE COMPOSTELA

El Sr. Juano Rivad, vicario capitular de la Mitra de Santiago de Compostela, Sr. Caero, y D. Julio Bruzos en su excursión a Limpias.

PALLECIMENTO

El Sr. Juano Rivad, vicario capitular de la Mitra de Santiago de Compostela, Sr. Caero, y D. Julio Bruzos en su excursión a Limpias.

CONFIRMACIÓN DE LA MITRA DE SANTIAGO DE COMPOSTELA

El Sr. Juano Rivad, vicario capitular de la Mitra de Santiago de Compostela, Sr. Caero, y D. Julio Bruzos en su excursión a Limpias.

H22. Confirmação ou novo nomeamento de Caero Sobrado na Catedral de Santiago de Compostela (*La Vanguardia*, 1/2/1927).

REFERÊNCIAS
BIBLIO-DOCUMENTAIS

1. Referências documentais*

[01] **Registo de batismo de Fernando Pessoa** (Lisboa, Mártires): Arquivo Nacional Torre do Tombo, Lisboa, PRQ/PLSB20 Paróquia de Mártires 1756/1911. Código de referência: PT/ADLSB/PRQ/PLSB20/001/B9; B9 Livro de registo de batismos 1885/1888. Microfilme nº 2541 SGU. Documentos concretos: (a) PT-ADLSB-PRQ-PLSB20-001-B9_m0107.jpg e (b) PT-ADLSB-PRQ-PLSB20-001-B9_m0108.jpg.

[02] **Registo de batismo de M^a Madalena Pinheiro, mãe de Pessoa** (Terceira, Angra do Heroísmo, Sé): Arquivo Regional da Região Autónoma dos Açores, Angra do Heroísmo. Registos Paroquiais, Batismos. Identificador: TER-AH-SE-B-1860-1864. Fonte: BPAR, ANGRA DO HEROÍSMO. Cobertura temporal: 1860-1864. Documento concreto: TER-AH-SE-B-1860-1864_0070.jpg.

[03] **Registo de batismo de Madalena Xavier Pinheiro, avó materna de Fernando Pessoa** (S. Jorge, Concelho de Velas, Freg. Velas): Arquivo Regional da Região Autónoma dos Açores, Angra do Heroísmo. Re-

* Os Documentos originais do Arquivo da Torre do Tombo de Lisboa foram adquiridos a partir dos microfilmes existentes, os do Arquivo Histórico Diocesano de Santiago de Compostela a partir da digitalização dos livros originais previamente consultados em sala. A aquisição entende-se em conceito de “cedência de imagens” e corresponde aos direitos de autor quanto à sua reprodução e cópia, não podendo ser vendidas nem trocadas com outras organizações ou pessoas e sendo consideradas de valor científico e não comercial. As autorizações são concedidas para uma única utilização, a que corresponde à deste trabalho. No caso da Biblioteca Pública e Arquivo Regional de Angra do Heroísmo, obtivemos de Rui Marques e Filomena Maria da Silva Barcelos, da Direção do Centro de Conhecimento dos Açores, intermediação e consentimento expresso que autorizava a reprodução documental obtida a partir da digitalização facilitada em linha. O autor deste livro, para além das especificações anteriores, tenta identificar claramente neste capítulo, com o máximo cuidado, a origem dos documentos citados ou reproduzidos e não tem noção da existência de outras limitações legais no que diz respeito ao seu uso na presente investigação, cujo consentimento para tal fim entende autorizado.

gistas Paroquiais, Batismos. Identificador: SJR-VL-VELAS-B-1833-1845. Fonte: BPAR, ANGRA DO HEROÍSMO. Cobertura temporal: 1833-1845, p. 0078. Documento concreto: SJR-VL-VELAS-B-1833-1845_0078.jpg.

[04] **Registo de óbito de Madalena Xavier Pinheiro, avó materna de Fernando Pessoa** (Terceira, Angra do Heroísmo, Sé): Arquivo Regional da Região Autónoma dos Açores, Angra do Heroísmo. Registos Paroquiais, Óbitos. Identificador: TER-AH-SE-O-1893-1903. Fonte: BPAR, ANGRA DO HEROÍSMO. Cobertura temporal: 1893-1903. Documento concreto: TER-AH-SE-O-1893-1903_0101.jpg.

[05] **Registo de batismo de Inácio José Pinheiro, bisavô de Fernando Pessoa** (Terceira, Praia da Vitória, Santa Cruz): Arquivo Regional da Região Autónoma dos Açores, Angra do Heroísmo. Registos Paroquiais, Batismos. Identificador: TER-PV-SANTACRUZ-B-1783-1801. Fonte: BPAR - Angra do Heroísmo. Cobertura temporal: 1783-1801. Documento concreto: TER-PV-SANTACRUZ-B-1783-1801_0269.jpg.

[06] **Registo de batismo de Ana Maria Xavier, esposa de Inácio, bisavô de Fernando Pessoa** (Lisboa, Oeiras): Arquivo Nacional Torre do Tombo, Lisboa, Paróquia de Oeiras 1582/1910. Código de referência: PT/ADLSB/PRQ/POER04/001/B9. B9 Livro de registo de batismos 1803/1808. Microfilme nº 1376 SGU. Documento concreto: PT-ADLSB-PRQ-POER04-001-B9_m0025_derivada.jpg.

[07] **Registo de casamento de Inácio e Ana Maria, bisavós de Fernando Pessoa** (Terceira, Angra do Heroísmo, Sé): Arquivo Regional da Região Autónoma dos Açores, Angra do Heroísmo. Registos Paroquiais, Casamentos. Identificador: TER-AH-SE-C-1814-1828. Fonte: BPAR, ANGRA DO HEROÍSMO. Cobertura temporal: 1814-1828. Documento concreto: TER-AH-SE-C-1814-1828_0124.jpg.

[08] **Registo de batismo de Caetano Dionísio José Pinheiro, trisavô galego de Fernando Pessoa** (Concelho de Outes, S. Tirso de Cando, Galiza): Arquivo Histórico Diocesano de Santiago de Compostela; Cando, S. Tirso, *Arciprestazgo Entíns, Serie Libros Sacramentales*, P006055, *Bautizados*, 08/07/1703 - 18/10/1758. Fol. 206r.

[09] **Registo do primeiro casamento de Caetano José Pinheiro** (Faro, Sé): Arquivo Distrital, Faro. Código de referência: PT/ADFAR/PRQ/FAR05/002/00009. Datas de produção: 1778 a 1795.

Cota antiga: PSFAR/002/Lv007. Documento concreto: PT-ADFAR-PRQ-FAR05-002-00009_m0068.jpg.

[10] **Registo de casamento (2º) de Caetano e Maria Josefa de Oliveira, trisavós de Fernando Pessoa** (Lisboa, Santa Engrácia): Arquivo Nacional Torre do Tombo, Lisboa. Código de referência: PT/ADLSB/PRQ/PLSB29/002/C9. Datas de produção: 1782 a 1790. Microfilme nº 1089 SGU. Documento concreto: PT-ADLSB-PRQ-PLSB29-002-C9_m0667.jpg.

[11] **Registo de batismo do primeiro filho de Caetano, trisavô galego de Fernando Pessoa** (Lisboa, Freguesia das Mercês): Arquivo Nacional Torre do Tombo, Lisboa. Código de referência: PT/ADLSB/PRQ/PLSB22/001/B6. Livro de registo de batismos. Datas de produção: 1783 a 1793. Microfilme nº 1034 SGU. Documento concreto: PT-ADLSB-PRQ-PLSB22-001-B6_m0159.jpg.

[12] **Registo de batismo do segundo filho de Caetano, trisavô galego de Fernando Pessoa** (Lisboa, Freguesia de Santa Catarina): Arquivo Nacional Torre do Tombo, Lisboa. Código de referência: PT/ADLSB/PRQ/PLSB28/001/B17. Livro de registo de batismos. Datas de produção: 1788 a 1795. Microfilme nº 1067 SGU. Documento concreto: PT-ADLSB-PRQ-PLSB28-001-B17_m1031.jpg.

[13] **Registo de casamento (3º) de Caetano José Pinheiro, trisavô galego de Fernando Pessoa** (Terceira, Angra do Heroísmo, Sé): Arquivo Regional da Região Autónoma dos Açores, Angra do Heroísmo. Registos Paroquiais, Casamentos. Identificador: TER-AH-SE-C-1798-1814. Fonte: BPAR, ANGRA DO HEROÍSMO. Cobertura temporal: 1798-1814. Documento concreto: TER-AH-SE-C-1798-1814_0140.jpg.

[14] **Registo de óbito de Caetano José Pinheiro, trisavô galego de Fernando Pessoa** (Terceira, Angra do Heroísmo, Sé): Arquivo Regional da Região Autónoma dos Açores, Angra do Heroísmo. Registos Paroquiais, Óbitos. Identificador: TER-AH-SE-O-1819-1843. Fonte: BPAR, ANGRA DO HEROÍSMO. Cobertura temporal: 1819-1843. Documento concreto: TER-AH-SE-O-1819-1843_0009.jpg.

[15] **Registo casamento dos pais de Caetano, tataravós de Pessoa** (Concelho de Outes, S. Tirso de Cando, Galiza): Arquivo Histórico

Diocesano de Santiago de Compostela; Cando, S. Tirso, *Arciprestazgo Entins, Serie Libros Sacramentales*, P006064. *Difuntos* 27/09/1703 - 23/06/1766; *Casados* 14/03/1704 - 28/05/1796. Fol. 67r.

2. Outros documentos citados

[16] **Registo de óbito de Manuel de Lens, pai de Caetano** (Concelho de Outes, S. Tirso de Cando, Galiza): Arquivo Histórico Diocesano de Santiago de Compostela; Cando, S. Tirso, *Arciprestazgo Entins, Serie Libros Sacramentales*, P006064. *Difuntos* 27/09/1703 - 23/06/1766; *Casados* 14/03/1704 - 28/05/1796. Fol. 108v.

[17] **Registo nascimento de Francisca Dominga, irmã de Caetano** (Concelho de Outes, S. Tirso de Cando, Galiza): Arquivo Histórico Diocesano de Santiago de Compostela; Cando, S. Tirso, *Arciprestazgo Entins, Serie Libros Sacramentales*, P006055, *Bautizados* 08/07/1703 - 18/10/1758, Fol. 212r e 212v.

[18] **Registo casamento de Agustin de Lens e Rosa Maneiro y Mayo, tios de Caetano** (Concelho de Outes, S. Tirso de Cando, Galiza): Arquivo Histórico Diocesano de Santiago de Compostela; Cando, S. Tirso, *Arciprestazgo Entins, Serie Libros Sacramentales*, P006064. *Difuntos* 27/09/1703 - 23/06/1766; *Casados* 14/03/1704 - 28/05/1796. Fol. 66v de *Casados*.

Europa. [Caderno de notas de Fernando Pessoa]: agenda commercial para 1911, [1914-1916], p. 41v. Documento bn-acpc-e-e3-144d2_0132_41v_t24-C-R0150.jpg.

Orpheu, por R. R., recorte facilitado a partir do “envelope” 155 do Espólio de Fernando Pessoa (ESPÓLIO 3 da Biblioteca Nacional de Portugal).

Orpheu. La pujanza lusitana, por Jesús Cano, recorte do caderno de Mário de Sá-Carneiro dedicado às notícias de imprensa sobre a revista. Documento bn-acpc-e-e3-155_0069_34_t24-C-R0150.

3. Bibliografía citada

ANTUNES, T. Q. (1831). *Colleção dos documentos officiaes relativos aos ultimos acontecimentos nas ilhas dos Açores - Dedicada á leal e brava guarnição das mesmas ilhas*, Angra, Imprensa do Governo, 44 páginas (exemplar e-Livro Google do Harvard College Library, <http://books.google.es/books?id=vZU-DAAAAYAAJ&dq>).

AXEITOS, Xosé Luís (1992). "Dos arquivos de Rafael Dieste. O diálogo epistolar dos irmáns Dieste (Eduardo-Rafael) ou a vida como literatura". *Boletín galego de literatura*. Santiago de Compostela: Universidade de Santiago de Compostela, Servicio de Publicacións e Intercambio Científico, pp. 103-107.

AXEITOS, Xosé Luís (1995a). *Rafael Dieste 1899-1981: unha fotobiografía*. Vigo: Edicións Xerais de Galicia.

AXEITOS, Xosé Luís (1995b). "Rafael Dieste. Cronoloxía". *Rafael Dieste. Heterodoxia e paixón creadora*. Em Víctor F. Freixanes [et al.]. Vigo: Edicións Xerais de Galicia, pp. 11-24.

BARCIA Caballero, Juan (1915). "Crónica literaria. ORPHEU. Revista trimestral de literatura. Portugal e Brazil-Lisboa". *El Eco de Santiago*, Santiago de Compostela, 06/04/1915, p. 1.

BARRETO, José (2015). "O Ano do *Orpheu* em Portugal". Em Steffen Dix (org.), *1915 - O Ano do Orpheu*. Lisboa: Edições Tinta-da-china, pp. 67-95.

BLANCO, José (2016). "*Orpheu* Regabofe Tiroliro". Em *100 Orpheu*, Dionísio Vila Maior e Annabela Rita (org.), Lisboa: Edições Esgotadas, pp. 81-95.

CALHEIROS, Antónío Almeida (2009). "A freguesia como unidade político-administrativa mínima em Portugal". Em *A parroquia en Galicia (pasado, presente e futuro)*. Xunta de Galicia, pp. 347-370.

CABRAL, João de Pina (1991). *Os Contextos na Antropologia*. Lisboa: Difel.

CABRAL, João de Pina, e Susana Matos Viegas (2007). *Nomes: Género, Etnicidade e Família*. Lisboa: Almedina.

CABRAL, Manuel Villaverde (2015). "Os Anos Incendiários. Uma Narrativa Cruzada". Em Steffen Dix (org.), *1915 - O Ano do Orpheu*. Lisboa: Edições Tinta-da-china, pp. 37-52.

CARRÉ ALDAO, Eugenio (1915). *Influencias de la literatura gallega en la castellana: estudios críticos y bibliográficos*. Madrid: Francisco Beltrán.

CARRERA Muñoz, Alejo (1914). "Poetas Lusitanos". *Vida Gallega*, 65, 20/12/1914, p. 27.

CARRERA Muñoz, Alejo (1915). "Crónica de Lisboa. Revuelo literario. Los poetas de 'Orpheu'". *El Tea*, 63, 09/04/1915, p. 2.

CASTILLO CAMPOS, María Jesús (1993). *Historia del balneario de Mondariz hasta 1936*. Madrid: Editorial de la Universidad Complutense, Facultad de Medicina, Servicio de Reprografía [Fac-símile de tese de doutoramento].

CASTRO, Ivo (1990). *Editar Pessoa*. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda [Colección Estudos da Edição Crítica de Fernando Pessoa, vol. I].

CASTRO, Rosalia de (1909). *Follas novas*. Madrid: Librería de los Sucesores de Hernando [Col. Obras completas, Prólogo de Emilio Castelar].

Catálogo (1989). *Centenario Francisco Asorey [exposición antológica]*. Santiago de Compostela: Museo do Pobo Galego, Imprenta Paredes.

Código Civil (1890). Carta de Lei de 1 de julho de 1867, Porto.

COONTZ, Stephanie (2006). *Historia del matrimonio. Cómo el amor conquistó el matrimonio*. Barcelona: Gedisa editorial [Título original: *Marriage, a History. From Obedience to Intimacy or How Love Conquered Marriage*. Trad. de Alcira Bixio].

DALDA ESCUDERO, Juan Juís (2009). "O papel da organización parroquial na análise e na ordenación do modelo de asentamento poboacional". Em *A parroquia en Galicia (pasado, presente e futuro)*. Xunta de Galicia, pp. 225-234.

DIAS, Eduardo Mayone (1975). "Um lusitanista catalão: Ribera i Rovira". *Revista Colóquio/Letras*, nº 27, pp. 62-67.

DÍAZ MARTÍNEZ, Carlos; ÁLVAREZ LIMESSES, Gerardo; BRAGADO, Manuel (2003). *A memoria de Mondariz-Balneario. Álbum de Postais*. Vigo: Edicións Xerais de Galicia.

Diccionario de apellidos españoles (2009). Madrid: Ed. Espasa. [Vid. FAURE]

Diccionario de la Lengua Española (1992). Real Academia Española, 2 vols. Madrid: Ed. Espasa Calpe.

Dictionnaire historique de la Suisse, DHS (<http://www.hls-dhs-dss.ch/textes/f/F2786.php>).

DIESTE, Eduardo (1911). *Leyendas de la música*. Madrid: Biblioteca de Autores Gallegos, Imprenta Alrededor del Mundo.

DIESTE, Eduardo (1913). *Buscón Poeta. Teorías disparatadas y cuentos de burlas*. Montevideo: D. M. Bertani.

DIESTE, Eduardo (1987). *Obra selecta. Cuentos, Teatro y Teoría estética*. Barcelona: Editorial Anthropos [Prólogos de Rafael Dieste e Carlos Gurméndez].

DIEZ MELCON, R. P. Gonzalo (1957). *Apellidos castellano-leoneses (siglos IX-XIII, ambos inclusive)*. Granada: Universidad de Granada.

DIX, Steffen (2015). “O Ano de 1915. Um Mundo em Fragmentos e a Normalização dos Extremos”. Em Steffen Dix (org.), *1915 - O Ano do Orpheu*. Lisboa: Edições Tinta-da-china, pp. 15-34.

DOMÍNGUEZ ORTIZ, Antonio (1994). “La inmigración de corto y medio radio en la Andalucía Moderna: modalidades y comportamientos”. Em *Migraciones internas y medium-distance en la Península Ibérica, 1500-1900*. Antonio Eiras Roel e Ofelia Rey Castelao (Editores). [I Conferencia Europea da Comisión Internacional de Demografía Histórica: Santiago de Compostela, 22-25 setembro 1993] Santiago de Compostela: Consellería de Educación e Ordenación Universitaria: Comisión Internacional de Demografía Histórica, 1994. Vol. II, pp. 357-379.

DRUMOND, Francisco Ferreira (1981). *Anais da Ilha Terceira*, 2ª ed., IV. Angra do Heroísmo: Governo Autónomo dos Açores, Secretaria Regional de Educação e Cultura, pp. 1-74, 102-144 e 209-258.

EIRAS ROEL, Antonio (1994). “Migraciones internas y medium-distance en España en la Edad Moderna”. Em *Migraciones internas y medium-distance en la Península Ibérica, 1500-1900*. Antonio Eiras Roel e Ofelia Rey Castelao (Editores). [I Conferencia Europea da Comisión Internacional de Demografía Histórica: Santiago de Compostela, 22-25 setembro 1993] Santiago de Compostela: Consellería de Educación e Ordenación Universitaria, Comisión Internacional de Demografía Histórica, 1994. Vol. II, pp. 37-83.

FARIA, António Machado de (1951). “O uso dos apelidos em Portugal”, *Bro-téria*, vol. LII, fasc. 2.

FAURE, Roberto; RIBES, María Asunción; GARCÍA, Antonio (2009). *Diccionario de apellidos españoles*. Madrid: Ed. Espasa.

FERREIRA, António Manuel (2003). “«Louvado seja Deus que não sou bom»: Alberto Caeiro, São Francisco de Assis e o menino Jesus”. Em Carlos de Miguel Mora (coord.), *Sátira, paródia e caricatura: da Antiguidade aos nossos dias*. Coimbra: Centro de Línguas e Culturas - Univ. de Aveiro, pp. 253-264.

FERNÁNDEZ CORTIZO, Camilo (2007a). “La emigración gallega a la provincia portuguesa de Tras-os-Montes y Alto Douro (1700-1850): evolución temporal, tipología y localidades de partida y de destino”. Em *Tomar estado: dotes e casamentos (séculos XVI-XIX)*. Douro: estudos & documentos; Ano 12, nº 22. Porto: GEHVID - Grupo de Estudos de História da Viticultura Duriense e do Vinho do Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, pp. 79-112.

FERNÁNDEZ CORTIZO, Camilo (2007b). “La emigración gallega al occidente de la región de Entre-Douro-e-Minho (siglos XIV-XIX)”. Em Alexandra Esteves e Maria Marta Lobo de Araújo (Coord.), *Ponte de Lima: Sociedade, Economia e Instituições*. Braga: CITCEM, Centro de Investigação Transdisciplinar ‘Cultura, Espaço e Memória’, pp. 83-106.

FERNÁNDEZ CORTIZO, Camilo (2010). “Matrimonio y régimen dotal en la Galicia de transición al interior en el siglo XVIII”. Em Maria Marta Lobo de Araújo e Alexandra Esteves (Coord.), *Tomar estado: dotes e casamentos (séculos XVI-XIX)*. Braga: CITCEM, Centro de Investigação Transdisciplinar ‘Cultura, Espaço e Memória’, pp. 33-55.

FERNÁNDEZ DEL RIEGO, Francisco (1988). “De Teixeira de Pascoaes a Pessoa”. *La Voz de Galicia*, domingo, 11/12/1988, p. 3.

FERREIRA, António Mega (2005). *Fazer pela vida. Um retrato de Fernando Pessoa o empreendedor*. Lisboa: Assírio & Alvim.

FONTENLA Rodrigues, José Luís (1987). “Pessoa e a Galiza”. Em Nós. *Revista galaicoportuguesa de cultura*, 7-12: pp. 21-38.

FORJAZ, Jorge e MENDES, António Ornelas (2007). *Genealogias da Ilha Terceira: Rayte a Silvano*. Lisboa: Dislivro Histórica, VIII, pp. 787-788.

FRANCÉS, José (1916). *El Año Artístico 1915*. Madrid: Ed. Mundo Latino.

FREIXEIRO MATO, Xosé Ramón (1995). *Rafael Dieste. Vida, personalidade e obra*. Santiago de Compostela: Edicións Laiovento.

FREIRE, Anselmo Brancaamp (1973). *Brasões da Sala de Sintra*. 2.^a ed., 3 vols. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.

GONÇALVES, Iria (1996). “Identificação medieval: o nome dos dirigentes concelhios em finais de trezentos”. *Revista Portuguesa de História*, t. XXXI, vol. 2, pp. 103-127.

GONÇALVES, Iria (1971). “Amostra de antroponímica alentejana do século XV”. Em *Do Tempo e da História*, Vol. 4, pp. 186-187.

GONÇALVES, Iria (1972). “Antroponímia das terras alcobacencas nos fins da Idade Média”, *Do Tempo e da História*, Vol. 5, p. 172.

GONÇALVES, Iria (1973). “Onomástica pessoal da Lisboa de quinhentos”. *Boletim Cultural da Junta Distrital de Lisboa*, n.º 79-80, p. 8.

GONZÁLEZ LOPO, Domingo L. (2009). “Gallegos en Portugal, una emigración (casi) olvidada (1700-1950)”. Em Maria Beatriz Rocha-Trindade (org.), *Migrações, permanências e diversidades*. Porto: Afrontamento, pp. 187-215.

Gran Enciclopedia Galega Silverio Cañada (2003). Dir. Benxamín Casal Vila, 44 Vol. Logo: El Progreso; Pontevedra: El Diario de Pontevedra.

Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira (1998-1999). Lisboa / Rio de Janeiro: Editorial Enciclopédia; Lisboa: Edições Zairol. 1ª actualização, 1981-1988, 10 volumes; 2ª actualização, 6 vols., 1998-1999.

GUISADO, Alfredo (1936). “Fernando Pessoa e a sua influência na literatura moderna”. *O Diabo*, 77, 15-12-1936, p. 8.

GUISADO, Alfredo (1969). *Tempo de Orpheu*. Lisboa: Portugália Editora [com um estudo de Urbano Tavares Rodrigues].

GUISADO NOGUEIRA, José (1988). *Mondariz, historia, guía y hechos pasados*. Mondariz: Ayuntamiento de Mondariz.

GUISADO, Alfredo (1996). *Tempo de Orpheu II*. Santiago de Compostela: Laivento [ed. J. A. Fernandes Camelo].

GUISADO, Alfredo e VVAA (2002). *Alfredo Guisado: Cidadão de Lisboa*. Lisboa: Livros Horizonte [com vários estudos e notas].

GUISADO, Alfredo Alfredo (2003). *Tempo de Orpheu*, Coimbra, Angelus Novus [ed. de António Apolinário Lourenço].

JÚDICE, Nuno (2015). “1915. O Ano de Todas as Rupturas”. Em Steffen Dix (org.), *1915 - O Ano do Orpheu*. Lisboa: Edições Tinta-da-china, pp. 53-66.

KRISTENSEN, B. e EVANS PIM, J. (2006). “Galegos no humor e no imaginário coletivo. O arquetipo do emigrado na literatura satírica do Portugal decimonónico”. Em J. Evans Pim et al. (org.), *Estudos Atlânticos*. Rianjo, pp. 87-121.

LAPA, [Manuel] Rodrigues (1979). *Estudos Galego-Portugueses*. Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora.

LAPA, Manuel Rodrigues (1997). *Correspondência de Rodrigues Lapa. Selecção (1929-1985)*. Selecção, organização e introdução de Maria Alegria Marques, Ana Paula Figueira Santos, Nuno Rosmaninho, António Breda Carvalho e Rui Godinho. Coimbra: Livraria Minerva Editora.

LAPA, Manuel Rodrigues (2001). *Cartas a Francisco Fernández del Riego sobre a Cultura Galega*. Vigo: Editorial Galaxia.

Libro de ouro do Balneario de Mondariz (1999). Vigo: Deputación Provincial de Pontevedra.

LOPES, Fernão (1983). *Crónica de D. João I*. Introdução de Humberto Baquero Moreno e Prefácio de António Sérgio, Vol. I. Barcelos: Livraria Civilização Editora.

LOPES, Teresa Rita (1990). *Pessoa por conhecer II. Textos para um novo mapa*. Lisboa: Estampa.

LOPEZ FERREIRO, Antonio (1994). *Historia de la Santa A. M. Iglesia de Santiago de Compostela*. Santiago de Compostela: Edinosa.

LOPEZ, Thomas (1992). *Atlas geográfico del Reyno de España e islas adjacentes, con una breve descripción de sus provincias*. Ed. e coord. de José Luis Zúñiga, Carmen Garrigues, Constanza Tobío. Vol. 1. Madrid: Centro de Gestión Catastral y Cooperación Tributaria.

LOURENÇO, António Apolinário (2015). "Alfredo Guisado. Um Modernista Acidental?". Em Steffen Dix (org.), *1915 - O Ano do Orpheu*. Lisboa: Edições Tinta-da-china, pp. 285-296.

LOZANO BARTOLOZZI, Maria del Mar (1989). "Encuentros artísticos de Castela y los Bartolozzi. Los salones de humoristas". Em *Actas Congreso Castela* (Santiago de Compostela, 24-29 novembro 1986). Coord. por Ramón Villares Paz e Justo G. Beramendi. Santiago de Compostela: Universidade, Servicio de Publicacións e Intercambio Científico. Vol. 1, pp. 495-520.

MENESES, Avelino de Freitas de, coord. (2001). *Portugal da Paz da Restauração ao Ouro do Brasil*. Em Joel Serrão e A. H. Oliveira Marques (dir.), *Nova História de Portugal*, vol. VII. Lisboa: Ed. Presença.

MACHADO, Alberto de Sousa (1980). *Os nossos costados: costados, subsídios biográficos e genealógicos*. Guimarães.

MACHADO, José Pedro (1993²). *Dicionário Onomástico Etimológico da Língua Portuguesa*. 1ª ed. 1984. Lisboa: Ed. Horizonte/Confluência.

MADOZ, Pascual (1986). *Diccionario geográfico-estadístico-histórico de España y sus posesiones de Ultramar: Galicia*. Reprod. facs. da ed. de Imprenta del Diccionario P. Madoz, Madrid, 1845, 6 vol. Santiago de Compostela: Libros Galicia.

MARCOS MARTÍN, Alberto (1994). "Movimientos migratorios y tendencias demográficas en Castilla la Vieja y León a lo largo de la Época Moderna". Em *Migraciones internas y medium-distance en la Península Ibérica, 1500-1900*. Antonio Eiras Roel e Ofelia Rey Castela (Editores). [I Conferencia Europea da Comisión Internacional de Demografía Histórica: Santiago de Compostela, 22-25 setembro 1993] Santiago de Compostela: Consellería de Educación e Ordenación Universitaria: Comisión Internacional de Demografía Histórica, 1994. Vol. II, pp. 209-245.

MARTÍNEZ-GIL, Víctor (2010). "Portugal y Cataluña ante la modernidad: Intercambios artísticos y literarios". Em *Suroeste: relaciones literarias y artísticas entre Portugal y España (1890-1936) / Relações literárias e artísticas entre Portugal*

e Espanha (1890-1936). Vol. 1. [Badajoz]: Museo Extremeño e Iberoamericano de Arte Contemporáneo; [Madrid]: Sociedad Estatal de Conmemoraciones Culturales, pp. 189-204.

MATTOSO, José (1982). *A Nobreza Medieval Portuguesa. A Família e o Poder*. Lisboa: Editorial Estampa.

MAYAN SANTOS, José Manuel (1974). *Estudio Sanitario del Partido Médico del Municipio de Outes*. Santiago de Compostela: Servicio de Mecanización de la Universidad de Santiago.

MELO, Francisco Manuel de (1959). *Apólogos dialogais*. Prefácio e notas de José Pereira Tavares. Vol. 1: “Relógios falantes” e “Visita das fontes”. Vol. 2: “Escritório avarento” e “Hospital das letras”. Lisboa: Sá da Costa.

MÉNDEZ MARTÍNEZ, Gonzalo (2009). “A representación da parroquia na cartografía antiga”. Em *A parroquia en Galicia (pasado, presente e futuro)*. Xunta de Galicia, pp. 373-390.

MERELIM, Pedro de (1974). *Fernando Pessoa e a Terceira: figuras do ramo materno do poeta*. Angra do Heroísmo: Edição 7, Coleção Insula.

MOLINA, César Antonio (1987). “Pessoa y España”. *Anthropos. Revista de documentación científica de la cultura*, 74-75, pp. 47-59.

MOLINA, César Antonio (1990). *Sobre el iberismo y otros escritos de literatura portuguesa*. Prólogo de José Saramago, Epílogo de Angel Crespo. Madrid: Ediciones Akal.

MÓNICA, Maria Filomena (ed.) et al. (2004-2006). *Dicionário Biográfico Parlamentar*. 3 vols. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.

NÁRDIZ ORTIZ, Carlos (2009). “Estrutura territorial e vilas ‘estrada’ en Galicia”. Em *A parroquia en Galicia (pasado, presente e futuro)*. Xunta de Galicia, pp. 255-252.

NEGREIROS, [José] Almada (1993). *Obras Completas. VI. Textos de Intervenção*. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda.

NEGREIROS, José de Almada (2002). *Ficções*. Lisboa: Assírio & Alvim.

Nueva Eiclopedia del Mundo (1991). Director General Luis Rodrigo Martínez. Bilbao: Durvan, S. A. de Ediciones.

OLIVERIA, António de (1994). “Migrações internas e de média distância em Portugal de 1500 a 1900”. Em *Migraciones internas y medium-distance en la Península Ibérica, 1500-1900*. Antonio Eiras Roel e Ofelia Rey Castelao (Editores). [I Conferencia Europea da Comisión Internacional de Demografía Histórica: Santiago de Compostela, 22-25 setembro 1993] Santiago de Compostela: Con-

sellería de Educación e Ordenación Universitaria: Comisión Internacional de Demografía Histórica, 1994. Vol. II, pp. 1-36.

OTERO TÚÑEZ, Ramón (1959). *El escultor Francisco Asorey*. Santiago de Compostela: Imprenta Paredes, Ediciones de la Universidad Compostelana.

Paginas Blancas, 2008-2009. A Coruña: Telefónica (lista telefónica 2008-2009).

PAREDES PARDO, Alfonso (2011). *Mondariz Balneario. Episodios Memorables*. Vigo: Diputación de Pontevedra.

PÉREZ LÓPEZ, Pablo Javier (2015). "As Tentativas de Propaganda Órfica em Espanha". Em Steffen Dix (org.), *1915 - O Ano do Orpheu*. Lisboa: Edições Tinta-da-china, pp. 185-198.

PAZOS JUSTO, Carlos (2010). *Trajectória de Alfredo Guisado e a sua relação com a Galiza (1910-1921)*. Santiago de Compostela: Edicións Laiovento.

PAZOS [JUSTO], Carlos (2011). "O primeiro Modernismo Português e a/na Galiza (1915): um caminho (im)possível". Em *Diálogos Ibéricos sobre a Modernidade*, Xaquín Núñez Sabarís (coord.), Universidade do Minho, Centro de Estudos Humanísticos. V. N. Famalicão: Edições Húmus, pp. 41-61.

PAZOS JUSTO, Carlos (2012). "Galegos, Galego-Portugueses ou Espanhóis? Hipóteses e contributos para a análise das orixens e funcións da imaxe actual da Galiza e dos galegos em Portugal". *Diacrítica*, vol. 26, n. 2, pp. 431-443.

PEREIRA, Dionísio (2013). *Emigrantes, exilados e perseguidos. A comunidade portuguesa na Galiza (1890-1940)*. Santiago de Compostela: Através Editora.

PÉREZ SÁNCHEZ, Yolanda (2005). *El Balneario de Mondariz. La creación de un lugar (1873-1931)*. Tese de Doutoramento. Santiago de Compostela: Servizo de publicacións e intercambio científico.

PESSOA, Fernando (1911). *Caderno de notas*. Agenda commercial para 1911 de Fernando Pessoa, 1914-1916, 240 pp., 21,3 x 14 cm. Acessível na Biblioteca Nacional digital, BNP Esp. E3/144D / /2-1-148.

PESSOA, Fernando (1959). *Cartas a Armando Côrtes-Rodrigues*. Introdução por Joel Serrão, 2ª edição. Lisboa: Editorial Inquérito.

PESSOA, Fernando (1979). *Da República (1919-1935)*. Introdução e organização de Joel Serrão. Recolha de textos de Maria Isabel Rocheta e Maria Paula Mourão. Lisboa: Ática.

PESSOA, Fernando (1965). *Obra Poética*. Organização, introdução e notas de Maria Aliete Galhoz. Rio de Janeiro: Aguilar.

PESSOA, Fernando (1985). *Cartas a Armando Côrtes-Rodrigues*. Ed. de Joel Serão. Lisboa: Horizonte.

PESSOA, Fernando (1986). *Escritos Íntimos, Cartas e Páginas Autobiográficas*. Introdução, organização e notas de António Quadros. Mem Martins: Publicações Europa-América.

PESSOA, Fernando (1986b). *Textos de Intervenção Social e Cultural. A Ficção dos Heterónimos*. Introdução, organização e notas de António Quadros. Mem Martins: Publicações Europa-América.

PESSOA, Fernando (1993). *Pessoa inédito*. Ed. de Teresa Rita Lopes. Lisboa: Horizonte.

PESSOA, Fernando (1996). *Fernando Pessoa. Correspondência inédita*. Ed. Manuela Parreira da Silva. Lisboa: Horizonte.

PESSOA, Fernando (2009). *Sensacionismo e Outros Ismos*. Ed. de Jerónimo Pizarro. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.

PINHEIRO, Rafael Bordalo (1994). *Os Galegos e outras histórias*, 2ª ed. Lisboa: Veja [1ª ed. 1884].

PINHEIRO, José Joaquim (1890-1896). *Épocas Memoráveis da Ilha Terceira dos Açores*, 6ª época – *História da Liberdade nos Açores, 1821-1832*. Composta, sobre apontamentos do autor, por seu filho Manuel Pinheiro. Angra do Heroísmo: Tip. Minerva.

PIZARRO, Jerónimo (2010a). “Otros Vestigios”. *Suroeste: relaciones literarias y artísticas entre Portugal y España (1890-1936) / Relações literárias e artísticas entre Portugal e Espanha (1890-1936)*. Vol. 1. [Badajoz]: Museo Extremeño e Iberoamericano de Arte Contemporáneo; [Madrid]: Sociedad Estatal de Conmemoraciones Culturales, pp. 241-250.

PIZARRO, Jerónimo; FERRARI, Patricio; CARDIELLO, António (2010b). *A biblioteca particular de Fernando Pessoa / Fernando Pessoa's private library*. Lisboa: Casa Fernando Pessoa e Publicações Dom Quixote.

PIZARRO, Jerónimo (2014). “Pessoa ibérico e futuro”. Em *Fernando Pessoa e Espanha*. Lisboa: Biblioteca Nacional de Portugal, Babel, pp. 25-30.

QUADROS, António (2000). *Fernando Pessoa. Vida, Personalidade e Génio*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 5ª ed.

REI NÚÑEZ, Luís (1995). *Rafael Dieste: narrador, poeta, dramaturgo, pensador e sabio, home libre e comprometido coa verdade*. Vigo: Ir Indo.

REY CASTELAO, Ofelia (1990). “Mecanismos reguladores de la nupcialidad en la Galicia atlántica. El matrimonio a trueque”. Em *Obradoiro de Historia*

Moderna. Homenaje al Profesor Antonio Eiras Roel en el XXV Aniversario de su Cátedra. Santiago de Compostela: Universidade, Servicio de Publicacións e Intercambio Científico, pp. 247-268.

REY CASTELAO, Ofelia (1994). "Movimientos migratorios en Galicia, siglos XVI-XIX". Em *Migraciones internas y medium-distance en la Península Ibérica, 1500-1900*. Antonio Eiras Roel e Ofelia Rey Castelao (Editores). [I Conferencia Europea da Comisión Internacional de Demografía Histórica: Santiago de Compostela, 22-25 setembro 1993] Santiago de Compostela: Consellería de Educación e Ordenación Universitaria: Comisión Internacional de Demografía Histórica, 1994. Vol. II, pp. 85-130.

RODRIGUES, Manuel A. Ribeiro (1998). *300 Anos de Uniformes Militares do Exército de Portugal 1660-1960*. Lisboa: Coedição Exército Português, Sociedade Histórica da Independência de Portugal.

SÁ-CARNEIRO, Mário de (2003). *Correspondência com Fernando Pessoa* (Vol. II). Ed. de Teresa Sobral Cunha. Lisboa: Relógio d'Água.

SÁEZ DELGADO, Antonio (1999). *Órficos y ultraístas. Portugal y España en el diálogo de las primeras vanguardias literarias (1915-1925)*. Mérida: Junta de Extremadura, Editora Regional de Extremadura.

SÁEZ DELGADO, Antonio (2007). "La edad de oro, la época de plata y el esplendor del bronce. El *continuum* de la modernidad y la vanguardia (1901-1935)". Em MAGALHÃES, Gabriel (ed.), *RELIPES. Relações linguísticas e literárias entre Portugal e Espanha desde o início do século XIX até à actualidade*. Covilhã/Salamanca: Universidade da Beira Interior, pp. 125-170.

SÁEZ DELGADO, Antonio (2011). *Fernando Pessoa e Espanha*. Évora: Licorne.

SÁEZ DELGADO, Antonio (2014). "Fernando Pessoa e Espanha - uma visão panorâmica". Em *Fernando Pessoa e Espanha*. Lisboa: Biblioteca Nacional de Portugal, Babel, pp. 13-24.

SANTOS, Maria Leonor F. O. Silva (2003). "A onomástica, o indivíduo e o grupo". *Arquipélago. História*, 2.ª série, Vol. 7, pp. 229-242.

SARAIVA, Arnaldo (2015). "O «Frustrado» e Abençoado Orpheu". Em Steffen Dix (org.), *1915 - O Ano do Orpheu*. Lisboa: Edições Tinta-da-china, pp. 407-420.

SARAMAGO, José (1983). *Memorial do Convento*. Lisboa: Caminho.

SILVA, Manuela Parreira da (2004). *Realidade e ficção. Para uma biografia epistolar de Fernando Pessoa*. Lisboa: Assírio & Alvim.

SILVA, Jorge Manuel Moreira (2009). *A Marinha de Guerra Portuguesa desde o regresso de D. João VI a Portugal e o início da Regeneração (1821-1851)*. Adaptação

a uma Nova Realidade. Lisboa: Universidade de Lisboa, Faculdade de Letras, Departamento de História, Mestrado em História Marítima.

SIMÕES, João Gaspar Simões (1951). *Vida e Obra de Fernando Pessoa - História de uma Geração*. Lisboa: Livraria Bertrand [2ª ed.].

SIMÕES, João Gaspar (1987). *Vida e obra de Fernando Pessoa*. Lisboa: Dom Quixote.

SIRO LÓPEZ (1986). "Humorismo y caricatura en Castelaio". Em *Castelaio 1886-1950*. [Catálogo da exposição comemorativa do centenário do nascimento de Castelaio]. Madrid: Ministerio de Cultura, Centro Nacional de Exposiciones, Dirección General de Bellas Artes y Archivos, pp. 151-158

SIRO LÓPEZ (1999). "Castelaio, humorista gráfico". Em *Castelaio na Galiza do século XX*. A Coruña: Asociación Sócio-Pedagógica Galega e Departamento de Filoloxías Francesa e Galego-Portuguesa da Universidade da Coruña, pp. 191-200.

TAIBO, Carlos (2010). *Parecia não pisar o chão – Treze ensaios sobre as vidas de Fernando Pessoa*. Santiago de Compostela: Através Editora.

TORRES DEL RÍO, Joaquín (2006). *Os apelidos do Concello de Porto do Son. Xenaloxía, Etimoloxía e Heráldica*. Noia: Ed. Toxosoutos.

TORRES FEIJÓ, Elias J. (2010). "Relacionamento literário galego-português: Legitimação e expansão com Sísifo ao fundo". *Suroeste: relaciones literarias y artísticas entre Portugal y España (1890-1936) / Relações literárias e artísticas entre Portugal e Espanha (1890-1936)*. Vol. 1. [Badajoz]: Museo Extremeño e Iberoamericano de Arte Contemporáneo; [Madrid]: Sociedad Estatal de Conmemoraciones Culturales, pp. 163-188.

UNAMUNO, Miguel de (1996). *Epistolario americano (1890-1936)*. Edición, introducción y notas Laureano Robles. Salamanca: Ediciones Universidad de Salamanca.

VAN CAENEGEM, F. (1912). *Los Comerciantes del Siglo XX*. Introducción de Cyrille Van Overbergh; traducción de Enrique Dieste, revisada literariamente por Vicente Pinedo; prólogo por Ramón Rucabado. Barcelona: J. Horta.

VASCONCELLOS, J. Leite de (1928). *Antroponimia portuguesa: tratado comparativo da origem, significação, classificação, e vida do conjunto dos nomes próprios, sobrenomes, e apelidos, usados por nós desde a idade-média até hoje*. Lisboa: Imprensa Nacional.

VENÂNCIO, Fernando (2013). "Pessoa e a Galiza: anexar o vazio". *Ler*, 122, pp. 41 e 90-91 (dossier «Fernando Pessoa e o Iberismo»).

ZENITH, Richard (2008). *Fotobiografia de Fernando Pessoa*. Lisboa: Círculo de Leitores.

4. Revistas, Mapas e Publicações periódicas

A Capital, Lisboa, 30/04/191; 05/07/1915; 06/07/1915.

Boletín del Círculo de Bellas Artes, nº 33, Año III, Madrid, octubre de 1915.

Boletín oficial del Arzobispado de Santiago, 31/08/1914; 10/12/1914.

Colóquio-Letras, nº 13, de 1973; nº 17, de 1974.

Diario de Galicia, Santiago de Compostela, 13/01/1914; 21/01/1914; 13/02/1914; 21/02/1914.

El Correo de Galicia, Santiago de Compostela, 29/03/1913; 16/02/1914; 04/04/1914; 21/08/1914; 24/08/1914; 09/11/1914; 26/11/1914.

El Eco de Galicia, La Coruña, 08/04/1914; 24/08/1914.

El Eco de Santiago, Santiago de Compostela, 06/04/1915.

El Progreso, Pontevedra, 26/11/1914.

El Regional, Lugo, 27/11/1914.

El Tea, Puenteareas, 27/05/1911; 09/04/1915.

Faro de Vigo, Vigo, 17/10/1914; 08/11/1914; 22/11/1914; 03/01/1915; 17/05/1915; 05/07/1915; 18/05/1915; 09/09/1973.

Gaceta de Galicia, Santiago de Compostela, 16/01/1914; 22/01/1914; 17/02/1914; 10/06/1914; 04/07/1914; 19/08/1914; 21/08/1914; 22/08/1914; 25/08/1914; 26/09/1914; 02/10/1914; 09/11/1914; 23/11/1914; 25/11/1914.

Galicia - Diario de Vigo, Vigo, 15/12/1922.

Gazeta de Lisboa (1818). Num. 132, sabbado 6 de junho, in Paul Groussac, *Gazeta de Lisboa*, Volume 8, Original da Universidade de Princeton, Digitalizado em 26 jan. 2011, Google e-Livro, <http://books.google.es/books?id=D2xVAAAAYAAJ>.

Grial, Vigo, nº 4 de 1964; nº 7, nº 8 e nº 10, de 1965; nº 11 e nº 12, de 1966; nº 16, de 1967; nº 22, de 1968; nº 27, de 1970; nº 37, de 1972; nº 41 e nº 42, de 1973; nº 55, de 1977; nº 60, de 1978; nº 69, de 1980; nº 74, de 1981.

La Concordia, Vigo, abril de 1915; junho de 1915.

La Correspondencia Gallega, Diario de Pontevedra, 11/04/1913; 13/07/1914; 23/08/1914.

La Libertad, “Periódico Republicano Radical”, Pontevedra, nº 494, 01/04/1915.

La Noche, Semanário de Vigo, nº 9, 19/09/1915.

La Temporada, Balneário de Mondariz, nº 3, 1898.

La Vanguardia, Barcelona, 01/2/1927.

La Veu de Catalunya, Barcelona, 08/04/1915; 09/04/1915.

La Voz de Galicia, A Corunha, 11/12/1988.

La voz de la verdad, Lugo, 24/08/1914.

Mapa Topográfico Nacional de España. Negreira. 94-III. Madrid: Ministerio de Obras Públicas y Urbanismo, Dirección General del Instituto Geográfico Nacional.

Noticiero de Vigo, Vigo, 11/04/1913; 15/01/1914; janeiro-março de 1915.

Vida Gallega, Vigo, nº 58, nº 62 e nº 65 (1914); nº 66, nº 68 e nº 69 (1915); nº 70 (20 de maio, 1916) e nº 182 (1921).

5. Páginas web*

APELIDOS DA GALIZA:

<http://apelidosgalicia.org/>

* Última consulta geral em abril de 2017.

ARQUIVO HISTÓRICO DIOCESANO DE SANTIAGO DE COMPOSTELA:
<http://www.ahds.es/>

ÁRVORE GENEALÓGICA DO GENI PARA FERNANDO PESSOA:
<http://www.geni.com/people/Fernando-Pessoa/6000000016107451236>

BANDA DE MÚSICA “AS DELÍCIAS DO CAEIRO”:
[youtube.com/watch?v=L1A34DmXR2Q](https://www.youtube.com/watch?v=L1A34DmXR2Q)

BLOGUE DA CASA FERNANDO PESSOA:
<http://mundopessoa.blogs.sapo.pt/673359.html>

BLOGUE TABACARIA COM ÁRVORE GENEALÓGICA DE PESSOA:
<http://tabacariadefernadopessoa.blogspot.com.es/2011/03/arvore-genealogica-de-fernando-pessoa.html>

CARTOGRAFÍA DOS APELIDOS DE GALICIA, CAG:
<http://ilg.usc.es/cag/>

CATÁLOGO DE METADADOS SOBRE A GALIZA:
<http://xeocatalogo.xunta.es/>

DICIONNAIRE HISTORIQUE DE LA SUISSE, DHS, LENS NA SUÍÇA:
<http://www.hls-dhs-dss.ch/textes/f/F2786.php>

ENTREVISTA DE A. P. GUIADO GUIADO NA RTP (1973-02-20):
<https://arquivos.rtp.pt/conteudos/fernando-pessoa-e-a-revista-orpheu/>

ESPÓLIO PESSOANO, MANUSCRITOS DE ALBERTO CAEIRO:
<http://purl.pt/1000/1/alberto-caeiro/index.html>

EUROPA, NO CADERNO DE NOTAS DE FERNANDO PESSOA:
<http://purl.pt/13880/1/P132.html>

EXPOSIÇÃO *Nós, os de Orpheu*, parceria entre a Casa Fernando Pessoa e o I. Camões - Instituto da Cooperação e da Língua, I.P.:
<http://www.instituto-camoes.pt/lingua-e-cultura/expo-nos-os-do-orpheu>

FERNANDO PESSOA E OS AÇORES:
<http://www.culturacores.azores.gov.pt/ea/pesquisa/default.aspx?id=9344>

EXÉRCITO PORTUGUÊS

ARQUIVO HISTÓRICO MILITAR DO EXÉRCITO PORTUGUÊS:

<http://arqhist.exercito.pt/>

ARTILHARIA EM PORTUGAL:

http://pt.wikipedia.org/wiki/Ant%C3%B3nio_Teixeira_Rebello

FORTALEZA DE SÃO JOÃO BAPTISTA EM ANGRA DO HEROÍSMO:

<http://www.exercito.pt/sites/RG1/Historial/Paginas/default.aspx>

NAU PRÍNCIPE REAL:

<http://marinhadeguerraportuguesa.blogspot.com.es/2013/04/navios-da-real-marinha-de-guerra.html>

NAU PRÍNCIPE REAL:

http://pt.wikipedia.org/wiki/Nau_portuguesa_Pr%C3%ADncipe_Real

INVENTÁRIO GENEALÓGICO DOS FUNDOS PAROQUIAIS DOS AÇORES:

<http://www.culturacores.azores.gov.pt/ig/registos/>

LENS, MUNICÍPIO FRANCÓFONO DA BÉLGICA: www.lens.be

MAPAS *GEO*NETWORK *OPENSOURCE*, *GEOGRAPHIC DATA SHARING FOR EVERYONE*:

<http://geonetwork-opensource.org/>

MAPAS E INFORMAÇÃO GEOGRÁFICA DA GALIZA:

<http://mapas.xunta.es>

MUNICÍPIO DE OUTES:

www.outes.es

PORTAL DE PESQUISA DO ARQUIVO NACIONAL DA TORRE DO TOMBO:

<http://digitarq.arquivos.pt/asearch>

RAÍZES DE FERNANDO PESSOA EM TERRAS DE SANTA MARIA:

<http://geneall.net/pt/forum/39574/para-a-genealogia-de-fernando-pessoa/>

REGISTOS PAROQUIAIS PORTUGUESES PARA GENEALOGIA:

<http://tombo.pt/>

SOCIEDADE PORTUGUESA DE INFORMAÇÃO ECONÓMICA, SA:

www.spie.pt

ÍNDICES

ILUSTRAÇÕES E LEGENDAS

REPRODUÇÕES EM ANEXO

Ilustrações e legendas

- F1. Árvore genealógica de Fernando Pessoa no blogue Tabacaria.
- F2. Igreja de Santo Tirso de Cando, imagem aérea a partir de *Google* (maio 2014).
- F3. Igreja de Santo Tirso de Cando.
- F4. Túmulo com o apelido *Mayo*.
- F5. Túmulo com o apelido *Lens*.
- F6. Linha genealógica materna de Fernando Pessoa até ao seu trisavô galego, com indicação dos documentos provatórios que se juntam no ANEXO I.
- F7. Os 100 apelidos mais frequentes em Portugal, incluindo *Pinheiro*.
- F8. Gráfico da S.P.I.E. sobre o uso do nome *José* em Portugal.
- F9. Municípios galegos e freguesias de origem da ascendência de Fernando Pessoa.
- F10. Recorte do *Mapa Topográfico Nacional de España. Negreira*. Ministerio de Obras Públicas y Urbanismo, Dirección General del Instituto Geográfico Nacional.
- F11. Cartografia do sobrenome *Maio* na Galiza.
- F12. Cartografia do sobrenome *Lens* na Galiza.
- F13. Concelhos e freguesias de origem dos progenitores galegos de Fernando Pessoa.
- F14. Indicadores das freguesias galegas de *Lens* e *Pinheiro*, no município de Ames.
- F15. Cartografia do sobrenome *Maneiro* na Galiza.
- F16. Soldados do “Regimento de Artilharia do Reino do Algarve, 1783” (Rodrigues, 1998: 49).
- F17. Réplica do uniforme do Regimento de Artilharia 1, modelo 1806, Museu Militar de Lisboa.
- F18 Aspirante de Marinha (1791), Soldado de Artilharia da Marinha (1764) e Capitão de Batalhão Naval (1836-1851), Museu Militar de Lisboa.

- F19. “Modelo de uma nau portuguesa dos fins do séc. XVIII que pertenceu à coleção da antiga Escola Naval. Foi construído em 1800 pelo Capitão Engenheiro José de Anchieta de Mesquita e oferecido ao Príncipe D. João, filho da rainha D. Maria I”. Museu da Marinha, Praça do Império, Lisboa.
- F20. Curso do Rio Tambre desde o Lugar da Ponte (A), com a igreja de Santo Tirso de Cando onde foi batizado Caetano (B), e as freguesias de Linhaio (C) e Aro (D), de que procedia o seu ramo paterno. Elaborado a partir dos mapas do catálogo de recursos do projecto *GeoNetwork opensource, Geographic data sharing for everyone*.
- F21. Laços de parentesco de Fernando Pessoa documentados na Galiza no século XVIII.
- F22. Hipóteses de parentesco de Fernando Pessoa na Galiza atual pelo lado paterno do seu trisavô.
- F23. Hipóteses de parentesco de Fernando Pessoa na Galiza atual pelo lado materno do seu trisavô.
- F24. Árvore genealógica da família do médico compostelano Xosé Manuel Lens Neo.
- F25. Entrevista a Guisado sobre Pessoa e a revista *Orpheu*, 1973-02-20, imagem da entrada ao documento audiovisual nos arquivos da RTP.
- F26. Capas do jornal galego *Faro de Vigo*, que de anunciar os graves distúrbios em Lisboa em Janeiro de 1914 passa a titular como “Revolução” os convulsos sucessos de maio de 1915.
- F27. Primeira página do jornal galego *Faro de Vigo*, de segunda-feira, 05/07/1915, relatando o acidente de Afonso Costa.
- F28. Capa da revista *Vida Gallega*, 58, 1914.
- F29. Fotografia de Alfredo Pedro Guisado em *Vida Gallega*, 58, 1914, p.13.
- F30. Capa da revista *Vida Gallega*, 65, 1914.
- F31. Primeira notícia do grupo *Orpheu*, por Alejo Carrera Muñoz em *Vida Gallega* 65, 20/12/1914.
- F32. Painele dedicado a Guisado e à sua relação com a revista *Orpheu*, na exposição do Congresso Internacional Luso-Brasileiro “100ORPHEU”, maio de 2015, Sala BNDES, Complexo Brasileira USP, São Paulo.
- F33. Recorte das páginas de *Vida Gallega*, núm. 65, dezembro de 1914, onde se menciona Pessoa e a “escuela moderna”, que no ano a seguir lançará a revista *Orpheu*.

- F34. Composição com o recorte da coluna de *El Eco de Santiago*, onde se resenha a revista *Orpheu*, abril de 1915.
- F35. Barcia Caballero em fotografia publicada em 1910 (*Vida Gallega*, nº 13, p. 17), noticiado pela sua distinção num concurso literário.
- F36. Composição com o recorte de *El Tea*, nº 63, 09/04/1915.
- F37. Cabeceira de *La Concordia* de Vigo, abril de 1915 –a resenha de *Orpheu* teria saído em junho.
- F38. Recorte do caderno de Mário de Sá-Carneiro com a resenha de *La Concordia*.
- F39. Detalhe com o recorte com a resenha, fazendo parte do painel dedicado a Guisado na exposição do Congresso Internacional Luso-Brasileiro “100ORPHEU”, maio de 2015, Sala BNDES, Complexo Brasiliana USP, São Paulo (Vid. documento com alta qualidade no ANEXO II, 9).
- F40. Página 61 de *K4, O Quadrado Azul*, de Almada Negreiros, na edição da Assírio & Alvim, *Ficções*, 2002.
- F41. Olegária Gonçalves Silveira, descendente de portugueses estabelecidos no Brasil, com Rafael em 1900 (em Rei Núñez, 1995: 6).
- F42. Casa dos Dieste Gonçalves em Rianjo.
- F43. Caricaturas em que Eduardo Dieste é representado como uma das “plumas gallegas” da altura, a numerada com 8 (*Vida Gallega*, nº 66, janeiro de 1915, p. 26).
- F44. Número final de *El Barbero Municipal* publicado em Rianjo, de 7 de março de 1914. Existem alguns erros na numeração dos exemplares e este que leva o nº 189 é na realidade o nº 191. (Vid. o primeiro número, de 1910, em ANEXO II: 10)
- F45. Eduardo e Enrique Dieste Gonçalves, de esquerda para direita (AXEITOS, 1995a: 45).
- F46. Enrique Dieste Gonçalves, por Colmeiro (AXEITOS, 1995a: 141).
- F47. Lojas e empresas com o sobrenome de Caeiro em Santiago de Compostela.
- F48. Ramón Peinador em 1928 (PAREDES, 2011: 17).
- F49. Um Guisado *chauffeur* (PAREDES, 2011: 170).
- F50. Escultura de Francisco Asorey “Cabaleiros Negros”, 1915. Foto de Ksado (OTERO, 1959: lâmina 16)

- F51. O Sr. Caeiro com o bispo de Tui, *Vida Gallega*, 68: 25 (página completa no Anexo II: 19).
- F52. O Sr. Caeiro em 1921 (*Vida Gallega*, 182: 15).
- F53. Anúncio em *La Libertad*, “Periódico Republicano Radical” de Pontevedra (nº 494, 01/04/1915, p. 3). Aparece regularmente noutros números da mesma publicação, e também o encontramos em jornais de Vigo, como *La Noche*, *Semanário*, nº 9, 19/09/1915.

Índice de reproduções em anexo

ANEXO I

Documentos Genealógicos: Originais e Transcrições

- D1. Registo de batismo de F. Pessoa.
- D2. Registo de batismo de Maria Madalena Pinheiro, mãe de F. Pessoa.
- D3. Registo de batismo de Madalena Xavier Pinheiro, avó materna de F. Pessoa.
- D4. Registo de óbito de Madalena Xavier Pinheiro, avó materna de F. Pessoa.
- D5. Registo de batismo de Inácio José Pinheiro, bisavô de F. Pessoa.
- D6. Registo de batismo de Ana Maria Xavier, esposa de Inácio, bisavô de F. Pessoa.
- D7. Registo de casamento de Inácio e Ana Maria, bisavós de Fernando Pessoa.
- D8. Registo de batismo de Caetano Dionísio José Pinheiro, trisavô galego de F. Pessoa.
- D9. Registo do primeiro casamento de Caetano José Pinheiro
- D10. Registo de casamento (2º) de Caetano com Maria Josefa de Oliveira, trisavós de F. Pessoa.
- D11. Registo de batismo do primeiro filho de Caetano, trisavô galego de F. Pessoa.
- D12. Registo de batismo do segundo filho de Caetano, trisavô galego de F. Pessoa.

D13. Registo de casamento (3º) de Caetano José Pinheiro, trisavô galego de F. Pessoa.

D14. Registo de óbito de Caetano José Pinheiro, trisavô galego de F. Pessoa.

D15. Registo de casamento dos pais de Caetano, tataravós galegos de F. Pessoa.

ANEXO II

Hemeroteca e outros documentos

H1. Anotação pessoal acerca da inicialmente projetada revista *Europa*. [Caderno de notas de Fernando Pessoa]: *agenda commercial para 1911* [1914-1916], p. 41v, documento bn-acpc-e-e3-144d2_0132_41v_t24-C-R0150.jpg. Vid. <http://purl.pt/13880/1/P132.html>.

H2. Recordação dos tempos de *Orpheu* e da “invenção” de Álvaro de Campos, na memória transmitida por Alfredo Pedro Guisado a Francisco Fernández del Riego. *La Voz de Galicia* de 11 de dezembro de 1988 (FERNÁNDEZ, 1988: 3).

H3. Capa do *Faro de Vigo* de 18 de maio de 1915.

H4. Primeira menção de Pessoa, por Alejo Carrera Muñoz em *Vida Gallega* 65, 20/12/1914.

H5. Resenha da revista *Orpheu* (coluna esquerda) em *El Eco de Santiago*, 6 de abril de 1915.

H6. Crónica da visita ao manicómio de Conjo guiada por Barcia Caballero (*Vida Gallega*, 68: 9).

H7. Capa do semanário galego *El Tea*, 63, 09/04/1915.

H8. Resenha de *Orpheu*, por Alejo Carrera Muñoz, “Crónica de Lisboa. Revuelo literario. Los poetas de ‘Orpheu’”, *El Tea*, 63, 09/04/1915.

H9. Recortes no caderno de Mário de Sá-Carneiro com a resenha de *Orpheu* aparecida em *La Concordia* de Vigo, documento bn-acpc-e-e3-155_0069_34_t24-C-R0150.

H10. Resenha de *Orpheu*, por R. R., recorte retirado do “envelope” 155 do Espólio de Fernando Pessoa (ESPÓLIO 3 da Biblioteca Nacional de Portugal).

- H11. Primeiro número de *El Barbero Municipal*, lançado em Rianjo no 17 de julho de 1910. No canto superior direito, junto com a morada, indica-se que a correspondência política deve ser encaminhada ao diretor, José Arcos, a administrativa a Castela, e a literária a Eduardo Dieste. É a única vez, neste primeiro número, que figuram Eduardo Dieste e Castela na cabeceira, ainda que ambos serão protagonistas de muitas páginas, apesar das suas contínuas ausências da vila.
- H12. Crónica sobre a visita a Lisboa, na *Memória* lida por Ramón Peinador, *Faro de Vigo*, 17/10/1914.
- H13. Vistas do ‘Parque’ do Balneário segundo bilhetes postais publicitários da época (DÍAZ, 2003: 47).
- H14. *Faro de Vigo* de 8 de novembro de 1914.
- H15. *Faro de Vigo* de 22 de novembro de 1914.
- H16. *Faro de Vigo* de 3 de janeiro de 1915 comentando a abertura da Porta Santa em Santiago (coluna da direita). A notícia já se tinha dado “por telégrafo” na edição do dia 1.
- H17. Escultura de Francisco Asorey “Cabaleiros Negros”, 1915 (*Catálogo*, 1989: 97). No grupo está representado D. Manuel Caeiro Sobrado, cónego da catedral de Santiago de Compostela.
- H18. Escultura de Francisco Asorey no Panteão do cardeal Martín de Herrera, morto em 8 de dezembro de 1922. Igreja das Órfãs, Santiago de Compostela. D. Manuel Caeiro e D. Jerónimo Coco são representados aos pés.
- H19. Foto de Caeiro e do bispo de Tui na parte central da página (*Vida Gallega*, 68: 25).
- H20. Foto de Caeiro e do diretor da revista numa visita a um santuário gallego (*Vida Gallega*, 182: 15).
- H21. Nomeamento do Sr. Caeiro Sobrado como “Ecónomo de la Mitra” em Santiago de Compostela (*Galicia - Diario de Vigo* (15/12/1922)).
- H22. Confirmação ou novo nomeamento de Caeiro Sobrado na Catedral de Santiago de Compostela (*La Vanguardia*, 1/2/1927).
- H23. Primeira página de *A Capital* de 30 de março de 1915, com a já famosa resenha da revista *Orpheu*.